PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DE

ROMI3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

ROMI®

Indústrias Romi S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 56.720.428/0001-63
Avenida Pérola Byington, 56
13453-900, Centro
Santa Bárbara d'Oeste, SP
27.971.459 Ações Ordinárias
Código ISIN das Ações: BRROMIACNOR8
Código de Negociação na Bovespa: ROMI3
Valor da Distribuição: R$419.571.885,00

Preço por Ação R$15,00

Indústrias Romi S.A. ("Companhia" ou "Romi") e os acionistas vendedores identificados neste documento ("Acionistas Vendedores") estão ofertando 27.971.459 ações ordinárias ("Ações" ou "Ações Ordinárias") de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, por meio de uma distribuição pública primária de 12.000.000 de Ações Ordinárias, a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária"), e de uma distribuição pública secundária de 15.971.459 Ações Ordinárias de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária" e quando em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), em mercado de balcão não-organizado, a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. ("Morgan Stanley" e quando em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta"), e com esforços de colocação no exterior a serem realizados pelo Itaú Securities, Inc. e pelo Morgan Stanley & Co. Incorporated.

As Ações estão sendo ofertadas no Brasil em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, e, ainda, com esforços de colocação nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act"), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o Securities Act, e nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, em conformidade com o Regulation S do Securities Act, editado pela SEC, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM. Não foi, nem será, realizado nenhum registro da Oferta na SEC, nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

A quantidade total de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de até 4.195.719 Ações Ordinárias de emissão da Companhia ou dos Acionistas Vendedores, equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção outorgada pela Companhia ao Coordenador Líder, nos termos do artigo 24, da Instrução CVM 400, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Coordenador Líder, de comum acordo com o Morgan Stanley, total ou parcialmente, no prazo de até 30 dias a contar do primeiro dia útil subseqüente à data de publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), inclusive.

O preço por Ação ("Preço por Ação") foi fixado após a finalização do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*"), conduzido pelos Coordenadores da Oferta. O Preço por Ação foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme ata a ser publicada nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo antes da concessão do registro da presente distribuição pública pela CVM.

	Preço em R$	Comissões em R$	Recursos Líquidos em R$[1]
Por Ação	15,00	0,60	14,40
Oferta Primária[2]	180.000.000,00	7.200.000,00	172.800.000,00
Oferta Secundária[2]	239.571.885,00	9.582.875,40	229.989.009,60
Total	**419.571.885,00**	**16.782.875,40**	**402.789.009,60**

(1) Sem dedução das despesas da Oferta.
(2) Os valores acima indicados não incluem as Ações Suplementares.

A Oferta Primária e Secundária foi aprovada com base em deliberação do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de março de 2007, conforme ata publicada no Diário Oficial de São Paulo e no Valor Econômico. As Ações são registradas para negociação na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa sob o código ROMI3.

Registro da Oferta na CVM: Oferta Primária: CVM/SRE/REM/2007/017, em 12 de abril de 2007, e Oferta Secundária: CVM/SRE/SEC/2007/013, em 12 de abril de 2007.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as Ações a serem distribuídas".

Este Prospecto não deve ser considerado uma recomendação de compra das Ações. Ao adquirir as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação sobre a Companhia, seus negócios e atividades. **Os investidores devem ler integralmente este Prospecto Definitivo, inclusive a seção "VI. Fatores de Risco" nas páginas 58 a 66 deste Prospecto para discussão de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à aquisição das Ações.**

ANBID

"A(O) presente oferta pública/programa foi elaborada(o) de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 4890254, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública/programa, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública/programa".

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Itaú BBA

Morgan Stanley

Coordenadores Contratados

BB INVESTIMENTOS

HSBC

ESPIRITO SANTO Investment

A data deste Prospecto Definitivo é 11 de abril de 2007.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

- Definições 2
- Considerações sobre Estimativas e Projeções 12
- Apresentação das Informações Financeiras 13
- Sumário da Companhia 15
- Sumário da Oferta 22
- Resumo das Demonstrações Financeiras 29
- Informações Relativas à Oferta 33
- Identificação de Administradores, Consultores e Auditores 48
- Declarações para fins do artigo 56 da Instrução CVM 400 50
- Informações Cadastrais da Companhia 52
- Informações sobre o Mercado e os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos 53
- Fatores de Risco 58
- Destinação dos Recursos 67

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- Capitalização 69
- Diluição 70
- Informações Financeiras Selecionadas 71
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais 74
- Visão Geral do Setor 103
- Atividades da Companhia 119
- Administração 144
- Principais Acionistas e Acionistas Vendedores 151
- Operações com Partes Relacionadas 153
- Responsabilidade Socioambiental 154
- Descrição do Capital Social 155
- Dividendos e Política de Dividendos 157
- Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa 161

3. ANEXOS

- Declarações de Veracidade das Informações do Prospecto 183
- Estatuto Social 192
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de março de 2007, aprovando a Oferta 205
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de abril de 2007, aprovando o Preço por Ação 209
- Informações Anuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 (somente as informações não constantes do Prospecto) 215

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006 297

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. INTRODUÇÃO

- Definições
- Considerações sobre Estimativas e Projeções
- Apresentação das Informações Financeiras
- Sumário da Companhia
- Sumário da Oferta
- Resumo das Demonstrações Financeiras
- Informações Relativas à Oferta
- Identificação de Administradores, Consultores e Auditores
- Declarações para fins do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Informações Cadastrais da Companhia
- Informações sobre o Mercado e os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos
- Fatores de Risco
- Destinação dos Recursos

DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo terão o significado e eles atribuídos para fins do presente Prospecto.

Abifa	Associação Brasileira de Fundição.
Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.
Abiplast	Associação Brasileira da Indústria do Plástico.
Acionistas Vendedores	Sra. **Flora Sans Romi**, brasileira, viúva, do lar, portadora de cédula de identidade RG nº. 5.342.918, inscrita no CPF/MF sob o nº. 160.758.058-69, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sr. **Américo Emílio Romi Neto**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 7.437.747-4, inscrito no CPF/MF sob o nº. 016.334.888-02, domiciliado na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sr. **José Carlos Romi**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 9.036.088, inscrito no CPF/MF sob o nº. 056.637.218-51, domiciliado na Av. Pérola Byington nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sr. **André Luís Romi**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 9.036.089, inscrito no CPF/MF sob o nº. 089.555.168-35, domiciliado na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sra. **Maria Pia Romi Campos**, brasileira, casada, arquiteta, portadora de carteira de identidade RG nº. 7.769.715, inscrita no CPF/MF sob o nº. 057.324.458-89, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sr. **Carlos Chiti**, italiano, casado, industrial, portador de cédula de identidade de estrangeiro nº. W182.492-2, inscrito no CPF/MF sob o nº. 014.761.818-53, domiciliado na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sra. **Suzana Guimarães Chiti**, brasileira, casada, do lar, portadora de carteira de identidade RG nº. 5.906.248, inscrita no CPF/MF sob o nº. 265.639.118-03, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sra. **Juliana Guimarães Chiti**, brasileira, divorciada, industrial, portadora de carteira de Identidade RG nº. 9.784.445, inscrita no CPF/MF sob o nº. 016.341.138-70, domiciliada na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sr. **Carlos Guimarães Chiti**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 12.396.588, inscrito no CPF/MF sob o nº. 048.669.548-41, domiciliado na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sr. **Eugênio Guimarães Chiti**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 12.396.587, inscrito no CPF/MF sob o nº. 057.324.018-30, domiciliado na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sr. **Romeu Romi**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 1.142.197, inscrito no CPF/MF sob o nº. 014.770.568-15, domiciliado na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na

	cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Anna Maria de Toledo Romi**, brasileira, casada, do lar, portadora de carteira de identidade RG nº. 2.408.218-1, inscrita no CPF/MF sob o nº. 262.179.248-03, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sra. **Sandra Maria Romi Cheida**, brasileira, casada, economista, portadora de carteira de identidade RG nº. 9.036.179, inscrita no CPF/MF nº. 045.954.068-86, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sra. **Patrícia Romi Cervone**, brasileira, casada, advogada, portadora de carteira de identidade RG nº. 9.036.176, inscrita no CPF/MF sob o nº. 067.630.358-70, domiciliada na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sra. **Adriana Romi**, brasileira, divorciada, advogada, portadora de carteira de identidade RG nº. 9.036.178-7, inscrita no CPF/MF sob o nº. 067.631.108-39, domiciliada na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sr. **Frederico Romi**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 9.036.174, inscrito no CPF/MF sob o nº. 052.111.018-12, domiciliado na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sr. **Paulo Romi**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 9.036.175, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.401.568-19, domiciliado na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sr. **Giordano Romi Júnior**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 8.365.008-8, inscrito no CPF/MF sob o nº. 030.367.578-05, domiciliado na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Sra. **Anna Regina Romi Zanatta**, brasileira, casada, advogada, portadora de carteira de identidade RG nº. 5.512.359, inscrita no CPF/MF sob o nº. 030.178.208-31, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, e Sra. **Cláudia Miriam Romi Frezza,** brasileira, casada, assistente social, portadora de carteira de identidade RG nº. 5.512.360, inscrita no CPF/MF sob o nº. 693.710.916-49, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo. Além destes, são Acionistas Vendedores os seguintes fundos de investimento administrados pela **Hedging Griffo Corretora de Valores S.A.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.809.182/0001-30: **HG Camino FIA,** fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.328.542/0001-49, **HG Global Macro Máster Fund LP,** fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.105.256/0001-40, **Green HG FUND LLC**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.520.773/0001-12, **HG Beta 14 FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av.

	Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.806.420/0001-10, **HG Hiper FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.586.675/0001-88, **HG Verde Master FIM,** fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.455.507/0001-89, **Skopos HG BRK Fund LLC**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.112.936/0001-16, **HG Pilar FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.491.211/0001-98, **HG Private FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.586.704/0001-01, **HG Raphael FIA,** fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.497.240/0001-67, **HG Agar FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.491.230/0001-14, **HG Star FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.536.908/0001-02, **HG Top FIM,** fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.826.903/0001-26, **HG Top 30 FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.871.308/0001-99, **HG Turbus FIA,** fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.260.637/0001-78, **Hedging-Griffo Verde Fim**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.221.890/0001-24, **HG Carteira Administrada Real FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.074.954/0001-37, **Skopos Master FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.532.592/0001-02, **Skopos HG Fund LLC**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.599.610/0001-77, **Hedging-Griffo Verde 14 FIM,** fundo de

	investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.147.027/0001-62, **HG Cerejeira FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.455.823/0001-50, **HG Clique FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.566.470/0001-78 e **HG Master FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.455.507/0001-89. Informamos que, no dia 13 de abril de 2007, as ações do acionista vendedor HG Hiper FIM serão utilizadas na integralização de cotas do fundo de investimento HG Verde Master FIM (outro acionista vendedor), razão pela qual este último passará a possuir todas as nossas Ações que eram detidas pelo fundo de investimento HG Hiper FIM, conforme aprovado pelo Colegiado da CVM por meio do Processo Administrativo CVM RJ 2006/2036 em 28 de novembro de 2006 e por assembléia geral de cotistas dos referidos acionistas vendedores, realizadas em 09 de abril de 2007. O acionista vendedor HG Verde Master FIM sucederá o acionista vendedor HG Hiper FIM em todas as suas obrigações e deveres oriundos da presente Oferta. Esclarecemos ainda que a reestruturação em questão, contudo, não afetará o número, a espécie e a classe de nossas Ações que serão objeto da presente Oferta.
Ações ou Ações Ordinárias	Ações ordinárias de emissão da Companhia, objeto da presente Oferta.
Ações Suplementares	Quantidade de ações equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, em decorrência do exercício da Opção de Ações Suplementares que, conforme dispõe o artigo 24 da Instrução CVM 400, poderão ser acrescidas à Oferta conforme opção outorgada pela Companhia ao Coordenador Líder. Salvo se disposto de maneira diversa, as referências às Ações serão também referências às Ações Suplementares.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.
Agentes de Colocação Internacional	Itaú Securities, Inc. e Morgan Stanley & Co. Incorporated.
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia a ser publicado pelos Coordenadores, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, nos termos da Instrução CVM 400.

Banco Central	Banco Central do Brasil.
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação, regulada pelo Banco Central e CVM.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNC	*Computer Numerical Control* (Controle Numérico Computadorizado).
Código Civil	Lei nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Companhia	Indústrias Romi S.A.
Constituição Federal	Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Ações Ordinárias com Garantia Firme de Liquidação de Emissão das Indústrias Romi S.A., celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Coordenador Líder, os demais Coordenadores e a CBLC, esta na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão das Indústrias Romi S.A. celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Banco Itaú BBA S.A. e a Itaú corretora de Valores Mobiliários S.A., relativo às atividades de estabilização de preço das ações de emissão da Companhia.
Controladas	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A., Romi Machine Tools, Ltd., Interocean Comércio, Importadora e Exportadora S.A., Romi Europa GmbH e Favel S.A.
Coordenadores da Oferta	Banco Itaú BBA S.A. e Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza.

CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	17 de abril de 2007, ou seja, o último dia do Período de Colocação.
Dólar norte-americano, Dólar ou US$	Dólar dos Estados Unidos da América.
EBITDA	O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir a nossa performance. O EBITDA é igual ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo os princípios contábeis brasileiros, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos, empresa do Governo Federal ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IFRS	*International Financial Reporting Standards.*

IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
IGP-M	Índice Geral de Preços — Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice Bovespa	Um dos indicadores de desempenho do mercado de ações no Brasil. O índice é o valor atual de uma carteira teórica de ações negociadas na Bovespa constituída a partir de uma aplicação hipotética, que reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total das ações que o compõe.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Instrução CVM 325	Instrução CVM nº. 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores, Coordenadores Contratados e Corretoras Consorciadas.
Investidores Institucionais	Investidores institucionais, incluindo fundos de investimento, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registrados na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na Bovespa, seguradoras, sociedades de previdência complementar e capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência privada, pessoas jurídicas não financeiras com patrimônio líquido superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na Bovespa cujas ordens de investimento excedam o limite máximo de investimento para Investidores Não Institucionais.
Investidores Institucionais Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A nos Estados Unidos e nos demais países de acordo com o Regulamento S, sendo que tais investidores deverão adquirir as Ações nos termos da Resolução CMN 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e da Instrução CVM 325.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, bem como clubes de investimento que decidirem participar da Oferta de Varejo.
IO Fund	Fundo de Investimento para a Europa Central e do Leste (*Investment Fund for Central and Eastern Europe - IO*) estabelecido pelo governo da Dinamarca para apoiar investimentos de companhias dinamarquesas nestas regiões.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado.
LAFIS	Empresa de Consultoria, Análise Setoriais e de Empresas.

Lei das Sociedades por Ações	Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº. 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Mercado para a Distribuição Primária e Secundária	Mercado de Balcão não organizado, no Brasil.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da Bovespa com regras diferenciadas de governança corporativa.
Oferta	Oferta Primária e Oferta Secundária, em conjunto.
Oferta de Varejo	Oferta de Ações Ordinárias realizada junto a Investidores Não Institucionais de, no mínimo, 10% das Ações, excluídas as Ações Suplementares.
Oferta Institucional	Oferta de Ações Ordinárias realizada junto a Investidores Institucionais.
Oferta Primária	Oferta pública de 12.000.000 Ações Ordinárias a serem emitidas pela Companhia, a ser realizada no Brasil nos termos da Instrução CVM 400 e, ainda, com esforços de colocação nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, em operações isentas de registro de acordo com o *Securities Act*, e nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no Regulamento S, em ambos os casos, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
Oferta Secundária	Oferta pública de 15.971.459 Ações Ordinárias emitidas pela Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil nos termos da Instrução CVM 400 e, ainda, com esforços de colocação nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, em operações isentas de registro segundo o *Securities Act*, e nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no Regulamento S, em ambos os casos por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
OPA	Oferta Pública de Aquisição de Ações.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores para emissão das Ações Suplementares a serem destinadas exclusivamente para atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, a ser exercida pelo Coordenador Líder, em comum acordo com o Morgan Stanley, no todo ou em partes, no prazo de até 30 dias a contar do primeiro dia útil subseqüente à data de publicação do Anúncio de Início, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Período de Colocação	Prazo para a colocação das Ações, que será de até três dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.

Pessoas Vinculadas	Investidores Não Institucionais que são (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) os respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, e que sejam Investidores Não Institucionais.
PIB	Produto Interno Bruto do Brasil.
PIB Industrial	Produto Interno Bruto gerado pela atividade da indústria.
PIS	Programa de Integração Social.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções da CVM e pelas normas e pronunciamentos do IBRACON.
Preço por Ação	R$15,00.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento conduzido pelos Coordenadores para coleta de intenções de investimento de Investidores Institucionais interessados em adquirir Ações.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.
Regra 144A	*Rule 144A* do *Securities Act*.
Regulamento S	*Regulation S* do *Securities Act*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN nº. 2.689, de 26 de janeiro de 2000.
Retorno sobre Patrimônio	Retorno sobre patrimônio líquido, calculado como lucro líquido do exercício dividido pela média entre patrimônio líquido do exercício atual e do exercício imediatamente anterior.
Romi	Indústrias Romi S.A.

SEC	*Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, conforme alterado.
Taxa DI	Taxa média dos depósitos interfinanceiros DI de um dia, *over* extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou na falta deste, em um outro jornal de grande circulação.
Taxa Libor	*London Interbank Offered Rate* (taxa interbancária do mercado de Londres).
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo CMN.
TR	Taxa Referencial, divulgada pelo Banco Central.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES

Este Prospecto inclui estimativas e projeções, principalmente na Seção "Sumário da Companhia", "Fatores de Risco", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", "Visão Geral do Setor" e "Atividades da Companhia". As estimativas e projeções têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou podem afetar os nossos negócios. Muitos fatores importantes, além dos fatores discutidos neste Prospecto, podem impactar adversamente os nossos resultados tais como previstos nas estimativas e projeções. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- a conjuntura econômica, de negócios e política no País e em todos os países de nossos concorrentes nos quais atuamos;
- eventos de força maior;
- inflação, valorização e desvalorização do Real e das demais moedas dos países em que atuamos, assim como flutuações nas taxas de juros aplicáveis;
- nossa capacidade de implementar nossa estratégia, nosso plano de investimentos em manutenção, incluindo nossa capacidade de obter financiamento quando necessário e em condições razoáveis, bem como nossa estratégia de *marketing*;
- a continuidade do financiamento do BNDES para vendas de nossos produtos sob o programa Finame Fabricante;
- nossa capacidade de acompanhar e aplicar em nossos produtos as mais recentes evoluções tecnológicas;
- alteração na regulamentação tributária, inclusive encargos setoriais;
- alteração nas estratégias e planos dos nossos acionistas que forem titulares do poder de controle difuso;
- outros fatores que podem afetar nossa condição financeira, liquidez e resultados das nossas operações; e
- outros fatores de risco apresentados na Seção "Fatores de Risco".

As palavras "acredita", "pode", "poderá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e projeções. As considerações sobre estimativas e projeções incluem informações atinentes a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais estimativas e projeções referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem nós, nem os Acionistas Vendedores, nem os Coordenadores da Oferta assumimos a obrigação de atualizar ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e projeções constantes deste Prospecto podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e projeções contidas neste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras incluídas neste Prospecto devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas relativas aos exercícios de 2004, 2005 e 2006 e respectivas notas explicativas, incluídas no presente Prospecto, as quais foram elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. O termo "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil" refere-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas da CVM e pelas normas e pronunciamentos do IBRACON.

Nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas informações financeiras da Companhia e de suas Controladas. A participação da Companhia em suas Controladas que compõe o processo de consolidação de suas demonstrações financeiras encontra-se descrito na tabela abaixo:

Controlada	Sede	Participação
Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	92,96% em 2004 e 2005 e 93,07% em 2006
Romi Machine Tools, Ltd.	Estados Unidos da América	100,00%
Interocean Comércio, Importadora e Exportadora S.A.	Brasil	100,00%
Romi Europa GmbH	Alemanha	100,00%
Favel S.A.	Uruguai	100,00%

Neste Prospecto, os termos "Dólar", "Dólares" e o símbolo "US$" referem-se à moeda oficial dos Estados Unidos. Os termos "Real", "Reais" e o símbolo "R$" referem-se à moeda oficial do Brasil.

CONVERSÃO DE AÇÕES E DESDOBRAMENTO DE AÇÕES

Em 15 de fevereiro de 2007, os nossos Acionistas aprovaram o desdobramento das ações integrantes do nosso Capital Social à razão de 1:10, bem como a conversão da totalidade de nossas Ações Preferenciais então existentes em Ações Ordinárias, na proporção de dez Ações Preferenciais para nove Ações Ordinárias. Essa conversão e o desdobramento tiveram efeito a partir de 23 de março de 2007. Como resultado do desdobramento e da conversão, cada titular de uma ação ordinária de nossa emissão passou, com o desdobramento, a ser titular de dez ações, bem como cada titular de 1 ação preferencial de nossa emissão passou a ser titular de 10 ações preferenciais de nossa emissão, as quais foram convertidas à razão de 9 ações ordinárias para cada 10 ações preferenciais, e nosso Capital Social é, atualmente, composto somente por Ações Ordinárias. Realizamos a referida conversão para que possamos aderir, de forma voluntária, às práticas de governança corporativa e divulgação de informações exigidas pelo Novo Mercado. Celebramos, em 22 de março de 2007, o Contrato de Participação no Novo Mercado da Bovespa, e nossas ações passaram a ser negociadas no Novo Mercado a partir de 23 de março de 2007.

As informações de lucro por ação em reais e dividendo por ação em reais foram apuradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (ou seja, foram apuradas com base nas quantidades de ações em circulação na data de encerramento de cada exercício social apresentado).

Conseqüentemente, essa informação e os demais dados por ação e outros dados neste Prospecto, não foram ajustados para refletir o desdobramento e a conversão de Ações Preferenciais em Ações Ordinárias descritos no parágrafo anterior.

PARTICIPAÇÃO DE MERCADO E DEMAIS INFORMAÇÕES

Fazemos declarações neste Prospecto sobre várias estimativas, incluindo estimativas de mercado, o detalhamento histórico e futuro, entre diversos tipos de produtos, das vendas no seu setor, sua situação em relação aos seus concorrentes e sua participação no setor de bens de capital. As informações relativas à indústria e mercado de bens de capital mecânicos e de fundidos apresentadas neste Prospecto foram obtidas nos relatórios das entidades independentes Abimaq, Abifa, Abiplast e informações disponibilizadas pela própria Companhia.

Não dispomos de fontes que consideremos apropriadas para determinação de nossa participação nos mercados nos quais atuamos. Por essa razão, as participações de mercado indicadas nesse Prospecto foram calculadas de acordo com a seguinte metodologia, que pode não representar precisamente a nossa atual participação de mercado, nos mercados em que atuamos:

- Máquinas-Ferramenta: Atuamos nos segmentos de máquinas-ferramenta por remoção de cavaco seriadas, nos quais estão incluídos os tornos convencionais, tornos CNC horizontais e centros de usinagem de médio porte. Também fabricamos tornos extrapesados, por encomenda. Para estimar o tamanho do segmento do setor de máquinas-ferramenta em que atuamos, cruzamos dados obtidos por nós no dia-a-dia de nossas atividades, tais como volume e movimentação financeira de importações e dados de outros países para o setor em tais assuntos, que obtivemos através de informações disponíveis ao público em geral. Foram, também, utilizadas informações fornecidas pela Abimaq, como indicadores conjunturais sobre o setor de máquinas-ferramenta, por meio dos quais foram apurados dados referentes a faturamento nominal, número de empregados, comércio exterior, nível de utilização da capacidade, pedidos em carteira, importações e exportações para esse segmento. Segundo a Abimaq, o consumo aparente nacional em 2006 na área de máquinas-ferramenta, incluídos todos os tipos de máquinas-ferramenta (inclusive aquelas que nós não produzimos, tais como prensas, máquinas retificadoras, tornos verticais, e outros), foi de cerca de R$3,1 bilhões. Contudo, o segmento desse mercado no qual atuamos, segundo as nossas estimativas, é de aproximadamente 23%, o que representaria um mercado de aproximadamente R$720 milhões. Considerando nossa receita operacional líquida de R$287 milhões no ano de 2006, para venda de máquinas do segmento de máquinas-ferramenta, estimamos a nossa participação nesse mercado em aproximadamente 40%.
- Máquinas Injetoras de Plástico: Atuamos nos segmentos de injetoras de plástico horizontais para termoplásticos de 40 a 4.000 toneladas de força de fechamento, sendo até 1.100 toneladas seriadas, e, acima de 1.100 toneladas, na fabricação por encomenda. A fim de estimar a nossa participação nesse mercado, cruzamos dados obtidos no dia-a-dia de nossas atividades, tais como volume e movimentação financeira de importações e dados de outros países para o setor em tais assuntos, que obtivemos através de informações disponíveis ao público em geral. Foram, também, utilizadas informações fornecidas pela Abimaq, como indicadores conjunturais para Indústria de Máquinas para Artigos Plásticos, por meio do qual foram apurados dados referentes a faturamento nominal, número de empregados, comércio exterior, nível de utilização da capacidade, pedidos em carteira, importações e exportações. Segundo a Abimaq, o consumo aparente nacional em 2006 na área de Máquinas para processar plástico foi de aproximadamente R$1,3 bilhão, em um universo que compreende todos os tipos de máquinas para processar plástico, incluindo aquelas que nós não fabricamos, como, por exemplo, máquinas extrusoras, sopradoras, termo-formadoras, injetoras verticais e injetoras de borracha e outros. O segmento desse mercado em que atuamos, segundo as nossas estimativas, é de aproximadamente 19%, o que corresponderia a um mercado de aproximadamente R$254 milhões em 2006. Considerando nossa receita operacional líquida de máquinas injetoras de plástico de R$88,4 milhões em 2006, estimamos nossa participação do mercado em 2006 em aproximadamente 35%.
- Fundidos e Usinados: Atuamos nos segmentos de peças fundidas e usinadas em geral, sendo tais peças destinadas principalmente à indústria automotiva pesada e leve, de energia eólica e de bens de capital. A produção nacional, segundo a Abifa, foi da ordem de 3 milhões de toneladas, incluindo todos os tipos de fundidos e usinados, inclusive aqueles que nós não produzimos, tais como aços e fundidos não-ferrosos. Usando como parâmetro a produção conjunta das fundições brasileiras com capacidade individual acima de 10.000 toneladas/ano, segundo estimativas da Abifa, a parcela desse mercado em que competimos, é de cerca de 45%, o que corresponderia a um montante de aproximadamente 1,5 milhão de toneladas. Desse total, produzimos, em 2006, aproximadamente 40 mil toneladas (capacidade instalada), o que representaria uma participação de aproximadamente 3% nesse mercado.

ARREDONDAMENTOS

Determinados números incluídos neste Prospecto foram arredondados. Portanto, alguns dos totais constantes das tabelas aqui apresentadas podem não representar uma soma exata.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este Sumário contém informações incluídas em outras seções deste Prospecto. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir em Ações de nossa emissão. Antes de decidir investir em Ações de nossa emissão, o investidor deverá ler atentamente todo o Prospecto, incluindo nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as respectivas notas explicativas, bem como as informações contidas nas Seções "Fatores de Risco" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais".

VISÃO GERAL

Somos o maior fabricante brasileiro de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico e líderes de mercado em termos de receita operacional líquida, assim como acreditamos ser um importante produtor de fundidos e usinados do País. Fabricamos produtos com tecnologia de última geração e da mais alta qualidade, e estamos continuamente investindo em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos de produção. Em atividade desde 1930, já produzimos e vendemos mais de 143.000 máquinas ao longo da nossa história, tendo exportado mais de 27.000 máquinas. Em 2006, atendemos cerca de 1.500 clientes brasileiros e cerca de 100 clientes localizados em 37 outros países, distribuídos por todos os continentes. Nossos clientes atuam nos mais variados setores industriais, incluindo, dentre outros, fabricantes e fornecedores da cadeia automobilística pesada e leve, bens de consumo em geral, máquinas e implementos agrícolas e máquinas e equipamentos industriais.

Em 2004, 2005 e 2006 investimos um total de R$98,3 milhões em ativos fixos, visando à ampliação e modernização do nosso parque fabril, resultando na expansão da capacidade de produção de máquinas-ferramenta em aproximadamente 30% e de fundidos e usinados em aproximadamente 65%. Contamos atualmente com 9 unidades fabris, instaladas em mais de 140 mil m^2 de área construída, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Adicionalmente, as nossas despesas em pesquisa e desenvolvimento nos anos de 2004 e 2005, representaram 3,7% e em 2006 3,8% da receita operacional líquida consolidada. Atualmente, contamos com um time de pesquisa e desenvolvimento composto por mais de 190 engenheiros e outros técnicos altamente qualificados.

Como as máquinas que fabricamos integram a linha de produção de nossos clientes, acreditamos que elas exerçam um papel fundamental para os resultados de nossos clientes e seu crescimento e sucesso, assim como para o processo de desenvolvimento econômico do País com um todo. Temos consistentemente apresentado um crescimento acima do crescimento do PIB brasileiro: em 2004, 2005 e 2006, a nossa receita operacional líquida consolidada apresentou um crescimento de 33,2%, 14,5% e 7,5%, respectivamente, em termos nominais, enquanto que o PIB brasileiro cresceu, em média, 3,3% nesse mesmo período.

Fabricamos produtos com tecnologia de última geração e de alta qualidade, e estamos continuamente investindo em pesquisa e desenvolvimento. Em 2004, 2005 e 2006 nossas despesas em pesquisa e desenvolvimento totalizaram R$56,2 milhões, com o objetivo de desenvolver novos produtos e continuamente melhorar e atualizar os produtos existentes, tanto no que tange a avanços tecnológicos quanto a ganhos de produtividade, como otimização na escolha de materiais e processos industriais. Em 2004, 2005 e 2006 nossa receita operacional líquida acumulada decorrente de novos produtos foi de aproximadamente R$172,1 milhões, R$284,5 milhões e R$266,2 milhões, o que representou em média 31,4%, 55,7% e 59,7% da receita líquida operacional, respectivamente, para os três anos mencionados. Consideramos novos produtos todos aqueles lançados nos 3 anos anteriores ao fim de exercício. A nossa Administração entende que esses investimentos em pesquisa e desenvolvimento são de grande importância para a Companhia continuar a crescer e, principalmente, manter seus produtos tecnologicamente atualizados frente aos concorrentes nacionais e internacionais. O desenvolvimento de novas tecnologias e novos produtos resultou em 6 patentes atualmente em vigor no Brasil e 57 em vigor no exterior. Além disso, atualmente, temos mais 2 patentes requeridas no Brasil e 19 no exterior.

Temos forte presença no mercado internacional. Nossas exportações totalizaram R$65,4 milhões, ou 11,9% de nossa receita operacional líquida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, R$75,3 milhões, ou 14,7% de nossa receita operacional líquida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 e R$65,1 milhões, ou 14,6% de nossa receita operacional líquida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004. A redução das exportações no ano de 2006 deveu-se principalmente a valorização do real frente ao dólar, que inibiu as vendas internacionais.

Nossos Mercados de Atuação

Máquinas-Ferramenta: Atuamos no mercado de máquinas-ferramenta, mais precisamente no mercado de máquinas-ferramenta por remoção de cavaco seriadas. Compõem tal categoria os tornos convencionais, tornos CNC horizontais e centros de usinagem de médio porte. Também fabricamos tornos extrapesados por encomenda. As máquinas-ferramenta que produzimos são utilizadas principalmente pelo setor industrial, na fabricação de peças por arranque de metal, tais como caixas de câmbio, rodas, polias de transmissão e partes de máquinas. Nossos principais clientes são empresas prestadoras de serviços de usinagem, fabricantes de autopeças, de bens de capital e de bens de consumo. Detemos uma participação no mercado brasileiro estimada em aproximadamente 40% em 2006, no segmento de máquinas-ferramenta em que atuamos.

Máquinas Injetoras de Plástico: Fabricamos máquinas injetoras de plástico, mais precisamente atuando no mercado de injetoras de plástico horizontais para termoplásticos de 40 a 4.000 toneladas de força de fechamento, sendo até 1.100 toneladas na fabricação por série, e, acima de 1.100 toneladas, na fabricação por encomenda. Máquinas injetoras de plástico são utilizadas na fabricação dos mais variados produtos, tais como lanternas automotivas, pára-lamas de motocicletas, cadeiras e baldes de plástico e corpos de aparelhos celulares, e entre os nossos principais clientes estão fabricantes de autopeças, de bens de consumo e de embalagens. Acreditamos que nossa participação no mercado nacional de máquinas injetoras de plástico do segmento em que atuamos é de aproximadamente 35%.

Fundidos e Usinados: Somos um importante fabricante brasileiro de peças fundidas e usinadas, detendo uma participação de aproximadamente 3% do mercado nacional, nos segmentos onde atuamos. As nossas peças fundidas e usinadas são destinadas principalmente à indústria automotiva pesada e leve, de energia eólica e de bens de capital.

A tabela abaixo apresenta alguns de nossos principais indicadores financeiros para os exercícios mencionados:

	CONSOLIDADO Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de:		
(em milhões de R$, exceto %)	**2004**	**2005**	**2006**
Receita Operacional Líquida			
Máquinas-Ferramenta	314,3	344,0	359,8
Máquinas Injetoras de Plástico	57,7	78,3	88,4
Fundidos e Usinados	72,4	85,3	91,1
Controladas	1,3	3,0	9,6
Total	445,7	510,6	548,9
Lucro Operacional Bruto			
Máquinas-Ferramenta	134,8	149,2	168,5
Máquinas Injetoras de Plástico	21,5	29,0	30,0
Fundidos e Usinados	32,7	26,8	31,2
Controladas	1,1	3,7	6,8
Total	190,1	208,7	236,5
Lucro Líquido	69,6	76,3	82,9
Margem Líquida[1]	15,6%	15,0%	15,1%
EBITDA[2]	85,3	92,7	108,2
Margem EBITDA[3]	19,1%	18,2%	19,7%
Retorno sobre Patrimônio[4]	23,9%	22,5%	23,5%
Endividamento			
Circulante			
Financiamentos	52,0	18,7	5,8
Financiamentos - Finame Fabricante[5]	84,7	103,6	149,2
Não circulante			
Financiamentos	6,5	11,4	23,8
Financiamentos - Finame Fabricante[5]	82,4	90,3	232,2

(1) Margem Líquida é o lucro líquido no fim do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(2) O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir a nossa performance. O EBITDA é igual ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo os princípios contábeis brasileiros, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. A reconciliação do lucro líquido com o EBITDA está apresentada na seção "Resumo das Demonstrações Financeiras".

(3) Margem EBITDA é o EBITDA do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(4) Retorno sobre Patrimônio é o retorno sobre patrimônio líquido, calculado como lucro líquido do exercício dividido pela média entre o patrimônio líquido apurado ao final do exercício e o apurado ao final do exercício imediatamente anterior

(5) Modalidade de financiamento do BNDES, onde nós figuramos como devedores e repassamos integralmente aos nossos clientes os termos negociados.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DE COMPROMISSOS FINANCEIROS

Acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

PONTOS FORTES

Acreditamos que os nossos pontos fortes são:

Liderança de mercado: Somos o maior fabricante brasileiro de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico, com base em receita operacional líquida, assim como um importante produtor de fundidos e usinados do País. No mercado externo, atendemos a clientes localizados em vários países da América do Sul, América do Norte, Europa, Ásia, África e Oceania, por meio de vendas diretas ou pelas nossas Subsidiárias, revendedores e *trading companie*s. Nossos clientes são, em geral, integrantes do setor industrial, cujas atividades são diretamente influenciadas pelo crescimento da economia nos mercados em que atuam. Sendo assim, acreditamos que a nossa posição de destaque nos mercados em que atuamos nos confere um lugar privilegiado para nos beneficiarmos das perspectivas macroeconômicas positivas, tanto em relação ao mercado brasileiro quanto mundial, aproveitando o potencial de crescimento da demanda por nossos produtos.

Excelência nos produtos e serviços oferecidos: A excelência reconhecida de nossos produtos e serviços representam a base de nossa vantagem competitiva, sendo um instrumento-chave para a fidelização dos clientes atuais, assim como para a obtenção de novos clientes:

- *Tecnologia de Ponta e Produtos Confiáveis e de Qualidade:* Fabricamos máquinas e equipamentos que integram a linha de produção de nossos clientes que, em geral, são as principais máquinas por eles utilizadas. Por esse motivo, acreditamos que o desempenho, a qualidade e a confiabilidade de nossos produtos e serviços têm impacto direto em seus resultados e operações. Cientes dessa responsabilidade, adotamos a política de sempre buscar o desenvolvimento de novos equipamentos e tecnologias, assim como de aprimorar os que já fabricamos. As nossas despesas em pesquisa e desenvolvimento nos anos de 2004 e 2005 representaram 3,7% e em 2006 3,8% de nossa receita operacional líquida consolidada. Com o apoio de aproximadamente 190 engenheiros e técnicos altamente qualificados, desenvolvemos internamente produtos confiáveis com tecnologias de ponta e inovadoras. Adicionalmente, detemos licenças exclusivas no Brasil, Argentina e também em outros países para o emprego de tecnologias especialmente desenvolvidas por fabricantes internacionais de ponta.
- *Forte Relacionamento com os Nossos Clientes e Abrangentes Serviços de Assistência Técnica Pré e Pós Venda*: No Brasil, atendemos aos nossos clientes diretamente, através do nosso próprio corpo de vendas e assistência técnica. Nossos profissionais são amplamente treinados e capacitados em relação aos nossos produtos e serviços, conhecem profundamente as necessidades dos nossos clientes e estabelecem relacionamentos sólidos e de longo prazo com eles, baseados na confiança, além de fazer com que ofereçamos o produto que melhor atenda às expectativas dos clientes. Prestamos serviços de pós venda objetivando capacitar os nossos clientes a operar as máquinas que comercializamos, assim como assegurar o contínuo e bom funcionamento desses equipamentos. Visamos nos tornar a primeira opção de nossos clientes em futuras aquisições de máquinas que produzimos. Para tanto, adicionalmente, disponibilizamos aos nossos clientes no Brasil uma rede com mais de 30 pontos de assistência técnica, com cobertura nacional, e aos nossos clientes no exterior serviços de assistência técnica internacional através de nossas subsidiárias localizadas nos Estados Unidos e na Alemanha ou de nossos distribuidores internacionais. Possuímos, ainda, um sistema de assistência técnica integral (o RAI – Romi Assistência Integral), que é um *call center* próprio através do qual somos capazes de solucionar dúvidas sobre o funcionamento de nossas máquinas, assim como acessar remotamente certas máquinas que nós vendemos e diagnosticar os eventuais problemas apresentados. Esse serviço tem por objetivo minimizar o custo de manutenção e o possível tempo de máquina parada. Ainda, disponibilizamos um abrangente estoque de peças de reposição, alocado estrategicamente nas principais regiões onde nossas máquinas estão instaladas, o que possibilita um rápido atendimento aos nossos clientes. Disponibilizamos aos nossos clientes a facilidade de obter orçamentos e realizar pedidos *on-line*, através do nosso *website*, o que lhes permite um processo de compra de peças de reposição bastante ágil. Acreditamos que nosso serviço de assistência técnica e suporte de pré e de pós-venda conferem aos nossos produtos uma vantagem competitiva em relação aos equipamentos fornecidos por nossos concorrentes, principalmente os estrangeiros.

- *Forte Prestígio da Marca*: Com mais de 76 anos de história, a marca Romi usufrui de forte prestígio no mercado em que atua, o que é demonstrado com a nossa liderança nos segmentos de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico em que atuamos e nossa importante presença no mercado de fundidos e usinados. A nossa Companhia nos últimos três anos recebeu premiações importantes que corroboram o forte prestígio da nossa marca. Entre as premiações recebidas, destacam-se (i) a conquista pelo terceiro ano consecutivo do "Prêmio Plásticos em Revista", na categoria de "Excelência na Fabricação de Máquinas Injetoras de Plástico", concedido pelo INP – Instituto Nacional do Plástico; (ii) o reconhecimento, em 2006, como um dos cinco fornecedores mais destacados na categoria "Injetoras de Plástico", em pesquisa anual de preferência de marca, promovida pela NEI – Equipamentos Industriais, envolvendo executivos da indústria; (iii) o prêmio "FGV de Excelência Empresarial", concedido pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o IBRE – Instituto Brasileiro de Economia, como a melhor empresa do setor de máquinas e equipamentos do País, no ano de 2004; e (iv) o Prêmio Abimaq Exportador do Ano de 2005, na categoria "Diversidade de Mercados".
- *Financiamento atrativo aos nossos clientes*: Muitos de nossos clientes necessitam de financiamento para viabilizar a compra das nossas máquinas. Atentos a isso, disponibilizamos diversas alternativas de financiamento, tanto diretamente (vendas a prazo) quanto em parceria com instituições financeiras brasileiras. A nossa sólida estrutura financeira tem nos permitido acesso a linhas de crédito em volume suficiente para atender a essas necessidades, e repassá-las aos nossos clientes, tendo por garantia real a reserva de domínio da máquina vendida. Dentre essas linhas de crédito, destacamos a linha de financiamentos do BNDES denominada Finame Fabricante, que acreditamos apresentar condições atrativas aos tomadores, sendo bastante competitiva em relação a outras linhas de crédito oferecidas pelo mercado financeiro. Devido às exigências do BNDES para a concessão de tal linha de crédito, nem todos os nossos concorrentes dispõem desse instrumento para oferecer aos seus clientes.

Base diversificada de clientes: Possuímos uma base diversificada de clientes, em termos de segmentos de atuação e localização geográfica, sendo que os nossos 100 maiores clientes responderam por 41,1% da nossa receita operacional líquida no ano de 2006. Nesse período, atendemos cerca de 1.500 clientes brasileiros e cerca de 100 clientes localizados em 37 países distribuídos por todos os continentes. Acreditamos que isto nos deixa menos suscetíveis à volatilidade na demanda de um segmento de mercado ou cliente específico.

Histórico de crescimento com rentabilidade, inclusive em situações econômicas adversas: Em atividade desde 1930, atravessamos com sucesso períodos de recessão, de hiperinflação, assim como várias crises políticas no País. Em 2004, 2005 e 2006, crescemos nossa receita operacional líquida consolidada a uma taxa de 33,2%, 14,5% e 7,5%, respectivamente. Mesmo em anos em que o Brasil apresentou baixo índice de crescimento econômico, como em 2001 e 2003, quando o PIB apresentou crescimento de 1,3% e 0,5% respectivamente, fomos capazes de crescer nossa receita operacional líquida substancialmente, em 11,0% e 37,8% sobre os anos anteriores, respectivamente, decorrente principalmente da desvalorização do Real frente ao Dólar, o que inibiu a entrada de máquinas importadas no mercado nacional a preços competitivos. Acreditamos que nossa capacidade de crescer, até mesmo em cenários econômicos adversos, é uma das nossas grandes vantagens competitivas. Além disto, temos consistentemente atingido melhoras no índice de retorno sobre patrimônio líquido médio, que atingiu 23,5% em 2006.

Administração experiente e qualificada: Mantemos uma administração profissionalizada altamente qualificada, com conhecimento na área industrial e no mercado financeiro. Nossos executivos seniores possuem, em média, 29 anos de experiência em nossa Companhia, tomando-se como base a data deste Prospecto. Acreditamos que nossa equipe de administradores é importante para o crescimento das receitas e para a expansão bem sucedida de nossos negócios.

ESTRATÉGIA

Para manter nossa posição de destaque nos setores nos quais atuamos, manter o contínuo crescimento de nossos negócios e aumentar nossa rentabilidade, os principais elementos de nossa estratégia são:

***Ampliar a nossa participação nos segmentos em que atuamos*.** A nossa estratégia de crescimento nos segmentos onde atuamos está baseada no incremento das vendas de nossos produtos no mercado interno e externo:

- *Consolidação de nossa posição de liderança no Brasil*: Pretendemos reforçar a nossa posição de liderança nos mercados nacionais de máquinas-ferramenta e de injetoras de plástico, assim como aumentar a nossa presença no mercado de fundidos e usinados, através de investimentos adicionais no desenvolvimento e na qualidade de nossos produtos, assim como em serviços de assistência técnica pré e pós-venda. Em especial, no setor de fundidos e usinados, pretendemos nos valer de nossa excelência nas operações de usinagem, decorrente de nossa atividade como fabricantes de máquinas-ferramenta, para incrementar as vendas de peças mais complexas e expandir nossa participação de mercado.

- *Reforçar a nossa presença no mercado internacional*: Em 2006, 11,9% da nossa receita operacional líquida consolidada foram oriundos da exportação. Consideramos que há um grande mercado de potenciais consumidores no exterior a ser explorado. Acreditamos que incrementar nossas exportações também traz como benefício o aumento do prestígio de nossa marca como sinônimo de qualidade internacional, reconhecida mundialmente. Dado o cenário de estabilidade cambial atual, pretendemos incrementar nossa atuação no mercado externo. Nesse contexto, entendemos que as nossas Controladas nos Estados Unidos da América e na Alemanha, assim como nossos representantes comerciais internacionais e uma base de clientes consolidada no exterior nos colocam em uma posição favorecida para aproveitar oportunidades de mercado.

Investir em novos produtos. Pretendemos continuar a investir no desenvolvimento de novos produtos confiáveis, de qualidade e tecnologicamente avançados, que atendam às necessidades de nossos clientes. Para tanto, planejamos adotar as seguintes estratégias:

- *Desenvolvimentos de novos produtos nos segmentos onde atuamos*: Continuaremos a investir no desenvolvimento de novos produtos, especialmente relacionados a máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico, para oferecer aos nossos clientes máquinas que, cada vez mais, contribuam para o aumento de suas respectivas produtividades, e que são centrais para suas operações e crescimento. Na unidade de fundidos e usinados, pretendemos focar no desenvolvimento e fabricação de peças mais complexas, agregando cada vez mais valor ao produto final.

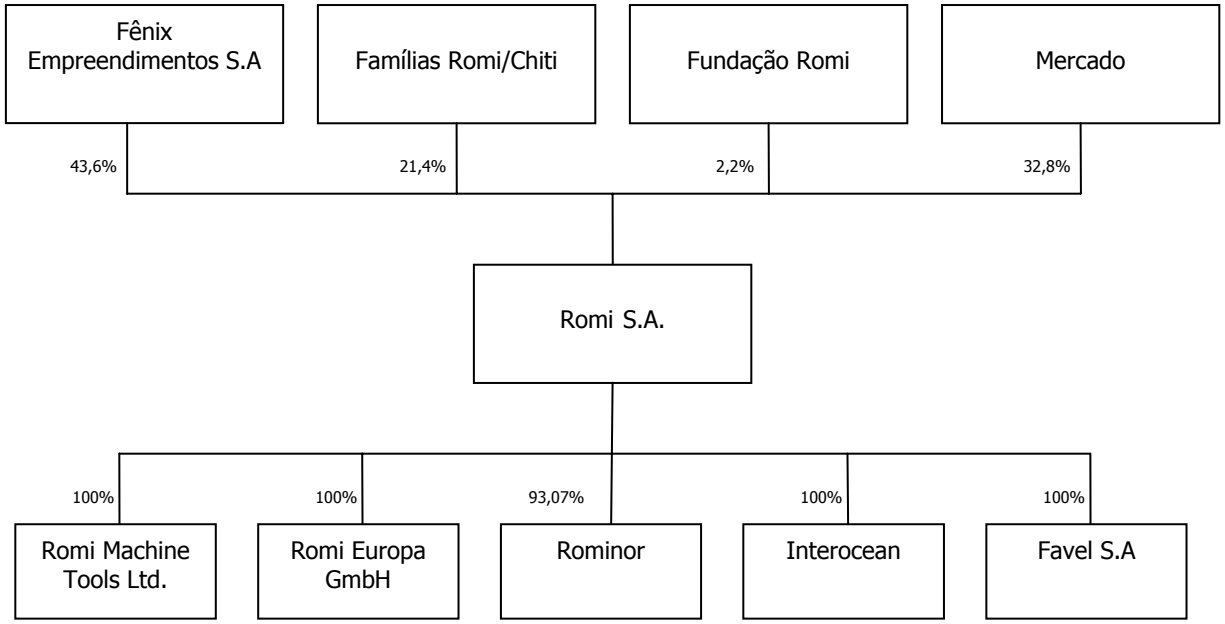
- *Explorar novos segmentos*: Pretendemos agregar novos produtos à carteira que ofertamos aos nossos clientes, em especial no setor de bens de capital mecânicos, que acreditamos possuir importantes sinergias com os nossos negócios atuais. Alguns de nossos clientes atuais necessitam de bens de capital mecânicos, e entendemos que a nossa larga experiência nesse setor e o relacionamento de longo prazo com nossa base de clientes favorecerão a ampliação do nosso atual portfólio de produtos para alcançar novos segmentos. A fim de atingir esse objetivo, além de analisar projetos para implantação de novas unidades fabris, estamos continuamente monitorando o mercado, em busca de oportunidades de aquisição e de parcerias com empresas brasileiras ou do exterior, que se encaixem nesta estratégia e ofereçam oportunidade de geração de valor para nossos acionistas.

Otimizar processos, reduzir custos e aumentar eficiências operacionais. Acreditamos que a expansão dos nossos negócios por meio do aumento da nossa capacidade instalada, de aquisições ou do incremento da variedade de produtos, aumentando o volume de unidades comercializadas, nos proporcionará ganhos de escala. Esperamos, através da maior escala, nos beneficiar de um maior poder de negociação frente aos nossos fornecedores. Planejamos, até 2010, integrar todas as nossas unidades industriais em um só local. Acreditamos que a integração de nossas unidades industriais em um só local deverá acarretar no melhor aproveitamento de nossa infra-estrutura, aumentando a nossa produtividade e eficiência operacional, além de reduzir custos administrativos e contribuir para aperfeiçoar ainda mais nosso processo de gerenciamento da cadeia de suprimentos.

Analisar e perseguir oportunidades de aquisições. Monitoramos continuamente o mercado buscando oportunidades de aquisição e de parcerias estratégicas nos mercados nos quais atuamos, que se caracterizem por atividades complementares às nossas, que proporcionem sinergias demonstráveis, rentabilidade, ganhos de escala e geração de valor ao acionista e que sejam disciplinadas do ponto de vista financeiro, obedecendo a rigorosos critérios de retorno. Adicionalmente, acreditamos que a nossa posição de destaque e solidez financeira nos mercados em que atuamos nos posiciona favoravelmente para atuarmos como consolidadores destes mercados.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA E ORGANIZACIONAL

O organograma abaixo apresenta a nossa atual estrutura societária e organizacional:



Nossa sede social localiza-se na Avenida Pérola Byington, 56, 13453-900, Santa Bárbara d'Oeste, São Paulo, Brasil, e nosso telefone principal é +55 19 3455-9000 e o nosso *website* é www.romi.com.br. As informações constantes em nosso *website* ou que podem ser acessadas por meio dele não integram esse Prospecto e não são a eles incorporadas por referência. O telefone de nosso departamento de Relações com os Investidores é +55 19 3455-9913.

SUMÁRIO DA OFERTA

Companhia	Indústrias Romi S.A.
Acionistas Vendedores	Sra. Flora Sans Romi, Sr. Américo Emílio Romi Neto, Sr. José Carlos Romi, Sr. André Luís Romi, Sra. Maria Pia Romi Campos, Sr. Carlos Chiti, Sra. Suzana Guimarães Chiti, Sra. Juliana Guimarães Chiti, Sr. Carlos Guimarães Chiti, Sr. Eugênio Guimarães Chiti, Sr. Romeu Romi, Sra. Anna Maria de Toledo Romi, Sra. Sandra Maria Romi Cheida, Sra. Patrícia Romi Cervone, Sra. Adriana Romi, Sr. Frederico Romi, Sr. Paulo Romi, Sr. Giordano Romi Júnior, Sra. Anna Regina Romi Zanatta e Sra. Cláudia Miriam Romi Frezza. Além destes, os seguintes fundos de investimento administrados pela Hedging Griffo Corretora de Valores S.A.: HG Camino FIA, HG Global Macro Máster Fund LP, Green HG FUND LLC, HG Beta 14 FIA, HG Hiper FIM, HG Verde Master FIM, Skopos HG BRK Fund LLC, HG Pilar FIM, HG Private FIM, HG Raphael FIA, HG Agar FIM, HG Star FIM, HG Top FIM, HG Top 30 FIM, HG Turbus FIA, Hedging-Griffo Verde FIM, HG Carteira Administrada Real FIM, Skopos Master FIA, Skopos HG Fund LLC, Hedging-Griffo Verde 14 FIM, HG Cerejeira FIA, HG Clique FIA e HG Master FIA.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	Banco Itaú BBA S.A. e Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A.
Coordenadores Contratados	BB Banco de Investimento S.A., HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento.
Agentes de Colocação Internacional	Itaú Securities, Inc. e Morgan Stanley & Co. Incorporated.
Ações	Oferta primária e secundária de 27.971.459 Ações, em mercado de balcão não-organizado, sendo 12.000.000 novas Ações a serem emitidas pela Companhia, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e dentro do limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social ("Oferta Primária") e 15.971.459 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, a "Oferta"). As Ações estão sendo ofertadas: (i) no Brasil, a Investidores Institucionais e Investidores Não-Institucionais, por meio de uma distribuição pública primária e secundária registrada na CVM, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400; e (ii) no exterior, mediante esforços de venda nos Estados Unidos da América para Investidores Qualificados (conforme definido na Regra 144A da SEC), por meio de oferta isenta dos requisitos de registro do *Securities Act*, e nos demais países, em conformidade com o Regulamento S.

Opção de Ações Suplementares	A quantidade total de Ações poderá, ainda, ser acrescida de um lote suplementar de até 4.195.719 Ações Suplementares, conforme Opção de Ações Suplementares outorgada pela Companhia aos Coordenadores da Oferta. As Ações Suplementares corresponderão a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta. As Ações Suplementares serão destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida, total ou parcialmente, no prazo de até 30 dias contados do primeiro dia útil subseqüente à data de publicação do Anúncio de Início, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.
Preço por Ação	R$15,00. O Preço por Ação foi fixado de acordo com os critérios indicados no inciso III do parágrafo 1° do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, em consonância com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro (i) a cotação das Ações na Bovespa; e (ii) as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas com potenciais Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.
Garantia Firme de Liquidação	**Nos termos da garantia firme de liquidação, os Coordenadores têm a obrigação não solidária de subscrição/aquisição da totalidade das Ações, pelo Preço por Ação. Tal garantia é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de Bookbuilding, deferido o registro da Oferta pela CVM, assinado o contrato de distribuição, disponibilizado o Prospecto Definitivo e publicado o Anúncio de Início. Caso a totalidade das Ações da Oferta não tenha sido totalmente liquidada e/ou revendida no prazo de até 3 dias úteis, contado a partir da data da publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores adquirirão e/ou subscreverão o saldo resultante da diferença entre (i) a totalidade das Ações (exceto pelas Ações Suplementares), e (ii) a quantidade de Ações efetivamente colocadas no mercado e liquidadas pelos investidores que as adquiriram e/ou subscreveram pelo Preço por Ação, na proporção da garantia firme assumida por cada um dos Coordenadores no Contrato de Distribuição.**

Público Alvo	As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações objeto da Oferta por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a oferta de varejo ("Oferta de Varejo") e a oferta institucional ("Oferta Institucional"). A Oferta de Varejo será realizada a investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, bem como clubes de investimento (registrados na Bovespa, nos termos da regulamentação em vigor), que decidiram participar da Oferta de Varejo, por meio da efetivação de pedidos de reserva de Ações. A Oferta Institucional será realizada a investidores pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento registrados na Bovespa cujos valores de investimento excedam o limite máximo estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na Bovespa, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325.
Período de Reserva	Prazo concedido aos Investidores Não-Institucionais iniciado em 02 de abril de 2007 e encerrado em 10 de abril de 2007, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva.
Capital Social	O Capital Social da Companhia atualmente é dividido em 62.361.828 ações, sendo todas Ações Ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Após a Oferta, o Capital Social da Companhia será dividido em 74.361.828 Ações Ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar ou em 78.557.547 Ações Ordinárias, se considerado o exercício integral da Opção de Ações Suplementares. As Ações conferem aos titulares todos os direitos assegurados aos titulares de Ações de emissão da Companhia, inclusive a atribuição de dividendos integrais e todos os outros benefícios declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação. Veja a seção "Descrição do Capital Social" deste Prospecto.
Controle Difuso	Após a Oferta, não teremos mais um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante. Entretanto, pode ser que se formem alianças ou acordos entre os novos acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Veja a seção "Fatores de Risco". Existem, no entanto, mecanismos de governança corporativa para evitar que um grupo de acionistas passe a deter o poder decisório da Companhia, incluindo o direito dos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, pelo menos 15% de nossas Ações, o direito de indicar, em votação em separado, um conselheiro para o Conselho de Administração. Adicionalmente, o nosso Conselho Fiscal pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por acionistas representando mais de 10% de nosso Capital Social vide as seções "Governança Corporativa - Alienação do Controle", "Governança Corporativa - Dispersão Acionária em Oferta Pública".

Mecanismo de Proteção a Dispersão Acionária

O artigo 51 de nosso Estatuto Social contém disposição que tem o efeito de evitar a concentração de nossas ações nas mãos de um grupo pequeno de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa. A disposição neste sentido exige que qualquer acionista, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 15% do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 15% do total de ações de emissão da Companhia, solicitar o registro de uma oferta pública de aquisição ("OPA") da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da Bovespa e os termos do nosso Estatuto Social. Incluem-se na obrigação de realizar esta OPA o acionista que adquira ou se torne titular de 15% ou mais ações da Companhia em decorrência de usufruto ou fideicomisso. Estão excluídos destas obrigações os acionistas que já eram titulares de 15% ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores até a data de aprovação de nosso Estatuto Social vigente, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia ou aos atuais acionistas da Companhia que se tornarem titulares de 15% ou mais do total de ações de emissão da Companhia, após a realização da Assembléia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2007 que aprovou a previsão estatutária do referido mecanismo de proteção à dispersão acionária. O único acionista titular de mais de 15% de nossas ações em 15 de fevereiro de 2007 era a Fênix Empreendimentos S.A.

O percentual de 15% aqui explicitado não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembléia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Para fins do cálculo do percentual de 15% do total de ações de emissão da Companhia, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do Capital Social da Companhia com o cancelamento de ações.

A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na Bovespa; e (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o procedimento a seguir descrito. A OPA, segundo a forma de pagamento proposta pelo ofertante, poderá ser: (i) de compra, mediante o pagamento à vista em moeda corrente nacional; (ii) de permuta, mediante o pagamento em valores mobiliários, de emissão de companhia aberta, admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários, emitidos ou a emitir; ou (iii) mista, mediante parte do pagamento em dinheiro e parte em valores mobiliários. O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA na Bovespa, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo acionista adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA.

Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação de nossa emissão na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

A realização da OPA não exclui a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

A alteração estatutária que limite o direito dos acionistas à realização da OPA ou a exclusão deste mecanismo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembléia Geral a realizar a OPA aqui prevista.

Adicionalmente, o parágrafo 8º daquele artigo 51 de nosso Estatuto Social estabelece que a alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA para fins do referido artigo ou a exclusão do referido 51 de nosso Estatuto Social obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembléia Geral a realizar a OPA prevista em tal artigo.

Direito de Venda Conjunta (*Tag-along rights*)

Após a listagem de nossas Ações Ordinárias no Novo Mercado, na hipótese de alienação do nosso controle acionário, o adquirente deverá efetivar uma OPA das ações de todos os nossos demais acionistas, observando as condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dispensado ao acionista controlador alienante. Para mais informações, ver "*Descrição do Capital Social*".

Direito de Voto	Cada Ação Ordinária confere a seu titular o direito a um voto em todas as deliberações da Assembléia Geral de acionistas, inclusive em matérias como a alteração do Estatuto Social, a eleição e destituição de membros do Conselho de Administração, bem como outras matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações. Veja seção "Descrição do Capital Social". Além do direito de voto, as Ações Ordinárias conferem aos titulares todos os direitos assegurados aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive a atribuição de dividendos integrais e todos os outros benefícios declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação. Veja seção "Descrição do Capital Social".
Restrições à Transferência de Ações (*Lock - up*)	Nossa Companhia, os Acionistas Vendedores, cada um dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria e o Acionista Controlador, celebraram acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da nossa Companhia (*lock-ups)*, durante o período de 180 dias contados da data do Prospecto Definitivo.
Destinação dos Recursos	Pretendemos empregar estes recursos conforme indicado na seção "Destinação dos Recursos", deste Prospecto. A Companhia não receberá recursos oriundos da Oferta Pública Secundária.
Dividendos	O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia de pelo menos 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a não ser que os Administradores da Companhia informem à Assembléia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia e a distribuição do dividendo obrigatório for conseqüentemente suspensa. Veja a seção "Descrição do Capital Social", deste Prospecto. Os investidores que aderirem à Oferta e vierem a adquirir Ações Ordinárias não terão direito aos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, no valor de R$80,1 milhões, já declarados e que integravam, em 31 de dezembro de 2006, a nossa conta de passivo "Dividendos, Juros Sobre o Capital Próprio e Participações a Pagar", dos quais R$49,0 milhões foram pagos em 13 de fevereiro de 2007 e R$31,1 serão pagos em 5 de abril de 2007.
Inadequação da Oferta a certos investidores	Não há inadequação específica da Oferta a determinado grupo ou categoria de investidor, mas essa Oferta não é adequada a investidores avessos ao risco inerente a investimentos em ações. Como todo e qualquer investimento em ações, a subscrição ou aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.
Listagem	As Ações são negociadas no Novo Mercado, sob o código ROMI3, desde 23 de março de 2007. O prazo para a colocação e subscrição/aquisição das Ações será de até 3 dias úteis, contados da data da publicação do Anúncio de Início. Exceto em relação às Ações do Lote Suplementar, a liquidação física e financeira da Oferta está prevista para ocorrer no terceiro dia útil após a publicação do Anúncio de Início. Não foi e nem será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações Ordinárias na SEC ou a qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto na CVM no Brasil.

Aprovações Societárias	A Oferta, a autorização para realizar o aumento do Capital Social da Companhia com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas para subscrição das Ações no contexto da Oferta Primária e a determinação da quantidade de Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta Primária foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de março de 2007. O aumento de capital e a correspondente fixação do Preço por Ação foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de abril de 2007.
Fatores de Risco	Veja a seção "Fatores de Risco", deste Prospecto, além de outras informações incluídas no presente Prospecto, para uma explicação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente analisados antes da decisão de investimento nas Ações. O investimento em Ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais.
Arbitragem	A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se, nos termos do artigo 55 do Estatuto Social, a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.
free float	Conforme descrito na seção "Informações Relativas à Oferta – Composição Atual do Capital Social" o nosso *free float* antes da Oferta é de 32,8% e após a Oferta o *free float* será de 52,0%, sem considerar as Ações Suplementares.

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O resumo das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006 é derivado das nossas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, conforme parecer dos auditores independentes incluídos neste Prospecto.

Nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 estão incluídas neste Prospecto.

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras, incluídas neste Prospecto, e com a seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais".

INFORMAÇÕES SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Consolidado Em 31 de dezembro de: 2004 R$mil	2004 (%)	2005 R$mil	2005 (%)	2006 R$mil	2006 (%)	var. % 05/04	var. % 06/05
CIRCULANTE								
Disponibilidades	10.751	1,7%	6.550	1,0%	7.461	0,8%	(39,1%)	13,9%
Aplicações financeiras	41.263	6,5%	71.648	10,6%	79.461	8,7%	73,6%	10,9%
Duplicatas a receber	62.073	9,8%	68.726	10,1%	46.265	5,1%	10,7%	(32,7%)
Valores a receber – repasse Finame Fabricante	97.732	15,4%	119.228	17,6%	170.908	18,7%	22,0%	43,3%
Estoques	197.699	31,2%	164.659	24,3%	169.790	18,6%	(16,7%)	3,1%
Impostos a recuperar	6.181	1,0%	5.678	0,8%	7.032	0,8%	(8,1%)	23,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	0,0%	–	0,0%	1.033	0,1%	–	–
Outros créditos	4.979	0,8%	4.195	0,6%	2.047	0,2%	(15,7%)	(51,2%)
Total do ativo circulante	**420.678**	**66,4%**	**440.684**	**65,0%**	**483.997**	**52,9%**	**4,8%**	**9,8%**
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo:								
Duplicatas a receber	8.679	1,4%	39	0,0%	–	0,0%	(99,6%)	(100,0%)
Valores a receber – repasse Finame Fabricante	97.999	15,5%	108.123	15,9%	259.578	28,4%	10,3%	140,1%
Impostos e contribuições a recuperar	1.674	0,3%	4.428	0,7%	7.105	0,8%	164,5%	60,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.620	0,6%	5.474	0,8%	5.069	0,6%	51,2%	(7,4%)
Outros créditos	3.715	0,6%	2.284	0,3%	3.223	0,4%	(38,5%)	41,1%
Investimentos em controladas e ágio	–	0,0%	–	0,0%	9	0,0%	–	–
Imobilizado, líquido	97.210	15,3%	117.250	17,3%	156.015	17,1%	20,6%	33,1%
Total do ativo não circulante	**212.897**	**33,6%**	**237.598**	**35,0%**	**430.999**	**47,1%**	**11,6%**	**81,4%**
TOTAL DO ATIVO	**633.575**	**100,0%**	**678.282**	**100,0%**	**914.996**	**100,0%**	**7,1%**	**34,9%**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado Em 31 de dezembro de: 2004 R$mil	2004 (%)	2005 R$mil	2005 (%)	2006 R$mil	2006 (%)	var. % (%)	var. % (%)
CIRCULANTE								
Financiamentos	52.015	8,2%	18.750	2,8%	5.788	0,6%	(64,0%)	(69,1%)
Financiamentos – Finame Fabricante	84.678	13,4%	103.586	15,3%	149.240	16,3%	22,3%	44,1%
Fornecedores	27.637	4,4%	21.120	3,1%	18.151	2,0%	(23,6%)	(14,1%)
Salários e encargos sociais	19.922	3,1%	21.339	3,1%	25.880	2,8%	7,1%	21,3%
Impostos e contribuições a recolher	5.243	0,8%	9.852	1,5%	8.884	1,0%	87,9%	(9,8%)
Adiantamentos de clientes	13.580	2,1%	11.946	1,8%	4.628	0,5%	(12,0%)	(61,3%)
Dividendos, juros sobre capital próprio e participações a pagar	3.111	0,5%	3.612	0,5%	85.329	9,3%	16,1%	2262,4%
Outras contas a pagar	2.564	0,4%	2.801	0,4%	2.337	0,3%	9,2%	(16,6%)
Total do passivo circulante	**208.750**	**32,9%**	**193.006**	**28,5%**	**300.237**	**32,8%**	**(7,5%)**	**55,6%**
NÃO CIRCULANTE								
Exigível a longo prazo:								
Financiamentos	6.526	1,0%	11.362	1,7%	23.825	2,6%	74,1%	109,7%
Financiamentos – Finame Fabricante	82.447	13,0%	90.322	13,3%	232.154	25,4%	9,6%	157,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	9.818	1,5%	9.013	1,3%	7.389	0,8%	(8,2%)	(18,0%)
Provisão para passivos eventuais	5.086	0,8%	4.494	0,7%	4.429	0,5%	(11,6%)	(1,4%)
Total do passivo não circulante	**103.877**	**16,4%**	**115.191**	**17,0%**	**267.797**	**29,3%**	**10,9%**	**132,5%**
Deságio em controladas	4.199	0,7%	4.199	0,6%	4.199	0,5%	0,0%	0,0%
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	**1.215**	**0,2%**	**1.288**	**0,2%**	**1.462**	**0,2%**	**6,0%**	**13,5%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital Social	89.762	14,2%	220.000	32,4%	260.000	28,4%	145,1%	18,2%
Reserva de capital	2.052	0,3%	2.052	0,3%	2.052	0,2%	0,0%	0,0%
Reserva de reavaliação	33.561	5,3%	31.999	4,7%	30.405	3,3%	(4,7%)	(5,0%)
Reserva de lucros	190.159	30%	110.547	16,3%	48.844	5,3%	(41,9%)	(55,8%)
	315.534	49,8%	364.598	53,8%	341.301	37,3%	15,5%	(6,4%)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**633.575**	**100%**	**678.282**	**100%**	**914.996**	**100%**	**7,1%**	**34,9%**

INFORMAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

	Consolidado Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:							
	2004		2005		2006		var. %	
	R$ mil	(%)	R$ mil	(%)	R$ mil	(%)	05/04	06/05
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**543.403**	**121,9%**	**620.289**	**121,5%**	**664.534**	**121,1%**	**14,1%**	**7,1%**
Impostos incidentes sobre vendas	(97.664)	(21,9%)	(109.724)	(21,5%)	(115.586)	(21,1)%	12,3%	5,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**445.739**	**100,0%**	**510.565**	**100,0%**	**548.948**	**100,0%**	**14,5%**	**7,5%**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(255.627)	(57,3%)	(301.868)	(59,1%)	(312.401)	(56,9)%	18,1%	3,5%
LUCRO BRUTO	**190.112**	**42,7%**	**208.697**	**40,9%**	**236.547**	**43,1%**	**9,8%**	**13,3%**
DESPESAS OPERACIONAIS								
Vendas	(45.262)	(10,2%)	(50.896)	(10,0%)	(58.076)	(10,6%)	12,4%	14,1%
Gerais e administrativas	(41.209)	(9,2%)	(43.498)	(8,5%)	(47.114)	(8,6%)	5,6%	8,3%
Pesquisa e desenvolvimento	(16.324)	(3,7%)	(18.818)	(3,7%)	(21.105)	(3,8%)	15,3%	12,2%
Honorários da administração	(4.335)	(1,0%)	(4.716)	(0,9%)	(5.339)	(1,0%)	8,8%	13,2%
Tributárias	(3.717)	(0,8%)	(5.378)	(1,1%)	(4.997)	(0,9%)	44,7%	(7,1%)
Total das despesas operacionais	(110.847)	(24,9%)	(123.306)	(24,2%)	(136.631)	(24,9%)	11,2%	10,8%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**79.265**	**17,8%**	**85.391**	**16,7%**	**99.916**	**18,2%**	**7,7%**	**17,0%**
Receita financeira	12.356	2,8%	14.438	2,8%	13.282	2,4%	16,9%	(8,0%)
Despesa financeira	(2.329)	(0,5%)	(3.217)	(0,6%)	(2.572)	(0,5%)	38,1%	(20,0%)
Receita de variação cambial	637	0,1%	5.094	1,0%	891	0,2%	699,7%	(82,5%)
Despesa de variação cambial	(1.440)	(0,3%)	(4.405)	(0,9%)	(1.460)	(0,3%)	205,9%	(66,9%)
	9.224	2,1%	11.910	2,3%	10.141	1,8%	29,1%	(14,9%)
LUCRO OPERACIONAL	**88.489**	**19,9%**	**97.301**	**19,1%**	**110.057**	**20,0%**	**10,0%**	**13,1%**
Receitas não operacionais, líquidas	685	0,2%	1.179	0,2%	163	0,0%	72,1%	(86,2%)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**89.174**	**20,0%**	**98.480**	**19,3%**	**110.220**	**20,1%**	**10,4%**	**11,9%**
Imposto de renda e contribuição social	(17.205)	(3,9%)	(19.269)	(3,8%)	(23.924)	(4,4%)	12,0%	24,2%
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	**71.969**	**16,1%**	**79.211**	**15,5%**	**86.296**	**15,7%**	**10,1%**	**8,9%**
Participação dos administradores	(2.392)	(0,5%)	(2.792)	(0,5%)	(3.100)	(0,6%)	16,7%	11,0%
Participação minoritária	(10)	0,0%	(73)	0,0%	(275)	(0,1%)	630,0%	276,7%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**69.567**	**15,6%**	**76.346**	**15,0%**	**82.921**	**15,1%**	**9,7%**	**8,6%**
Cálculo do EBITDA								
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**69.567**		**76.346**		**82.921**			
Imposto de renda	12.452		14.107		17.547			
Contribuição social	4.753		5.162		6.377			
Resultado financeiro líquido	(9.224)		(11.910)		(10.141)			
Depreciação e Amortização	7.775		8.978		11.488			
EBITDA[(2)]	85.323		92.683		108.192		8,6%	16,7%

OUTRAS INFORMAÇÕES

	Consolidado Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de:		
(em milhões de R$, exceto %)	**2004**	**2005**	**2006**
Receita Operacional Líquida			
Máquinas-Ferramenta	314,3	344,0	359,8
Máquinas Injetoras de Plástico	57,7	78,3	88,4
Fundidos e Usinados	72,4	85,3	91,1
Controladas	1,3	3,0	9,6
Total	**445,7**	**510,6**	**548,9**
Lucro Operacional Bruto			
Máquinas-Ferramenta	134,8	149,2	168,5
Máquinas Injetoras de Plástico	21,5	29,0	30,0
Fundidos e Usinados	32,7	26,8	31,2
Controladas	1,1	3,7	6,8
Total	**190,1**	**208,7**	**236,5**
Lucro Líquido	69,6	76,3	82,9
Margem Líquida[1]	15,6%	15,0%	15,1%
EBITDA[2]	85,3	92,7	108,2
Margem EBITDA[3]	19,1%	18,2%	19,7%
Retorno sobre Patrimônio[4]	23,9%	22,5%	23,5%

(1) Margem Líquida é o lucro líquido no fim do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(2) O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir a nossa performance. O EBITDA é igual ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo os princípios contábeis brasileiros, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. A reconciliação do lucro líquido com o EBITDA está apresentada na seção "Resumo das Demonstrações Financeiras".

(3) Margem EBITDA é o EBITDA do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(4) Retorno sobre Patrimônio é o retorno sobre patrimônio líquido, calculado como lucro líquido do exercício dividido pela média entre o patrimônio líquido apurado ao final do exercício e o apurado ao final do exercício imediatamente anterior.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Composição Atual do Capital Social

Atualmente, o Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R$260.000.000,00, dividido em 62.361.828 Ações Ordinárias sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o Capital Social até o limite de 84.361.828 ações, incluídas as ações já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

Na data deste Prospecto, a composição do nosso Capital Social é a seguinte:

	Subscrito/Integralizado[1]	
Espécie e Classe	**Quantidade[1]**	**Valor (R$)[2]**
Ordinárias	62.361.828	260.000.000,00
Total	**62.361.828**	**260.000.000,00**

(1) Todas as ações emitidas foram integralizadas.
(2) As ações não têm valor nominal.

Após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, a composição de nosso Capital Social será a seguinte, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares:

	Subscrito/Integralizado	
Espécie e Classe	**Quantidade**	**Valor (R$)**
Ordinárias	74.361.828	440.000.000,00
Total	**74.361.828**	**440.000.000,00**

Após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações e na hipótese de haver o exercício integral da Opção de Ações Suplementares, a composição de nosso Capital Social será a seguinte:

	Subscrito/Integralizado	
Espécie e Classe	**Quantidade**	**Valor (R$)**
Ordinárias	78.557.547	502.935.785,00
Total	**78.557.547**	**502.935.785,00**

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de nossas Ações Ordinárias, por nossos Conselheiros, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares:

	Quantidades de Ações e Porcentagens			
Acionista	**Ações antes da Oferta**		**Ações após a Oferta**	
	Ações	**(%)**	**Ações**	**(%)**
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190	43,56	27.166.190	36,53
Fundos Administrados pela Hedging Griffo Corretora de Valores S.A.	9.055.832	14,52	14.400	0,02
Conselheiros	2.520.926	4,04	696.482	0,94
Tesouraria	0	0,0	0	0,00
Outros	23.618.880	37,87	46.484.756	62,51
Total	**62.361.828**	**100,00**	**74.361.828**	**100,00**

A Fênix Empreendimentos S.A. é a acionista controladora da Companhia.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de nossas ações, por nossos Conselheiros, bem como as ações em tesouraria, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações e considerando o exercício integral da Opção de Ações Suplementares.

	Quantidades de Ações e Porcentagens			
Acionista	**Ações antes da Oferta**		**Ações após a Oferta**	
	Ações	**(%)**	**Ações**	**(%)**
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190	43,56	27.166.190	34,58
Fundos Administrados pela Hedging Griffo Corretora de Valores S.A.	9.055.832	14,52	14.400	0,02
Conselheiros	2.520.926	4,04	696.482	0,89
Tesouraria	0	0,0	0	0,0
Outros	23.618.880	37,87	50.680.475	64,51
**Total ..... **	**62.361.828**	**100,00**	**78.557.547**	**100,00**

Não houve alterações relevantes na participação no capital social da Companhia pelos membros do grupo de controle, nos últimos 3 anos. Na data deste Prospecto, não possuímos ações em tesouraria. As nossas ações são os únicos valores mobiliários emitidos por nós, até a presente data. Não possuímos, na presente data, reserva de capital.

Descrição da Oferta

A Oferta compreende a distribuição pública primária e secundária de, inicialmente, até 27.971.459 Ações, sendo 12.000.000 Ações Ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e dentro do limite de capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social e a distribuição secundária de 15.971.459 Ações Ordinárias de titularidade dos Acionistas Vendedores, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Secundária" e em conjunto com a Oferta Primária, a "Oferta").

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, conforme a Instrução CVM 400, pelos Coordenadores da Oferta, em conjunto com instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição por ele contratadas ("Instituições Subcontratadas"), e com as sociedades corretoras-membro da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa ("Bovespa") que farão parte exclusivamente do esforço de colocação de Ações a Investidores Não-Institucionais, conforme definidos abaixo ("Participantes Especiais"), conjuntamente com os Coordenadores da Oferta e as Instituições Subcontratadas, ("Instituições Participantes da Oferta"), e com esforços de venda das Ações no exterior, a serem subscritas/adquiridas por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), a serem realizados pelo Itaú Securities, Inc. e pelo Morgan Stanley & Co. Incorporated ("Agentes de Colocação Internacional") e por determinadas instituições financeiras a serem contratadas pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra *144A*, nos termos de isenções de registro previstas no *Securities Act*, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (em conjunto, "Investidores Institucionais Estrangeiros"). A Oferta não foi e não será registrada na SEC ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer país, exceto o Brasil.

A quantidade das Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de Ações Suplementares, correspondentes a até 15% das Ações, conforme Opção de Ações Suplementares, outorgada pela Companhia, a ser exercida pelo Coordenador Líder, em comum acordo com o Morgan Stanley, no prazo de até 30 dias contados do primeiro dia útil subseqüente à data de publicação do Anúncio de Início.

Quantidade, Valor, Classe e Espécie dos Valores Mobiliários

Na hipótese de não haver exercício da Opção de Ações Suplementares:

Emissor/Ofertante	Quantidade	Preço por Ação (R$)	Montante (R$)	Recursos Líquidos (R$)
Companhia	12.000.000	15,00	180.000.000,00	172.800.000,00
Acionistas Vendedores	15.971.459	15,00	239.571.885,00	229.989.009,60
Total	**27.971.459**	**15,00**	**419.571.885,00**	**402.789.009,60**

Na hipótese de haver exercício integral da Opção de Ações Suplementares:

Emissor/Ofertante	Quantidade	Preço por Ação (R$)	Montante (R$)	Recursos Líquidos (R$)
Companhia	16.195.719	15,00	242.935.785,00	233.218.353,60
Acionistas Vendedores	15.971.459	15,00	239.571.885,00	229.989.009,60
Total	**32.167.178**	**15,00**	**482.507.670,00**	**463.207.363,20**

Preço por Ação

O Preço por Ação, de R$15,00, foi fixado de acordo com os critérios indicados no inciso III do parágrafo 1° do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, em consonância com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro (i) a cotação das Ações na Bovespa; e (ii) as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas com potenciais Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço por Ação é justificada, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas ordens de subscrição/compra de Ações no contexto da Oferta. O Preço por Ação foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos Acionistas Vendedores, conforme aplicável, antes da concessão do registro da presente Oferta pela CVM. Os Investidores Não-Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* nem, portanto, do processo de fixação do Preço por Ação.

	Preço por Ação (R$)	Comissões (R$)	Recursos líquidos para a Companhia (R$)[(1)]
Oferta Primária	15,00	7.200.000,00	172.800.000,00
Oferta Secundária	15,00	9.582.875,40	229.989.009,60
Total	**15,00**	**16.782.875,40**	**402.789.009,60**

(1) Sem levar em conta os exercícios da Opção de Ações Suplementares.

Reserva de Capital

A totalidade dos recursos provenientes da Oferta Primária será alocada à conta de capital social da Companhia.

Custos de Distribuição

As taxas de registro na CVM relativas à Oferta, as despesas com auditores, com advogados e outras despesas descritas abaixo serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores proporcionalmente ao número de Ações por eles ofertadas. As comissões abaixo relacionadas serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores proporcionalmente ao número de Ações por eles ofertadas. Segue, abaixo, descrição dos custos da Oferta estimados:

Comissões e Despesas	Valor (R$)	Custo unitário de distribuição (R$)	% em relação ao Custo unitário de distribuição	% em Relação ao Valor Total da Oferta[(1)]
Total de Comissões	**16.782.875**	**0,60**	**85,63**	**4,00**
Taxa de Registro e Listagem da Oferta	165.740	0,01	0,85	0,04
Outras Despesas				
Despesas com Advogados	2.000.000	0,07	10,20	0,48
Despesas com Auditores	500.000	0,02	2,55	0,12
Despesas com publicidade da Oferta	150.000	0,01	0,77	0,04
Total	**19.598.615**	**0,71**	**100,00**	**4,68**

(1) Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.

Aprovações Societárias

A Oferta foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2007, conforme ata publicada no Jornal Valor Econômico em 24 de março de 2007. O aumento de capital da nossa Companhia, mediante emissão das Ações Ordinárias e a fixação do Preço por Ação, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de abril de 2007. Adicionalmente, os termos e condições da Oferta Secundária foram aprovados pelos órgãos competentes dos Acionistas Vendedores, conforme aplicável, antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.

Público-Alvo da Oferta

A Oferta será direcionada, na Oferta de Varejo, aos Investidores Não-Institucionais, e, na Oferta Institucional, aos Investidores Institucionais.

Cronograma e Procedimentos da Oferta

Cronograma da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data prevista[(1)]
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logo das Corretoras Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início do *Roadshow*	26 de março de 2007
2.	Republicação do Aviso ao Mercado (com o logo das Corretoras Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Procedimento de *Bookbuilding*	2 de abril de 2007
3.	Encerramento do Período de Reserva	10 de abril de 2007
4.	Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço de Venda das Ações Assinatura do Contrato de Distribuição	11 de abril de 2007
5.	Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	12 de abril de 2007
6.	Início de negociação das Ações objeto da Oferta na Bovespa	13 de abril de 2007
7.	Data de Liquidação	17 de abril de 2007
8.	Encerramento do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	11 de maio de 2007
9.	Publicação do Anúncio de Encerramento	16 de maio de 2007

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério dos Coordenadores da Oferta e da Companhia e dos Acionistas Vendedores.

Procedimentos da Oferta

Após o encerramento do Período de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta efetuarão a distribuição das Ações aos Investidores Não-Institucionais e aos Investidores Institucionais, nos termos da Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

As Ações serão colocadas no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta, coordenadas pelos Coordenadores da Oferta. As Ações da Oferta serão colocadas em regime de garantia firme de liquidação individual e não-solidária prestada pelos Coordenadores da Oferta nos limites individuais indicados no Contrato de Distribuição. A garantia firme de liquidação individual e não-solidária, consiste na obrigação dos Coordenadores da Oferta de subscreverem/adquirirem, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (a) o número de Ações da Oferta objeto da garantia firme de liquidação individual e não-solidária prestada pelos Coordenadores da Oferta e (b) o número de Ações efetivamente colocado no mercado e pago pelos investidores, observado o limite da garantia firme de liquidação individual e não-solidária prestada por cada Coordenador da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição. Em caso de exercício da garantia firme e posterior revenda das Ações ao público pelos Coordenadores da Oferta, durante o Prazo da Oferta, o respectivo preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, ressalvada as atividades de estabilização.

A Oferta Institucional será direcionada a fundos de investimento, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registrados na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na Bovespa, seguradoras, sociedades de previdência complementar e capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência privada, pessoas jurídicas não financeiras com patrimônio líquido superior a R$5.000.000,00 e pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na Bovespa cujas ordens de investimento excedam o limite máximo de investimento para Investidores Não Institucionais, ou Investidores Institucionais. Os Investidores Institucionais deverão realizar a aquisição e/ou integralização das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da aquisição ou subscrição.

O montante de, no mínimo 10% das Ações da Oferta, excluindo as Ações Suplementares, será destinado prioritariamente à colocação pública a Investidores Não-Institucionais. Os Pedidos de Reserva puderam ser efetuados por Investidores Não-Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto no item (viii) e (ix) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, mediante seu preenchimento, nas seguintes condições:

(i) cada um dos Investidores Não-Institucionais interessados pôde efetuar o seu Pedido de Reserva com a uma única Instituição Participante da Oferta habilitada a receber Pedido de Reserva, mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, no período de 02 de abril de 2007 a 10 de abril de 2007 ("Período de Reserva"), sem necessidade de depósito do valor do investimento pretendido, observados o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de R$300.000,00 por Investidores Não-Institucionais, sendo que tais investidores puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme o previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional opte pela estipulação de um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao estipulado, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Participante da Oferta;

(ii) qualquer Pedido de Reserva feito por Investidor Não-Institucional que seja considerado Pessoa Vinculada será cancelado pela Instituição Participante da Oferta que receber tal ordem na eventualidade de haver excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações ofertadas, excluídas as Ações Suplementares, nos termos do Artigo 55 da Instrução CVM 400. Pessoa Vinculada significa Investidores Não-Institucionais vinculados a oferta, ou seja, aqueles que são controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta, da Companhia, do Acionista Vendedor ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau;

(iii) a quantidade de Ações a serem subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento serão informados ao Investidor Não-Institucional, até as 12:00 horas do primeiro dia útil subseqüente à data de publicação do Anúncio de Início, pela Instituição Participante da Oferta com qual tiver efetuado Pedido de Reserva, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio, conforme prevista nos itens (vi) e (vii) abaixo;

(iv) cada Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (i) acima, à Instituição Participante da Oferta com que efetuou seu respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até as 11:00 horas da Data de Liquidação;

(v) a Instituição Participante da Oferta com qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado entregará, a cada Investidor Não-Institucional que com ela tenha feito a reserva, o número de Ações correspondente à relação entre o valor constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens (viii) e (ix) abaixo, respectivamente, e ressalvada a possibilidade de rateio prevista nos itens (vii) e (viii) abaixo, após as 16:00 horas da Data de Liquidação;

(vi) caso a quantidade de Ações correspondente à totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais seja igual ou inferior ao montante de Ações objeto da Oferta destinado à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas, e eventuais sobras de Ações da Oferta ofertadas a Investidores Não-Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais, nos termos descritos abaixo;

(vii) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados pelos Investidores Não-Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado o rateio de tais Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais que realizaram Pedidos de Reserva, sendo que (1) até o limite de R$5.000,00, inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva de tais Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais, limitada ao valor individual de cada um dos Pedidos de Reserva e à quantidade total de tais Ações; e (2) uma vez atendido o critério descrito no item (1) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas proporcionalmente aos valores dos Pedidos de Reserva entre todos os Investidores Não-Institucionais, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Ações. Opcionalmente, os Coordenadores da Oferta, de comum acordo com a Companhia, poderão aumentar a quantidade de Ações destinada à Oferta de Varejo para que os Pedidos de Reserva excedentes realizados pelos Investidores Não-Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, observado o limite máximo de 20% das Ações objeto da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito anteriormente;

(viii) na hipótese exclusiva de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não-Institucionais, ou a sua decisão de investimento, poderão referidos investidores desistir do Pedido de Reserva após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido abaixo). Nesta hipótese, tais investidores deverão informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta com a qual tiverem efetuado Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva; e

(ix) na hipótese de não haver a conclusão da Oferta, ou na hipótese de resilição do Contrato de Distribuição celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Participantes da Oferta comunicará aos Investidores Não-Institucionais que com elas tenham realizado Pedido de Reserva, o cancelamento da Oferta, o que ocorrerá, inclusive, por meio de publicação de aviso ao mercado.

Na hipótese de haver descumprimento, por qualquer das Instituições Participantes da Oferta, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, tal Instituição Participante da Oferta deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação de Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido. Tal Instituição Participante da Oferta deverá, ainda, informar imediatamente os Investidores Não-Institucionais que com ela tenham feito reserva sobre o referido cancelamento. Nesse caso, o valor do depósito eventualmente efetuado por Investidores Não-Institucionais será devolvido a cada um deles, sem qualquer remuneração ou correção monetária, permitida a dedução do valor relativo à CPMF, conforme aplicável.

Os Investidores Não-Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com o procedimento descrito acima.

As Instituições Participantes da Oferta somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não-Institucionais titulares de conta corrente bancária ou de conta de investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor.

Com relação à Oferta Institucional, os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia, elaboraram plano de distribuição das Ações, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, que levará em conta a criação de uma base diversificada de acionistas, as relações da Companhia e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e eqüitativo aos investidores.

As Ações não-destinadas à Oferta de Varejo, bem como as eventuais sobras de Ações destinadas aos Investidores Não-Institucionais serão destinadas à colocação pública em Investidores Institucionais, não tendo sido admitidas para estes Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento.

Caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações destinadas à colocação pública em Investidores Institucionais, conforme descrito no parágrafo acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição descrito acima, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação, ao longo do tempo, sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a subscrição e/ou aquisição das Ações objeto da Oferta mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição e/ou aquisição das Ações, conforme o caso.

Prazo

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400.

A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser efetivada no terceiro dia útil contado da data de publicação do Anúncio de Início ("Data de Liquidação").

O prazo para a distribuição das Ações no âmbito da Oferta é de até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

As Ações são negociadas no Novo Mercado desde 23 de março de 2007.

Inadequação de Investimento nas Ações

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações no âmbito da Oferta estão sujeitos a diversos riscos, inclusive aqueles relacionados com a volatilidade do mercado de capitais, a liquidez das Ações e a oscilação de suas cotações em bolsa, e, portanto, poderão perder uma parcela ou a totalidade de seu eventual investimento. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações no âmbito da Oferta. Ver "*Fatores de Risco*" deste Prospecto, que contém a descrição de certos riscos que atualmente acreditamos ser capazes de nos afetar de maneira adversa.

Contrato de Distribuição e *Placement Facilitation Agreement*

Celebramos com os Coordenadores da Oferta, com os Acionistas Vendedores e com a CLBC (como interveniente-anuente) o Contrato de Distribuição. De acordo com os termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não-solidária, a totalidade das Ações.

Nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, celebrado entre os Agentes de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores, na mesma data de celebração do Contrato de Distribuição, os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação das Ações exclusivamente no exterior. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente subscritas e/ou adquiridas, liquidadas e pagas aos Coordenadores da Oferta, em reais, no Brasil. O *Placement Facilitation Agreement* possui declarações específicas em relação à observância de insenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a potenciais procedimentos judiciais.

O Contrato de Distribuição e o *Placement Facilitation Agreement* estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como (i) a entrega de opiniões legais por nossos e seus assessores jurídicos; (ii) a assinatura de termos de restrição à negociação de Ações pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, por membros de nosso Conselho de Administração e Diretoria; e (iii) a emissão de cartas de conforto pelos nossos auditores independentes relativas às demonstrações financeiras consolidadas e demais informações financeiras contidas neste Prospecto e no *Offering Circular* a ser utilizado nos esforços de colocação das Ações no exterior. De acordo com o Contrato de Distribuição e com o *Placement Facilitation Agreement*, a Companhia e os Acionistas Vendedores obrigam-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências. Após a assinatura do Contrato de Distribuição e o deferimento dos respectivos pedidos de registros da Oferta pela CVM, uma cópia do Contrato de Distribuição estará disponível para consulta ou cópia nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados nesta seção em "Informações Complementares da Oferta".

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual, proporcional e não-solidária dos Coordenadores da Oferta de subscrever/adquirir, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, a quantidade de Ações objeto da Oferta (que inclui a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional) que não tenha sido efetivamente liquidada no mercado. Esta garantia individual e não-solidária, será vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding* e assinado o Contrato de Distribuição. Assim, caso a totalidade das Ações não seja totalmente liquidada na Data da Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá/adquirirá de forma individual e não-solidária, e respeitados os respectivos limites e proporções individuais de garantia individual e não-solidária prestada por cada Coordenador, pelo Preço por Ação, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença (a) entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação por eles prestada, nos termos do Contrato de Distribuição, e (b) o número de Ações efetivamente colocado no mercado e pago pelos investidores. Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações ao público pelos Coordenadores da Oferta até a publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização a serem desempenhadas pela Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A.

Restrições à Negociação das Ações (*lock-up*)

Nossa Companhia, os Acionistas Vendedores, cada um dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria e o Acionista Controlador, celebraram acordos de restrição à venda de Ações Ordinárias de emissão da nossa Companhia (*lock-ups*), por meio dos quais nos comprometeremos, sujeitos tão somente às exceções previstas nesses referidos acordos, durante o período de 180 dias contados da data do Prospecto Definitivo, a:

- não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar, conceder qualquer opção de compra ou de qualquer outra forma dispor direta ou indiretamente de nossa emissão ou qualquer opção ou *warrant* de compra de qualquer ação de nossa emissão ou qualquer valor mobiliário conversível em, ou permutável por, ou que represente o direito de receber ações de nossa emissão, salvo mediante o prévio consentimento por escrito do Itaú Securities, Inc ("Itaú") e do Morgan Stanley & Co. Incorporated;

- não celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira à outra parte, em todo ou parte, qualquer valor econômico decorrente da titularidade das Ações Ordinárias de nossa emissão ou de qualquer valor mobiliário, independente se referida transação seja realizada, por dinheiro ou outra forma, e a não publicar anúncio com a intenção de efetuar qualquer operação descrita neste parágrafo, salvo, em cada caso, mediante o prévio consentimento por escrito do Itaú e do Morgan Stanley & Co. Incorporated; e

- não realizar qualquer exigência ou exercer quaisquer direitos relacionados ao registro de quaisquer valores mobiliários ou de quaisquer títulos conversíveis ou passíveis de exercício ou permuta em valores mobiliários, sem o prévio consentimento por escrito do Itaú e do Morgan Stanley & Co. Incorporated.

Estabilização do Preço por Ação

O Coordenador Líder, por intermédio da Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A., poderá realizar atividades de estabilização de preço das Ações, pelo prazo de até 30 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, por meio de operações de compra e venda de Ações em conformidade com as disposições legais aplicáveis e o Contrato de Estabilização, o qual deverá ser aprovado pela Bovespa e pela CVM antes da publicação do Anúncio de Início.

Cópias do Contrato de Estabilização poderão ser obtidas com os Coordenadores da Oferta e com as Instituições Subcontratadas nos endereços e telefones abaixo mencionados.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações garantem aos seus titulares os seguintes direitos:

(i) direito de voto nas assembléias gerais da Companhia, sendo que a cada Ação corresponderá um voto;

(ii) direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) direito de alienação de suas Ações, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);

(iv) direito de alienação de suas Ações em oferta pública a ser realizada pelo acionista controlador ou pela Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta e somente pelo acionista controlador em caso de cancelamento de listagem no Novo Mercado, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico apurado mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente, com experiência comprovada e escolhida pela assembléia de acionistas titulares de ações em circulação a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração, sendo que os custos de elaboração de referido laudo deverão ser integralmente suportados pelo ofertante; e

(v) direito integral aos dividendos e demais direitos pertinentes às Ações que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação.

(vi) Após a Oferta, não teremos mais acionista controlador ou grupo de controle titular de mais de 50% do capital votante. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia contém disposição que tem efeito de evitar a concentração das suas ações nas mãos de um grupo pequeno de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa. A disposição neste sentido exige que qualquer acionista, que adquira ou se torne titular de ações de nossa emissão, em quantidade igual ou superior a 15% do total de ações de nossa emissão deverá, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 15% do total de ações de nossa emissão, solicitar o registro de uma OPA da totalidade das ações de nossa emissão, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da Bovespa e nos termos do nosso Estatuto Social. Inclui-se na obrigação de realizar essa OPA o acionista que adquira ou se torne titular de 15% ou mais de ações de nossa emissão em decorrência de usufruto ou fideicomisso. Estão excluídos destas obrigações os acionistas que já eram titulares de 15% ou mais do total de ações de nossa emissão e seus sucessores até a data de aprovação do Estatuto Social vigente, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem nossos acionistas ou aos nossos atuais acionistas que se tornarem titulares de 15% ou mais do total de ações de nossa emissão, após a realização da Assembléia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2007 que aprovou a previsão estatutária do referido mecanismo de proteção à dispersão acionária.

O saldo da nossa conta de passivo "Dividendos, Juros Sobre o Capital Próprio e Participações a Pagar" era de R$85,3 milhões em 31 de dezembro de 2006, dos quais R$80,1 milhões referiam-se a dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados e que, até então, não haviam sido pagos, e a parcela remanescente corresponde a participação a ser paga aos administradores em nossos resultados e dividendos não reclamados da Rominor. Os investidores que aderirem à Oferta e vierem a adquirir Ações Ordinárias não terão direito àqueles dividendos, no valor de R$80,1 milhões, dos quais R$49,0 milhões foram pagos em 13 de fevereiro de 2007 e R$31,1 foram pagos em 5 de abril de 2007.

Listagem de Ações

As nossas Ações são negociadas no Novo Mercado, sob o código ROMI3, desde 23 de março de 2007. Não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação

Nós poderemos requerer que a CVM nos autorize a modificar ou cancelar a Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos por nós. Adicionalmente, nós poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias, contados da aprovação do pedido de registro. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio do Jornal Valor Econômico, edição nacional, veículo também usado para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. Após a publicação do anúncio de retificação, os Coordenadores da Oferta somente aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e Pedidos de Reserva daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do anúncio de retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do anúncio de retificação se, passados cinco dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nessa hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF, conforme aplicável.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de até três dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, com a dedução do valor relativo à CPMF.

Relacionamento entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e as Instituições Subcontratadas.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Além da presente Oferta, o Coordenador Líder e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro mantêm relacionamentos comerciais com a Companhia, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. Nesse contexto, o Coordenador Líder e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro realizam diversas operações de crédito com a Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos, bem como prestam serviços bancários relacionados à gestão de caixa e cobrança. Além disso, o Coordenador Líder já prestou e pretende prestar no futuro serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços correlatos à Companhia, pelos quais recebeu ou pretende receber comissões.

Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley

O Morgan Stanley mantêm relações comerciais conosco para a prestação de serviços de banco de investimento e consultoria financeira a serem utilizados por nós ou por sociedades do nosso grupo, pelos quais pretende ser remunerado. Além disso, o Morgan Stanley pretende prestar no futuro serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços correlatos à Companhia, pelos quais pretende receber comissão.

Relacionamento entre a Companhia e as Instituições Subcontratadas

Relacionamento entre a Companhia e o BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento.

Com exceção da presente Oferta, não mantemos relações comerciais relevantes com o BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento ou sociedades de seu conglomerado econômico, mas, no futuro, poderemos contratar o BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento ou sociedades de seu conglomerado econômico para nos prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços a serem utilizados por nós ou por sociedades de nosso grupo, pelos quais pretendemos pagar remuneração adequada de acordo com as práticas de mercado.

Relacionamento entre a Companhia e o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Além do relacionamento relativo à Oferta, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e/ou outras instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro (todas em conjunto o "HSBC") mantêm relacionamento comercial com a Companhia, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro. Com base neste relacionamento, o HSBC realiza operações de financiamento à importação, Finame fabricante, derivativos, câmbio, bem com outras operações de crédito.

Relacionamento entre a Companhia e o BB Banco de Investimento S.A.

Além da presente Oferta, o BB Banco de Investimento S.A. e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro mantêm relacionamentos comerciais com a Companhia, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. Nesse contexto, o BB Banco de Investimento S.A. e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro realizam diversas operações de crédito com a Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos, bem como prestam serviços bancários relacionados à gestão de caixa e cobrança. Além disso, o BB Banco de Investimento S.A. pretende prestar no futuro serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços correlatos à Companhia, pelos quais pretende receber comissões.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Além da presente Oferta, com exceção de relacionamento comercial entre o Coordenador Líder e a Hedging Griffo Corretora de Valores S.A. (administradora de alguns dos Acionistas Vendedores) e a Skopos Administradora de Recursos Ltda. (gestora de alguns dos Acionistas Vendedores) que representam parte do grupo dos Acionistas Vendedores, o Coordenador Líder não mantém relações comerciais com os demais Acionistas Vendedores pessoas físicas, mas, no futuro, poderá prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços para os Acionistas Vendedores, pelos quais pretende ser remunerado.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Morgan Stanley

Além da presente Oferta e com exceção do relacionamento comercial entre o Morgan Stanley, a Hedging-Griffo Corretora de Valores e Skopos Administradora de Recursos S.A., a corretora de valores do conglomerado Morgan Stanley executa e intermedia operações em bolsa de valores para parte dos Acionistas Vendedores fundos de investimento administrados pela Hedging-Griffo e Skopos de acordo com as práticas usuais de mercado financeiro. O Morgan Stanley e outras sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico não mantêm relacionamento comercial com os Acionistas Vendedores pessoas físicas, mas, no futuro, poderá prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços para os Acionistas Vendedores, pelos quais pretende ser remunerado.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e as Instituições Subcontratadas

Relacionamento entre Acionistas Vendedores e o BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento.

Com exceção da presente Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relações comerciais relevantes com o BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento ou sociedades de seu conglomerado econômico, mas, no futuro, os Acionistas Vendedores poderão contratar o BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento ou sociedades de seu conglomerado econômico para nos prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços a serem utilizados pelos Acionistas Vendedores ou por sociedades de nosso grupo, pelos quais os Acionistas Vendedores poderão pagar remuneração adequada de acordo com as práticas de mercado.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Além do relacionamento relativo à Oferta, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e/ou outras instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro (todas em conjunto o "HSBC") mantêm relacionamento comercial com alguns dos Acionistas Vendedores "pessoas físicas", de acordo com práticas usuais do mercado financeiro. Nesse contexto, o HSBC presta serviços bancários a alguns Acionistas Vendedores pessoas físicas, principalmente serviços relativos à conta corrente e investimentos.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BB Banco de Investimento S.A.

Além da presente Oferta, o BB Banco de Investimento S.A. e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro mantêm relacionamentos comerciais com alguns Acionistas Vendedores, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. Nesse contexto, o BB Banco de Investimento S.A. e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro realizam diversas operações de crédito e serviços bancários com os ditos Acionistas. Além disso, o BB Banco de Investimento S.A. pode vir a prestar no futuro serviços bancários aos outros Acionistas, pelos quais pretende receber tarifas.

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das nossas Ações é o Banco Bradesco S.A.

Informações Complementares da Oferta

Os Coordenadores da Oferta recomendam aos investidores, antes de tomarem qualquer decisão de investimento relativa às Ações ou à Oferta, a leitura cuidadosa deste Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta e dos riscos a ela inerentes.

Maiores informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva, incluindo a obtenção de cópias do Contrato de Distribuição, do Contrato de Estabilização e dos demais documentos e contratos relativos à Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores da Oferta e com as Instituições Subcontratadas, nos endereços e telefones abaixo mencionados.

Para a obtenção de mais informações adicionais sobre a Oferta, os investidores interessados deverão dirigir-se à CVM, nos seguintes endereços: (a) Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, tel.: (0xx21) 3233-8686 ou (b) Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo – SP, tel.: (0xx11) 2146-2006, ou contatar quaisquer das Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados abaixo:

Instituições Participantes da Oferta

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 5º andar
São Paulo - SP
At.: Sr. Fernando Iunes - Diretor
Tel.: (0xx11) 3708-8000
Fax: (0xx11)3708-8107
http://www.itaubba.com.br

Coordenador
Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A.
Av. Juscelino Kubitschek, n.º 50, 8º andar
São Paulo, SP
At.: Sr. Roberto Belchior da Silva – Diretor Executivo
Tel.: (0xx11) 3048-6000
Fax: (0xx11) 3048-6099
http://www.morganstanley.com.br/prospectos

Coordenadores Contratados

BB Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, nº 105 - 36º andar
Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Alexandre Wanzeller Casali
Tel.: (0xx21) 3808-2742
Fax: (0xx21) 3808-3239
http://www.bb.com.br

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar
São Paulo, SP
At.: Sr. Frederico Dan Shigenawa
Tel.: (0xx11) 3847-5720
http://www.hsbc.com.br/

BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 6º andar
São Paulo, SP
At.: Sr. Cezar Augusto Aragão
Tel.: (55-11) 3074-7444
Fax.: (55-11) 3074-7469
http://www.besinvestimento.com.br

Corretoras Consorciadas

Informações das corretoras de títulos e valores mobiliários credenciadas na CBLC para participar da Oferta, conforme indicadas no Aviso ao Mercado. Informações adicionais sobre as Corretoras Consorciadas poderão ser obtidas no website da Bovespa (www.bovespa.com.br).

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

1. COMPANHIA

Indústrias Romi S.A.
Av. Pérola Byington, nº 56
13453-900, Centro
Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo
Sergio Roberto Novo
Diretor de Relações com Investidores
Tel:(19) 3455-9913
Fax:(19) 3455-9990
E-mail: dri@romi.com.br

2. COORDENADORES

Banco Itaú BBA S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar
São Paulo, SP
Fernando Iunes – Diretor (responsável designado pelo Coordenador Líder, de acordo com o parágrafo 3º, inciso III, do artigo 33 da Instrução CVM 400).
Tel.: (11) 3708-8000
Fax: (11) 3708-8107

Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A.
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 50, 8º andar
São Paulo, SP, Brasil
Roberto Belchior da Silva – Diretor Executivo
Tel.: (11) 3048-6000
Fax: (11) 3048-6099

3. CONSULTORES LEGAIS

3.1. Consultor da Companhia e Acionistas Vendedores para Direito Brasileiro

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº. 447
São Paulo, SP
Luiz Octavio Duarte Lopes
Tel.: (11) 3147-7600
Fax: (11) 3147-7770

3.2. Consultor da Companhia e Acionistas Vendedores para Direito dos Estados Unidos da América

White & Case LLP
Al. Santos, nº 1940, 3º andar
São Paulo, SP
Donald Baker
Tel.: (11) 3147-5600
Fax: (11) 3147-5611

3.3. Consultor dos Coordenadores para Direito Brasileiro

Pinheiro Neto Advogados
Rua Hungria, nº 1100
São Paulo, SP
Henrique Lang
Tel.: (11) 3247-8400
Fax: (11) 3247-8600

3.4. Consultor dos Coordenadores para Direito dos Estados Unidos da América

Davis Polk & Wardwell
450 Lexington Ave.
New York, NY, EUA
Manuel Garciadiaz
Tel.: (1 212) 450-6095
Fax: (1 212) 450-3428

4. AUDITORES INDEPENDENTES

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº 150 – 5º andar
Campinas, SP
Walbert Antonio dos Santos
Tel.: (19) 3707-3000
Fax: (19) 3707-3001

DECLARAÇÕES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

A Companhia e os acionistas vendedores Flora Sans Romi, Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, André Luís Romi, Maria Pia Romi Campos, Carlos Chiti, Suzana Guimarães Chiti, Juliana Guimarães Chiti, Carlos Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Romeu Romi, Anna Maria de Toledo Romi, Sandra Maria Romi Cheida, Patrícia Romi Cervone, Adriana Romi, Frederico Romi, Paulo Romi, Giordano Romi Júnior, Anna Regina Romi Zanatta, Cláudia Miriam Romi Frezza, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declaram:

- ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta; e
- que o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia e os acionistas vendedores Flora Sans Romi, Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, André Luís Romi, Maria Pia Romi Campos, Carlos Chiti, Suzana Guimarães Chiti, Juliana Guimarães Chiti, Carlos Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Romeu Romi, Anna Maria de Toledo Romi, Sandra Maria Romi Cheida, Patrícia Romi Cervone, Adriana Romi, Frederico Romi, Paulo Romi, Giordano Romi Júnior, Anna Regina Romi Zanatta, Cláudia Miriam Romi Frezza, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declararam:

- que o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

O Coordenador Líder declarou que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que:

- o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo fossem preparados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e
- as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, por ocasião do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Pública de Ações.

Adicionalmente, o Coordenador Líder declarou que

- o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contivessem as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta Pública, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

Os acionistas vendedores HG Camino FIA, HG Global Macro Master Fund LP, Green HG Fund LLC, HG Beta 14 FIA, HG Hiper FIM, HG Verde Master FIM, Skopos HG BRK Fund LLC, HG Pilar FIM, HG Private FIM, HG Raphael FIA, HG Agar FIM, HG Star FIM, HG Top FIM, HG Top 30 FIM, HG Turbus FIA, HG Verde FIM, HG Carteira Administrada Real FIM, Skopos Master FIA, Skopos HG Fund LLC, Hedging Griffo Verde 14 FIM, HG Cerejeira FIA, HG Clique FIA, HG Master FIA declararam que tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, para assegurar que:

- o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo fossem preparados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e
- as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, por ocasião do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Pública de Ações.

Adicionalmente, os acionistas vendedores HG Camino FIA, HG Global Macro Master Fund LP, Green HG Fund LLC, HG Beta 14 FIA, HG Hiper FIM, HG Verde Master FIM, Skopos HG BRK Fund LLC, HG Pilar FIM, HG Private FIM, HG Raphael FIA, HG Agar FIM, HG Star FIM, HG Top FIM, HG Top 30 FIM, HG Turbus FIA, HG Verde FIM, HG Carteira Administrada Real FIM, Skopos Master FIA, Skopos HG Fund LLC, Hedging Griffo Verde 14 FIM, HG Cerejeira FIA, HG Clique FIA, HG Master FIA declararam que:

- o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contivessem as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta Pública, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

IDENTIFICAÇÃO	Somos uma sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 56.720.428/0001-63, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.036.751.
REGISTRO NA CVM	Somos registrados na CVM sob o nº.00751-0.
SEDE	Av. Pérola Byington, 56, cep 13453-900, Centro Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo.
PRAZO DE DURAÇÃO	O nosso prazo de duração é indeterminado.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Sergio Roberto Novo Diretor de Relações com Investidores Tel:(19) 3455-9913 Fax:(19) 3455-9990 e-mail: dri@romi.com.br
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	O atendimento aos nossos acionistas é feito pelo telefone (19) 3455 9476, pelo fax (19) 3455 9990 e pelo e-mail: acionistas@romi.com.br.
AUDITORES INDEPENDENTES	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA COMPANHIA	As nossas ações são admitidas para negociação no segmento Novo Mercado da Bovespa sob o código "ROMI3".
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006 foram divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo em 8 de fevereiro de 2007.

INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO E OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

GERAL

Atualmente, as nossas Ações Ordinárias têm baixa liquidez. Dessa forma, não podemos oferecer qualquer garantia de que um mercado líquido e ativo para as Ações Ordinárias se desenvolverá, nem que, após a Oferta, as Ações Ordinárias serão negociadas, no mercado, por um preço igual ou superior ao preço estabelecido para esta Oferta. Celebramos um "Contrato de Participação no Novo Mercado", pelo qual nos comprometemos a observar todas as exigências relativas a práticas de governança corporativa diferenciadas estabelecidas pela Bovespa, com o objetivo de atender os requisitos necessários para a listagem das Ações no segmento Novo Mercado. As Ações Ordinárias são negociadas na Bovespa sob o código ROMI3.

Os únicos valores mobiliários de nossa emissão em circulação são as nossas Ações Ordinárias.

NEGOCIAÇÃO NA BOVESPA

Em maio de 2000, a Bovespa foi reorganizada por meio da assinatura de memorandos de entendimentos entre as bolsas de valores brasileiras. Essa organização teve por objetivo fortalecer a liquidez e aumentar a competitividade do mercado acionário nacional, bem como reduzir os custos das Bolsas de Valores regionais. De acordo com estes memorandos, a Bovespa passou a concentrar toda a negociação com valores mobiliários, referentes à renda variável.

A Bovespa é uma associação civil sem fins lucrativos com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sendo que seu capital é de titularidade das corretoras-membro. A negociação na Bovespa só pode ser realizada pelas corretoras-membro e por um número limitado de não-membros autorizados. As negociações ocorrem das 10h00 às 17h00, ou entre 11h00 e 18h00 em algumas ocasiões durante o período de horário de verão do Brasil, em um sistema eletrônico de negociação chamado Megabolsa. A Bovespa também permite negociações das 17h45 às 19h00, ou entre 18h45 e 19h30 durante o período de horário de verão no Brasil, em horário diferenciado denominado "after market", que consiste na sessão noturna de negociação eletrônica conectado a corretoras tradicionais e a corretoras que operam pela internet. As negociações no after market estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelos investidores que operam pela Internet.

Quando investidores negociam ações na Bovespa, a liquidação acontece três dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. O vendedor deve entregar as ações à Bolsa na manhã do terceiro dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por meio das instalações da CBLC.

A fim de manter um melhor controle sobre a oscilação do Índice Bovespa, a Bovespa adotou um sistema "circuit breaker" de acordo com o qual a sessão de negociação é suspensa por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que o Índice Bovespa cair abaixo dos limites de 10,0% ou 15,0%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior.

PREÇO E MERCADO DAS AÇÕES DA COMPANHIA

As tabelas a seguir apresentam o preço individual de fechamento máximo, médio e mínimo, em Reais, na Bovespa, das ações de emissão da Companhia, para os períodos indicados.

	Preço Individual por Ação Preferencial		
(R$)	**Máximo**	**Média**	**Mínimo**
2006	146,5	97,0	67,1
2005	68,9	60,8	51,6
2004	55,8	37,2	27,9

Fonte: Economática, em 10 de abril de 2007, ajustado a proventos.

(R$)	Preço Individual por Ação Preferencial		
	Máximo	Média	Mínimo
Março de 2007[1]	180,0	176,7	169,0
Fevereiro de 2007	194,9	182,3	174,5
Janeiro de 2007	169,6	149,4	138,9
Dezembro de 2006	146,5	135,3	118,4
Novembro de 2006	118,4	109,1	98,6
Outubro de 2006	99,5	94,7	87,4
Setembro de 2006	105,1	101,4	97,6
Agosto de 2006	105,2	104,8	103,3
Julho de 2006	105,1	104,8	104,1
Junho de 2006	109,7	105,0	102,1
Maio de 2006	110,5	104,0	93,6
Abril de 2006	88,1	82,6	80,8
Março de 2006	82,6	81,4	79,4
Fevereiro de 2006	79,4	77,1	74,9
Janeiro de 2006	74,0	69,0	67,1

[1] Até 21 de março de 2007.
Fonte: Economática, ajustado a eventos e proventos.

(R$)	Preço Individual por Ação Preferencial		
	Máximo	Média	Mínimo
1T/2003	12,1	11,1	9,9
2T/2003	15,9	13,5	11,2
3T/2003	22,7	19,3	15,5
4T/2003	29,1	26,1	22,3
1T/2004	33,5	30,3	29,1
2T/2004	33,1	30,5	27,9
3T/2004	50,0	38,8	29,9
4T/2004	55,8	50,0	46,2
1T/2005	63,5	58,4	51,6
2T/2005	62,2	60,7	56,3
3T/2005	63,0	59,1	55,5
4T/2005	68,9	65,1	62,8
1T/2006	82,6	76,1	67,1
2T/2006	110,5	97,6	80,8
3T/2006	105,2	103,5	97,6
4T/2006	146,5	111,7	87,4

Fonte: Economática, em 19 de março de 2007, ajustado a proventos.

(R$)	Preço Individual por Ação Ordinária		
	Máximo	Média	Mínimo
2006	158,0	93,1	64,4
2005	66,3	55,2	43,3
2004	47,7	32,8	24,0

Fonte: Economática, em 19 de março de 2007, ajustado a proventos.

	Preço Individual por Ação Ordinária		
(R$)	**Máximo**	**Média**	**Mínimo**
Março de 2007[1]	215,0	192,9	183,0
Fevereiro de 2007	214,5	199,1	190,0
Janeiro de 2007	182,1	164,3	155,7
Dezembro de 2006	158,0	133,5	109,8
Novembro de 2006	109,8	106,8	99,2
Outubro de 2006	97,5	97,5	97,4
Setembro de 2006	102,2	98,9	97,5
Agosto de 2006	102,2	100,5	98,4
Julho de 2006	103,1	99,6	93,8
Junho de 2006	102,2	102,2	102,2
Maio de 2006	103,1	99,9	92,1
Abril de 2006	82,9	80,3	73,6
Março de 2006	78,3	76,5	73,6
Fevereiro de 2006	76,4	72,3	70,4
Janeiro de 2006	70,0	66,2	64,4

(1) Até 21 de março de 2007.
Fonte: Economática, ajustado a eventos e proventos.

Em 15 de fevereiro de 2007, os nossos Acionistas aprovaram o desdobramento das ações integrantes do nosso Capital Social à razão de 1:10, bem como a conversão da totalidade de nossas Ações Preferenciais de nossa emissão então existentes em Ações Ordinárias, na proporção de dez Ações Preferenciais para nove Ações Ordinárias. Esse desdobramento e a conversão tiveram efeito a partir de 23 de março de 2007. Como resultado do desdobramento e da conversão, cada titular de uma ação ordinária de nossa emissão passou, com o desdobramento, a ser titular de dez ações, bem como cada titular de 1 ação preferencial de nossa emissão passou a ser titular de 10 ações preferenciais de nossa emissão, as quais foram convertidas à razão de 9 ações ordinárias para cada 10 ações preferenciais, e nosso Capital Social é, atualmente, composto somente por Ações Ordinárias.

As tabelas a seguir apresentam o preço individual de fechamento máximo, médio e mínimo, em Reais, na Bovespa, das ações ordinárias de emissão da Compahia, para os períodos indicados, ajustados para refletir o desdobramento ocorrido em 23 de março de 2007.

	Preço Individual por Ação Ordinária		
(R$)	**Máximo**	**Média**	**Mínimo**
2006	15,8	9,3	6,4
2005	6,6	5,6	4,3
2004	4,8	3,3	2,4

Fonte: Economática, em 19 de março de 2007, ajustado a proventos e para refletir o desdobramento de nossas ações ordinárias à razão de 1:10.

	Preço Individual por Ação Ordinária		
(R$)	**Máximo**	**Média**	**Mínimo**
Abril de 2007[1]	19,1	18,4	17,6
Março de 2007	24,5	20,0	18,3
Fevereiro de 2007	21,5	19,9	19,0
Janeiro de 2007	18,2	16,4	15,6
Dezembro de 2006	15,8	13,4	11,0
Novembro de 2006	11,0	10,7	9,9
Outubro de 2006	9,8	9,8	9,7
Setembro de 2006	10,2	9,9	9,8
Agosto de 2006	10,2	10,1	9,8
Julho de 2006	10,3	10,0	9,4
Junho de 2006	10,2	10,2	10,2
Maio de 2006	10,3	10,0	9,2
Abril de 2006	8,3	8,0	7,4
Março de 2006	7,8	7,7	7,4
Fevereiro de 2006	7,6	7,2	7,0
Janeiro de 2006	7,0	6,6	6,4

(1) Até 10 de abril de 2007.
Fonte: Economática, ajustado a eventos e proventos.

	Preço Individual por Ação Ordinária		
(em R$)	**Máximo**	**Média**	**Mínimo**
1T/2003	1,1	1,0	0,9
2T/2003	1,5	1,3	1,0
3T/2003	2,1	1,6	1,4
4T/2003	2,6	2,2	1,8
1T/2004	2,8	2,6	2,4
2T/2004	2,8	2,5	2,4
3T/2004	4,0	3,4	2,5
4T/2004	4,8	4,3	4,0
1T/2005	5,1	4,8	4,3
2T/2005	5,6	5,3	4,9
3T/2005	5,9	5,5	5,3
4T/2005	6,6	6,5	6,1
1T/2006	7,8	7,1	6,4
2T/2006	10,3	9,2	7,4
3T/2006	10,3	9,9	9,4
4T/2006	15,8	11,3	9,7
1T/2007	24,5	18,6	15,6

Fonte: Economática, ajustado a eventos e proventos.

REGULAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Compete à CVM regulamentar e fiscalizar o mercado de capitais brasileiro, nos termos da Lei de Mercado de Valores mobiliários e da Lei das Sociedades por Ações. Compete ao Banco Central e ao CMN regular e fiscalizar as atividades da CVM, conceder autorização para constituição e funcionamento de corretoras de títulos e valores mobiliários, e regular os investimentos estrangeiros e as operações de câmbio, conforme disposto na Lei do Mercado de Valores Mobiliários e na Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Estas leis em conjunto com outras normas e regulamentos, entre outros, determinam os requisitos de divulgação de informações aplicáveis a emissoras de valores mobiliários publicamente negociados, as sanções penais por negociação de ações utilizando informação privilegiada e manipulação de preço, a proteção de acionistas minoritários, os procedimentos para o licenciamento e supervisão das corretoras de valores e a governança das bolsas de valores brasileiras.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode ser aberta (e listada) ou fechada (e não listada). Todas as companhias listadas estão registradas na CVM e ficam sujeitas a obrigações de divulgação periódica de informações e de divulgação de quaisquer fatos relevantes. Uma companhia registrada na CVM pode negociar seus valores mobiliários na Bovespa ou no mercado de balcão brasileiro. Ações de companhias listadas na Bovespa não podem ser negociadas simultaneamente no mercado de balcão brasileiro. A operação no mercado de balcão consiste em negociações entre pessoas, fora da bolsa de valores, com a intermediação de instituição financeira autorizada pela CVM. Nenhuma licença especial, além de registro na CVM (e, no caso de mercados de balcão organizados, no mercado de balcão pertinente), é necessária para que os valores mobiliários de companhia aberta possam ser negociados no mercado de balcão Para ser listada na Bovespa, uma companhia deve requerer o registro à Bovespa e à CVM.

A negociação de valores mobiliários na Bovespa pode ser interrompida mediante solicitação de uma companhia antes da publicação de fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da Bovespa ou da CVM, com base em ou devido a, entre outros motivos, indícios de que a companhia tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou forneceu respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela Bovespa.

FATORES DE RISCO

O investimento em ações representa um investimento de risco. Assim antes de decidir investir nas Ações Ordinárias, os potenciais investidores devem avaliar cuidadosamente as informações contidas neste Prospecto, em especial os riscos relacionados abaixo, antes de tomarem uma decisão de investimento. Caso quaisquer dos fatores descritos venham ocorrer, nosso negócio, resultados operacionais e financeiros poderão ser afetados de maneira adversa. Consequentemente, o preço de mercado das nossas Ações Ordinárias pode diminuir e os potenciais investidores podem perder parte ou todo o seu investimento.

RISCOS RELATIVOS AO BRASIL

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e no preço de mercado das nossas Ações Ordinárias.

O Governo Federal freqüentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, freqüentemente implicaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Poderemos ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- política monetária;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como os que foram impostos em 1989 e no início de 1990;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação, inclusive através de um eventual aumento da taxa de juros básico, podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar nossas atividades e o valor de mercado das nossas Ações Ordinárias.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e refrear o crescimento do País. Mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo IGP-M caiu de 20,1% em 1999 para 3,8% em 2006. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação freqüentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como conseqüência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, as taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2003, 2004, 2005 e 2006 foram de 16,5%, 17,8%, 18,0% e 13,3%, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM.

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive ajustes nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio estrangeiro e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão causar um efeito adverso na economia brasileira, nas nossas atividades, bem como no preço de mercado das nossas Ações Ordinárias.

Adicionalmente, no caso de um aumento da inflação, o Governo Federal poderá optar por um aumento da taxa de juros oficial. Existe uma forte relação entre o crescimento do setor industrial e o crescimento da economia e altas taxas de juros podem inviabilizar o aumento e desenvolvimento de nossas atividades. Além disso, um aumento da taxa de juros pode diminuir a disponibilidade de crédito e, consequentemente, ter um impacto negativo no mercado de máquinas-ferramenta, máquinas injetoras de plástico e fundidos e usinados. Para uma análise adicional sobre os impactos quantitativos e qualitativos de riscos relacionados à taxa de juros vide "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e Resultados Operacionais - Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado – Risco de Taxa de Juros".

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como os nossos negócios.

Em decorrência de diversas pressões inflacionárias, a moeda brasileira sofreu desvalorizações periódicas em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Por exemplo, o Real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao Dólar. Embora o Real tenha valorizado 8,8%, 13,4% e 9,5% em relação ao Dólar em 2004, 2005 e 2006, respectivamente, não se pode garantir que o Real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao Dólar novamente. Em 31 de dezembro de 2006, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$2,138 por US$1,00.

As desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como causar um efeito adverso para nós. Além disso, a valorização do Real pode afetar adversamente a competitividade de nossos produtos em mercados internacionais. Para uma análise adicional sobre os impactos quantitativos e qualitativos de riscos cambiais relacionados à flutuações de câmbio vide "Análise e discussão da administração sobre a situação financeira e resultados operacionais - divulgações quantitativas e qualitativas sobre o risco de mercado – risco cambial".

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente em países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das nossas Ações Ordinárias.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, particularmente outros países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das nossas Ações Ordinárias, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, o que poderia limitar a capacidade de crescimento da nossa Companhia.

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA E AO SETOR

O aumento da concorrência no setor em que atuamos pode nos afetar adversamente.

O mercado dos nossos produtos é caracterizado pela mudança de tecnologia e pelo desenvolvimento das indústrias. Nossa habilidade de aderir ou superar a consolidação do setor com sucesso dependerá, em parte, de nossa habilidade de aumentar e desenvolver nossos produtos existentes, de continuar a criar produtos inovadores, de adaptar nossos produtos às necessidades e padrões dos clientes existentes e potenciais, de continuar a melhorar a eficiência operacional, diminuir nossos custos e crescermos mais que nossos concorrentes, seja pela aquisição de novas empresas, seja pelo crescimento orgânico de nossa participação de mercado. O aumento da concorrência, o aumento da capacidade produtiva das nossas concorrentes e do aumento da concorrência de sociedades estrangeiras e/ou de sociedades que disponham de mais capital para investimento do que nós, poderá afetar adversamente os nossos negócios e também os preços que nos podemos vender nossos produtos, reduzindo as nossas margens. Além disso, competidores podem desenvolver tecnologias ou produtos que tornem os nossos produtos obsoletos ou menos comerciáveis, ou, ainda, operar de forma mais eficiente do que nós. Se não formos capazes de aderir e superar uma eventual consolidação do setor, podemos ser afetados adversamente.

Adicionalmente, o posicionamento de nossos concorrentes estrangeiros no Brasil é diretamente influenciado pela cotação do dólar *versus* o Real, assim como pelos impostos incidentes sobre as suas atividades no Brasil. Dessa forma, uma eventual valorização do Real frente ao Dólar, ou a redução das alíquotas dos impostos incidentes sobre as atividades de nossos concorrentes estrangeiros poderá tornar tais concorrentes mais competitivos do que nós, o que poder vir a afetar adversamente as nossas atividades e resultados.

Podemos ser adversamente afetados se formos incapazes de oferecer produtos competitivos e tecnologicamente avançados. Ainda, estamos sujeitos a riscos associados ao desenvolvimento de produtos e tecnologias, que podem atrasar a introdução de novos produtos no mercado e resultar em despesas significativas.

O sucesso de nosso negócio depende, em parte, de nossa habilidade para manter e expandir os produtos existentes e nossa base de clientes. A nossa estratégia depende de nossa capacidade em atender clientes antes e depois da venda do produto, oferecendo custos e tecnologia competitivos. Não podemos garantir que seremos capazes de continuar a expandir nossas linhas de produtos, e consequentemente que seremos capazes de manter nossos atuais clientes, bem como atrair novos clientes. Também não podemos garantir que não iremos perder clientes para concorrentes com preços mais competitivos, com produtos e serviços equivalentes ou superiores. Se falharmos em expandir nossa linha de produtos, ou perder um número relevante de nossos atuais clientes, ou formos incapazes de atrair novos clientes, poderemos ser afetados adversamente.

Adicionalmente, nosso negócio é sujeito a riscos associados com o desenvolvimento ou aplicação de tecnologias, incluindo imprevistos técnicos e outros problemas. A ocorrência de qualquer desses fatores poderia causar atraso no desenvolvimento, ou abandono da nova tecnologia ou de novos produtos. Não podemos garantir que novas tecnologias ou produtos, se desenvolvidos: (i) irão atingir os nossos preços atuais ou objetivos de performance, (ii) cumprirão o cronograma de lançamento estipulado, e (iii) serão tão eficientes quanto produtos desenvolvidos com outras tecnologias. A incapacidade de desenvolver de um produto com sucesso, ou a decisão de não o completar, particularmente em instâncias em que já incorremos em gastos significativos, poderá nos afetar adversamente.

Nossas atividades e negócios são influenciados diretamente pelo resultado da indústria brasileira e, em parte, pela mundial. Caso o PIB Industrial brasileiro seja reduzido nos próximos anos, poderemos não alcançar nossas metas financeiras e estratégicas.

O crescimento do setor no qual atuamos é altamente influenciado pelo crescimento industrial brasileiro. Nossos principais clientes são fabricantes de bens de capital e bens de consumo duráveis e a expansão de nossas atividades e a implementação de nosso plano de negócios é influenciada, em grande parte, pela demanda por bens de capital no mercado brasileiro. O PIB industrial brasileiro cresceu no ano de 2006 2,8%, em termos reais, segundo o IBGE. Caso a economia brasileira deixe de crescer, ou mesmo mantenha um crescimento pouco expressivo, nossos negócios e atividades poderão ser negativamente influenciados.

O desempenho do setor de bens de capital é fortemente influenciado pelo nível de investimentos realizados no País e pela disponibilidade de linhas de financiamento de longo prazo a custos atrativos.

O desempenho do setor de bens de capital em geral, e o de máquinas e equipamentos pesados em particular, é influenciado de forma significativa pelo nível de investimentos realizados no País, tanto pelo setor privado quanto pelo público. Por envolver bens de alto valor agregado, o setor também depende da existência de acesso a crédito de longo prazo a custos atrativos por parte de instituições financeiras privadas e públicas nacionais e internacionais, e por entidades multilaterais. A indústria de bens de capital é geralmente uma das primeiras a serem afetadas por crises econômicas e uma das últimas a reagir com a retomada do crescimento econômico. A diminuição dos investimentos realizados no País e a inexistência de crédito de longo prazo em montantes suficientes a custos atrativos poderão afetar adversamente a economia nacional e prejudicar nosso resultado operacional e condição financeira.

O BNDES poderá, no futuro, cancelar o programa Finame Fabricante. Adicionalmente, poderemos não mais ser elegíveis para utilizar essa linha de crédito. Caso qualquer uma dessas hipóteses venha a ser verificada, poderemos não ser capazes de oferecer aos nossos clientes linhas de crédito alternativas a custos similares, o que poderá afetar negativamente os nossos negócios.

Somos habilitados a utilizar a linha de financiamentos do BNDES denominada Finame Fabricante, que nos confere linhas de crédito concedidas em condições financeiras que acreditamos ser mais vantajosas do que aquelas oferecidas pelas demais instituições financeiras do mercado. Essa linha de crédito nos permite conceder financiamento aos nossos clientes em condições financeiras mais vantajosas àquelas praticadas por instituições privadas no mercado brasileiro. Nesse sentido, eventual desligamento da Companhia em relação a essa linha de crédito, a modificação desse programa ou determinada situação que não nos torne mais elegíveis a tal linha de crédito podem onerar os financiamentos por nós concedidos a nossos clientes, o que poderá resultar na diminuição de nossas vendas, e, conseqüentemente, afetar negativamente os nossos negócios.

Estamos sujeitos a riscos associados ao financiamento aos nossos clientes

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Fabricante, nós figuramos como devedores e repassamos integralmente aos nossos clientes os termos negociados, devendo o cliente declarar conhecer as condições contratadas, ficando as máquinas vendidas como garantia real. De acordo com essa modalidade de financiamento, no caso de inadimplência de nossos clientes, somos obrigados a arcar com as obrigações do respectivo financiamento Finame Fabricante perante o BNDES. Vendas sob tal modalidade de financiamento são um componente importante no nosso resultado, tendo representado aproximadamente 54% da receita operacional líquida consolidada realizada no ano de 2006. Dessa forma, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso não sejamos capazes de administrar com sucesso a nossa política de extensão do financiamento a nossos clientes, ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido seja prejudicada.

Nossas aquisições futuras apresentam riscos de execução e podemos não alcançar nossas metas financeiras e estratégicas.

Para atingir nossos objetivos, no futuro, poderemos adquirir ou investir em outras companhias, negócios ou tecnologias. Podemos encontrar nessas potenciais aquisições os seguintes riscos: (i) a aquisição poderá não contribuir para a nossa estratégia comercial, ou poderemos não capturar em tal aquisição todas as sinergias antecipadas; (ii) podemos enfrentar dificuldades para integrar as operações das companhias, negócios ou tecnologias adquiridas às nossas operações; (iii) o relacionamento com os atuais e novos funcionários poderá ser conturbado; (iv) poderemos perder membros da alta administração das companhias adquiridas; (v) o processo de diligência legal pode não identificar problemas, tais como eventuais passivos trabalhistas ou tributários existentes; (vi) podemos enfrentar dificuldades de tempo para uniformizar as práticas contábeis de divulgações das demonstrações financeiras e controles internos; (vii) a aquisição pode nos trazer processos movidos contra a empresa adquirida; (viii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos, e a atenção de nossa Administração pode ser desviada para questões ligadas à transição ou à integração das companhias adquiridas; (ix) efeitos de curto-prazo adversos ou resultados operacionais desfavoráveis; (x) nós poderemos precisar contrair dívidas para realizar as aquisições, o que poderá limitar nossa capacidade de alavancagem financeira no futuro; e (xi) as aquisições podem vir a gerar ágio contábil e a sua amortização terá como efeito a redução do lucro no período e, em conseqüência, a redução do montante dos dividendos que distribuímos. Esses fatores poderiam causar um efeito adverso sobre nós, especialmente no caso de aquisição de companhias ou negócios de maior porte ou de número maior de aquisições.

Além disso, não podemos garantir que seremos capazes de identificar oportunidades para futuras aquisições e que teremos sucesso na negociação de aquisições identificadas por nós.

Custos potenciais relacionados ao cumprimento da legislação ambiental, assim como potenciais responsabilidades ambientais, poderão nos causar efeito material adverso.

Nossos estabelecimentos estão sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que tratam da proteção da saúde e do meio ambiente, em especial por nossas atividades envolverem a utilização de certos produtos tóxicos, tais como sílica, chumbo e outros agentes químicos tóxicos. Efetuamos, e continuaremos a efetuar, investimentos significativos para atender a essas disposições. Além disso, uma vez que a legislação ambiental e sua aplicação estão se tornando mais rigorosas, nossos investimentos e despesas referentes ao cumprimento da legislação ambiental poderão aumentar de maneira significativa no futuro. Desse modo, investimentos necessários ao atendimento de regulamentação ambiental poderão acarretar reduções em outros investimentos estratégicos planejados, o que poderia prejudicar nossa lucratividade. Podemos estar, além disso, sujeitos a multas, além das obrigações de indenizar por prováveis danos decorrentes do não cumprimento das leis e regulamentos ambientais. Quaisquer custos e responsabilidades ambientais relevantes não previstos poderão afetar adversamente nosso desempenho financeiro futuro.

Estamos expostos a riscos por responsabilidade civil relacionados à recalls de nossos produtos ou prejuízos oriundos das garantias estendidas a nossos produtos, e podemos não ser capazes de manter um seguro adequado para cobrir referidas responsabilidades ou prejuízos.

Nosso negócio nos expõe a potenciais riscos por responsabilidade civil e prejuízos decorrentes dos nossos produtos. Além de despesas, que são naturalmente acarretadas por danos, acordos ou custos de defesa, existe ainda a possibilidade de propaganda negativa, que é gerada em face de ações por responsabilidade civil. O lançamento de novos produtos poderá fazer com que nós necessitássemos de um recall pelo fato desse produtos não estarem adequados com as especificações previamente aprovadas, o que poderia resultar em uma publicidade negativa, assim como custos relacionados ao *recall* e perda de receita. Adicionalmente, se nossos produtos contiverem algum defeito de fabricação dentro do prazo de garantia de nossos produtos (que é atualmente de 1 ano), poderemos incorrer em prejuízos significativos para repará-los, conforme exige a nossa garantia de fabricação.

Não podemos garantir que a responsabilidade civil ou prejuízo por um produto defeituoso ou uma série de reclamações contra nós não terão um efeito adverso sobre nós. Se qualquer reclamação for proposta contra nós, independente de seu resultado, não podemos garantir que seremos capazes de, no futuro, manter o seguro contra responsabilidade civil ou constituir reservas e provisões para prejuízos em níveis suficientes para fazer frente a tais reclamações, *recalls* ou solicitações de reparo.

Nossa cobertura de seguros pode não ser suficiente para cobrir eventuais prejuízos em caso de interrupção de nossas atividades.

Nossas atividades, de um modo geral, estão sujeitas a uma série de riscos operacionais, incluindo acidentes industriais, disputas trabalhistas, mudanças na legislação e regulamentação ambiental, riscos relacionados ao meio ambiente, fatores climáticos e outros fenômenos naturais. Nossos seguros podem cobrir apenas parte dos prejuízos que possam advir de uma eventual interrupção de nossas atividades em decorrência destes ou de outros fatores.

A perda de membros da nossa Alta Administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Nossa capacidade de manter nossa posição competitiva depende dos serviços da nossa alta administração. Apesar de termos contrato de pacto de não-concorrência para os principais executivos da Companhia, esse contrato pode não ter o efeito esperado. Adicionalmente, nossa capacidade de administrar nosso crescimento depende de nossa capacidade em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a nossa alta administração. A falha em manter os membros da nossa alta administração ou em atrair pessoas competentes, poderá causar um efeito adverso.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES ORDINÁRIAS

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de nossas Ações Ordinárias de vendê-las pelo preço e na ocasião que desejarem.

Atualmente, não existe mercado com grande liquidez para nossas Ações Ordinárias. Portanto, não podemos garantir que um mercado de negociação para os nossos valores mobiliários irá se desenvolver junto à Bovespa, e, caso isso ocorra, que será suficientemente ativo e líquido, porque o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

Como exemplo, em 31 de dezembro de 2006, ações listadas na Bovespa representavam um total de capitalização de aproximadamente US$722,6 bilhões (R$1.544,9 bilhões), com um volume médio de negociação diário de US$1.120,4 milhões (R$2.439,2 milhões) em 2006. Em contraste, ações listadas na New York Stock Exchange, ou NYSE, possuíam capitalização total de US$15,4 trilhões em 31 de dezembro de 2006, e um volume diário de negociação de US$1.428,4 bilhões em 2006. A concentração também é significantemente mais alta no mercado de valores mobiliários brasileiro do que nos principais mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos e Europa. As dez principais ações, em termos de volume de negociação, responderam por aproximadamente 46,1% de todas as ações negociadas na Bovespa em 2006. Essas características do mercado podem limitar significativamente a capacidade dos titulares de nossas Ações Ordinárias de vendê-las pelo preço e na ocasião que desejarem, podendo afetar negativamente o preço de mercado de nossas Ações Ordinárias.

Após a Oferta, não teremos mais um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante, o que poderá nos deixar susceptíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante.

Após a Oferta, não teremos mais um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta do capital votante. Não há uma prática estabelecida no Brasil de companhia aberta sem acionista ou grupo controlador titular da maioria do capital votante. Entretanto, pode ser que se formem alianças ou acordos entre os novos acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório da Companhia, a Companhia poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas das suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a investidas hostis de aquisição de controle, e a conflitos daí decorrentes. Pode ser também que a Companhia se torne alvo de investidas por parte de investidores para burlar as disposições do nosso Estatuto Social que prevêem a realização de oferta pública de aquisição de ações quando da aquisição de mais de 15% do nosso Capital Social.

Adicionalmente, acionistas da Companhia podem vir a alterar ou excluir estas mesmas disposições do Estatuto Social que prevêem a realização de oferta pública de aquisição de ações por acionista que se torne titular de 15% do nosso Capital Social e, em seguida, descumprir sua obrigação de realizar uma oferta pública de aquisição de ações na forma exigida pelo Estatuto Social. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quorum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Caso a Companhia passe a não ter acionista controlador titular da maioria absoluta do capital votante, a Companhia e os acionistas minoritários poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por outros acionistas e, em conseqüência, podemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada em nossa equipe de administradores, em nossa política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Nosso Estatuto Social contém disposições que podem dissuadir a aquisição da Companhia e dificultar ou atrasar operações que poderiam ser do interesse dos investidores.

Nosso Estatuto Social contém disposição que tem o efeito de evitar a concentração de nossas ações em um grupo pequeno de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa. Uma dessas disposições exige que qualquer acionista adquirente (com exceção dos atuais acionistas controladores e de outros investidores que se tornem nossos acionistas em certas operações especificadas no nosso Estatuto) que venha a ser titular de direitos de sócio relativos a 15% ou mais do total de ações de emissão da Companhia (excluídas as ações em tesouraria e os acréscimos involuntários de participação acionária especificados no Estatuto), realize, no prazo de 30 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, uma oferta pública de aquisição da totalidade de nossas ações, pelo preço estabelecido no nosso Estatuto. Esta disposição pode ter o efeito de dificultar ou impedir tentativas de aquisição da nossa Companhia, e pode desencorajar, atrasar ou impedir a fusão ou aquisição de nossa Companhia, incluindo operações nas quais o investidor poderia receber um prêmio sobre o valor de mercado de suas ações.

Estamos realizando uma Oferta de Ações, o que poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

Nossa Oferta compreende a oferta de Ações realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, por meio de uma distribuição pública primária e secundária registrada na CVM, que inclui esforços de colocação das Ações no exterior, nos Estados Unidos para investidores institucionais qualificados definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do Securities Act e para investidores nos demais países (exceto Estados Unidos da América e Brasil), com base no Regulamento S do Securities Act que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento autorizados pelo governo brasileiro. Os esforços de colocação de Ações da Oferta no exterior expõem a nossa Companhia às normas de proteção de investidores por conta de incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Confidential Offering Circular*, datado de 23 de março de 2007 e no *Confidential Offering Circular* a ser datado da data do Prospecto Definitivo, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores em relação a estas questões.

Adicionalmente, nossa Companhia é parte do *Placement Facilitation Agreement* que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O *Placement Facilitation Agreement* apresenta cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los no caso de que eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Confidential Offering Circular* datado de 23 de março de 2007 e no *Confidential Offering Circular* datado da data do Prospecto Definitivo. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a estas questões, elas poderão ter direito de regresso contra a nossa Companhia por conta desta cláusula de indenização.

Finalmente, informamos que o *Placement Facilitation Agreement* possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos, nada impede que os valores devidos a título indenizatório pela Companhia sejam superiores àqueles obtidos pela nossa Companhia em razão da Oferta. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida. A eventual condenação de nossa Companhia em um processo no exterior em relação a incorreções ou omissões no Preliminary *Confidential Offering Circular* datado de 23 de março de 2007 e no *Confidential Offering Circular* datado da data deste Prospecto, se envolver valores elevados, poderá ter um impacto significativo e adverso para nossa Companhia.

A venda de quantidades significativas das nossas Ações Ordinárias após a Oferta pode provocar uma redução no preço das nossas Ações Ordinárias.

Nós, os membros do nosso Conselho de Administração, nossos Diretores e os Acionistas Vendedores concordamos, nos termos do acordo de restrição à venda de ações (*lock-up agreement*) e sujeitos a certas exceções, em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, no prazo de 180 dias a contar da data do Prospecto Definitivo, quaisquer das nossas Ações Ordinárias, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em, ou que possa ser permutado ou exercido por, nossas Ações Ordinárias, ou quaisquer outros valores mobiliários conversíveis em Ações Ordinárias nossas, permutáveis por Ações Ordinárias, ou que representem direito de receber Ações Ordinárias nossas. Após a expiração desse período, tais Ações Ordinárias estarão livres para serem negociadas no mercado. Caso os titulares de nossas Ações Ordinárias as vendam ou, caso o mercado tenha a impressão de que nós pretendemos ou os nossos Acionistas Vendedores pretendem vendê-las, o preço de mercado das nossas Ações Ordinárias poderá cair significativamente.

Podemos vir a precisar de capital adicional no futuro e podemos emitir novas ações por meio de aumentos de capital, em vez de recorrer a dívida, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor nas nossas Ações Ordinárias.

Podemos precisar de capital adicional e, no caso de operações de emissão pública ou privada de ações serem indisponíveis ou se nossos acionistas decidirem, podemos emitir títulos de dívida ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicional através da emissão de ações por meio de aumentos de capital pode resultar na diluição da participação do investidor nas nossas Ações Ordinárias.

Haverá diluição do valor contábil dos investimentos.

O preço de cada ação na Oferta supera o valor contábil de nossas Ações Ordinárias após esta Oferta. Da mesma forma, os investidores que adquirirem as ações por meio desta Oferta sofrerão imediata diluição de valor contábil. Veja a seção "Diluição" deste Prospecto para maiores informações.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Receberemos recursos líquidos da Oferta Primária de Ações Ordinárias, no montante aproximado equivalente a R$171,6 milhões, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.

Pretendemos empregar os recursos auferidos por nós em decorrência da Oferta Primária para:

A expansão da capacidade produtiva da unidade de fundidos e usinados. Esta expansão poderá ser obtida tanto através do aumento de nossa capacidade atual como via aquisição de empresa(s) atuante(s) neste setor. Estimamos destinar para este fim aproximadamente 60% dos recursos obtidos. Nós estimamos que necessitaremos entre R$50 milhões e R$110 milhões adicionais aos recursos provenientes da oferta para a conclusão desse projeto, os quais devemos captar entre R$20 milhões e R$60 milhões, através de novos financiamentos e entre R$30 milhões e R$50 milhões, através da geração de caixa dos próximos 3 a 4 anos; e

A ampliação do nosso leque atual de produtos de máquinas e equipamentos industriais. Temos por objetivo agregar novos produtos ao nosso portifólio, atendendo a clientes que atuem em setores que deverão se beneficiar do crescimento e da modernização da indústria brasileira. Esta ampliação poderá ser obtida tanto através da construção de uma unidade fabril como também via aquisição de empresa(s). Estimamos destinar para este fim aproximadamente 40% dos recursos obtidos. Nós estimamos que necessitaremos entre R$70 milhões a R$130 milhões adicionais aos recursos provenientes da oferta para a conclusão desse projeto, os quais devemos captar entre R$30 milhões e R$70 milhões, através de novos financiamentos e entre R$40 milhões e R$60 milhões, através da geração de caixa dos próximos 3 a 4 anos;

As expectativas futuras de investimentos, estimadas pela Administração, poderam variar significativamente decorrente de fatores como, a macro economia brasileira, as oportunidades de aquisições, a taxa de juros para captação de financiamentos, entre outras.

Adicionalmente, esclarecemos que necessitaremos, ao longo dos próximos 3 a 4 anos, investir aproximadamente R$60 milhões para terminar a integração das unidades fabris em um só site, sendo certo que pretendemos custear tal projeto através de R$50 milhões em novos financiamentos e a parcela remanescente através da nossa geração de caixa.

Não receberemos nenhum recurso proveniente da venda das Ações Ordinárias pelos Acionistas Vendedores no âmbito da Oferta Secundária.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- Capitalização
- Diluição
- Informações Financeiras Selecionadas
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais
- Visão Geral do Setor
- Atividades da Companhia
- Administração
- Principais Acionistas e Acionistas Vendedores
- Operações com Partes Relacionadas
- Responsabilidade Socioambiental
- Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa
- Descrição do Capital Social

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir descreve o nosso saldo de empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo, o nosso patrimônio líquido e a nossa capitalização total, em 31 de dezembro de 2006.

As informações descritas abaixo foram extraídas de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006. O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as informações das seções "Apresentação das Informações Financeiras e Operacionais", "Informações Financeiras Selecionadas", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" e nossas demonstrações financeiras e notas explicativas correspondentes, anexas a este Prospecto. Excetuando-se o descrito abaixo, não houve mudanças relevantes em nossa capitalização desde 31 de dezembro de 2006.

Os valores após a Oferta foram estimados com base no Preço por Ação de R$15,0, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.

	Em 31 de dezembro de 2006	**% do Total**	**Após a Oferta**	**% do Total**
	(em milhares de R$)		(em milhares de R$)	
Financiamentos – circulante	5.788	0,8	5.788	0,6
Financiamento Finame Fabricante – circulante	149.240	19,8	149.240	16,2
Financiamentos – não circulante	23.825	3,2	23.825	2,6
Financiamento Finame Fabricante – não circulante	232.154	30,9	232.154	25,1
Total Empréstimos e Financiamentos	**411.007**	**54,6**	**411.007**	**44,5**
Capital Social	260.000	34,6	440.000	47,6
Reserva de capital	2.052	0,3	2.052	0,2
Reserva de reavaliação	30.405	4,0	30.405	3,3
Reserva de Lucros	48.844	6,5	40.436	4,4
Total Patrimônio Líquido	**341.301**	**45,4**	**512.893**	**55,5**
Capitalização Total[(1)]	**752.308**	**100,0**	**923.900**	**100,0**

(1) A capitalização total é a soma do patrimônio líquido com o total de empréstimos e financiamentos.

DILUIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2006, nosso patrimônio líquido era de R$341,3 milhões, sendo que o valor patrimonial por ação, na mesma data, era de, aproximadamente, R$5,47 por ação. O valor patrimonial de R$5,47 por ação foi determinado pela divisão do patrimônio líquido pelo número total de ações emitidas por nós, conforme ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações à razão de 1:10, e refletir a conversão de nossas ações preferenciais em ordinárias à razão de 10:9 ocorridos em 23 de março de 2007.

Após efetuar a emissão, no âmbito da Oferta Primária, de 12.000.000 Ações Ordinárias, assumindo que a Opção de Ações Suplementares não seja exercida pelo Coordenador Líder da Oferta, considerando-se o preço de emissão de R$15,0 por Ação Ordinária, o valor do patrimônio líquido contábil estimado será de, aproximadamente, R$512,9 milhões, representando aproximadamente R$6,90 por ação de nossa emissão (sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares). Este valor representa um aumento imediato no valor patrimonial contábil de aproximadamente R$1,42 por ação e uma diluição imediata de R$8,10 por ação emitida por nós para os investidores que adquirirem as Ações Ordinárias no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o preço por Ação Ordinária pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por ação de nossa emissão imediatamente após a conclusão da Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de nossa emissão com base no Preço por Ação de R$15,00:

Preço Referencial de Emissão por Ação	R$15,00
Valor Patrimonial por Ação em 31 de dezembro de 2006	R$5,47
Aumento do Valor Patrimonial por Ação	R$1,42
Valor Patrimonial por Ação após a Oferta	R$6,90
Diluição por Ação para os novos investidores	R$8,10
Percentual de diluição por ação para os novos investidores	54,02%

O preço de emissão das Ações Ordinárias não guarda relação com o valor patrimonial e foi fixado com base no valor de mercado das ações de nossa emissão, auferido após a realização do Procedimento de Bookbuilding. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do preço de emissão das Ações e das condições da presente oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta".

Nos últimos 5 anos, não emitimos qualquer ação. Adicionalmente, não possuímos qualquer plano de opção de compra de ações.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

O resumo das informações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006 é derivado das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras de auditoria, conforme parecer dos auditores independentes incluídos neste Prospecto.

Nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006 estão incluídas neste Prospecto.

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras, incluídas neste Prospecto, e com a seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais".

	CONSOLIDADO Em 31 de dezembro de:							
ATIVO	**2004**		**2005**		**2006**		**var. %**	
	R$mil	**(%)**	**R$mil**	**(%)**	**R$mil**	**(%)**	**05/04**	**06/05**
CIRCULANTE								
Disponibilidades	10.751	1,7%	6.550	1,0%	7.461	0,8%	(39,1%)	13,9%
Aplicações financeiras	41.263	6,5%	71.648	10,6%	79.461	8,7%	73,6%	10,9%
Duplicatas a receber	62.073	9,8%	68.726	10,1%	46.265	5,1%	10,7%	(32,7%)
Valores a receber – repasse Finame Fabricante	97.732	15,4%	119.228	17,6%	170.908	18,7%	22,0%	43,3%
Estoques	197.699	31,2%	164.659	24,3%	169.790	18,6%	(16,7%)	3,1%
Impostos a recuperar	6.181	1,0%	5.678	0,8%	7.032	0,8%	(8,1%)	23,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	0,0%	–	0,0%	1.033	0,1%	–	–
Outros créditos	4.979	0,8%	4.195	0,6%	2.047	0,2%	(15,7%)	(51,2%)
Total do ativo circulante	420.678	66,4%	440.684	65,0%	483.997	52,9%	4,8%	9,8%
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo:								
Duplicatas a receber	8.679	1,4%	39	0,0%	–	0,0%	(99,6%)	(100,0%)
Valores a receber – repasse Finame Fabricante	97.999	15,5%	108.123	15,9%	259.578	28,4%	10,3%	140,1%
Impostos e contribuições a recuperar	1.674	0,3%	4.428	0,7%	7.105	0,8%	164,5%	60,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.620	0,6%	5.474	0,8%	5.069	0,6%	51,2%	(7,4%)
Outros créditos	3.715	0,6%	2.284	0,3%	3.223	0,4%	(38,5%)	41,1%
Investimentos em controladas e ágio	–	0,0%	–	0,0%	9	0,0%	–	–
Imobilizado, líquido	97.210	15,3%	117.250	17,3%	156.015	17,1%	20,6%	33,1%
Total do ativo não circulante	212.897	33,6%	237.598	35,0%	430.999	47,1%	11,6%	81,4%
TOTAL DO ATIVO	**633.575**	**100,0%**	**678.282**	**100,0%**	**914.996**	**100,0%**	**7,1%**	**34,9%**

	CONSOLIDADO Em 31 de dezembro de:							
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2004**		**2005**		**2006**		**var. %**	
	R$mil	**(%)**	**R$mil**	**(%)**	**R$mil**	**(%)**	**(%)**	**(%)**
CIRCULANTE								
Financiamentos	52.015	8,2%	18.750	2,8%	5.788	0,6%	(64,0%)	(69,1%)
Financiamentos – Finame Fabricante	84.678	13,4%	103.586	15,3%	149.240	16,3%	22,3%	44,1%
Fornecedores	27.637	4,4%	21.120	3,1%	18.151	2,0%	(23,6%)	(14,1%)
Salários e encargos sociais	19.922	3,1%	21.339	3,1%	25.880	2,8%	7,1%	21,3%
Impostos e contribuições a recolher	5.243	0,8%	9.852	1,5%	8.884	1,0%	87,9%	(9,8%)
Adiantamentos de clientes	13.580	2,1%	11.946	1,8%	4.628	0,5%	(12,0%)	(61,3%)
Dividendos, juros sobre capital próprio e participações a pagar	3.111	0,5%	3.612	0,5%	85.329	9,3%	16,1%	2262,4%
Outras contas a pagar	2.564	0,4%	2.801	0,4%	2.337	0,3%	9,2%	(16,6%)
Total do passivo circulante	208.750	32,9%	193.006	28,5%	300.237	32,8%	(7,5%)	55,6%
NÃO CIRCULANTE								
Exigível a longo prazo:								
Financiamentos	6.526	1,0%	11.362	1,7%	23.825	2,6%	74,1%	109,7%
Financiamentos – Finame Fabricante	82.447	13,0%	90.322	13,3%	232.154	25,4%	9,6%	157,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	9.818	1,5%	9.013	1,3%	7.389	0,8%	(8,2%)	(18,0%)
Provisão para passivos eventuais	5.086	0,8%	4.494	0,7%	4.429	0,5%	(11,6%)	(1,4%)
Total do passivo não circulante	103.877	16,4%	115.191	17,0%	267.797	29,3%	10,9%	132,5%
Deságio em controladas	4.199	0,7%	4.199	0,6%	4.199	0,5%	0,0%	0,0%
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	**1.215**	**0,2%**	**1.288**	**0,2%**	**1.462**	**0,2%**	**6,0%**	**13,5%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital Social	89.762	14,2%	220.000	32,4%	260.000	28,4%	145,1%	18,2%
Reserva de capital	2.052	0,3%	2.052	0,3%	2.052	0,2%	0,0%	0,0%
Reserva de reavaliação	33.561	5,3%	31.999	4,7%	30.405	3,3%	(4,7%)	(5,0%)
Reserva de lucros	190.159	30%	110.547	16,3%	48.844	5,3%	(41,9%)	(55,8%)
	315.534	49,8%	364.598	53,8%	341.301	37,3%	15,5%	(6,4%)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**633.575**	**100%**	**678.282**	**100%**	**914.996**	**100%**	**7,1%**	**34,9%**

INFORMAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

	CONSOLIDADO Exercícios sociais encerrados em 31 De Dezembro de:							
	2004		2005		2006		var. %	
	R$mil	(%)	R$mil	(%)	R$mil	(%)	05/04	06/05
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**543.403**	**121,9%**	**620.289**	**121,5%**	**664.534**	**121,1%**	**14,1%**	**7,1%**
Impostos incidentes sobre vendas	(97.664)	(21,9%)	(109.724)	(21,5%)	(115.586)	(21,1%)	12,3%	5,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**445.739**	**100,0%**	**510.565**	**100,0%**	**548.948**	**100,0%**	**14,5%**	**7,5%**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(255.627)	(57,3%)	(301.868)	(59,1%)	(312.401)	(56,9%)	18,1%	3,5%
LUCRO BRUTO	**190.112**	**42,7%**	**208.697**	**40,9%**	**236.547**	**43,1%**	**9,8%**	**13,3%**
DESPESAS OPERACIONAIS								
Vendas	(45.262)	(10,2%)	(50.896)	(10,0%)	(58.076)	(10,6%)	12,4%	14,1%
Gerais e administrativas	(41.209)	(9,2%)	(43.498)	(8,5%)	(47.114)	(8,6%)	5,6%	8,3%
Pesquisa e desenvolvimento	(16.324)	(3,7%)	(18.818)	(3,7%)	(21.105)	(3,8%)	15,3%	12,2%
Honorários da administração	(4.335)	(1,0%)	(4.716)	(0,9%)	(5.339)	(1,0%)	8,8%	13,2%
Tributárias	(3.717)	(0,8%)	(5.378)	(1,1%)	(4.997)	(0,9%)	44,7%	(7,1%)
Total das despesas operacionais	(110.847)	(24,9%)	(123.306)	(24,2%)	(136.631)	(24,9%)	11,2%	10,8%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**79.265**	**17,8%**	**85.391**	**16,7%**	**99.916**	**18,2%**	**7,7%**	**17,0%**
Receita financeira	12.356	2,8%	14.438	2,8%	13.282	2,4%	16,9%	(8,0%)
Despesa financeira	(2.329)	(0,5%)	(3.217)	(0,6%)	(2.572)	(0,5%)	38,1%	(20,0%)
Receita de variação cambial	637	0,1%	5.094	1,0%	891	0,2%	699,7%	(82,5%)
Despesa de variação cambial	(1.440)	(0,3%)	(4.405)	(0,9%)	(1.460)	(0,3%)	205,9%	(66,9%)
	9.224	2,1%	11.910	2,3%	10.141	1,8%	29,1%	(14,9%)
LUCRO OPERACIONAL	**88.489**	**19,9%**	**97.301**	**19,1%**	**110.057**	**20,0%**	**10,0%**	**13,1%**
Receita não operacionais, líquidas	685	0,2%	1.179	0,2%	163	0,0%	72,1%	(86,2%)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**89.174**	**20,0%**	**98.480**	**19,3%**	**110.220**	**20,1%**	**10,4%**	**11,9%**
Imposto de renda e contribuição social	(17.205)	(3,9%)	(19.269)	(3,8%)	(23.924)	(4,4%)	12,0%	24,2%
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	**71.969**	**16,1%**	**79.211**	**15,5%**	**86.296**	**15,7%**	**10,1%**	**8,9%**
Participação dos administradores	(2.392)	(0,5%)	(2.792)	(0,5%)	(3.100)	(0,6%)	16,7%	11,0%
Participação minoritária	(10)	0,0%	(73)	0,0%	(275)	(0,1%)	630,0%	276,7%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**69.567**	**15,6%**	**76.346**	**15,0%**	**82.921**	**15,1%**	**9,7%**	**8,6%**
Cálculo do EBITDA								
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**69.567**		**76.346**		**82.921**			
Imposto de renda	12.452		14.107		17.547			
Contribuição social	4.753		5.162		6.377			
Resultado financeiro líquido	(9.224)		(11.910)		(10.141)			
Depreciação e Amortização	7.775		8.978		11.488			
EBITDA[(2)]	85.323		92.683		108.192		8,6%	16,7%

OUTRAS INFORMAÇÕES

	CONSOLIDADO Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de:		
(em milhões de R$, exceto %)	**2004**	**2005**	**2006**
Receita Operacional Líquida			
Máquinas-Ferramenta	314,3	344,0	359,8
Máquinas Injetoras de Plástico	57,7	78,3	88,4
Fundidos e Usinados	72,4	85,3	91,1
Controladas	1,3	3,0	9,6
Total	**445,7**	**510,6**	**548,9**
Lucro Operacional Bruto			
Máquinas-Ferramenta	134,8	149,2	168,5
Máquinas Injetoras de Plástico	21,5	29,0	30,0
Fundidos e Usinados	32,7	26,8	31,2
Controladas	1,1	3,7	6,8
Total	**190,1**	**208,7**	**236,5**
Lucro Líquido	69,6	76,3	82,9
Margem Líquida[(1)]	15,6%	15,0%	15,1%
EBITDA[(2)]	85,3	92,7	108,2
Margem EBITDA[(3)]	19,1%	18,2%	19,7%
Retorno sobre Patrimônio[(4)]	23,9%	22,5%	23,5%

(1) Margem Líquida é o lucro líquido no fim do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(2) O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir a nossa performance. O EBITDA é igual ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo os princípios contábeis brasileiros, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. A reconciliação do lucro líquido com o EBITDA está apresentada na seção "Resumo das Demonstrações Financeiras".

(3) Margem EBITDA é o EBITDA do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(4) Retorno sobre Patrimônio é o retorno sobre patrimônio líquido, calculado como lucro líquido do exercício dividido pela média entre o patrimônio líquido apurado ao final do exercício e o apurado ao final do exercício imediatamente anterior.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

A discussão e análise da Administração sobre a situação financeira e o resultado operacional a seguir, elaborada a partir das informações financeiras da Companhia, deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006, bem como respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006 constantes deste Prospecto foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A discussão e análise a seguir, também deve ser lida em conjunto com as seções "Apresentação das Informações Financeiras", "Resumo das Demonstrações Financeiras", "Informações Financeiras Selecionadas" e com outras informações financeiras apresentadas nesse Prospecto. A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que envolvem riscos e incertezas. Nossos resultados reais podem diferir significativamente daqueles discutidos nas declarações sobre estimativas e projeções futuras como resultado de diversos fatores, incluindo, mas não se limitando, àqueles informados nas seções "Considerações sobre Estimativas e Declarações Futuras" e "Fatores de Risco" deste Prospecto.

VISÃO GERAL

Somos o maior fabricante brasileiro de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico e líderes de mercado, em termos de receita operacional líquida, assim como um importante produtor de fundidos e usinados do País. Fabricamos produtos com tecnologia de última geração e da mais alta qualidade, e estamos continuamente investindo em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos de produção. Em atividade desde 1930, já produzimos e vendemos mais de 143.000 máquinas ao longo da nossa história, tendo exportado mais de 27.000 máquinas. Em 2006, atendemos cerca de 1.500 clientes brasileiros e cerca de 100 clientes localizados em 37 outros países, distribuídos por todos os continentes. Nosso clientes atuam nos mais variados setores industriais, incluindo, dentre outros, fabricantes e fornecedores da cadeia automobilística pesada e leve, bens de consumo em geral, máquinas e implementos agrícolas e máquinas e equipamentos industriais.

Em 2004, 2005 e 2006 investimos um total de R$98,3 milhões em ativos fixos, visando à ampliação e modernização do nosso parque fabril, resultando na expansão da capacidade de produção de máquinas-ferramenta em aproximadamente 30% e de fundidos e usinados em aproximadamente 65%. Contamos atualmente com 9 unidades fabris, instaladas em mais de 140 mil m^2 de área construída, na cidade de Santa Bárbara d`Oeste no Estado de São Paulo. Adicionalmente, as nossas despesas em pesquisa e desenvolvimento nos anos de 2004 e 2005 representaram 3,7% e em 2006 3,8% de receita operacional líquida consolidada. Atualmente, contamos com um time de pesquisa e desenvolvimento composto por mais de 190 engenheiros e outros técnicos altamente qualificados.

Fabricamos produtos com tecnologia de última geração e de alta qualidade, e estamos continuamente investindo em pesquisa e desenvolvimento. Em 2004, 2005 e 2006 nossas despesas em pesquisa e desenvolvimento totalizaram R$56,2 milhões, com o objetivo de desenvolver novos produtos e continuamente melhorar e atualizar os produtos existentes, tanto no que tange à avanços tecnológicos quanto à ganhos de produtividade, como otimização na escolha de materiais e processos industriais. Em 2004, 2005 e 2006 nossa receita operacional líquida acumulada decorrente de novos produtos foi de aproximadamente R$172,1 milhões, R$284,5 milhões e R$266,2 milhões, o que representou em média 31,4%, 55,7% e 59,7% da receita líquida operacional, respectivamente, para os três anos mencionados. Consideramos novos produtos todos aqueles lançados nos 3 anos anteriores ao fim de exercício. A nossa Administração entende que esses investimentos em pesquisa e desenvolvimento são de grande importância para a Companhia continuar a crescer e, principalmente, manter seus produtos tecnologicamente atualizados frente os concorrentes nacionais e internacionais. O desenvolvimento de novas tecnologias e novos produtos resultou em 6 patentes atualmente em vigor no Brasil e 57 em vigor no exterior. Além disso, atualmente, temos mais 2 patentes requeridas no Brasil e 19 no exterior.

Como as máquinas que fabricamos integram a linha de produção de nossos clientes, acreditamos que elas exerçam um papel fundamental para os resultados de nossos clientes e o crescimento e sucesso deles, assim como para o processo de desenvolvimento econômico do País com um todo. Temos consistentemente apresentado um crescimento acima do crescimento do PIB brasileiro: nos em 2004, 2005 e 2006, a nossa receita operacional líquida consolidada apresentou um crescimento de 33,2%, 14,5% e 7,5%, respectivamente em termos nominais, enquanto que o PIB brasileiro cresceu, em média, cerca de 3,3% nesse mesmo período.

CONJUNTURA ECONÔMICA E IMPACTOS EM NOSSAS OPERAÇÕES

Os dois principais fatores econômicos que afetam os nossos negócios são o crescimento econômico do País, notadamente do setor industrial, e a taxa de câmbio. O desempenho da nossa Companhia apresenta significativa correlação com o desempenho da economia, uma vez que nossos produtos classificam-se como investimentos de capital. Adicionalmente, nos últimos anos temos conseguido apresentar taxas superiores às do PIB e às do PIB Industrial.

A taxa de câmbio, além dos efeitos nas nossa exportações, influencia diretamente os preços dos nossos produtos, uma vez que concorremos principalmente com produtos importados. Além disso, a taxa de câmbio impacta diretamente os preços dos insumos e matérias-primas importadas que utilizamos em nossa produção.

Em 2004, impulsionado pelas exportações, o País retomou o crescimento econômico, em particular nos setores mais sensíveis à expansão do crédito. Sinais de recuperação do mercado interno refletiram-se positivamente no mercado de trabalho, na renda da população e no aquecimento da economia brasileira. O PIB cresceu 4,9% e o Real valorizou-se frente ao Dólar em 8,8% entre 31 de dezembro de 2003 e 2004.

No mesmo período, o mercado formal de trabalho cresceu, com a criação de aproximadamente 1,9 milhões de postos de trabalho, o que propiciou o aumento da demanda de bens e serviços na economia. A inflação, medida pelo IPCA, foi de 7,6%. As exportações e os investimentos externos proporcionaram um importante superávit em conta corrente, de mais de US$10,0 bilhões (2,0% do PIB), o que possibilitou uma redução da dívida externa, como múltiplo das exportações, de 3 para menos de 2, melhorando sensivelmente a percepção de risco na economia brasileira.

A indústria de bens de capital depende, fundamentalmente, do crescimento da economia nacional e internacional, uma vez que suas vendas estão correlacionadas com os investimentos que só ocorrem em condições de estabilidade política com crescimento econômico. O reflexo nas vendas de 2004 foi expressivo e registramos uma receita operacional líquida de R$445,7 milhões em 2004, um aumento de 33,2% em relação a receita operacional líquida de 2003 que foi de R$334,7 milhões. Em razão do maior volume de atividade, o lucro operacional antes do resultado financeiro foi de R$79,3 milhões em 2004, equivalente a 17,8% da receita operacional líquida, representando um aumento de R$25,5 milhões ou 45,2% em relação ao ano de 2003, cujo lucro operacional antes do resultado financeiro foi de R$56,4 milhões, equivalente a 16,8% da receita operacional líquida daquele ano.

Para fazer face ao aumento de produção, a capacidade de produção já existente em nossas plantas industriais e em nossa estrutura comercial foi integralmente utilizada, com alguns investimentos localizados, sendo necessária a contratação de mão-de-obra direta, num total de 475 pessoas, terminando o ano de 2004 com 2.234 empregados.

Em 2005, após um ano de política monetária restritiva, o Banco Central deu início, em setembro, ao processo de redução gradual da taxa básica de juros (SELIC), à medida que as estimativas de inflação de 2005 para os 12 meses subsequentes começaram a convergir para a meta determinada pelo governo federal. A SELIC encerrou o ano em 18% (vide valor indicado na tabela abaixo). A principal razão do menor ritmo de crescimento da atividade econômica foi a manutenção da taxa de juros em patamares ainda elevados. A inflação, medida pelo IPCA, foi de 5,7%, acima da meta estabelecida pelo Banco Central de 5,1%. O Real se valorizou em 13,4% frente ao Dólar, alcançando R$2,34 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2005.

Em 2006, o Real valorizou-se 8,7% em comparação ao Dólar. Apesar dessa valorização, o Brasil teve um superávit comercial de US$46,1 bilhões, conforme dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, seu mais alto superávit comercial de todos os tempos. O PIB cresceu em 2,9% e a inflação medida pelo IPCA foi de 3,1% em 2006. Em continuidade ao processo de redução gradual da taxa básica de juros (SELIC) iniciado em 2005 pelo Banco Central, a SELIC encerrou o ano em 13,25%.

Outro aspecto importante foi que as taxas de câmbio das principais moedas estrangeiras apresentaram relativa estabilidade, sem alterações bruscas no curto prazo, mas ainda comportando mais uma apreciação do Real da ordem de 8%. Os dados das variações das taxas de câmbio não têm mais sugerido uma retomada de um processo de desvalorização do Real, premissa esta que temos adotado para condução de nossos negócios, tanto em nível concorrencial quanto em relação às nossas exportações. Apesar da contínua valorização do Real desde 2004 e das baixas taxas de crescimento do PIB, obtivemos um crescimento da receita operacional líquida de 2006 em relação a 2005, de 7,5%. Este crescimento foi obtido juntamente, o que julgamos ser importante, com a manutenção de nossas margens de lucratividade no ano.

A tabela a seguir fornece informações sobre o crescimento do PIB, inflação, taxa básica de juros e a taxa cambial entre o Real e o Dólar para os períodos indicados:

	Exercício Encerrado em 31 de dezembro		
	2004	**2005**	**2006**
Crescimento Real do PIB	4,9%	2,3%	2,9%
Inflação (IGP-M)	12,4%	1,2%	3,8%
Inflação (IPCA)	7,6%	5,7%	3,1%
Selic (média/ano)	17,8%	18,0%	13,3%
Valorização do Real em relação ao Dólar	8,8%	13,4%	9,5%
Taxa cambial no final do período, em R$ por US$1,00	R$2,65	R$2,34	R$2,14
Taxa cambial média, em R$ por US$1,00	R$2,93	R$2,43	R$2,17

POLÍTICA DE CRÉDITO, INADIMPLÊNCIA E COBRANÇA

Acreditamos ser baixo o nível de inadimplência de nossos clientes. O nível de inadimplência de nossos clientes, calculado dividindo o saldo a receber vencido a mais de 30 dias pela nossa receita operacional bruta, foi de 1,6%, 1,1% e 1,3% nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos aproximadamente R$18,6 milhões em contas a receber vencidos.

A nossa aprovação de crédito é feita após avaliação técnica com atribuição de limites associados a *rating*. As situações de inadimplência são analisadas caso a caso. Para os casos em que é constatada situação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do devedor, provisionamos o valor integral do débito, incluindo as parcelas vincendas, exceto os casos em que existam garantias reais. Para os demais casos, os créditos são provisionados decorridos 180 dias do vencimento, para os casos menores de R$5.000,00, para os casos entre R$5.001,00 e R$29.999,99, sem cobrança judicial e vencidos acima de 365 dias e 365 dias do vencimento para os casos acima de R$30.000,00, com cobrança judicial, todos sem garantias reais. Para os casos com garantia real vencidos há mais de 730 dias também é efetuada a provisão. Para todos esses casos sem solução é realizado procedimento de cobrança bancária, seguida de protesto e cobrança judicial, conforme mencionado anteriormente. Simultaneamente à cobrança judicial, uma firma especializada contratada por nós busca o recebimento do crédito extrajudicialmente.

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais diferem em aspectos relevantes do US GAAP.

Na elaboração das nossas demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para registrar certos ativos, passivos, receitas e despesas. As nossas demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas contábeis que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para realização dos estoques, taxas de depreciação do ativo imobilizado, impostos diferidos e provisão para passivos eventuais. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela nossa Administração. Essas estimativas têm o potencial de redundar em resultados significativamente diferentes quando adotadas diferentes premissas e condições.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituímos a provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. Para monitorar a suficiência da provisão para devedores duvidosos, levamos em consideração os saldos a receber em atraso e quando acredita que os valores registrados não serão recebidos em sua totalidade, efetua o incremento da provisão. Não registramos uma provisão quando os créditos possuem garantia sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos.

Provisão para realização dos estoques: A provisão para realização do estoque está constituída em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas quando de sua realização ou quando decorrente de obsolescência ou baixa rotatividade do estoque de máquinas, matéria-prima e componentes. Para as máquinas devolvidas e reintegradas, ajustamos o estoque por valor que é menor que o custo ou o valor de mercado. Para as peças e componentes, registramos provisão integral dos itens sem movimentação nos últimos dois anos.

Taxas de Depreciação: As taxas de depreciação anuais são baseadas na estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado. Revisamos a vida útil dos bens com base na efetiva utilização dos bens.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O ativo e o passivo fiscal diferido reconhecidos por nós são decorrentes da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes ao final de cada ano, sobre as exclusões e adições temporárias utilizadas na determinação das suas respectivas bases tributáveis ou sobre a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado. Ajustamos anualmente o ativo fiscal diferido e reduzimos o seu valor de realização, conforme requerido, baseado nas projeções futuras de lucro tributável e na expectativa de realização das diferenças temporárias. Na elaboração das análises utilizadas para sua revisão, somos requeridos a preparar estimativas e premissas significativas, relacionadas à determinação do lucro tributável futuro. Para a determinação do lucro tributável futuro, estimamos as receitas e despesas tributáveis futuras, as quais estão sujeitas a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, práticas da indústria, taxas de juros, alterações nas estratégias de nossos negócios e alterações no tipo e preço dos produtos e serviços que oferece e requisita ao mercado. A utilização de premissas e estimativas diferentes poderia impactar as nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para passivos eventuais: Considerando o prognóstico dos processos administrativos e judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso balanço quando (a) a companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como conseqüência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco envolvidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Embora a nossa Administração entenda que a provisão para passivos eventuais atualmente registrada seja suficiente para cobrir perdas futuras, a alteração dos prognósticos e a liquidação dessas obrigações poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO DAS CONTAS DE RESULTADO

Receita Operacional Bruta: Correspondem às vendas brutas de produtos e serviços realizadas no mercado interno e externo.

Impostos incidentes sobre as vendas: Correspondem aos impostos incidentes sobre as vendas de mercadorias e serviços no mercado interno, conforme legislação aplicável. Sobre as vendas de mercadorias incidem 1,65% de PIS e 7,6% de COFINS e 8,8% ICMS, já considerando base e alíquota reduzida previstas na legislação. De acordo com a legislação atual, o IPI sobre as vendas de máquinas industriais tem alíquota zero, entretanto, alíquotas normais sobre venda de peças e componentes de reposição são aplicadas. As vendas de serviços são tributadas pelo ISS de cada município onde a Companhia tem estabelecimento fiscal, em uma alíquota base de 2%, mais 1,65% de PIS e 7,6% de COFINS. As nossas vendas ao mercado externo não sofrem nenhuma tributação dos impostos sobre vendas mencionadas acima.

Custo dos Produtos e Serviços Vendidos: Correspondem ao custo dos seguintes insumos consumidos na fabricação dos produtos e na prestação de serviços:

- custos de matérias-primas, componentes e gastos com estocagem;
- custos de mão-de-obra direta e indireta e seus respectivos encargos sociais, legais e espontâneos, dos funcionários das áreas industriais, incluindo assistência técnica;
- gastos gerais necessários ao desenvolvimento de todas as atividades industriais, incluindo o consumo de materiais indiretos – materiais auxiliares, materiais de manutenção, materiais de expediente, combustíveis e lubrificantes; e
- depreciação do ativo imobilizado das áreas industriais.

Despesas Operacionais: Compreendem as despesas relacionadas com:

Vendas: correspondem, principalmente, aos gastos com mão-de-obra, despesas gerais e depreciação dos setores da área comercial, incluindo as despesas de marketing e despesas com fretes sobre vendas;

Gerais e Administrativas: correspondem, principalmente, aos gastos com mão-de-obra, despesas gerais e depreciação dos setores administrativos e despesas com seguros;

Pesquisa e Desenvolvimento: correspondem, principalmente, aos gastos com mão-de-obra, despesas gerais e depreciação dos setores de Engenharia de Desenvolvimento de Produtos;

Honorários da Administração: correspondem à remuneração do Conselho de Administração, Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva;

Tributárias: correspondem, principalmente, aos gastos com CPMF;

Receita Financeira: Correspondem, principalmente, aos rendimentos das aplicações financeiras, às variações monetárias ativas dos créditos registrados, dos juros sobre contas a receber em atraso de clientes e aos descontos financeiros obtidos junto a fornecedores por antecipação de pagamento;

Despesa Financeira: Correspondem, principalmente, aos juros, comissões, variações cambiais e monetárias, IOF e IOC sobre os financiamentos de terceiros e descontos financeiros concedidos por antecipação de recebimento de créditos de clientes.

Receitas ou despesas de variação cambial: Correspondem às variações cambiais dos ativos e obrigações em moeda estrangeira.

Receitas ou Despesas Não Operacionais, Líquidas: Correspondem ao resultado líquido (receita menos custo) das alienações ou baixas do ativo permanente;

Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido): Correspondem à aplicação da alíquota de 15% de Imposto de Renda, mais 10% sobre o que exceder a R$240.000,00 no exercício, mais 9% de Contribuição Social, sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor, pelas adições e exclusões temporárias que serão objeto de tributação futura ou pelo aproveitamento de determinados benefícios fiscais, principalmente representados pela dedutibilidade de juros sobre o capital próprio e parte das despesas com pesquisa e desenvolvimento.

Participação dos Administradores: Correspondem aos pagamentos de participações nos lucros da Companhia, efetuados aos membros do Conselho de Administração, Conselho Consultivo e Diretoria Executiva, de acordo com os estatutos sociais e o Artigo 152 da Lei 6404/76.

Participação Minoritária: Corresponde a participação dos acionistas minoritários nos resultados da controlada Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Para fins de esclarecimento, além da entrada no Novo Mercado e a conversão e desdobramento das nossas ações, não possuímos, até a data deste Prospecto, qualquer evento subseqüente relevante não mencionado nas demonstrações financeiras ou informações trimestrais.

RESULTADOS OPERACIONAIS

A discussão a seguir, baseia-se nas informações obtidas das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As referências a aumento ou diminuição em qualquer dos exercícios apresentados, foram comparadas com o exercício imediatamente anterior, exceto se indicado de outra forma.

A tabela abaixo fornece nossas informações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006.

	CONSOLIDADO Exercícios findos em 31 De Dezembro							
	2004		2005		2006		var. %	
	R$mil	(%)	R$mil	(%)	R$mil	(%)	05/04	06/05
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**543.403**	**121,9%**	**620.289**	**121,5%**	**664.534**	**121,1%**	**14,1%**	**7,1%**
Impostos incidentes sobre vendas	(97.664)	(21,9%)	(109.724)	(21,5%)	(115.586)	(21,1%)	12,3%	5,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**445.739**	**100,0%**	**510.565**	**100,0%**	**548.948**	**100,0%**	**14,5%**	**7,5%**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(255.627)	(57,3%)	(301.868)	(59,1%)	(312.401)	(56,9%)	18,1%	3,5%
LUCRO BRUTO	**190.112**	**42,7%**	**208.697**	**40,9%**	**236.547**	**43,1%**	**9,8%**	**13,3%**
DESPESAS OPERACIONAIS								
Vendas	(45.262)	(10,2%)	(50.896)	(10,0%)	(58.076)	(10,6%)	12,4%	14,1%
Gerais e administrativas	(41.209)	(9,2%)	(43.498)	(8,5%)	(47.114)	(8,6%)	5,6%	8,3%
Pesquisa e desenvolvimento	(16.324)	(3,7%)	(18.818)	(3,7%)	(21.105)	(3,8%)	15,3%	12,2%
Honorários da administração	(4.335)	(1,0%)	(4.716)	(0,9%)	(5.339)	(1,0%)	8,8%	13,2%
Tributárias	(3.717)	(0,8%)	(5.378)	(1,1%)	(4.997)	(0,9%)	44,7%	(7,1%)
Total das despesas operacionais	(110.847)	(24,9%)	(123.306)	(24,2%)	(136.631)	(24,9%)	11,2%	10,8%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**79.265**	**17,8%**	**85.391**	**16,7%**	**99.916**	**18,2%**	**7,7%**	**17,0%**
Receita financeira	12.356	2,8%	14.438	2,8%	13.282	2,4%	16,9%	(8,0%)
Despesa financeira	(2.329)	(0,5%)	(3.217)	(0,6%)	(2.572)	(0,5%)	38,1%	(20,0%)
Receita de variação cambial	637	0,1%	5.094	1,0%	891	0,2%	699,7%	(82,5%)
Despesa de variação cambial	(1.440)	(0,3%)	(4.405)	(0,9%)	(1.460)	(0,3%)	205,9%	(66,9%)
	9.224	2,1%	11.910	2,3%	10.141	1,8%	29,1%	(14,9%)
LUCRO OPERACIONAL	**88.489**	**19,9%**	**97.301**	**19,1%**	**110.057**	**20,0%**	**10,0%**	**13,1%**
Receitas não operacionais, líquidas	685	0,2%	1.179	0,2%	163	0,0%	72,1%	(86,2%)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**89.174**	**20,0%**	**98.480**	**19,3%**	**110.220**	**20,1%**	**10,4%**	**11,9%**
Imposto de renda e contribuição social	(17.205)	(3,9%)	(19.269)	(3,8%)	(23.924)	(4,4%)	12,0%	24,2%
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	**71.969**	**16,1%**	**79.211**	**15,5%**	**86.296**	**15,7%**	**10,1%**	**8,9%**
Participação dos administradores	(2.392)	(0,5%)	(2.792)	(0,5%)	(3.100)	(0,6%)	16,7%	11,0%
Participação minoritária	(10)	0,0%	(73)	0,0%	(275)	(0,1%)	630,0%	276,7%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**69.567**	**15,6%**	**76.346**	**15,0%**	**82.921**	**15,1%**	**9,7%**	**8,6%**
Cálculo do EBITDA								
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**69.567**		**76.346**		**82.921**			
Imposto de renda	12.452		14.107		17.547			
Contribuição social	4.753		5.162		6.377			
Resultado financeiro líquido	(9.224)		(11.910)		(10.141)			
Depreciação e Amortização	7.775		8.978		11.488			
EBITDA[2]	85.323		92.683		108.192		8,6%	16,7%

OUTRAS INFORMAÇÕES

	CONSOLIDADO Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de:		
(em milhões de R$, exceto %)	**2004**	**2005**	**2006**
Receita Operacional Líquida			
Máquinas-Ferramenta	314,3	344,0	359,8
Máquinas Injetoras de Plástico	57,7	78,3	88,4
Fundidos e Usinados	72,4	85,3	91,1
Controladas	1,3	3,0	9,6
Total	**445,7**	**510,6**	**548,9**
Lucro Operacional Bruto			
Máquinas-Ferramenta	134,8	149,2	168,5
Máquinas Injetoras de Plástico	21,5	29,0	30,0
Fundidos e Usinados	32,7	26,8	31,2
Controladas	1,1	3,7	6,8
Total	**190,1**	**208,7**	**236,5**
Lucro Líquido	69,6	76,3	82,9
Margem Líquida[(1)]	15,6%	15,0%	15,1%
EBITDA[(2)]	85,3	92,7	108,2
Margem EBITDA[(3)]	19,1%	18,2%	19,7%
Retorno sobre Patrimônio[(4)]	23,9%	22,5%	23,5%

(1) Margem Líquida é o lucro líquido no fim do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(2) O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir a nossa performance. O EBITDA é igual ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo os princípios contábeis brasileiros, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. A reconciliação do lucro líquido com o EBITDA está apresentada na seção "Resumo das Demonstrações Financeiras".

(3) Margem EBITDA é o EBITDA do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(4) Retorno sobre Patrimônio é o retorno sobre patrimônio líquido, calculado como lucro líquido do exercício dividido pela média entre o patrimônio líquido apurado ao final do exercício e o apurado ao final do exercício imediatamente anterior.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 COMPARADO COM O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005.

Contas de Resultado – Consolidado

Receita Operacional Bruta

	2005		2006		Variação	
	R$mil	%	R$mil	%	Valor	Percentual
Máquinas Ferramenta	412.729	66,5%	433.164	65,2%	20.435	5,0%
Injetoras de Plástico	96.427	15,5%	108.214	16,3%	11.787	12,2%
Fundidos e Usinados	108.183	17,4%	113.370	17,1%	5.187	4,8%
Controladas	2.950	0,5%	9.786	1,5%	6.836	231,7%
Total	**620.289**	**100,0%**	**664.534**	**100,0%**	**44.245**	**7,1%**

	2005	2006	Variação	
volume de vendas	unidades	unidades	unidades	%
Máquinas Ferramenta (unid)	1.763	1.941	178	10,1%
Injetoras de Plástico (unid)	211	309	98	46,4%
Fundidos e Usinados (tons)	14.895	16.126	1.231	8,3%

A receita operacional bruta aumentou 7,1% ou R$44.245 mil, de R$620.289 mil em 2005, para R$664.534 mil em 2006, devido principalmente aos seguintes fatores:

Máquinas-Ferramenta: A receita operacional bruta dessa unidade de negócio aumentou em 5,0% ou R$20.435 mil, de R$412.729 mil em 2005 para R$433.164 mil em 2006. Esse incremento decorre principalmente do aumento da quantidade de produtos vendidos. Outro reflexo importante refere-se ao fato do preço médio da linha de produto - centros de usinagem - ser 4% menor que em 2005, sendo que esta linha de produto representou 36,2% da receita de máquinas-ferramenta em 2006, e no ano anterior sua participação era de 34%, o que resultou em um incremento da receita mais modesto que o incremento notado no volume dessa unidade de negócio.

Máquinas injetoras de plástico: A receita operacional bruta dessa unidade de negócio aumentou em 12,2% ou R$11.787 mil, de R$96.427 mil em 2005, para R$108.214 mil em 2006. Esse incremento decorre principalmente do aumento do volume das vendas de máquinas mais leves, que apresentam menor preço de venda, que representaram 62,8% do volume vendido em 2006 e 37,9% em 2005. O número de unidades aumentou 46,4% ou 98 unidades em 2006, comparado a 2005. Este aumento de volume é substancialmente maior que o aumento da receita deste segmento uma vez que lançamos uma linha de produtos mais compacta (Linha "Prática") de menor preço de venda, porém com uma posição competitiva bastante favorável.

Fundidos e Usinados: A receita operacional bruta dessa unidade de negócio aumentou em 4,8% ou R$5.187 mil, de R$108.183 mil em 2005, para R$113.370 mil em 2006. Esse incremento decorre principalmente do aumento da quantidade de produtos vendidos. Entretanto, devido ao fato de que o volume de vendas de produtos fundidos brutos, com menor valor agregado, terem crescido 7,5% e a de fundidos usinados, de maior valor agregado, ter crescido somente 4,4%, a receita bruta desta unidade de negócios não apresentou a mesma performance de crescimento notada na variação do volume de produtos vendidos.

Impostos incidentes sobre vendas

R$mil	2005 Valor	2005 %	2006 Valor	2006 %	Variação Valor	Variação %
Máquinas-Ferramenta	68.784	62,7%	73.318	63,4%	4.534	6,6%
Injetoras de Plástico	18.084	16,5%	19.844	17,2%	1.760	9,7%
Fundidos e Usinados	22.856	20,8%	22.258	19,3%	(598)	-2,6%
Controladas	0	0,0%	166	0,1%	166	100,0%
Total	**109.724**	**100,0%**	**115.586**	**100,0%**	**5.862**	**5,3%**

Os impostos incidentes sobre as vendas aumentaram em 5,3% ou R$5.862 mil, de R$109.724 mil em 2005, para R$115.586 mil em 2006, devido principalmente aos seguintes fatores:

Máquinas-ferramenta: Os Impostos incidentes sobre as vendas dessa unidade de negócio aumentaram em 6,6% ou R$4.534 mil, de R$68.784 mil em 2005, para R$73.318 mil em 2006, O incremento decorre principalmente do aumento efetivo das vendas, uma vez que em relação à receita operacional bruta esses impostos permaneceram relativamente estáveis, variando de 16,7% em 2005 para 16,9% em 2006.

Máquinas injetoras de plástico: Os Impostos incidentes sobre as vendas dessa unidade de negócio aumentaram em 9,7% ou R$1.760 mil, de R$18.084 mil em 2005, para R$19.844 mil em 2006. O incremento dos Impostos e contribuições de injetoras de plástico em 2006 decorre principalmente do aumento efetivo das vendas, uma vez que em relação à receita operacional bruta, esses impostos permaneceram relativamente estáveis, variando de 18,8% em 2005 para 18,3% em 2006.

Fundidos e usinados: Os Impostos incidentes sobre as vendas dessa unidade de negócio diminuíram em 2,6% ou R$598 mil, de R$22.856 mil em 2005, para R$22.258 mil em 2006. Em relação à receita operacional bruta, esses impostos diminuiram de 21,1% em 2005 para 19,6% em 2006. A diminuição é decorrente, principalmente, do aumento das exportações dos produtos dessa unidade de negócios em 2006, as quais representaram 18,1% da receita líquida em 2005 comparado com 25,5% em 2006.

Receita Operacional Líquida

Em função do efeito combinado dos fatos acima mencionado, nossa receita operacional líquida aumentou 7,5% ou R$38.383 mil, de R$510.565 mil em 2005, para R$548.948 mil em 2006.

Custo dos Produtos e Serviços Vendidos

R$mil	2005 Valor	2005 %	2006 Valor	2006 %	Variação Valor	Variação %
Máquinas-ferramenta	194.771	64,5%	191.339	61,2%	(3.432)	(1,8%)
Injetoras de Plástico	49.301	16,3%	58.330	18,7%	9.029	18,3%
Fundidos e Usinados	58.505	19,4%	59.872	19,2%	1.367	2,3%
Controladas	(709)	-0,2%	2.860	0,9%	3.569	(503,4%)
Total	**301.868**	**100,0%**	**312.401**	**100,0%**	**10.533**	**3,5%**

O Custo dos Produtos e Serviços Vendidos aumentou de R$301.868 mil em 200,5 para R$312.401 mil em 2006, um aumento de 3,5% ou R$10.533 mil, devido principalmente ao aumento da receita operacional bruta. Entretanto, este aumento foi parcialmente compensado pela redução nos custos dos materiais importados, devido à valorização do Real em relação à moeda local de 9,5% em 2006, bem como de um melhor aproveitamento dos custos de mão-de-obra.

Como resultado desses fatores, em relação a receita operacional líquida, o Custo dos Produtos e Serviços Vendidos diminuiu de 59,1% em 2005 para 56,9% em 2006.

Lucro Bruto

	2005		2006		Variação	
R$mil	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Máquinas-ferramenta	149.174	71,5%	168.507	71,2%	19.333	13,0%
Injetoras de Plástico	29.042	13,9%	30.040	12,7%	998	3,4%
Fundidos e Usinados	26.822	12,9%	31.240	13,2%	4.418	16,5%
Controladas	3.659	1,8%	6.760	2,9%	3.101	84,7%
Total	**208.697**	**100,0%**	**236.547**	**100,0%**	**27.850**	**13,3%**

A tabela a seguir indica a margem bruta (formada pela divisão do lucro bruto pela receita operacional líquida) por unidade de negócio:

	2005	2006
R$mil	**%**	**%**
Máquinas-ferramenta	43,4%	46,8%
Injetoras de Plástico	37,1%	34,0%
Fundidos e Usinados	31,4%	34,3%

O lucro bruto aumentou de R$208.697 mil em 2005, para R$236.547 mil em 2006, um aumento de 13,3% ou R$27.850 mil. Esse aumento é decorrente da combinação dos fatores acima comentados, relacionados ao crescimento da receita operacional bruta de 7,1% e da redução do custo dos produtos vendidos.

Nossa margem bruta (formada pela divisão do lucro bruto pela receita operacional líquida) subiu de 40,9% em 2005 para 43,1% em 2006, devido principalmente aos seguintes fatores; (i) aumento das exportações da unidade de negócio fundidos e usinados, conforme anteriormente comentado; e (ii) Aumento nas vendas de máquinas-ferramenta utilizando utilizando praticamente toda a capacidade instalada, resultando em maior diluição dos custos fixos. Por outro lado, o incremento de nossa margem bruta foi parcialmente compensada pela redução das margens de injetoras de plástico devido a política agressiva de preços praticada no lançamento da linha "Prática" em 2006.

Despesas Operacionais

Vendas: As despesas com vendas aumentaram em 14,1% ou R$7.180 mil, de R$50.896 mil em 2005, para R$58.076 mil em 2006. O incremento das despesas com vendas em 2006, decorre principalmente do aumento do volume de negócios da Companhia, tendo como conseqüência o incremento dos valores pagos a título de comissões sobre vendas e despesas com fretes; também contribuiu para o incremento das despesas com vendas, o aumento de salários de 8,2%, a partir de novembro de 2005, conforme acordo coletivo da categoria, refletido integralmente no período de 2006. A despesa com vendas representou 10,0% da receita operacional líquida em 2005 e 10,6% em 2006.

Gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas aumentaram em 8,3% ou R$3.616 mil, de R$43.498 mil em 2005, para R$47.114 mil em 2006. O incremento das despesas administrativas em 2006, decorre principalmente do aumento de salários de 8,2%, a partir de novembro de 2005, conforme acordo coletivo da categoria, refletido integralmente no período de 2006. A despesa administrativa representou 8,5% da receita operacional líquida em 2005 e 8,6% em 2006.

Pesquisa e desenvolvimento: As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram em 12,2% ou R$2.287 mil, de R$18.818 mil em 2005, para R$21.105 mil em 2006. As despesas com pesquisa e desenvolvimento permaneceram relativamente estáveis e representaram 3,7% da receita operacional líquida em 2005 e 3,8% em 2006.

Honorários da Administração: As despesas com honorários da Administração aumentaram em 13,2% ou R$623 mil, de R$4.716 mil em 2005, para R$5.339 mil em 2006. O incremento das despesas com honorários da administração em 2006 é representada, principalmente, pelo aumento de salários de 8,2%, a partir de novembro de 2005. As despesas com honorários da administração permaneceram estáveis, representando 0,9% da receita operacional líquida em 2005 e 1,0% em 2006.

Tributárias: As despesas tributárias reduziram em 7,1% ou R$381 mil, de R$5.378 mil em 2005, para R$4.997 mil em 2006. A redução das despesas tributárias em 2006, decorre principalmente da redução da movimentação financeira sobre a qual incide a CPMF. A despesa tributária representou 1,1% da receita operacional líquida em 2005 e 0,9% em 2006.

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro líquido diminuiu em 14,9% ou R$1.769 mil, de R$11.910 mil em 2005, para R$10.141 mil em 2006. A redução foi decorrente da queda, em 2006, da taxa de juros praticada pelo mercado financeiro, resultando em um menor retorno, no que se refere às receitas financeiras obtidas sobre as aplicações financeiras da Companhia.

Resultados Não Operacionais

Os resultados não operacionais reduziram em 86,2% ou R$1.016 mil, de R$1.179 mil em 2005, para R$163 mil em 2006. Não houve itens de valor individual significativo, relativo a desmobilizações em nenhum dos exercícios analisados.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram em 24,2% ou R$4.655 mil, de R$19.269 mil em 2005, para R$23.924 mil em 2006. O aumento em 11,9% do lucro antes do imposto de renda e contribuição social do exercício de 2006 comparado a 2005 deve-se principalmente à redução da TJLP, base para o cálculo dos juros sobre o capital próprio, de forma que a Companhia obteve uma dedução em 2006, inferior a obtida em 2005, e a redução do percentual do benefício fiscal adicional com as despesas com pesquisa e desenvolvimento, que passou de 100% em 2005 para 80% em 2006. Devido a tais fatores, a alíquota efetiva da despesa de imposto de renda e contribuição social passou de 19,6% em 2005 para 21,7% em 2006.

Participação dos Administradores

As despesas com participação dos administradores aumentaram em 11,0% ou R$308 mil, de R$2.792 mil em 2005, para R$3.100 mil em 2006. A variação no período está proporcional com a variação do Lucro Líquido antes das participações, de 8,9%. Essas despesas representaram 3,7% do lucro líquido do exercício de 2005 e de 2006, ambos de acordo com o limite legal e estatutário, ou seja, inferior a 10,0% do lucro líquido.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício aumentou em 8,6% ou R$6.575 mil, de R$76.346 mil em 2005, para R$82.921 mil em 2006, em função do efeito combinado dos assuntos acima mencionados.

EBITDA

O EBITDA aumentou em 16,7% ou R$15.509 mil, de R$92.683 mil em 2005, para R$108.192 mil em 2006. A margem EBITDA aumentou de 18,2% em 2005 para 19,7% em 2006. O aumento do EBITDA e da margem EBITDA decorrem do aumento das receitas operacionais brutas e do menor impacto do custo dos produtos e serviços vendidos, conforme discutido acima. A reconciliação do lucro líquido com o EBITDA está apresentada na seção "resumo das demonstrações financeiras".

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 COMPARADO COM O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Contas de Resultado – Consolidado

As tabelas abaixo apresentam:

Receita Operacional Bruta

	2004		2005		Variação	
R$mil	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Máquinas-Ferramenta	382.380	70,4%	412.729	66,5%	30.349	7,9%
Injetoras de Plástico	71.323	13,1%	96.427	15,5%	25.104	35,2%
Fundidos e Usinados	88.437	16,3%	108.183	17,4%	19.746	22,3%
Controladas	1.263	0,2%	2.950	0,5%	1.687	133,6%
Total	**543.403**	**100,0%**	**620.289**	**100,0%**	**76.886**	**14,1%**

	2004	2005	Variação	
Volume de vendas	**unidades**	**unidades**	**unidades**	**%**
Máquinas-Ferramenta (unid)	1.713	1.763	50	2,9%
Injetoras de Plástico (unid)	160	211	51	31,9%
Fundidos e Usinados (tons)	15.088	14.895	(193)	-1,3%

A receita operacional bruta aumentou 14,1%, ou R$76.886 mil, de R$543.403 mil em 2004 alcançando R$620.289 mil em 2005, devido principalmente aos seguintes fatores a seguir expostos para cada um dos segmentos indicados:

Máquinas-Ferramenta: A receita operacional bruta dessa unidade de negócio aumentou em 7,9%, ou R$30.349 mil, de R$382.380 mil em 2004 para R$412.729 mil em 2005. Esse incremento decorre principalmente do aumento do preço médio de venda de máquinas em aproximadamente 4,9%, com maior concentração no ano de 2005 de vendas de máquinas de preço médio mais elevado. O item que mais colaborou no aumento do preço médio de venda foram os tornos CNC, que representaram aproximadamente 52,5% das vendas dessa unidade e tiveram um aumento médio de preço de venda da ordem de 7,6%.

Máquinas injetoras de plástico: A receita operacional bruta dessa unidade de negócio aumentou em 35,2% ou R$25.104 mil, de R$71.323 mil em 2004 para R$96.427 mil em 2005. Esse incremento decorre principalmente do aumento da quantidade de produtos vendidos, variando 31,9% ou 51 unidades, isso decorre de uma maior ocupação de market share e da forte demanda para esses produtos em 2005, devemos ressaltar ainda que o preço médio de venda dos produtos apresentou-se estável.

Fundidos e Usinados: A receita operacional bruta dessa unidade de negócio aumentou em 22,3% ou R$19.746 mil, de R$88.437 mil em 2004 para R$108.183 mil em 2005. Esse incremento decorre principalmente devido a uma mudança favorável no mix de produtos, com o aumento da quantidade de produtos vendidos com maior valor agregado; em 2004, 73,8% das vendas dessa unidade de negócio foram de fundidos brutos e 26,2% de fundidos usinados passando em 2005 para 65,7% das vendas de fundidos brutos e 34.3% de fundidos usinados. O preço médio de fundidos usinados é de cerca de 2 a 2,5 vezes o preço médio de fundidos brutos.

Impostos incidentes sobre as vendas:

	2004		2005		Variação	
R$mil	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Máquinas-ferramenta	68.090	69,7%	68.784	62,7%	694	1,0%
Injetoras de Plástico	13.569	13,9%	18.084	16,5%	4.515	33,3%
Fundidos e Usinados	16.005	16,4%	22.856	20,8%	6.851	42,8%
Total	**97.664**	**100,0%**	**109.724**	**100,0%**	**12.060**	**12,3%**

Os impostos incidentes sobre as vendas aumentaram em 12,3%, ou R$12.060 mil, de R$97.664 mil em 2004, para R$109.724 mil em 2005, devido principalmente aos seguintes fatores:

Máquinas-Ferramenta: Os impostos incidentes sobre as vendas dessa unidade de negócio aumentaram em 1,0% ou R$694 mil, de R$68.090 mil em 2004, para R$68.784 mil em 2005. O incremento decorre principalmente do aumento da quantidade de produtos vendidos. Em relação a receita bruta, esses impostos diminuíram de 17,8% em 2004 para 16,7% em 2005, devido a redução gradual da alíquota do IPI iniciada em 2004 quando era de 5%, até ser reduzida a 0% em junho de 2005.

Máquinas injetoras de plástico: Os impostos incidentes sobre as vendas dessa unidade de negócio aumentaram em 33,3% ou R$4.515 mil, de R$13.569 mil em 2004, para R$18.084 mil em 2005. O incremento decorre principalmente do aumento do volume de produtos vendidos. Em relação a receita bruta esses impostos permaneceram relativamente estáveis de 19,0% em 2004 para 18,8% em 2005.

Fundidos e usinados: Os impostos incidentes sobre as vendas dessa unidade de negócio aumentaram em 42,8% ou R$6.851 mil, de R$16.005 mil em 2004, para R$22.856 mil em 2005. Em relação a receita bruta, esses impostos aumentaram de 18,1% em 2004 para 21,1% em 2005, devido a alteração da alíquota da COFINS para as peças vendidas a clientes dentro do regime automotivo, que até julho de 2004 era de 0% e passou para 7,6% a partir de agosto de 2004.

Receita Operacional Líquida

Como resultado da combinação dos fatores acima mencionados, nossa receita operacional líquida aumentou 14,5% ou R$64.826 mil, de R$445.739 mil em 2004, para R$510.565 mil em 2005.

Custo dos Produtos e Serviços Vendidos

	2004		2005		Variação	
R$mil	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Máquinas-ferramenta	179.468	70,2%	194.771	64,5%	15.303	8,5%
Injetoras de Plástico	36.262	14,2%	49.301	16,3%	13.039	36,0%
Fundidos e Usinados	39.685	15,5%	58.505	19,4%	18.820	47,4%
Controladas	212	0,1%	(709)	-0,2%	(921)	-434,4%
Total	**255.627**	**100,0%**	**301.868**	**100,0%**	**46.241**	**18,1%**

O Custo dos Produtos e Serviços Vendidos aumentou de R$255.627 mil em 2004, para R$301.868 mil em 2005, um aumento de 18,1% ou R$46.241 mil, devido principalmente ao aumento do efetivo em aproximadamente 130 funcionários, ou 10% de nossa força de trabalho iniciado em 2004 e concluído em 2005, na unidade de negócio máquinas-ferramenta. O principal objetivo desse aumento foi de preparar a estrutura de mão-de-obra industrial para aumento de capacidade de produção iniciada ao final de 2004. Ressaltamos ainda que as despesas gerais aumentaram em média 8% e o consumo de materiais 19,6% em função de venda de produtos de maior volume físico tanto de Máquinas-Ferramenta como de Injetoras de Plástico.

Como resultado, em relação à receita operacional líquida, o Custo dos Produtos e Serviços Vendidos aumentou de 57,3% em 2004 para 59,1% em 2005.

Lucro Bruto

R$mil	2004 Valor	2004 %	2005 Valor	2005 %	Variação Valor	Variação %
Máquinas-ferramenta	134.822	70,9%	149.174	71,5%	14.352	10,6%
Injetoras de Plástico	21.492	11,3%	29.042	13,9%	7.550	35,1%
Fundidos e Usinados	32.747	17,2%	26.822	12,9%	(5.925)	-18,1%
Controladas	1.051	0,6%	3.659	1,8%	2.608	248,1%
Total	**190.112**	**100,0%**	**208.697**	**100,0%**	**18.585**	**9,8%**

A tabela a seguir indica a margem bruta (formada pela divisão do lucro bruto pela receita operacional líquida) por unidade de negócio:

R$mil	2004 %	2005 %
Máquinas-Ferramenta	42,9%	43,4%
Injetoras de Plástico	37,2%	37,1%
Fundidos e Usinados	45,2%	31,4%
Total	42,7%	40,9%

O lucro bruto aumentou de R$190.112 mil em 2004, para R$208.697 mil em 2005, um aumento de 9,8% ou R$18.585 mil. Esse aumento não acompanhou o crescimento da receita operacional bruta de aproximadamente 14,1%, devido à queda da lucratividade do segmento de fundidos e usinados, decorrente principalmente da redução de preços em moeda local dos produtos exportados, e 18,1% da receita operacional líquida de 2005 desta unidade decorreram de exportações. A desvalorização do Dólar frente ao Real nesse período foi de 13,4%. O aumento da alíquota da Confins, discutida anteriormente, também contribuiu para a redução da receita operacional líquida dessa unidade de negócio, o que consequentemente impactou o lucro bruto de 2005.

Nossa margem bruta (formada pela divisão do lucro bruto pela receita operacional líquida) caiu de 42,7% em 2004 para 40,9% em 2005.

Despesas Operacionais

Vendas: As despesas com vendas aumentaram em 12,4% ou R$5.634 mil, de R$45.262 mil em 2004, para R$50.896 mil em 2005. O incremento das despesas com vendas em 2005, decorre principalmente do aumento do volume de nossos negócios. A despesa com vendas representou 10,2% da receita operacional líquida em 2004 e 10,0% em 2005.

Gerais e Administrativas: As despesas administrativas aumentaram em 5,6% ou R$2.289 mil, de R$41.209 mil em 2004, para R$43.498 mil em 2005. O incremento das despesas administrativas em 2005, decorre principalmente do aumento de salários em 9,9% a partir de novembro de 2004, conforme acordo coletivo da categoria, refletido integralmente no período subsequente. A despesa administrativa representou 9,2% da receita operacional líquida em 2004 e 8,5% em 2005.

Pesquisa e desenvolvimento: As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram em 15,3% ou R$2.494 mil, de R$16.324 mil em 2004, para R$18.818 mil em 2005. O incremento das despesas com pesquisa e desenvolvimento em 2005, decorre principalmente do aumento do volume de nossos negócios em 2005. A despesa com pesquisa e desenvolvimento representou 3,7% da receita operacional líquida em 2004 e 3,7% em 2005, em linha com nossa meta de investimentos neste item com o objetivo de mantermos nossa forte competitividade.

Honorários da Administração: As despesas com honorários da administração aumentaram em 8,8% ou R$381 mil, de R$4.335 mil em 2004, para R$4.716 mil em 2005. O incremento das despesas com honorários da administração em 2005, decorre da prática da Companhia de acompanhar o aumento de salários dos funcionários. A despesa com honorários da administração representou 1,0% da receita operacional líquida em 2004 e 0,9% em 2005.

Tributárias: As despesas tributárias aumentaram em 44,7% ou R$1.661 mil, de R$3.717 mil em 2004, para R$5.378 mil em 2005. O incremento das despesas tributárias em 2005, decorre principalmente do aumento da movimentação financeira sobre a qual incide a CPMF. As despesas tributárias representaram 0,8% da receita operacional líquida em 2004 e 1,1% em 2005.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido aumentou em 29,1% ou R$2.686 mil, passando de uma receita financeira líquida de R$9.224 mil em 2004, para R$11.910 mil em 2005, devido principalmente a um maior nível médio de aplicações financeiras em 2005, resultando, em conseqüência, em um montante maior de receitas financeiras.

Resultados Não Operacionais

Os resultados não operacionais aumentaram em 72,1% ou R$494 mil, representando uma receita líquida de R$685 mil em 2004, para R$1.179 mil em 2005. Não houveram itens de valor individual significativo, relativo a desmobilizações em nenhum dos exercícios analisados.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram em 12,0% ou R$2.064 mil, de R$17.205 mil em 2004, para R$19.269 mil em 2005. O aumento é representado principalmente pela variação positiva do lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, de 10,4%. A alíquota efetiva da despesa de imposto de renda e contribuição social manteve-se praticamente estável sendo em 2004 foi de 19,3% e no ano de 2005 foi de 19,6%.

Participação dos Administradores

As despesas com participação dos Administradores aumentaram em 16,7%, ou R$400 mil, de R$2.392 mil em 2004, para R$2.792 mil em 2005. Essas despesas representaram 3,4% do lucro líquido do exercício de 2004 e 3,7% do lucro líquido do exercício de 2005, ambos de acordo com o limite legal e estatutário, ou seja, inferior a 10,0% do lucro líquido.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício aumentou em 9,7% ou R$6.779 mil, de R$69.567 mil em 2004, para R$76.346 mil em 2005 em função do efeito combinado dos assuntos mencionados anteriormente.

EBITDA

O EBITDA aumentou em 8,6% ou R$7.360 mil, de R$85.323 mil em 2004, para R$92.683 mil em 2005. A margem EBITDA reduziu de 19,1% em 2004 para 18,2% em 2005. O aumento do EBITDA e a redução da margem EBITDA, são decorrentes, respectivamente, do aumento das receitas operacionais brutas e do aumento do custo dos produtos e serviços vendidos, conforme discutido acima. A reconciliação do lucro líquido com o EBITDA está apresentada na seção "resumo das demonstrações financeiras".

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 COMPARADO COM O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

Contas Patrimoniais – Consolidado

Disponibilidades e Aplicações Financeiras

As disponibilidades e aplicações financeiras totalizaram R$86.922 mil em 31 de dezembro de 2006, representando 9,5% do ativo total, comparados a R$78.198 mil, ou 11,5% do ativo total em 31 de dezembro de 2005. O aumento de 11,2% ocorrido em 2006 deve-se aos lucros obtidos transformados em caixa, superiores aos investimentos realizados e resultados distribuídos.

Duplicatas a receber e valores a receber – Repasse Finame Fabricante

Em 31 de dezembro de 2006, nossas duplicatas a receber e valores a receber – repasse Finame Fabricante totalizaram R$476.751 mil, ou 52,1% do ativo total, comparados a R$296.116 mil, ou 43,7% do ativo total em 31 de dezembro de 2005. O aumento em R$180.635 mil, ou 61,0% é devido à continuidade da estratégia de oferecer aos clientes o financiamento através do Finame Fabricante, o que resultou em aumento do volume de vendas e, consequentemente, dos valores a receber por essa operação.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2006, nossos estoques totalizaram R$169.790 mil ou 18,6% do ativo total, comparado a R$164.659 mil ou 24.3% do ativo total em 31 de dezembro de 2005. O aumento em R$5.131 mil ou 3,1% foi proporcional à variação do custo dos produtos e serviços vendidos (3,5%).

Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar compreendem os valores de impostos relativos a ICMS, PIS e COFINS creditados sobre aquisições de ativos imobilizados, com direito ao aproveitamento nas guias de apuração desses tributos de forma parcelada. O ICMS deve ser aproveitado em 48 meses e o PIS e COFINS em 24 meses.

Em 31 de dezembro de 2006, nossos impostos a recuperar totalizaram R$14.137 mil ou 1,5% do ativo total, comparado a R$10.106 mil ou 1,5% do ativo total em 31 de dezembro de 2005. O aumento em R$4.031 mil, ou 39,9%, é devido principalmente pela obtenção de créditos de impostos, decorrente de significativos investimentos em imobilizado, efetuados em 2006, e aproveitados de forma parcelada, conforme acima detalhado.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros, limitado ao montante de realização provável dessas diferenças temporárias, suportada por projeções de resultados futuros.

Em 31 de dezembro de 2006 o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R$6.102 mil ou 0,7% do ativo total, comparado a R$5.474 mil ou 0,8% do ativo total em 31 de dezembro de 2005. O aumento em R$628 mil, ou 11,5%, é devido principalmente ao aumento dos saldos das diferenças temporariamente indedutíveis.

Outros créditos

Esta rubrica compreende: (i) créditos resultantes de incentivos fiscais ainda existentes (Empréstimo Compulsório Eletrobrás, de Veículos e Combustíveis), (ii) Depósitos Judiciais, (iii) créditos resultantes de máquinas industriais reintegradas judicialmente e outros créditos; Os saldos já consideram as devidas provisões para realização, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2006, os outros créditos totalizaram R$5.270 mil ou 0,6% do ativo total, comparado a R$6.479 mil ou 1,0% do ativo total em 31 de dezembro de 2005.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2006, nosso imobilizado totalizou R$156.015 mil ou 17,1% do ativo total, comparado a R$117.250 mil ou 17,3% do ativo total em 31 de dezembro de 2005. O aumento em R$38.765 mil ou 33,1% decorre principalmente do investimento em modernização e aumento da capacidade da Unidade 16 de montagem de Máquinas-Ferramenta, que resultará em um aumento geral da capacidade de montagem em aproximadamente 30%.

Financiamentos e Finame Fabricante

Em 31 de dezembro de 2006, nossos financiamentos totalizaram R$29.613 mil ou 3,2% do passivo total, comparado a R$30.112 mil ou 4,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2005. A redução em R$499 mil, ou 1,7%, decorreu da redução em R$12.962 mil ou 69,1% dos financiamentos de curto prazo, devido à decisão da Companhia de refinanciar o mínimo possível novas importações de componentes, tendo em vista o risco de instabilidade cambial e ao aumento em R$12.463 mil ou 109,7% dos financiamentos de longo prazo decorrente, principalmente, do financiamento de máquinas e equipamentos com utilização da linha Finame do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2006, nossos financiamentos – Finame Fabricante totalizaram R$381.394 mil ou 41,7% do passivo total, comparado a R$193.908 mil ou 28,6% do passivo total em 31 de dezembro de 2005. O aumento em R$187.486 mil ou 96,7% está diretamente relacionado com o aumento da rubrica "valores a receber – repasse Finame Fabricante", já discutido anteriormente.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2006, nossos fornecedores totalizaram R$18.151 mil ou 2,0% do passivo total, comparado a R$21.120 mil ou 3,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2005. A redução em R$2.969 mil ou 14,1%, decorre do melhor gerenciamento dos estoques, já discutido anteriormente.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2006, nossos salários e encargos sociais totalizaram R$25.880 mil ou 2,8% do passivo total, comparado a R$21.339 mil ou 3,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2005. O aumento em R$4.541 mil ou 21,3% decorre da interrupção do regime de férias coletivas, que eram concedidas na segunda quinzena do mês de dezembro, política esta adotada até 2005.

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2006, nossos impostos e contribuições a recolher totalizaram R$8.884 mil ou 1,0% do passivo total, comparado a R$9.852 mil ou 1,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2005. A redução em R$968 mil ou 9,8% decorre do menor faturamento do mês de dezembro de 2006, quando comparado com o mês de dezembro de 2005.

Adiantamentos de Clientes

No fechamento de cada pedido de venda das máquinas no mercado interno, a Companhia tem o procedimento de cobrar do cliente um sinal, o qual é registrado como adiantamento de clientes.

Em 31 de dezembro de 2006, nossos adiantamentos de clientes totalizaram R$4.628 mil ou 0,5% do passivo total, comparado a R$11.946 mil ou 1,8% do passivo total em 31 de dezembro de 2005. A redução em R$7.318 mil ou 61,3% decorre da redução gradual dos 10% de sinal exigidos dos clientes, iniciada em 2004, chegando em 2006 a um percentual de sinal do preço do equipamento, equivalente a 2,5%.

Dividendos, juros sobre o capital próprio e participações a pagar

Em 31 de dezembro de 2006, nossos dividendos, juros sobre o capital próprio e participações a pagar totalizaram R$85.329 mil ou 9,3% do passivo total , e R$3.612 mil ou 0,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2005. Os dividendos, juros sobre o capital próprio e participações a pagar correspondem, primordialmente, aos valores já declarados e ainda não pagos. Ressaltamos que em 2006, a Companhia declarou dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$106.218 mil, tendo sido pagos nesse mesmo ano o montante de R$26.110 mil.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2006, nossas outras contas a pagar totalizaram R$2.337 mil ou 0,3% do passivo total, comparado a R$2.801 mil ou 0,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2005. A redução em R$464 mil ou 16,6% decorre da menor apropriação de despesas com comissão de exportação, devido a um menor volume de vendas no mês de dezembro de 2006, quando comparado ao mês de dezembro de 2005.

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2006, nosso imposto de renda e contribuição social diferidos de longo prazo sobre reserva de reavaliação totalizaram R$7.389 mil ou 0,8% do passivo total, e R$9.013 mil ou 1,3% do passivo total em 31 de dezembro de 2005. O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação corresponde à aplicação das alíquotas de 25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre os valores das reservas de reavaliação ainda não realizados, exceto reserva de reavaliação de terrenos.

Provisão para passivos eventuais

Em 31 de dezembro de 2006, nossa provisão para passivos eventuais totalizou R$4.429 mil ou 0,5% do passivo total, e R$4.494 mil ou 0,7% do passivo total em 31 de dezembro de 2005.

Deságio em Controladas

Em 31 de dezembro de 2006, o deságio em controladas totalizou R$4.199 mil ou 0,5% do passivo total, não havendo variação em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2005. O deságio em controladas é oriundo da aquisição de Companhia pela controlada Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.

Participação Minoritária

Em 31 de dezembro de 2006, a participação minoritária totalizou R$1.462 mil ou 0,2% do passivo total, e R$1.288 mil ou 0,2% do passivo total em 31 de dezembro de 2005. A participação minoritária é resultado da participação de 6,9289% de acionistas minoritários no valor do Patrimônio Líquido da controlada Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.

Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2005 nosso Capital Social totalizava R$220.000 mil. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2006, capitalizamos lucros acumulados (após constituição de reservas legal e estatutária) no valor de R$40.000 mil, o que resultou no saldo final de capital em 2006, no montante de R$260.000 mil.

Reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2005, nossa reserva de capital totalizava R$2.052 mil, mesmo valor em 31 de dezembro de 2006.

Reservas de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2005, nossa reserva de reavaliação totalizava R$31.999 mil e em 31 de dezembro de 2006 R$30.405 mil. As reservas de reavaliação referem-se à reavaliação de algumas rubricas do imobilizado, realizada em 1988 e 1994. A redução do saldo da reserva de reavaliação decorre da realização do ativo imobilizado reavaliado, através da depreciação ou baixa dos bens.

Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2005 e 2006, nossas reservas de lucros totalizaram R$110.547 mil e R$48.844 mil, respectivamente. A Reserva de lucros Acumulados apresentou os seguintes eventos em 2006:

- Redução decorrente de capitalização, em 29 de março de 2006, após aprovação na Assembléia Geral Extraordinária, de lucros acumulados (após constituição de reservas legal e estatutária), no valor de R$40.000 mil;
- Realização da reserva de reavaliação no valor de R$1.594 mil;
- Lucro líquido do exercício no valor de R$82.921 mil;
- Distribuição de dividendos no valor de R$80.108 mil; e
- Distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$26.110 mil.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 COMPARADO COM O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Contas Patrimoniais – Consolidado

ATIVO	Consolidado Em 31 de dezembro de 2004 R$mil	2004 (%)	2005 R$mil	2005 (%)	2006 R$mil	2006 (%)	var.% 05/04	var.% 06/05
CIRCULANTE								
Disponibilidades	10.751	1,7%	6.550	1,0%	7.461	0,8%	(39,1%)	13,9%
Aplicações financeiras	41.263	6,5%	71.648	10,6%	79.461	8,7%	73,6%	10,9%
Duplicatas a receber	62.073	9,8%	68.726	10,1%	46.265	5,1%	10,7%	(32,7%)
Valores a receber - repasse Finame Fabricante	97.732	15,4%	119.228	17,6%	170.908	18,7%	22,0%	43,3%
Estoques	197.699	31,2%	164.659	24,3%	169.790	18,6%	(16,7%)	3,1%
Impostos a recuperar	6.181	1,0%	5.678	0,8%	7.032	0,8%	(8,1%)	23,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	0,0%	–	0,0%	1.033	0,1%	–	–
Outros créditos	4.979	0,8%	4.195	0,6%	2.047	0,2%	(15,7%)	(51,2%)
Total do ativo circulante	420.678	66,4%	440.684	65,0%	483.997	52,9%	4,8%	9,8%
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo:								
Duplicatas a receber	8.679	1,4%	39	0,0%	–	0,0%	(99,6%)	(100,0%)
Valores a receber - repasse Finame Fabricante	97.999	15,5%	108.123	15,9%	259.578	28,4%	10,3%	140,1%
Impostos e contribuições a recuperar	1.674	0,3%	4.428	0,7%	7.105	0,8%	164,5%	60,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.620	0,6%	5.474	0,8%	5.069	0,6%	51,2%	(7,4%)
Outros créditos	3.715	0,6%	2.284	0,3%	3.223	0,4%	(38,5%)	41,1%
Investimentos em controladas e ágio	–	0,0%	–	0,0%	9	0,0%	–	–
Imobilizado, líquido	97.210	15,3%	117.250	17,3%	156.015	17,1%	20,6%	33,1%
Total do ativo não circulante	212.897	33,6%	237.598	35,0%	430.999	47,1%	11,6%	81,4%
TOTAL DO ATIVO	**633.575**	**100,0%**	**678.282**	**100,0%**	**914.996**	**100,0%**	**7,1%**	**34,9%**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado Em 31 de dezembro de 2004 R$mil	2004 (%)	2005 R$mil	2005 (%)	2006 R$mil	2006 (%)	var.% (%)	var.% (%)
CIRCULANTE								
Financiamentos	52.015	8,2%	18.750	2,8%	5.788	0,6%	(64,0%)	(69,1%)
Financiamentos - Finame Fabricante	84.678	13,4%	103.586	15,3%	149.240	16,3%	22,3%	44,1%
Fornecedores	27.637	4,4%	21.120	3,1%	18.151	2,0%	(23,6%)	(14,1%)
Salários e encargos sociais	19.922	3,1%	21.339	3,1%	25.880	2,8%	7,1%	21,3%
Impostos e contribuições a recolher	5.243	0,8%	9.852	1,5%	8.884	1,0%	87,9%	(9,8%)
Adiantamentos de clientes	13.580	2,1%	11.946	1,8%	4.628	0,5%	(12,0%)	(61,3%)
Dividendos, juros sobre capital próprio e participações a pagar	3.111	0,5%	3.612	0,5%	85.329	9,3%	16,1%	2262,4%
Outras contas a pagar	2.564	0,4%	2.801	0,4%	2.337	0,3%	9,2%	(16,6%)
Total do passivo circulante	208.750	32,9%	193.006	28,5%	300.237	32,8%	(7,5%)	55,6%
NÃO CIRCULANTE								
Exigível a longo prazo:								
Financiamentos	6.526	1,0%	11.362	1,7%	23.825	2,6%	74,1%	109,7%
Financiamentos - Finame Fabricante	82.447	13,0%	90.322	13,3%	232.154	25,4%	9,6%	157,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	9.818	1,5%	9.013	1,3%	7.389	0,8%	(8,2%)	(18,0%)
Provisão para passivos eventuais	5.086	0,8%	4.494	0,7%	4.429	0,5%	(11,6%)	(1,4%)
Total do passivo não circulante	103.877	16,4%	115.191	17,0%	267.797	29,3%	10,9%	132,5%
Deságio em controladas	4.199	0,7%	4.199	0,6%	4.199	0,5%	0,0%	0,0%
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	**1.215**	**0,2%**	**1.288**	**0,2%**	**1.462**	**0,2%**	**6,0%**	**13,5%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital Social	89.762	14,2%	220.000	32,4%	260.000	28,4%	145,1%	18,2%
Reserva de capital	2.052	0,3%	2.052	0,3%	2.052	0,2%	0,0%	0,0%
Reserva de reavaliação	33.561	5,3%	31.999	4,7%	30.405	3,3%	(4,7%)	(5,0%)
Reserva de lucros	190.159	30,0%	110.547	16,3%	48.844	5,3%	(41,9%)	(55,8%)
	315.534	49,8%	364.598	53,8%	341.301	37,3%	15,5%	(6,4%)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**633.575**	**100%**	**678.282**	**100%**	**914.996**	**100%**	**7,1%**	**34,9%**

Disponibilidades e Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2005, nossas disponibilidades e aplicações financeiras totalizaram R$78.198 mil ou 11,5% do ativo total, comparados a R$52.014 mil ou 8,2% do ativo total em 31 de dezembro de 2004. O aumento em R$26.184 mil ou 50,3%, decorreu principalmente do fato da Companhia ter reduzido os investimentos em estoque no ano de 2005, comparativamente ao ano de 2004, com conseqüente aumento das disponibilidades financeiras.

Duplicatas a receber e valores a receber – Repasse Finame Fabricante

Em 31 de dezembro de 2005 nossas duplicatas a receber e valores a receber – repasse Finame Fabricante totalizaram R$296.116 mil, ou 43,7% do ativo total, comparados a R$266.483 mil, ou 42,1% do ativo total em 31 de dezembro de 2004. O aumento em R$29.633 mil, ou 11,1%, foi decorrente do aumento da receita operacional bruta no ano de 2005 comparado com o ano de 2004.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2005, nossos estoques totalizaram R$164.659 mil ou 24,3% do ativo total, comparado a R$197.699 mil ou 31,2% do ativo total em 31 de dezembro de 2004. O saldo elevado em 31 de dezembro de 2004 decorre do fato da Companhia ter realizado compras relevantes nesse ano, preparando-se para um aumento expressivo de vendas em 2005. Em julho de 2004, a Companhia apresentava expectativa de vendas da ordem de 2.529 máquinas para o ano de 2005. Esta expectativa de vendas não se materializou, de forma que as vendas efetivas de 2005 totalizaram 1.763 unidades.

Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar compreendem os valores de impostos relativos a ICMS, PIS e COFINS creditados sobre aquisições de ativos imobilizados, com direito ao aproveitamento nas guias de apuração desses tributos de forma parcelada. O ICMS deve ser aproveitado em 48 meses e o PIS e COFINS em 24 meses.

Em 31 de dezembro de 2005 nossos impostos a recuperar totalizaram R$10.106 mil ou 1,5% do ativo total, comparado a R$7.855 mil ou 1,2% do ativo total em 31 de dezembro de 2004. O aumento em R$2.251 mil, ou 28,7%, é devido principalmente pela obtenção de créditos de impostos, decorrente de significativos investimentos em imobilizados efetuados em 2005, a serem aproveitados de forma parcelada, conforme acima detalhado.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros, limitado ao montante de realização provável dessas diferenças temporárias, suportada por projeções de resultados futuros.

Em 31 de dezembro de 2005 o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R$5.474 mil ou 0,8% do ativo total, comparado a R$3.620 mil ou 0,6% do ativo total em 31 de dezembro de 2004. O aumento em R$1.854 mil, ou 51,2%, é devido principalmente ao aumento dos saldos das diferenças temporariamente indedutíveis.

Outros Créditos

Esta rubrica compreende: (i) créditos resultantes de incentivos fiscais ainda existentes (Empréstimo Compulsório Eletrobrás, de Veículos e Combustíveis), (ii) Depósitos judiciais, (iii) créditos resultantes de máquinas industriais reintegradas judicialmente e outros créditos; Os saldos já consideram as devidas provisões para realização, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de outros créditos totalizaram R$6.479 mil ou 1,0% do ativo total, comparado a R$8.694 mil ou 1,4% do ativo total em 31 de dezembro de 2004.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2005, nosso imobilizado totalizou R$117.250 mil ou 17,3% do ativo total, comparado a R$97.210 mil ou 15,3% do ativo total em 31 de dezembro de 2004. O aumento em R$20.040 mil ou 20,6% decorre principalmente do investimento em modernização e aumento da capacidade da unidade de Fundidos e Usinados, no montante de R$15.620 mil. Conforme descrito na rubrica de Resultados Não Operacionais, não houve desmobilizações significativas em 2005.

Financiamentos e Finame Fabricante

Em 31 de dezembro de 2005, nossos financiamentos totalizaram R$30.112 mil ou 4,4% do passivo total, comparado a R$58.541 mil ou 9,2% do passivo total em 31 de dezembro de 2004. A redução do saldo de financiamentos em 2005, decorre de dois principais fatores: (i) redução em R$33.265 mil ou 64,0% dos financiamentos de curto prazo. A redução é devida a decisão da Companhia de refinanciar o mínimo possível novas importações de componentes, devido ao risco de instabilidade cambial e, (ii) aumento em R$4.836 mil ou 74,1% dos financiamentos de longo prazo, devido a obtenção de financiamento de máquinas e equipamentos, com utilização da linha Finame do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2005 nossos financiamentos – Finame Fabricante totalizaram R$193.908 mil ou 28,6% do passivo total, comparado a R$167.125 mil ou 26,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2004. O aumento em R$26.783 mil ou 16,0% está diretamente relacionado ao aumento da rubrica "valores a receber – repasse Finame Fabricante", já discutido anteriormente.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo da rubrica de fornecedores totalizou R$21.120 mil ou 3,1% do passivo total, comparado a R$27.637 mil ou 4,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2004. A diminuição em R$6.517 mil ou 23,6% deve-se a redução dos investimentos em estoque, no ano de 2005, conforme anteriormente comentado.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2005, nossos salários e encargos sociais totalizaram R$21.339 mil ou 3,1% do passivo total, comparado a R$19.922 mil ou 3,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2004. O aumento em R$1.417 ou 7,1% decorre principalmente do reajuste anual de salários de 9,9%, ocorrido em novembro de 2005.

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2005, nossos impostos e contribuições a recolher totalizaram R$9.852 mil ou 1,5% do passivo total, comparado a R$5.243 mil ou 0,8% do passivo total em 31 de dezembro de 2004. O aumento em R$4.609 mil ou 87,9% decorre do aumento do faturamento verificado no mês de dezembro de 2005, quando comparado com mês de dezembro de 2004.

Adiantamentos de clientes

No fechamento de cada pedido de venda das máquinas no mercado interno, a Companhia tem o procedimento de cobrar do cliente um sinal, o qual é registrado como adiantamento de clientes.

Em 31 de dezembro de 2005, nossos adiantamentos de clientes totalizaram R$11.946 mil ou 1,8% do passivo total, comparado a R$13.580 mil ou 2,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2004. A redução em R$1.634 mil ou 12,0% decorre da redução gradual do percentual exigido dos clientes, razão pela qual esta rubrica não cresceu em 2005 na mesma proporção do aumento da receita operacional bruta.

Dividendos, juros sobre o capital próprio e participações a pagar

Em 31 de dezembro de 2005, nosso passivo com dividendos, juros sobre o capital próprio e participações a pagar totalizaram R$3.612 mil ou 0,5% do passivo total e, R$3.111 mil ou 0,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2004. Em 2005, a Companhia declarou dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$27.282 mil, os quais foram pagos dentro do ano. Os dividendos, os juros sobre o capital próprio e as participações dos nossos Administradores correspondem aos valores já declarados e ainda não pagos.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2005, nossas outras contas a pagar totalizaram R$2.801 mil ou 0,4% do passivo total, comparado a R$2.564 mil ou 0,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2004. O aumento em R$237 mil ou 9,2% decorre do crescimento das comissões sobre venda, relacionadas diretamente ao aumento das vendas no período.

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2005, nosso imposto de renda e contribuição social diferidos de longo prazo sobre reserva de reavaliação totalizou R$9.013 mil ou 1,3% do passivo total e R$9.818 mil ou 1,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2004. O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação corresponde à aplicação das alíquotas de 25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre os valores das reservas de reavaliação ainda não realizados, exceto reserva de reavaliação de terrenos.

Provisão para passivos eventuais

Em 31 de dezembro de 2005, nossa provisão para passivos eventuais totalizou R$4.494 mil ou 0,7% do passivo total, e R$5.086 mil ou 0,8% do passivo total em 31 de dezembro de 2004.

Deságio em Controladas

Em 31 de dezembro de 2005, o deságio em controladas totalizou R$4.199 mil ou 0,6% do passivo total, não havendo variação relevante em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2004. O deságio em controladas é oriundo da aquisição de Companhia pela controlada Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.

Participação Minoritária

Em 31 de dezembro de 2005, a participação minoritária totalizou R$1.288 mil ou 0,2% do passivo total, e R$1.215 mil ou 0,2% do passivo total em 31 de dezembro de 2004. A participação minoritária é resultado da participação de 7,0424% de acionistas minoritários no valor do Patrimônio Líquido da controlada Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.

Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2004, nosso Capital Social totalizava R$89.762 mil. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2005, capitalizamos R$130.238 mil oriundos de lucros acumulados (após constituição de reservas legal e estatutária), elevando nosso Capital Social ao montante de R$220.000 mil até 31 de dezembro de 2005.

Reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2004, nossa reserva de capital totalizava R$2.052 mil, mesmo valor em 31 de dezembro de 2005.

Reservas de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2004, nossa reserva de reavaliação totalizava R$33.561 mil e em 31 de dezembro de 2005, R$31.999 mil. As reservas de reavaliação referem-se a reavaliação de algumas rubricas do imobilizado, realizada em 1988 e 1994. A redução do saldo da reserva de reavaliação decorre da realização do ativo imobilizado reavaliado, por depreciação ou baixa dos bens.

Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2004 e 2005, nossas reservas de lucros totalizaram R$190.159 mil e R$110.547 mil, respectivamente. A Reserva de lucros Acumulados apresentou os seguintes eventos em 2005:

Redução decorrente de capitalização, em 29 de março de 2005, após aprovação na Assembléia Geral Extraordinária, de lucros acumulados (após constituição de reservas legal e estatutária), no valor de R$130.238 mil;

- Realização da reserva de reavaliação no valor de R$1.562 mil;
- Lucro líquido do exercício no valor de R$76.346 mil; e
- Distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$27.282 mil.

LIQUIDEZ

Nossas principais fontes de liquidez são:

- fluxo de caixa de nossas atividades; e
- financiamentos.

Nossas principais exigências de caixa são as seguintes:

- exigências de capital de giro;
- investimentos em expansão das nossas unidades fabris; e
- distribuições de juros sobre o capital próprio e dividendos.

FLUXO DE CAIXA

R$mil	2004	2005	2006
Caixa oriundo (aplicado) nas atividades operacionais	(44.903)	82.478	(98.840)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(16.078)	(28.406)	(51.360)
Caixa oriundo (aplicado) nas atividades financeiras	56.206	(27.888)	158.924
Aumento (diminuição) de disponibilidades e aplicações financeiras	(4.775)	26.184	8.724

Fluxo de caixa das atividades operacionais e financeiras: Em novembro de 2005, passamos a incentivar ainda mais os clientes a utilizarem a linha de financiamento do BNDES – Finame Fabricante, o que repercutiu em um aumento, passando de R$193.908 mil em 31 de dezembro de 2005 para R$381.394 mil em 31 de dezembro de 2006 em nosso passivo e no saldo dos nossos valores a receber – repasse Finame Fabricante de R$227.351 mil e para R$430.486 mil em 31 dezembro de 2005 e 2006, respectivamente. Esta linha refere-se a financiamentos especificamente vinculados a operações de venda, onde os recursos são liberados pelo BNDES, através de um agente financeiro, mediante a identificação do cliente e da venda. A Companhia, que recebe, portanto, à vista o valor da venda, atua como repassadora das condições das operações de financiamento, permanecendo, entretanto, como a principal devedora deste financiamento. As condições de valores, prazos e encargos do financiamento são integralmente refletidas nos valores a receber junto aos clientes. Considerando a edição de novas normas pelos órgãos reguladores, especificamente a Deliberação CVM nº. 488, nossa Administração classifica sua dívida com o Finame Fabricante no passivo.

Devido à estrutura da operação acima comentada, o fluxo de caixa de atividades operacionais é negativamente afetado, uma vez que o repasse dos recursos do Finame Fabricante aos clientes transita por ele, enquanto a contra partida dos recursos oriundos do Finame Fabricante transitam pelo fluxo de caixa das atividades financeiras.

O pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos incluídos no fluxo de caixa de financiamento está discutido abaixo.

Fluxo de caixa das atividades de investimento: está substancialmente relacionado (i) ao aumento da capacidade da fundição de aproximadamente 65% em 2005 (ii) aumento da capacidade da Unidade Fabril 01 em usinagem em 2005 e 2006 (iii) e a expansão da Unidade Fabril 16 de montagem de máquinas-ferramenta que permitiu um aumento da capacidade em aproximadamente 30%, em 2006.

Endividamento Total

Em 31 de dezembro de 2006, nosso endividamento total consolidado totalizava R$411.007 mil, composto de R$155.028 mil de endividamento de curto prazo, ou 37,7% do nosso endividamento total, sendo R$149.240 mil financiamentos – Finame Fabricante e R$5.788 mil outros financiamentos, e R$255.979 mil de endividamento de longo prazo, ou 62,3% do nosso endividamento total, sendo R$232.154 mil financiamentos Finame abricante e R$23.825 mil outros financiamentos. Todo o nosso endividamento está denominado em Reais.

Endividamento de curto prazo

Nosso endividamento de curto prazo aumentou em R$32.692 mil, de R$122.336 mil em 31 de dezembro de 2005 para R$155.028 mil em 31 de dezembro de 2006, devido, principalmente, ao aumento no volume de vendas ocorrido no período utilizando a modalidade Finame Fabricante.

Endividamento de longo prazo

Nosso endividamento de longo prazo aumentou em R$154.295 mil, de R$101.684 mil em 31 de dezembro de 2005 para R$255.979 mil em 31 de dezembro de 2006, devido principalmente à nossa estratégia de incentivar as vendas através do Finame Fabricante.

O Finame Fabricante refere-se a financiamentos especificamente vinculados a operações de venda, veja na rubrica "fluxo de caixa" a discussão detalhada desse financiamento.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos de nossos financiamentos em 31 de dezembro de 2006:

Curto prazo (em milhares de R$)	Longo prazo (em milhares de R$)		
2007	**2008**	**2009**	**2010 em diante**
155.028	124.252	82.245	49.482

COMPROMISSOS CONTRATUAIS E INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Compromissos contratuais

A tabela a seguir resume as nossos conpromissos contratuais significativos em 31 de dezembro de 2006 que possuem um impacto na nossa liquidez:

	Pagamentos Devidos em (em R$ milhões)				
	Menos de Um Ano	**Um a Três Anos**	**Três a Cinco Anos**	**Mais de Cinco Anos**	**Total**
Empréstimos e financiamento.....	8.3	24.1	6.5	2.6	41.5
Finame Fabricante[1]	178.9	260.4	–	–	439.3
Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica[2].....	6.8	–	–	–	6.8
Compromisso de fornecimento de Energia Elétrica[3].....	–	27.1	24.6		51.7

(1) Modalidade de financiamento do BNDES, onde nós figuramos como devedores e repassamos integralmente aos nossos clientes os termos negociados. Compromissos futuros serão liquidados através do "Valores a Receber – repasse Finame Fabricante".

(2) O contrato prevê o compromisso de pagamento de no mínimo 90% do fornecimento contratado. Entretanto, não refletimos no montante acima a possibilidade da Companhia, quando o consumo for inferior aos 90% contratados, ser ressarcida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de um valor estipulado sobre a economia de energia verificada, conforme cálculos e regras efetuadas mensalmente pela CCEE.

(3) Em Março de 2007 efetuamos um compromisso para o fornecimento de energia, conforme compromisso descrito na seção "contratos relevantes". Para cálcular o desmbolso de caixa futuro, estimamos um IGPM de 4,5% de 2008 a 2012, período de vigência desse compromisso. Ressaltamos que além desse compromisso contratual a Companhia poderá incorrer em gastos adicionais relacionados a Energia Elétrica que não estão contratados.

Não possuímos outros compromissos contratuais relevantes na data desse prospecto, exceto aqueles descritos na seção "contratos relevantes" e sumarizados na tabela acima.

Investimentos em ativo imobilizado

Nossos investimentos em imobilizado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 totalizaram R$17.319 mil, R$29.455 mil e R$51.554 mil, respectivamente. Estes investimentos incluem valores utilizados para a compra de ativo fixo, como máquinas e equipamentos e ampliação da Unidade Fabril 16, parte do projeto abaixo discutido de integração das unidades fabris.

O investimento mais significativo aprovado por nosso Conselho de Administração foi o plano de transferência das operações, atualmente desenvolvidas na matriz da Companhia, para a área localizada na Rodovia SP-304, com investimentos estimados em R$64 milhões, e com prazo previsto de implementação entre 2006 e 2010. Esse projeto objetiva a ampliação da capacidade produtiva e a otimização do nosso processo produtivo.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DE COMPROMISSOS FINANCEIROS

Acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

OPERAÇÕES FORA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não possuímos quaisquer operações que não tenham sido registradas em nossas demonstrações financeiras.

DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE O RISCO DE MERCADO

Estamos expostos a riscos de mercado resultantes do curso normal de nossas atividades. Esse riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem variações nas taxas de juros e cambiais que podem afetar adversamente ou positivamente o valor de nossos ativos e passivos financeiros, ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e/ou os fluxos de caixa e rendimentos futuros.

Risco de taxa de juros

Nossos rendimentos são afetados pelas variações nas taxas de juros, essas variações exercem impacto sobre os rendimentos das nossas aplicações financeiras e sobre as despesas de juros oriundas de nossos financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2006 todos os instrumentos financeiros acima descritos estavam sujeitos a taxa de juros, tais como TJLP e CDI. Estimamos que um aumento ou uma redução de 10% nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido nossas receitas financeiras em 2006 em R$0,8 milhão. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo de aplicações financeiras e financiamentos em aberto, em 31 de dezembro de 2006.

Devemos ressaltar que o Finame Fabricante, por se tratar de financiamentos especificamente vinculados a operações de vendas (Valores a receber – Finame Fabricante) que são devidos a nós, mas que pelas regras do Finame Fabricante, nós devemos repassar integralmente as taxas de juros aos nossos clientes, entendemos que não existe impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

Risco cambial

As flutuações do câmbio podem nos afetar positivamente ou adversamente decorrente do aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados e aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação, ambos denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2006, os fornecedores e os valores a receber denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Estimamos que um aumento ou redução em 10% no Dólar em relação à moeda local teria ocasionado uma receita ou uma despesa de R$1,4 milhão. Esse montante foi calculado considerando o impacto da valorização ou desvalorização hipotética do Dólar em relação ao Real sobre os saldos de fornecedores e valores a receber denominados em Dólar em aberto em 31 de dezembro de 2006.

Commodities

Nossos resultados operacionais não são diretamente afetados pelas variações no preço e na disponibilidade de qualquer *commodity*.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição mínima de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em 2005, o Conselho de Administração aprovou, em 17 de maio de 2005 e em 25 de outubro de 2005, pagamentos de Juros Sobre o Capital Próprio, que foram efetuados em 30 de junho de 2005 e em 07 de dezembro de 2005 respectivamente. A primeira parcela foi de R$1,76 por ação, para os portadores de Ações Preferenciais, e de R$1,60 por ação, para os portadores de Ações Ordinárias, num total de R$11,0 milhões. A segunda parcela foi de R$2,618 por ação, para os portadores de Ações Preferenciais, e de R$2,38 por ação, para os portadores de Ações Ordinárias, num total de R$16,3 milhões. O total distribuído, referente ao exercício de 2005, líquido do imposto de renda na fonte de 15%, foi de R$24,0 milhões, que representou um incremento de 21,9%, em relação à distribuição efetuada em 2004 e corresponde a 31,4% do Lucro Líquido do Exercício.

Distribuição de Resultados em 2005		**Valor por Ação***		**Valor Total**
Data	**Tipo**	**Preferenciais**	**Ordinárias**	**Mil Reais**
17/05/2005 – RCA	Juros sobre o Capital Próprio	1,4960	1,3600	9.633
25/10/2005 – RCA	Juros sobre o Capital Próprio	2,2253	2,0230	14.330
Soma		**3,7213**	**3,3830**	**23.963**

* Líquido do IRRF no caso de Juros sobre o Capital Próprio.

Em 2006, o Conselho de Administração aprovou, em 10 de maio de 2006 e em 01 de novembro de 2006, pagamentos de Juros Sobre o Capital Próprio, que foram efetuados em 19 de julho de 2006 e em 19 de dezembro de 2006 respectivamente. A primeira parcela foi de R$2,13 por ação, para os portadores de Ações Preferenciais, e de R$1,9364 por ação, para os portadores de Ações Ordinárias, num total de R$13,3 milhões. A segunda parcela foi de R$2,06 por ação, para os portadores de Ações Preferenciais, e de R$1,8727 por ação, para os portadores de Ações Ordinárias, num total de R$12,8 milhões. O total distribuído, referente ao exercício de 2006, de Juros sobre o Capital Próprio, líquido do imposto de renda na fonte de 15%, foi de R$22,9 milhões. Em 13 de dezembro de 2006 o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos aos seus acionistas, provenientes de reservas de lucros de exercícios anteriores a 2006, no valor de R$49,0 milhões, sendo R$7,8551 por ação para os portadores de Ações Preferenciais e R$7,1410 por ação para os portadores de Ações Ordinárias. Em 07 de fevereiro de 2007, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos aos seus acionistas, decorrente do lucro do exercício de 2006, no valor de R$31,2 milhões, sendo R$5,00 por ação para os portadores de Ações Preferenciais e R$4,5454 por ação para os portadores de Ações Ordinárias.

Distribuição de Resultados em 2006		**Valor por Ação***		**Valor Total**
Data	**Tipo**	**Preferenciais**	**Ordinárias**	**Mil Reais**
10/05/2006 – RCA	Juros sobre o Capital Próprio	1,81050	1,64594	11.643
01/11/2006 – RCA	Juros sobre o Capital Próprio	1,75100	1,59180	11.259
13/12/2006 – RCA	Dividendos	7,85510	7,14100	48.950
07/02/2007 – RCA	Dividendos	5,00000	4,54540	31.158
Soma		**16,4166**	**14,9241**	**103.010**

* Líquido do IRRF no caso de Juros sobre o Capital Próprio.

Em 15 de fevereiro de 2007, os nossos Acionistas aprovaram o desdobramento das ações integrantes do nosso Capital Social à razão de 1:10, bem como a conversão da totalidade de nossas Ações Preferenciais de nossa emissão então existentes em Ações Ordinárias, na proporção de dez Ações Preferenciais para nove Ações Ordinárias. Esse desdobramento e a conversão tiveram efeito a partir de 23 de março de 2007. Como resultado do desdobramento e da conversão, cada titular de uma ação ordinária de nossa emissão passou, com o desdobramento, a ser titular de dez ações, bem como cada titular de 1 ação preferencial de nossa emissão passou a ser titular de 10 ações preferenciais de nossa emissão, as quais foram convertidas à razão de 9 ações ordinárias para cada 10 ações preferenciais, e nosso Capital Social é, atualmente, composto somente por Ações Ordinárias.

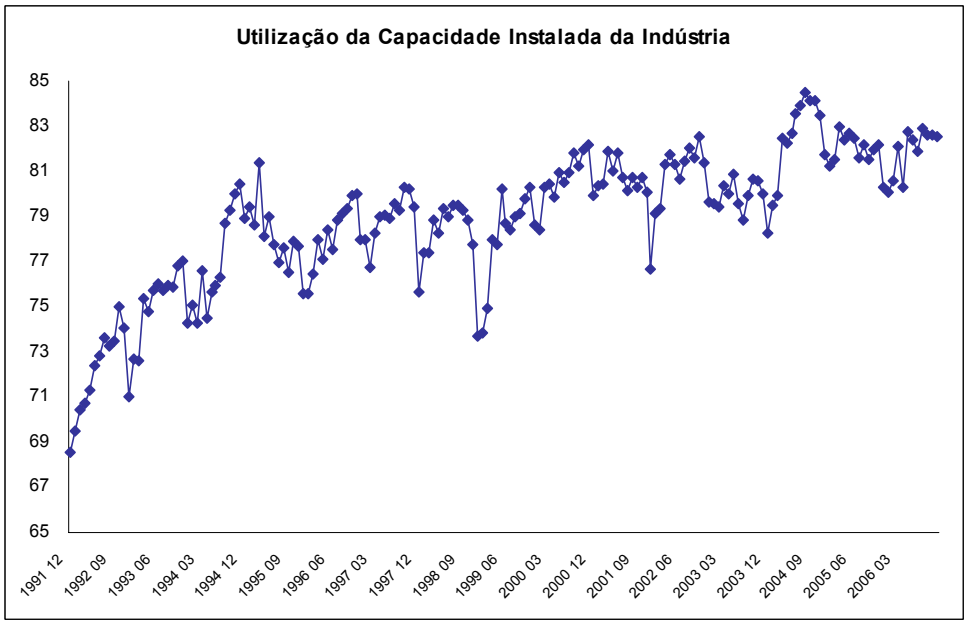
VISÃO GERAL DO SETOR

Setor de Bens de Capital

Bens de capital se destinam à produção de outros bens utilizados em processos produtivos, tais como máquinas e equipamentos. O investimento em bens de capital é um dos elementos-chave na determinação da produtividade média da economia, uma vez que, além de ampliar a capacidade produtiva, viabiliza o aumento da produtividade e eficiência.

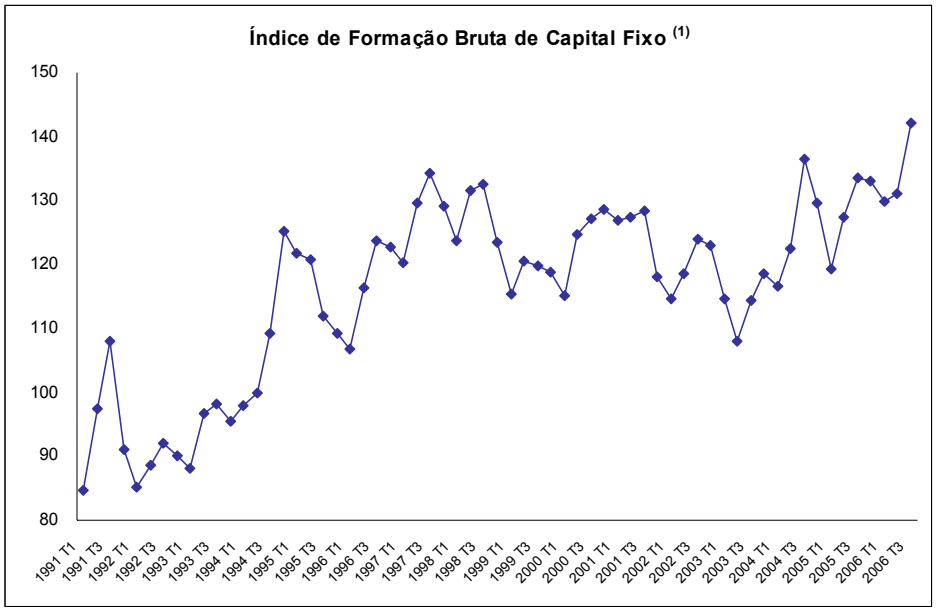
O desempenho do setor de bens de capital está diretamente relacionado com o desempenho econômico do País. Neste sentido, a relativa situação de estabilidade atual, estimulada pelo dinamismo do mercado interno, expansão da renda, consistente queda da taxa de juros, estabilidade cambial e expansão da oferta de crédito, incentivaram a recuperação da atividade industrial em 2006. As vendas industriais destacaram-se não só pela intensidade e ritmo de expansão (o mês de dezembro de 2006 apresentou a maior expansão mensal dos últimos dois anos), como também pela regularidade do crescimento, já que houve expansão consistente das vendas nos últimos 8 meses de 2006 (à exceção do mês de agosto de 2006).

Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a indústria no Brasil está trabalhando, em média, com taxa de utilização da capacidade instalada de 82,5% (versus 77,1% há uma década atrás), sendo que boa parte dos segmentos industriais está trabalhando perto do limite de sua capacidade instalada total, o que torna premente a necessidade de investimentos em ampliação das plantas.



Fonte: CNI.

O comportamento do investimento do mercado interno em bens de capital pode ser visualizado, de forma geral, através das contas nacionais, o que permite realçar a relação desse segmento produtivo com as variáveis macroeconômicas. Os bens de capital compõem parcela da formação bruta de capital fixo. O gráfico a seguir demonstra o índice de formação bruta de capital fixo no Brasil desde 1991:



Fonte: IBGE.
(1) Índice encadeado (média 1990 = 100).

A heterogeneidade dos produtos é uma das principais características do setor de bens de capital e escala é um dos fatores mais importantes para a competitividade das empresas atuantes neste mercado. Por isto, o setor caracteriza-se por um alto nível de especialização e por intenso comércio internacional. O Brasil ocupa relevante posição no mercado mundial de bens de capital. Segundo relatório da LAFIS de 2006, o Brasil é o 10º colocado no ranking dos principais países fabricantes, atrás dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, Itália, China, França, Coréia do Sul e Suíça.

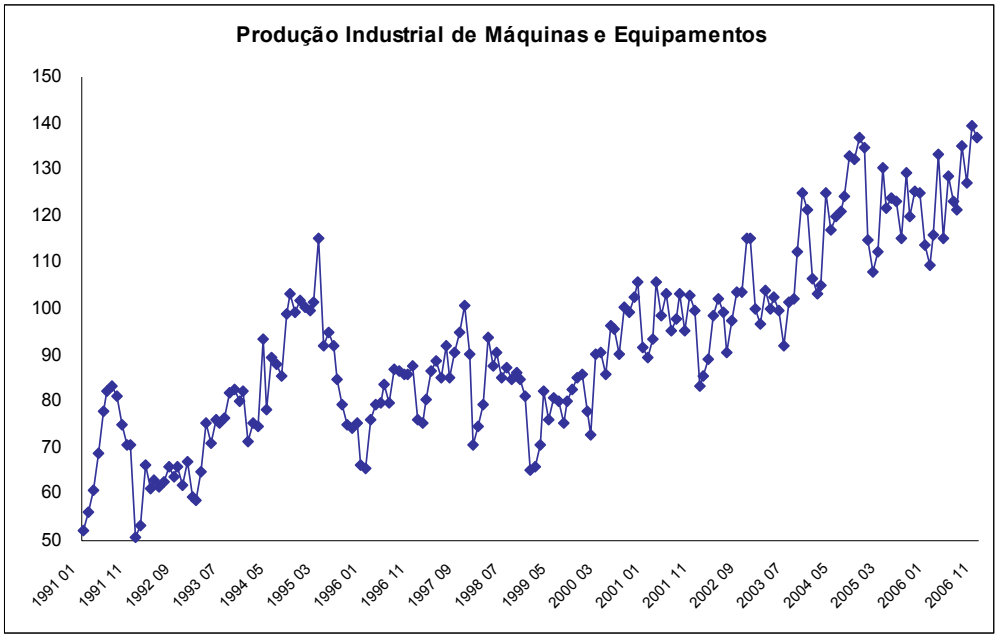
De acordo com a natureza de seus produtos, o setor de bens de capital, basicamente, pode ser divido em três principais grupos:

- bens de capital mecânicos: equipamentos industriais, máquinas e implementos agrícolas e máquinas rodoviárias;
- material de transporte: ônibus, caminhões, construção naval e indústria aeronáutica; e
- material elétrico e de comunicações.

A Companhia atua de maneira consistente no setor de bens de capital mecânicos, o qual engloba os segmentos de máquinas-ferramenta, injetoras de plástico e fundidos e usinados. Para uma maior discussão dos setores em que atuamos e seus respectivos segmentos, olhar "Apresentação de Informações Financeiras – Participação de Mercado e Demais Informações".

Bens de Capital Mecânicos

Os bens de capital mecânicos destinam-se à produção tanto de produtos seriados como de produtos desenhados e sob encomenda. O gráfico abaixo ilustra a evolução da produção industrial de máquinas e equipamentos no Brasil.



Fonte: IBGE - Produção industrial de máquinas e ferramentas (quantum - média 2002 = 100).

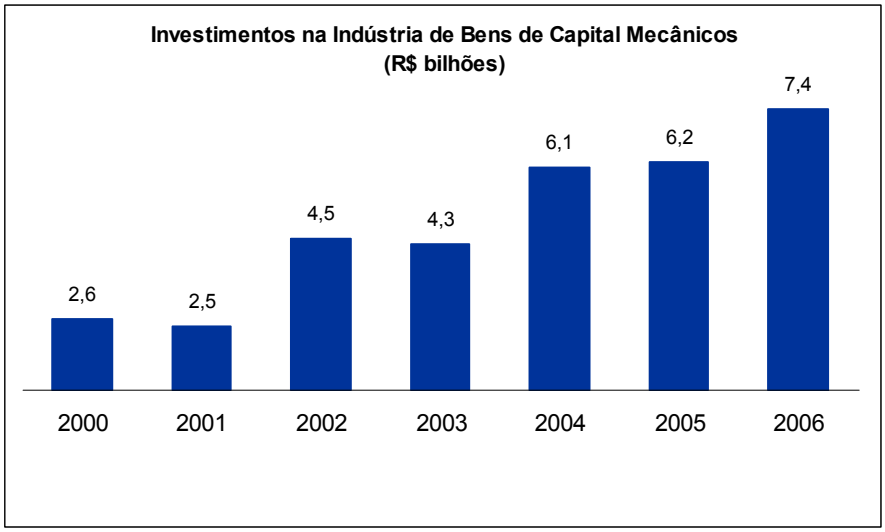
A tabela a seguir indica os principais destaques da indústria brasileira de bens de capital mecânicos.

Destaques da Indústria de Bens de Capital Mecânicos

	2001	2002	2003	2004	2005
Faturamento (R$ MM)	30.237	34.163	35.100	47.210	55.862
Importação (US$ MM)	7.244	6.189	5.795	6.837	8.492
Exportação (US$ MM)	3.591	3.701	4.940	6.842	8.588
Nível Médio de Utilização da Capacidade Instalada	77%	78%	77%	82%	81%
Investimentos (R$ MM)	2.470	4.457	4.233	6.101	6.186
Número de Empregos (Mil)	175	175	183	207	212

Fonte: ABIMAQ.

A indústria de bens de capital mecânicos recebeu elevados investimentos nos últimos anos, conforme evidenciado pelo gráfico a seguir:



Fonte: LAFIS.

Máquinas-Ferramenta

O segmento de máquinas-ferramenta compreende os fabricantes de máquinas para processamento de metais por arranque de cavaco ou conformação, suas partes e acessórios. A indústria de máquinas-ferramenta é uma das mais importantes do setor de bens de capital mecânicos, seja pelo montante de suas transações, seja pela sua importância como geradora e transmissora de progresso técnico, ou seja, pela sua posição estratégica em todas as cadeias produtivas. No segmento de máquinas-ferramenta existem mais de 3.000 tipos de produtos, que diferem segundo a finalidade a que se destinam, tamanho, peso, meios de controle, desempenho e acessórios.

No Brasil, esse segmento iniciou sua estruturação nos anos 30, com empresas nacionais que anteriormente se dedicavam a outros mercados da própria indústria mecânica. Nas décadas de 60 e 70 várias empresas estrangeiras de máquinas-ferramenta se instalaram no País, acompanhando o crescimento da indústria automobilística e de autopeças. Atualmente é um segmento produtivo plenamente estabelecido. Existia, no primeiro dia do mês de fevereiro de 2007, 88 empresas associadas à Abimaq que produzem máquinas-ferramenta no País. O setor alcançou um estágio de evolução que hoje agrega três faixas bem caracterizadas de mercado: (i) maquinaria de tecnologia tradicional (operada manual ou semi-automaticamente); (ii) maquinaria automática, eletronizada ou não; e (iii) e sistemas para produção, incluindo as máquinas especiais, os sistemas flexíveis (FMS), as ilhas ou células de produção (CELL), as linhas flexíveis de produção (FML), centros de usinagem e robôs.

O setor conta com uma variada e moderna infra-estrutura de apoio, composta por diversos fabricantes de componentes, ferramental, acessórios e dispositivos especiais, fundição, caldeiraria, tratamentos térmicos e outros. Dentre os principais tipos de máquinas-ferramenta, encontram-se tornos, centros de torneamento, centros de usinagem, retificadoras, prensas, guilhotinas, serras, dobradeiras, geradoras de engrenagens, soldadoras, furadeiras, sistemas flexíveis de manufatura e linhas transfer, além de máquinas-ferramenta para usos especiais.

Diversos estudos mostram que apesar da pauta de produção de máquinas-ferramenta no Brasil ser mais intensiva em produtos maduros de relativa sofisticação tecnológica, esta ainda pode ser enobrecida. Segundo pesquisa elaborada pelo BNDES em setembro de 2004, o segmento de máquinas-ferramenta é o segmento com um dos maiores potenciais de desenvolvimento dentro da indústria de bens de capital, em razão principalmente da elevada produtividade do trabalho e do crescente coeficiente de exportação.

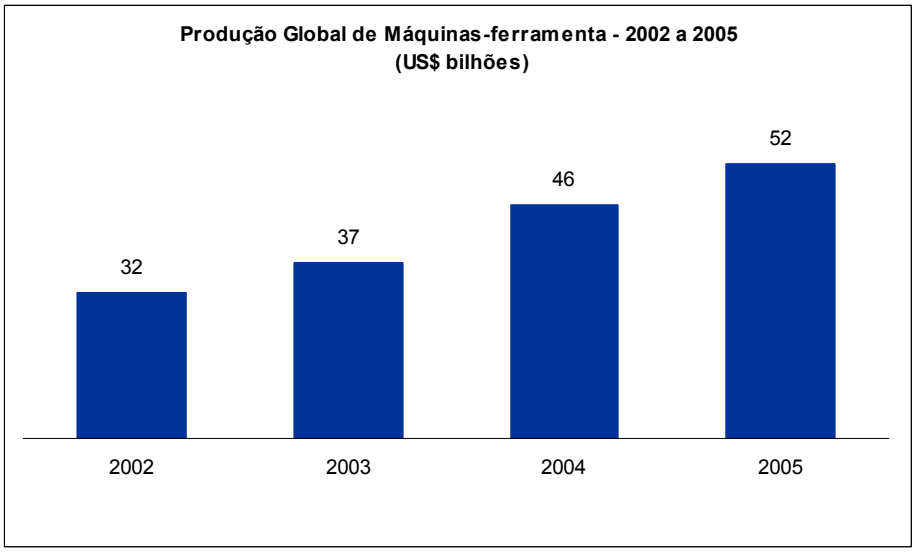
O mercado nacional de máquinas-ferramenta vem apresentando desempenho consistente nos últimos anos, tanto em termos de consumo aparente como em termos de produção:

Destaques do Setor de Máquinas-Ferramenta

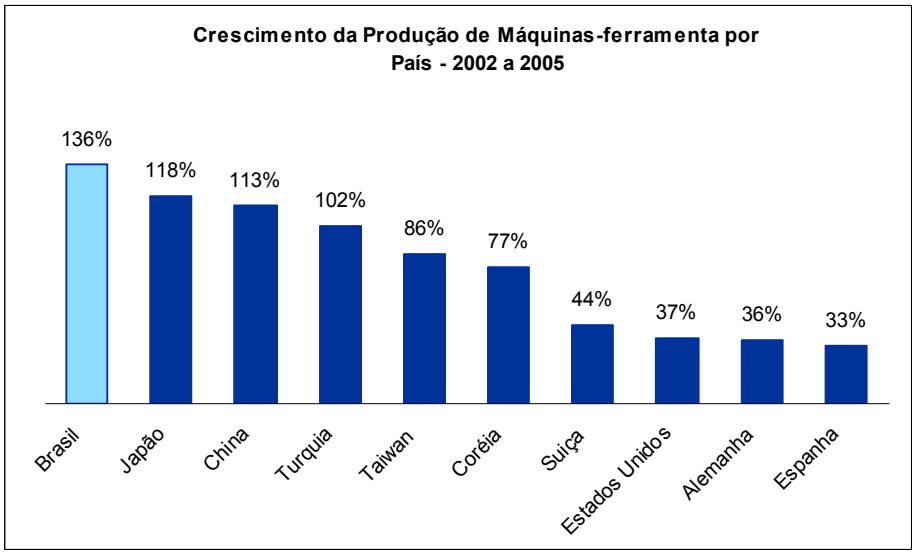
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Consumo Aparente (R$ MM)	1.964	1.893	2.082	2.746	3.015	3.133
Faturamento (R$ MM)	1.052	1.118	1.436	2.079	2.074	2.112
Importação (US$ MM)	1.189	1.066	1.036	1.193	1.480	1.347
Exportação (US$ MM)	277	291	390	526	540	326
Nível Médio de Utilização da Capacidade Instalada	*	*	*	*	81%	79%
Número de Empregos	5.956	5.899	6.391	7.625	7.328	7.216

Fonte: ABIMAQ.
*Não disponível.

A excelente performance do mercado nacional de máquinas-ferramenta é um reflexo do desempenho global do setor, que apresentou um crescimento de 61% de 2002 a 2005, sendo que nesse período o Brasil foi o que apresentou o maior crescimento, conforme dados dos gráficos abaixo.

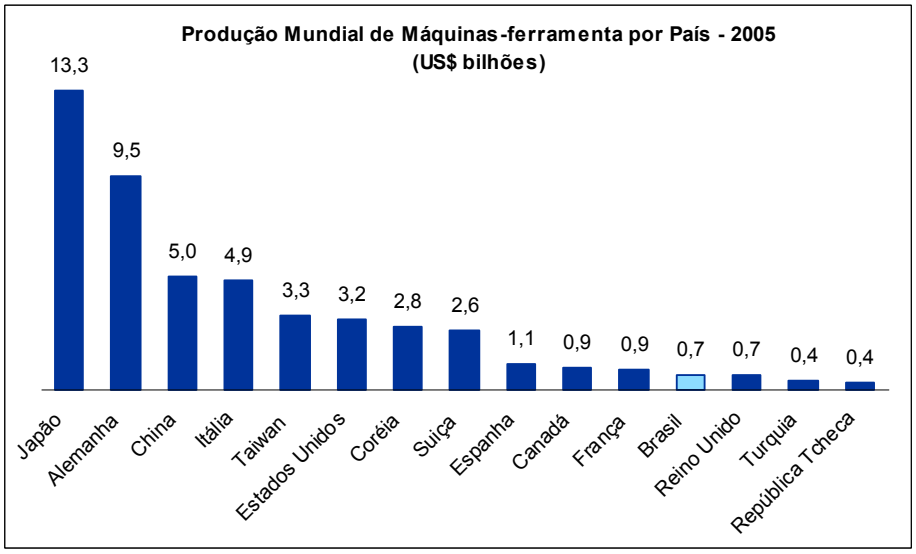


Fonte: World Machine Tool Output & Consumption Survey.



Fonte: World Machine Tool Output & Consumption Survey.

Em 2005, o Brasil ocupava a 12º posição no ranking mundial de produção de máquinas-ferramenta:



Fonte: World Machine Tool Output & Consumption Survey.

Injetoras de Plástico

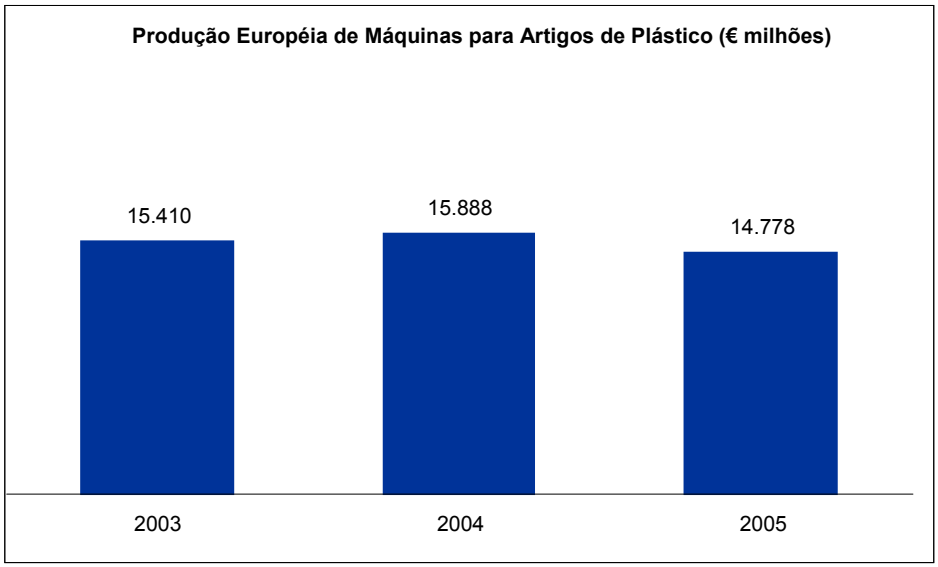
Máquinas injetoras de plástico são utilizadas, principalmente, por fabricantes de autopeças, de bens de consumo e de embalagens. A transformação, elaboração e manipulação de matérias-primas plásticas podem ser realizados por meio de diferentes processos: extrusão, injeção, sopro, corte e solda, impressão, termoformagem, reciclagem e periféricos. Dentre os processos, a injeção representa cerca de 18% do total das aplicações no mercado. Abaixo encontra-se tabela com os principais destaques do setor de máquinas injetoras de plástico no Brasil:

Destaques do Setor de Máquinas Injetoras de Plástico

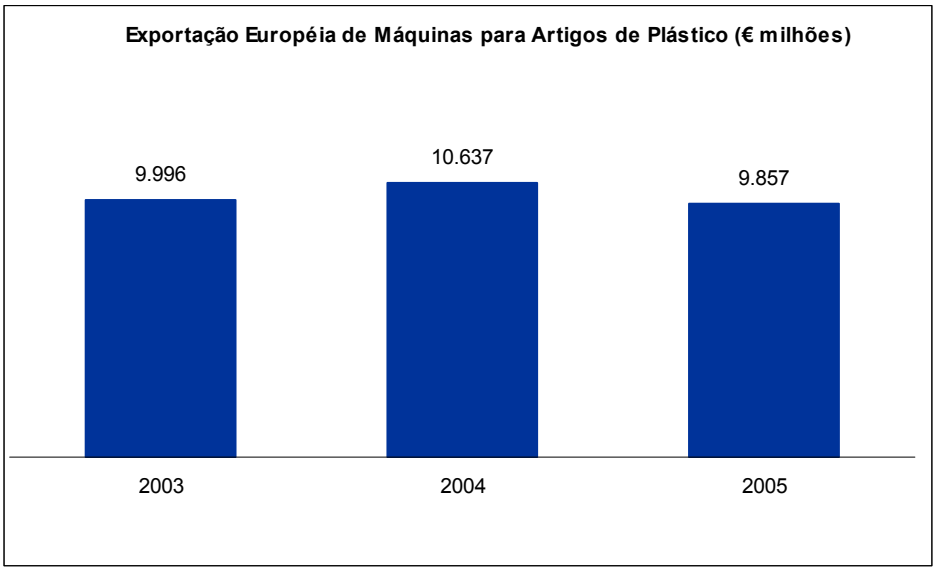
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Faturamento (R$ MM)	408	484	474	735	807	659
Importação (US$ MM)	*	*	*	*	304	363
Exportação (US$ MM)	*	*	52	61	57	51
Nível Médio de Utilização da Capacidade Instalada	*	*	*	*	91%	88%
Número de Empregos	1.998	2.026	2.025	2.238	2.342	2.108

Fonte: ABIMAQ.
*Não disponível.

O mercado europeu de máquinas para artigos de plástico, diferentemente do ocorrido com o mercado brasileiro, apresentou uma redução da produção e da exportação entre 2003 e 2005.

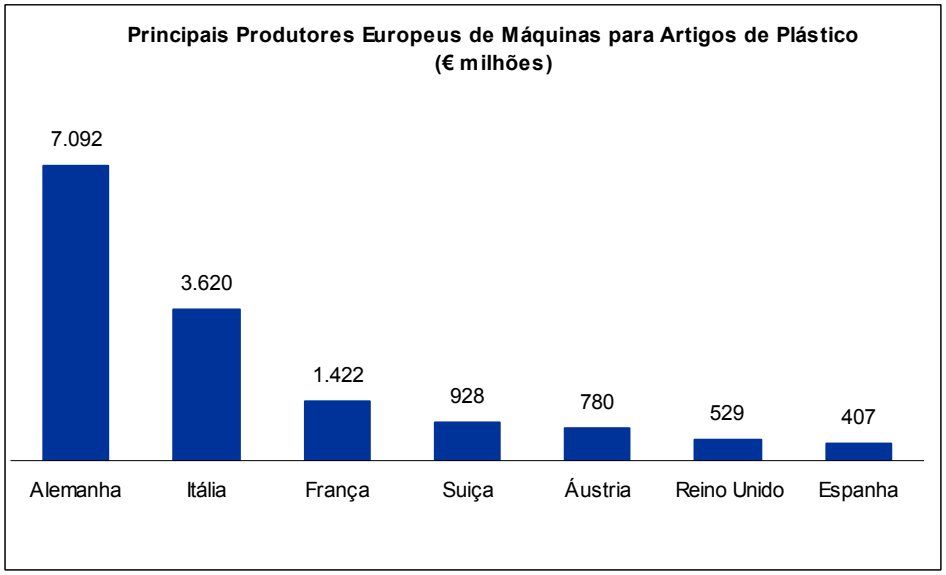


Fonte: EUROMAP.



Fonte: EUROMAP.

Os principais produtores Europeus são:

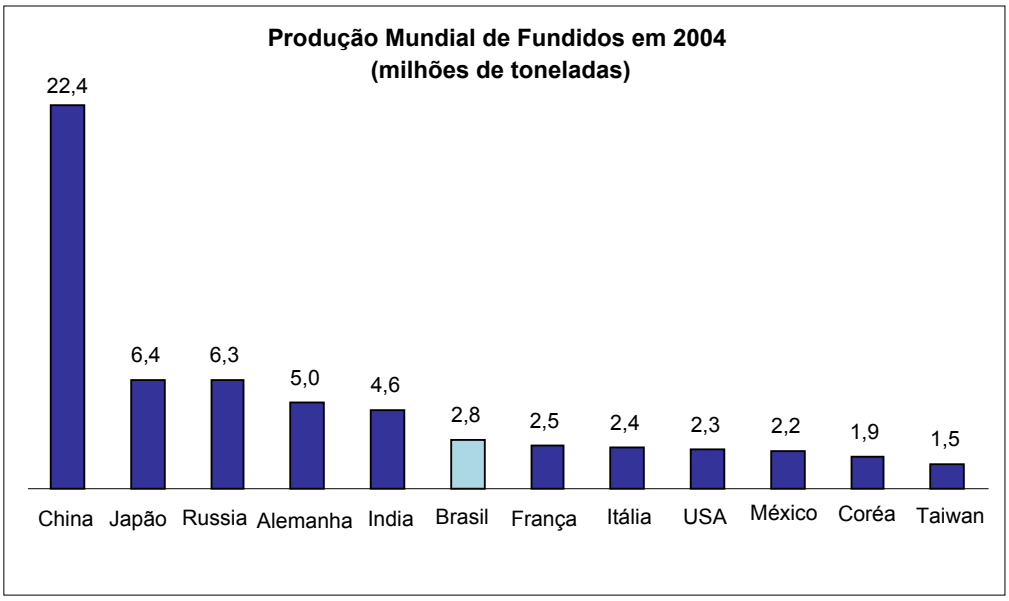


Fonte: EUROMAP.

O Setor de Fundidos e Usinados

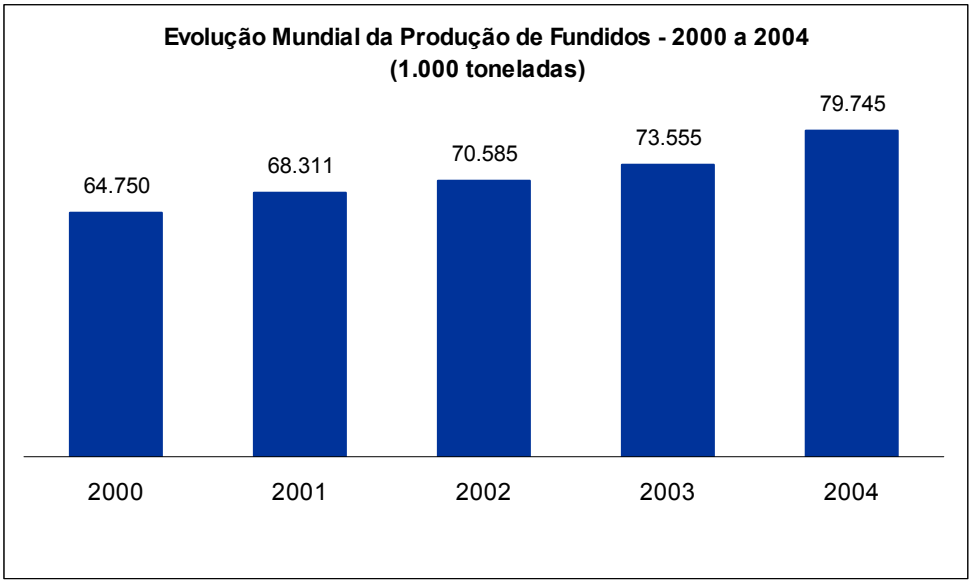
A indústria de fundição é responsável pelo processo de fundir aço, ferros ou ligas de metais não-ferrosos (alumínio, cobre, magnésio e zinco, principalmente), em sua forma líquida, e moldá-los no formato da peça desejada. Na seqüência, o fundidor tem a oportunidade de adicionar valor às peças produzidas usinando-as, ou seja, utilizando máquinas-ferramenta para fornecer acabamento e deixá-las pronta para uso.

O Brasil, rico em matérias-primas utilizadas no processo de fundição (maior produtor mundial de ferroligas, segundo maior de ferro gusa e de bauxita), e também em mão-de-obra de relativo baixo custo, é um dos principais países produtores de fundidos do mundo. Segundo a Abifa, a indústria brasileira de fundição era composta, em 2005, por 1.264 empresas que empregam 58.761 trabalhadores e produziam cerca de 3 milhões de toneladas por ano, alcançando um total de faturamento de U$5,6 bilhões. Ainda de acordo com a Abifa, em 2005 a indústria de fundição possuía uma capacidade instalada de 3,6 milhões de tonelada/ano, sendo que o Brasil ocupava a sexta posição no ranking global.

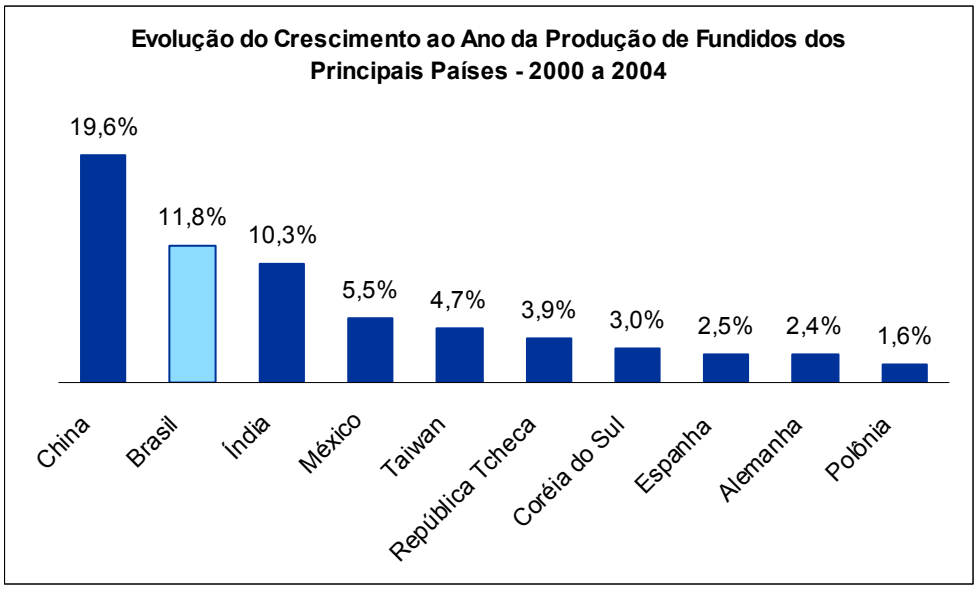


Fonte: Abifa.

A indústria global de fundidos apresentou um crescimento de 23% de 2000 a 2004, sendo que nesse período o Brasil foi o que apresentou o segundo maior crescimento, atrás apenas da China, conforme dados dos gráficos abaixo.

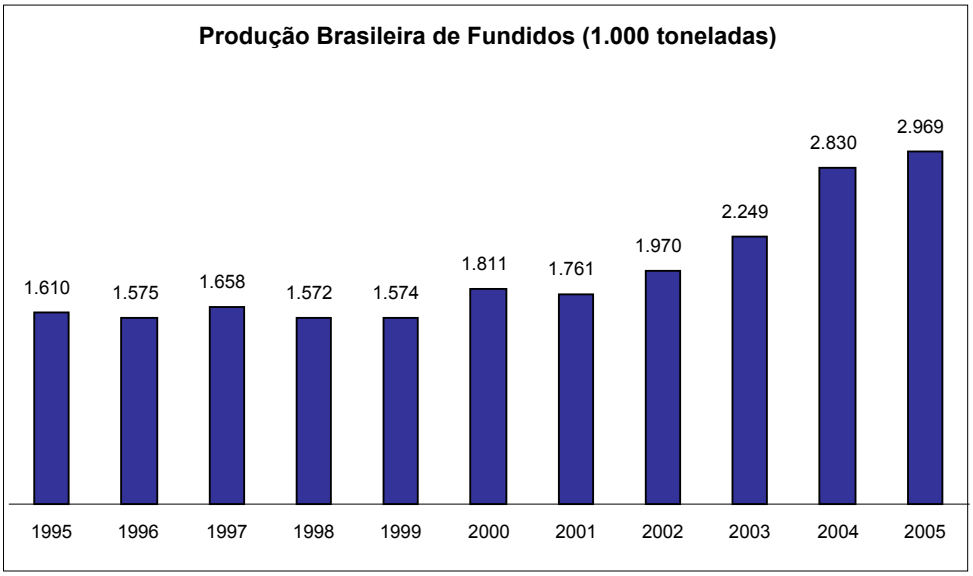


Fonte: LAFIS.



Fonte: LAFIS.

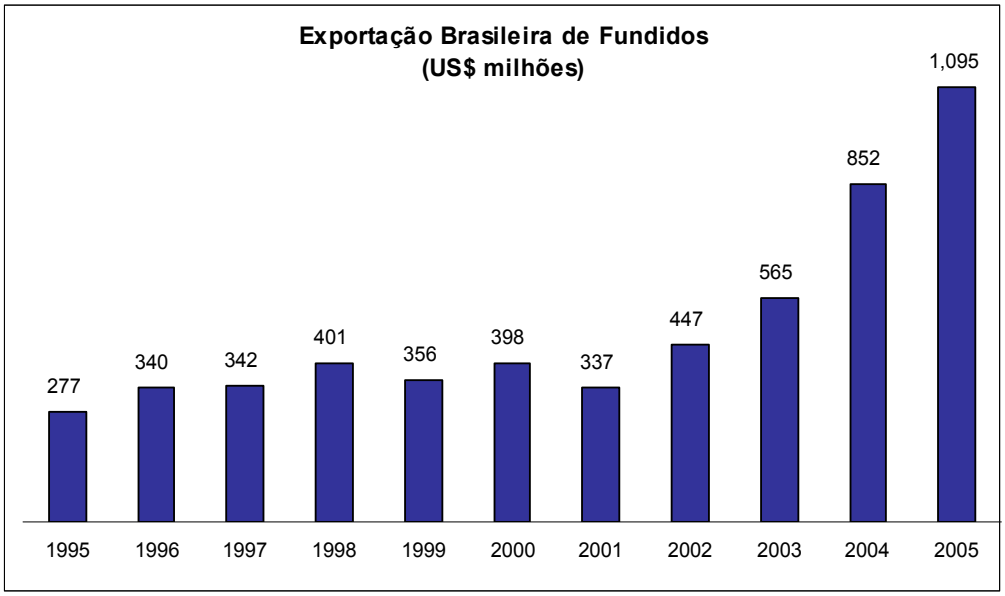
A evolução do crescimento da produção brasileira de fundidos pode ser facilmente observada pela análise do gráfico a seguir:



Fonte: Abifa.

A maior parte da demanda por produtos fundidos no Brasil é proveniente do setor automotivo e de autopeças, que concentrou aproximadamente 53% do total de vendas de fundidos em 2005. Outros setores relevantes na demanda de fundidos são os setores de bens de capital (13%), siderurgia (5%) e infra-estrutura (3%).

Em 2005, as exportações representaram cerca de 21% da sua produção nacional. Os custos competitivos dos produtos brasileiros vêm impulsionando as exportações, que atingiram níveis recordes, conforme evidenciado pelo gráfico a seguir:



Fonte: Abifa.

Abaixo encontra-se tabela com os principais destaques do setor de fundidos no Brasil.

Destaques do Setor de Fundição

	2002	2003	2004	2005	2006E	2007E
Produção de fundidos (mil t)	1.970	2.249	2.830	2.969	3.111	3.248
Mercado interno (mil t)	1.667	1.888	2.295	2.357	2.418	2.558
Exportação de fundidos (mil t).....	304	363	535	612	693	690
Exportação de fundidos (US$ MM).....	447	565	852	1.095	1.345	1.410
Faturamento do setor de fundidos (US$ bilhões)	2,5	2,7	4,2	5,6	6,7	6,9
Faturamento do setor de fundidos (R$ bilhões).....	7,3	8,4	12,3	13,6	15,2	16,5

Fonte: Abifa, projeções LAFIS.

A Abifa espera que a produção brasileira cresça a uma taxa média de 5% ao ano nos próximos 5 anos. Para tal, estima que será necessário investir cerca de US$1,2 bilhões até 2010.

Muitos dos principais fatores que influenciam a demanda pelos produtos que fabricamos são comuns, o que resulta na complementaridade e nas sinergias de nossas atividades. Acreditamos que o crescimento e a lucratividade dos setores nos quais atuamos são primordialmente influenciados pelos seguintes fatores: (i) cenário macroeconômico do Brasil; (ii) desenvolvimento da indústria brasileira de autopeças; e (iii) incremento da indústria brasileira de plástico.

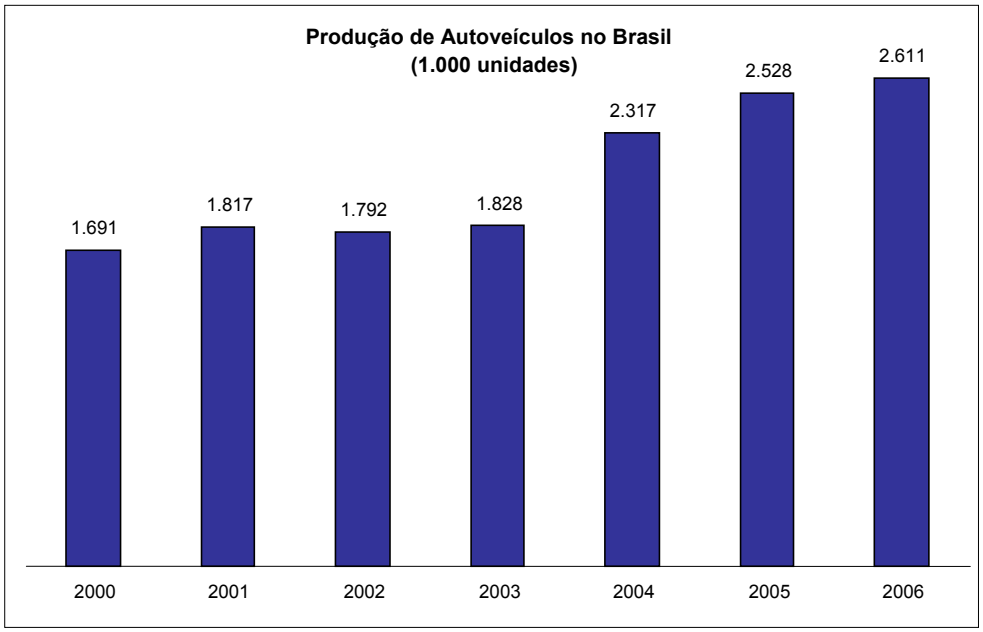
Cenário macroeconômico brasileiro

Dentre os fatores macroeconômicos que mais afetam nossos negócios, destacamos o crescimento do PIB, as taxas de juros, a estabilidade cambial e a disponibilidade de linhas de crédito para financiamento a longo prazo. Acreditamos que o cenário macroeconômico brasileiro se manterá estável para o ano de 2007.

De acordo com o consenso de mercado publicado semanalmente pelo Banco Central, espera-se que o PIB cresça a uma taxa atrativa de 3,5%, que a taxa de câmbio se mantenha no patamar de R$2,20 / US$ e que a redução da taxa de juros continue, atingindo 11,5% até o final do ano. Acreditamos que este cenário ampliará a oferta de crédito para financiar a aquisição de bens de capital e incentivará o aumento e a renovação do parque industrial nacional, beneficiando o setor.

A indústria brasileira automotiva e de autopeças

O Brasil tem a 9ª maior frota de veículos no mundo, representando 21,4 milhões de veículos ou aproximadamente 3% do total global. Em 2005, A indústria automotiva respondeu por 14,6% do PIB industrial brasileiro e faturou US$ 42,3 bilhões, segundo a Anfavea. Desde 2000, a produção e a exportação de veículos no Brasil crescem consistentemente, ambas atingindo a máxima histórica em 2005.

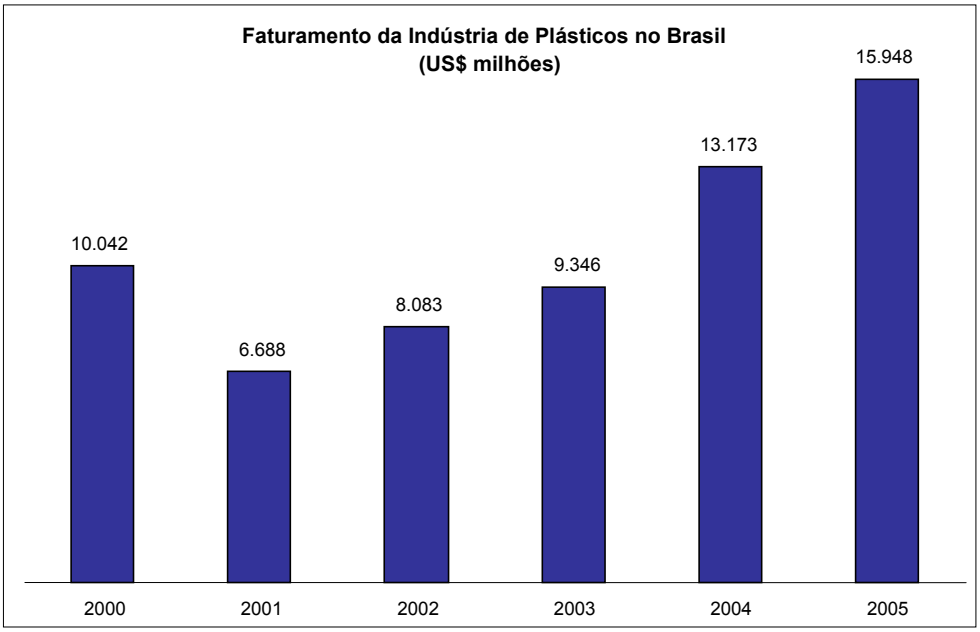


Fonte: Anfavea.

Além disso, o Brasil tem um dos menores índices globais de veículos de passeio por habitante. A título de comparação, atualmente há 1 veículo para 8,4 habitantes no País, versus 1 para 5,2 habitantes na Argentina ou 1 para 1,2 a 2 habitantes em países desenvolvidos. Considerando o período de estabilidade que o Brasil vem experimentando, espera-se que o setor automotivo apresente um crescimento significativo nos próximos anos.

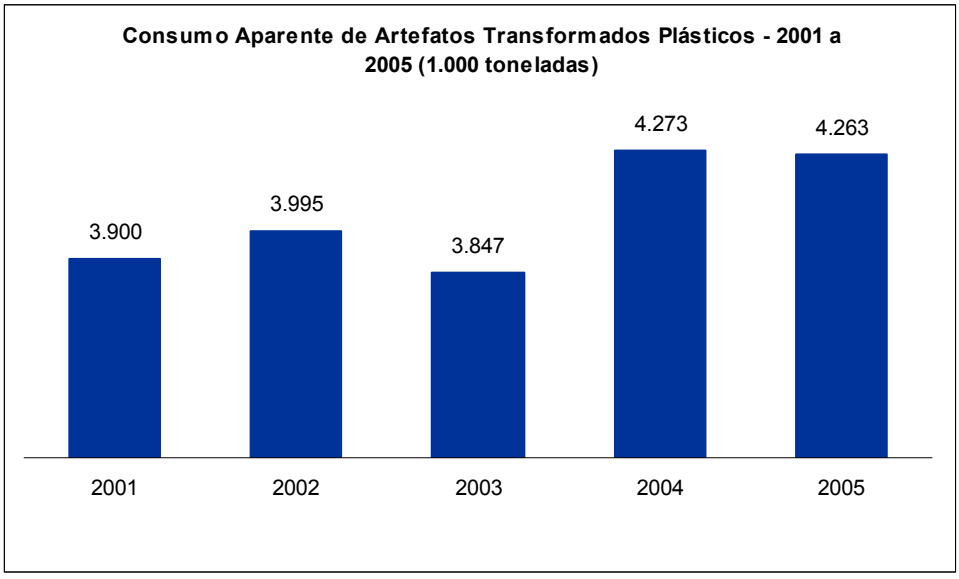
Indústria brasileira de plástico

Segundo a Abiplast, em 2005 a indústria brasileira de transformadores de plástico era composta por 8.523 empresas e 258 mil trabalhadores. Seu mercado apresentava a seguinte divisão: 42% embalagens; 10% construção civil; 11% descartáveis; 11% componentes técnicos; 9% setor agrícola; 5% utilidades domésticas; 3% calçados; 1% laminados; 1% brinquedos; e 7% de outros setores. A indústria vem apresentando crescimento consistente e significativo desde 2001, como mostra o gráfico a seguir:



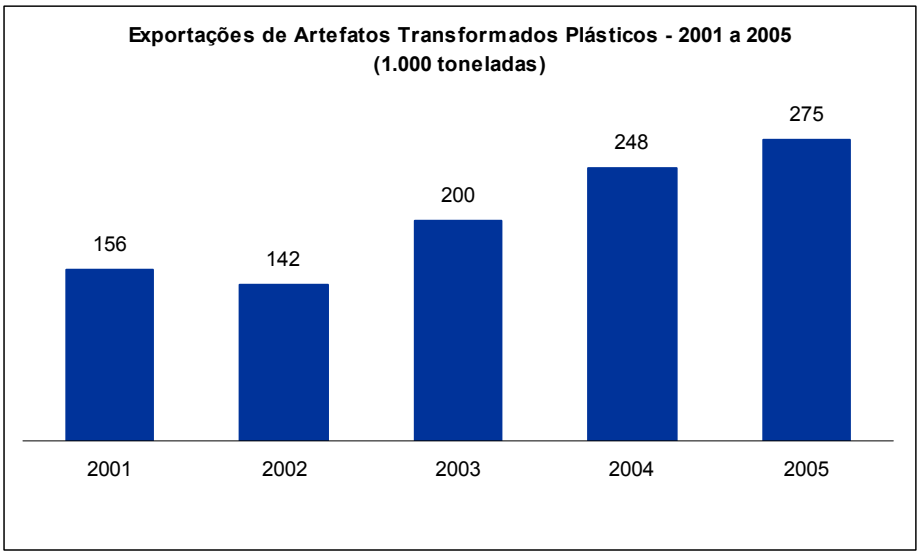
Fonte: Abiplast.

O crescimento da produção da indústria de transformadores de plástico foi acompanhada pelo crescimento do consumo e da exportação. O consumo aparente de plásticos no Brasil apresentou crescimento de 9% entre 2001 e 2005, conforme dados do gráfico abaixo.



Fonte: Abiplast.

Na mesma linha, as exportações apresentaram crescimento de 76% entre 2001 e 2005, conforme dados do gráfico abaixo.



Fonte: Abiplast.

Acreditamos que este mercado também apresenta um grande potencial de crescimento, já que o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de consumo per capita de plástico no mundo – 23,1kg/ ano. Nos EUA, por exemplo, este índice chegava a 159kg/ ano em 2002.

PANORAMA COMPETITIVO

Nossos maiores competidores no setor de máquinas-ferramenta e de máquinas injetoras de plástico são os produtos importados. No setor de fundidos e usinados, nossos maiores concorrentes são empresas nacionais tais como Tupy, Thyssen Krupp (Brasil) e Schultz.

INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS PARA O INCENTIVO DA INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL

Tanto o Governo Federal quanto o BNDES já vêm adotando uma série de medidas para o apoio à expansão da indústria brasileira de bens do capital. Em suas agendas constam os seguintes tópicos a serem discutidos e implementados:

- Aprofundar os incentivos a um aumento dos índices de nacionalização (principalmente incentivar o desenvolvimento de fornecedores locais competitivos internacionalmente);
- Incentivar uma internacionalização maior do setor (busca de novas oportunidades do mercado em níveis nacional, regional e internacional);
- Em associação com o item anterior, "vender" o potencial do Brasil como plataforma de exportações;
- No caso das pequenas empresas do capital nacional, incentivar a reestruturação da gestão;
- Aumentar a integração dos elos da cadeia produtiva, em particular promovendo parcerias entre as pequenas empresas do capital nacional e as grandes filiais de multinacionais;
- Fortalecer, além disso, as pequenas empresas a partir da promoção de arranjos produtivos locais de produtores de bens de capital;
- Aumentar as linhas do financiamento brasileiras competitivas, em nível internacional, adequadas ao perfil dos grandes projetos, tendo como contrapartida um nível mínimo e crescente de nacionalização da produção;

- Criar linhas do financiamento com custos mais baixos, tendo como contrapartida um aumento dos gastos em P&D; e
- Em associação com o item anterior, fortalecer o desenvolvimento tecnológico do setor.

Empréstimos do BNDES

FINAME FABRICANTE

O Finame destina-se, de acordo com a Circular do BNDES n.º 195, de 28 de julho de 2006, ao financiamento, por intermédio de agentes financeiros credenciados, da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES. O Finame Fabricante refere-se a financiamentos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência e juros entre 4% e 7,5% ao ano, acrescidos da TJLP, sendo que tais condições de financiamento são estabelecidas pelo próprio BNDES, com base nas características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES, mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da referida Circular n.º 195, através de agente financeiro, com a formalização de contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos do financiamento são integralmente refletidas nos valores a receber a serem repassados ao banco interveniente do contrato, com reserva de domínio à Companhia do equipamento objeto do financiamento.

Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Em março de 2003, o Governo Federal lançou a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), um plano de ação que tem como objetivo o aumento da eficiência da cadeia produtiva, aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e expansão das exportações para uma maior inserção do País nos setores mais dinâmicos dos fluxos de troca internacionais.

Dentre as iniciativas que atualmente estão contempladas no PITCE, destacamos o Modermaq, o Decreto 4.928 de Pesquisa & Desenvolvimento e Certificação (que garante que as despesas com P&D, depósitos de patente e certificação sejam abatidas em dobro da contribuição social do lucro líquido), a criação de uma linha de financiamento para bens capital sob encomenda (até então, não havia nenhum tipo de financiamento para compra de bens de capital sob encomenda) e a desoneração do IPI de máquinas e equipamentos (redução de 30% das alíquotas de IPI para 643 máquinas e equipamentos destinados a atividades produtivas).

Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional – Modermaq

No início de 2004, o governo anunciou o lançamento do Modermaq, um programa de fomento às aquisições de máquinas e equipamentos. O objetivo do governo, com tal programa, foi o de estimular a modernização da capacidade produtiva industrial brasileira. Por intermédio do Modermaq, seriam concedidos empréstimos do BNDES a juros menores que os praticados pelo mercado financeiro. Os recursos inicialmente destacados para o programa chegaram a R$3,0 bilhões.

O Modermaq (Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional), nos termos da Resolução 3.227, de 05.08.2004, do Bacen (Banco Central do Brasil), objetivava financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, com vistas à modernização do parque industrial nacional e à dinamização do setor de bens de capital. As operações eram realizadas, exclusivamente, por meio das instituições financeiras credenciadas.

Os clientes preferenciais a serem contemplados com o programa são as empresas enquadradas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE como indústria extrativa, indústria de transformação ou construção, à exceção de investimentos destinados a empreendimentos imobiliários, tais como edificações residenciais, *time–sharing*, hotel–residência e loteamento, com os seguintes pré–requisitos:

1. Pessoas jurídicas de direito privado, sediadas no Brasil, cujo controle efetivo seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou grupo de pessoas físicas, domiciliadas e residentes no Brasil, e nas quais o poder de decisão esteja assegurado, em instância final, à maioria do capital votante representado pela participação societária nacional;

2. Entidades direta ou indiretamente controladas por pessoas jurídicas de direito público interno;

3. Pessoas jurídicas de direito privado, sediadas no Brasil, cujo controle seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física domiciliada no exterior, desde que, na forma da legislação vigente, o BNDES disponha de recursos captados no exterior ou o poder executivo autorize a concessão de colaboração financeira;

4. Empresário individual, desde que exerça atividade produtiva e esteja inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e no Registro Público de Empresas Mercantis.

São financiáveis as máquinas e equipamentos novos produzidos no País, credenciados no BNDES, excluídos os sistemas, conjuntos industriais e equipamentos associados a grandes projetos. Ficam também excluídos, durante a vigência do Programa BNDES Caminhões, os caminhões, caminhões–tratores, cavalos–mecânicos, reboques, semi–reboques, chassis e carrocerias para caminhões. São caracterizados como grandes projetos aqueles cujo valor de financiamento seja superior a R$10 milhões.

A taxa de juros do Modermaq é equivalente a 13,95% ao ano, incluída a remuneração da instituição financeira credenciada de até 3,95% ao ano. O prazo total de financiamento é de 60 meses, incluída a carência de 3 a 6 meses. As amortizações são mensais e sucessivas, calculadas pelo Sistema Francês–Price, sendo que durante o período de carência os juros são capitalizados trimestralmente e durante a fase de amortização os juros são pagos juntamente com o principal.

Pró-inovação (FINEP)

O Pró-Inovação é uma linha de crédito disponibilizada pela FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos, empresa do Governo Federal ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, destinada a financiar a pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica de empresas brasileiras. As operações de crédito nesta modalidade são praticadas com encargos financeiros reduzidos, que são determinados conforme os seguintes requisitos:

1) Projetos que resultem em aumento de competitividade da empresa, no âmbito da atual Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE;

2) Projetos que resultem em aumento nas atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D) realizadas no País e cujos gastos em P&D sejam compatíveis com a dinâmica tecnológica dos setores em que atuam;

3) Projetos de inovação que tenham relevância regional ou estejam inseridos em arranjos produtivos locais, objeto de programas do Ministério de Ciência e Tecnológica;

4) Projetos que resultem em adensamento tecnológico e dinamização de cadeias produtivas;

5) Projetos que sejam desenvolvidos em parceira com universidades, instituições de pesquisa e/ou outras empresas;

6) Projetos que contemplem a criação ou expansão, em no mínimo 10%, das equipes de P&D, com a contratação de pesquisadores pós-graduados, com titulação de mestre ou doutor;

7) Projetos cujas atividades estejam inseridas em segmento industrial priorizado como estratégico na PITCE: semicondutores/microeletrônica, software, bens de capital, fármacos/medicamentos, biotecnologia, nanotecnologia, biomassa.

ATIVIDADES DA COMPANHIA

VISÃO GERAL

Somos o maior fabricante brasileiro de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico e líderes de mercado em termos de receita operacional líquida, assim como acreditamos ser um importante produtor de fundidos e usinados do País. Fabricamos produtos com tecnologia de última geração e da mais alta qualidade, e estamos continuamente investindo em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos de produção. Em atividade desde 1930, já produzimos e vendemos mais de 143.000 máquinas ao longo da nossa história, tendo exportado mais de 27.000 máquinas. Em 2006, atendemos cerca de 1.500 clientes brasileiros e cerca de 100 clientes localizados em 37 outros países, distribuídos por todos os continentes. Nossos clientes atuam nos mais variados setores industriais, incluindo, dentre outros, fabricantes e fornecedores da cadeia automobilística pesada e leve, bens de consumo em geral, máquinas e implementos agrícolas e máquinas e equipamentos industriais.

Em 2006, 2005 e 2004 investimos um total de R$98,3 milhões em ativos fixos, visando à ampliação e modernização do nosso parque fabril, resultando na expansão da capacidade de produção de máquinas-ferramenta em aproximadamente 30% e de fundidos e usinados em aproximadamente 65%. Contamos atualmente com 9 unidades fabris, instaladas em mais de 140 mil m^2 de área construída, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Adicionalmente, as nossas despesas em pesquisa e desenvolvimento nos anos de 2004 e 2005, representaram 3,7% e em 2006 3,8% da receita operacional líquida consolidada. Atualmente, contamos com um time de pesquisa e desenvolvimento composto por mais de 190 engenheiros e outros técnicos altamente qualificados.

Como as máquinas que fabricamos integram a linha de produção de nossos clientes, acreditamos que elas exerçam um papel fundamental para os resultados de nossos clientes e seu crescimento e sucesso, assim como para o processo de desenvolvimento econômico do País com um todo. Temos consistentemente apresentado um crescimento acima do crescimento do PIB brasileiro: em 2004, 2005 e 2006, a nossa receita operacional líquida consolidada apresentou um crescimento de 33,2%, 14,5% e 7,5%, respectivamente, em termos nominais, enquanto que o PIB brasileiro cresceu, em média, 3,3% nesse mesmo período.

Fabricamos produtos com tecnologia de última geração e de alta qualidade, e estamos continuamente investindo em pesquisa e desenvolvimento. Em 2006, 2005 e 2004 nossas despesas em pesquisa e desenvolvimento totalizaram R$56,2 milhões, com o objetivo de desenvolver novos produtos e continuamente melhorar e atualizar os produtos existentes, tanto no que tange a avanços tecnológicos quanto a ganhos de produtividade, como otimização na escolha de materiais e processos industriais. Em 2006, 2005 e 2004 nossa receita operacional líquida acumulada decorrente de novos produtos foi de aproximadamente R$172,1 milhões, R$284,5 milhões e R$266,2 milhões, o que representou em média 31,4%, 55,7% e 59,7% da receita líquida operacional, respectivamente, para os três anos mencionados. Consideramos novos produtos todos aqueles lançados nos 3 anos anteriores ao fim de exercício. A nossa Administração entende que esses investimentos em pesquisa e desenvolvimento são de grande importância para a Companhia continuar a crescer e, principalmente, manter seus produtos tecnologicamente atualizados frente aos concorrentes nacionais e internacionais. O desenvolvimento de novas tecnologias e novos produtos resultou em 6 patentes atualmente em vigor no Brasil e 57 em vigor no exterior. Além disso, atualmente, temos mais 2 patentes requeridas no Brasil e 19 no exterior.

Temos forte presença no mercado internacional. Nossas exportações totalizaram R$65,4 milhões, ou 11,9% de nossa receita operacional líquida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, R$75,3 milhões, ou 14,7% de nossa receita operacional líquida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 e R$65,1 milhões, ou 14,6,9% de nossa receita operacional líquida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004. A redução das exportações no ano de 2006 deveu-se principalmente a valorização do real frente ao dólar, que inibiu as vendas internacionais.

Nossos Mercados de Atuação

Máquinas-Ferramenta: Atuamos no mercado de máquinas-ferramenta, mais precisamente no mercado de máquinas-ferramenta por remoção de cavaco seriadas. Compõem tal categoria os tornos convencionais, tornos CNC horizontais e centros de usinagem de médio porte. Também fabricamos tornos extrapesados por encomenda. As máquinas-ferramenta que produzimos são utilizadas principalmente pelo setor industrial, na fabricação de peças por arranque de metal, tais como caixas de câmbio, rodas, polias de transmissão e partes de máquinas. Nossos principais clientes são empresas prestadoras de serviços de usinagem, fabricantes de autopeças, de bens de capital e de bens de consumo. Detemos uma participação no mercado brasileiro estimada em aproximadamente 40% em 2006, no segmento de máquinas-ferramenta em que atuamos.

Máquinas Injetoras de Plástico: Fabricamos máquinas injetoras de plástico, mais precisamente atuando no mercado de injetoras de plástico horizontais para termoplásticos de 40 a 4.000 toneladas de força de fechamento, sendo até 1.100 toneladas na fabricação por série, e, acima de 1.100 toneladas, na fabricação por encomenda. Máquinas injetoras de plástico são utilizadas na fabricação dos mais variados produtos, tais como lanternas automotivas, pára-lamas de motocicletas, cadeiras e baldes de plástico e corpos de aparelhos celulares, e entre os nossos principais clientes estão fabricantes de autopeças, de bens de consumo e de embalagens. Acreditamos que nossa participação no mercado nacional de máquinas injetoras de plástico do segmento em que atuamos é de aproximadamente 35%.

Fundidos e Usinados: Somos um importante fabricante brasileiro de peças fundidas e usinadas, detendo uma participação de aproximadamente 3% do mercado nacional, nos segmentos onde atuamos. As nossas peças fundidas e usinadas são destinadas principalmente à indústria automotiva pesada e leve, de energia eólica e de bens de capital.

A tabela abaixo apresenta alguns de nossos principais indicadores financeiros para os exercícios mencionados:

	CONSOLIDADO Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de:		
(em milhões de R$, exceto %)	**2004**	**2005**	**2006**
Receita Operacional Líquida			
Máquinas-Ferramenta	314,3	344,0	359,8
Máquinas Injetoras de Plástico	57,7	78,3	88,4
Fundidos e Usinados	72,4	85,3	91,1
Controladas	1,3	3,0	9,6
Total	**445,7**	**510,6**	**548,9**
Lucro Operacional Bruto			
Máquinas-Ferramenta	134,8	149,2	168,5
Máquinas Injetoras de Plástico	21,5	29,0	30,0
Fundidos e Usinados	32,7	26,8	31,2
Controladas	1,1	3,7	6,8
Total	**190,1**	**208,7**	**236,5**
Lucro Líquido	69,6	76,3	82,9
Margem Líquida[1]	15,6%	15,0%	15,1%
EBITDA[2]	85,3	92,7	108,2
Margem EBITDA[3]	19,1%	18,2%	19,7%
Retorno sobre Patrimônio[4]	23,9%	22,5%	23,5%
Endividamento			
Circulante			
Financiamentos	52,0	18,7	5,8
Financiamentos – Finame Fabricante[5]	84,7	103,6	149,2
Não circulante			
Financiamentos	6,5	11,4	23,8
Financiamentos – Finame Fabricante[5]	82,4	90,3	232,2

(1) Margem Líquida é o lucro líquido no fim do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(2) O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir a nossa performance. O EBITDA é igual ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo os princípios contábeis brasileiros, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. A reconciliação do lucro líquido com o EBITDA está apresentada na seção "Resumo das Demonstrações Financeiras".

(3) Margem EBITDA é o EBITDA do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(4) Retorno sobre Patrimônio é o retorno sobre patrimônio líquido, calculado como lucro líquido do exercício dividido pela média entre o patrimônio líquido apurado ao final do exercício e o apurado ao final do exercício imediatamente anterior.

(5) Modalidade de financiamento do BNDES, onde nós figuramos como devedores e repassamos integralmente aos nossos clientes os termos negociados.

PONTOS FORTES

Acreditamos que os nossos pontos fortes são:

Liderança de mercado: Somos o maior fabricante brasileiro de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico, com base em receita operacional líquida, assim como um importante produtor de fundidos e usinados do País. No mercado externo, atendemos a clientes localizados em vários países da América do Sul, América do Norte, Europa, Ásia, África e Oceania, por meio de vendas diretas ou pelas nossas Subsidiárias, revendedores e *trading companies*. Nossos clientes são, em geral, integrantes do setor industrial, cujas atividades são diretamente influenciadas pelo crescimento da economia nos mercados em que atuam. Sendo assim, acreditamos que a nossa posição de destaque nos mercados em que atuamos nos confere um lugar privilegiado para nos beneficiarmos das perspectivas macroeconômicas positivas, tanto em relação ao mercado brasileiro quanto mundial, aproveitando o potencial de crescimento da demanda por nossos produtos.

Excelência nos produtos e serviços oferecidos: A excelência reconhecida de nossos produtos e serviços representam a base de nossa vantagem competitiva, sendo um instrumento-chave para a fidelização dos clientes atuais, assim como para a obtenção de novos clientes:

- *Tecnologia de Ponta e Produtos Confiáveis e de Qualidade*: Fabricamos máquinas e equipamentos que integram a linha de produção de nossos clientes que, em geral, são as principais máquinas por eles utilizadas. Por esse motivo, acreditamos que o desempenho, a qualidade e a confiabilidade de nossos produtos e serviços têm impacto direto em seus resultados e operações. Cientes dessa responsabilidade, adotamos a política de sempre buscar o desenvolvimento de novos equipamentos e tecnologias, assim como de aprimorar os que já fabricamos. As nossas despesas em pesquisa e desenvolvimento nos anos de 2004 e 2005 representaram 3,7% e em 2006 3,8% de nossa receita operacional líquida consolidada. Com o apoio de aproximadamente 190 engenheiros e técnicos altamente qualificados, desenvolvemos internamente produtos confiáveis com tecnologias de ponta e inovadoras. Adicionalmente, detemos licenças exclusivas no Brasil, Argentina e também em outros países para o emprego de tecnologias especialmente desenvolvidas por fabricantes internacionais de ponta.

- *Forte Relacionamento com os Nossos Clientes e Abrangentes Serviços de Assistência Técnica Pré e Pós Venda*: No Brasil, atendemos aos nossos clientes diretamente, através do nosso próprio corpo de vendas e assistência técnica. Nossos profissionais são amplamente treinados e capacitados em relação aos nossos produtos e serviços, conhecem profundamente as necessidades dos nossos clientes e estabelecem relacionamentos sólidos e de longo prazo com eles, baseados na confiança, além de fazer com que ofereçamos o produto que melhor atenda às expectativas dos clientes. Prestamos serviços de pós venda objetivando capacitar os nossos clientes a operar as máquinas que comercializamos, assim como assegurar o contínuo e bom funcionamento desses equipamentos. Visamos nos tornar a primeira opção de nossos clientes em futuras aquisições de máquinas que produzimos. Para tanto, adicionalmente, disponibilizamos aos nossos clientes no Brasil uma rede com mais de 30 pontos de assistência técnica, com cobertura nacional, e aos nossos clientes no exterior serviços de assistência técnica internacional através de nossas subsidiárias localizadas nos Estados Unidos e na Alemanha ou de nossos distribuidores internacionais. Possuímos, ainda, um sistema de assistência técnica integral (o RAI – Romi Assistência Integral), que é um *call center* próprio através do qual somos capazes de solucionar dúvidas sobre o funcionamento de nossas máquinas, assim como acessar remotamente certas máquinas que nós vendemos e diagnosticar os eventuais problemas apresentados. Esse serviço tem por objetivo minimizar o custo de manutenção e o possível tempo de máquina parada. Ainda, disponibilizamos um abrangente estoque de peças de reposição, alocado estrategicamente nas principais regiões onde nossas máquinas estão instaladas, o que possibilita um rápido atendimento aos nossos clientes. Disponibilizamos aos nossos clientes a facilidade de obter orçamentos e realizar pedidos *on-line*, através do nosso *website*, o que lhes permite um processo de compra de peças de reposição bastante ágil. Acreditamos que nosso serviço de assistência técnica e suporte de pré e de pós-venda conferem aos nossos produtos uma vantagem competitiva em relação aos equipamentos fornecidos por nossos concorrentes, principalmente os estrangeiros.

- *Forte Prestígio da Marca*: Com mais de 76 anos de história, a marca Romi usufrui de forte prestígio no mercado em que atua, o que é demonstrado com a nossa liderança nos segmentos de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico em que atuamos e nossa importante presença no mercado de fundidos e usinados. A nossa Companhia nos últimos três anos recebeu premiações importantes que corroboram o forte prestígio da nossa marca. Entre as premiações recebidas, destacam-se (i) a conquista pelo terceiro ano consecutivo do "Prêmio Plásticos em Revista", na categoria de "Excelência na Fabricação de Máquinas Injetoras de Plástico", concedido pelo INP – Instituto Nacional do Plástico; (ii) o reconhecimento, em 2006, como um dos cinco fornecedores mais destacados na categoria "Injetoras de Plástico", em pesquisa anual de preferência de marca, promovida pela NEI – Equipamentos Industriais, envolvendo executivos da indústria; (iii) o prêmio "FGV de Excelência Empresarial", concedido pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o IBRE – Instituto Brasileiro de Economia, como a melhor empresa do setor de máquinas e equipamentos do País, no ano de 2004; e (iv) o Prêmio Abimaq Exportador do Ano de 2005, na categoria "Diversidade de Mercados".

- *Financiamento atrativo aos nossos clientes*: Muitos de nossos clientes necessitam de financiamento para viabilizar a compra das nossas máquinas. Atentos a isso, disponibilizamos diversas alternativas de financiamento, tanto diretamente (vendas a prazo) quanto em parceria com instituições financeiras brasileiras. A nossa sólida estrutura financeira tem nos permitido acesso a linhas de crédito em volume suficiente para atender a essas necessidades, e repassá-los aos nossos clientes, tendo por garantia real a reserva de domínio da máquina vendida. Dentre essas linhas de crédito, destacamos a linha de financiamentos do BNDES denominada Finame Fabricante, que acreditamos apresentar condições atrativas aos tomadores, sendo bastante competitiva em relação a outras linhas de crédito oferecidas pelo mercado financeiro. Devido às exigências do BNDES para a concessão de tal linha de crédito, nem todos os nossos concorrentes dispõem desse instrumento para oferecer aos seus clientes.

Base diversificada de clientes: Possuímos uma base diversificada de clientes, em termos de segmentos de atuação e localização geográfica, sendo que os nossos 100 maiores clientes responderam por 41,1% da nossa receita operacional líquida no ano de 2006. Nesse período, atendemos cerca de 1.500 clientes brasileiros e cerca de 100 clientes localizados em 37 países distribuídos por todos os continentes. Acreditamos que isto nos deixa menos suscetíveis à volatilidade na demanda de um segmento de mercado ou cliente específico.

Histórico de crescimento com rentabilidade, inclusive em situações econômicas adversas*:* Em atividade desde 1930, atravessamos com sucesso períodos de recessão, de hiperinflação, assim como várias crises políticas no País. Em 2004, 2005 e 2006, crescemos nossa receita operacional líquida consolidada a uma taxa de 33,2%, 14,5% e 7,5%, respectivamente. Mesmo em anos em que o Brasil apresentou baixo índice de crescimento econômico, como em 2001 e 2003, quando o PIB apresentou crescimento de 1,3% e 0,5% respectivamente, fomos capazes de crescer nossa receita operacional líquida substancialmente, em 11,0% e 37,8% sobre os anos anteriores, respectivamente, decorrente principalmente da desvalorização do Real frente ao Dólar, o que inibiu a entrada de máquinas importadas no mercado nacional a preços competitivos. Acreditamos que nossa capacidade de crescer, até mesmo em cenários econômicos adversos, é uma das nossas grandes vantagens competitivas. Além disto, temos consistentemente atingido melhoras no índice de retorno sobre patrimônio líquido, que atingiu 23,5% em 2006.

Administração experiente e qualificada: Mantemos uma administração profissionalizada altamente qualificada, com conhecimento na área industrial e no mercado financeiro. Nossos executivos seniores possuem, em média, 29 anos de experiência em nossa Companhia, tomando-se como base a data deste Prospecto. Acreditamos que nossa equipe de administradores é importante para o crescimento das receitas e para a expansão bem sucedida de nossos negócios.

ESTRATÉGIA

Para manter nossa posição de destaque nos setores nos quais atuamos, manter o contínuo crescimento de nossos negócios e aumentar nossa rentabilidade, os principais elementos de nossa estratégia são:

Ampliar a nossa participação nos segmentos em que atuamos. A nossa estratégia de crescimento nos segmentos onde atuamos está baseada no incremento das vendas de nossos produtos no mercado interno e externo:

- *Consolidação de nossa posição de liderança no Brasil*: Pretendemos reforçar a nossa posição de liderança nos mercados nacionais de máquinas-ferramenta e de injetoras de plástico, assim como aumentar a nossa presença no mercado de fundidos e usinados, através de investimentos adicionais no desenvolvimento e na qualidade de nossos produtos, assim como em serviços de assistência técnica pré e pós-venda. Em especial, no setor de fundidos e usinados, pretendemos nos valer de nossa excelência nas operações de usinagem, decorrente de nossa atividade como fabricantes de máquinas-ferramenta, para incrementar as vendas de peças mais complexas e expandir nossa participação de mercado.

- *Reforçar a nossa presença no mercado internacional*: Em 2006, 11,9% da nossa receita operacional líquida consolidada foram oriundos da exportação. Consideramos que há um grande mercado de potenciais consumidores no exterior a ser explorado. Acreditamos que incrementar nossas exportações também traz como benefício o aumento do prestígio de nossa marca como sinônimo de qualidade internacional, reconhecida mundialmente. Dado o cenário de estabilidade cambial atual, pretendemos incrementar nossa atuação no mercado externo. Nesse contexto, entendemos que as nossas Controladas nos Estados Unidos da América e na Alemanha, assim como nossos representantes comerciais internacionais e uma base de clientes consolidada no exterior nos colocam em uma posição favorecida para aproveitar oportunidades de mercado.

Investir em novos produtos. Pretendemos continuar a investir no desenvolvimento de novos produtos confiáveis, de qualidade e tecnologicamente avançados, que atendam às necessidades de nossos clientes. Para tanto, planejamos adotar as seguintes estratégias:

- *Desenvolvimentos de novos produtos nos segmentos onde atuamos*: Continuaremos a investir no desenvolvimento de novos produtos, especialmente relacionados a máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico, para oferecer aos nossos clientes máquinas que, cada vez mais, contribuam para o aumento de suas respectivas produtividades, e que são centrais para suas operações e crescimento. Na unidade de fundidos e usinados, pretendemos focar no desenvolvimento e fabricação de peças mais complexas, agregando cada vez mais valor ao produto final.

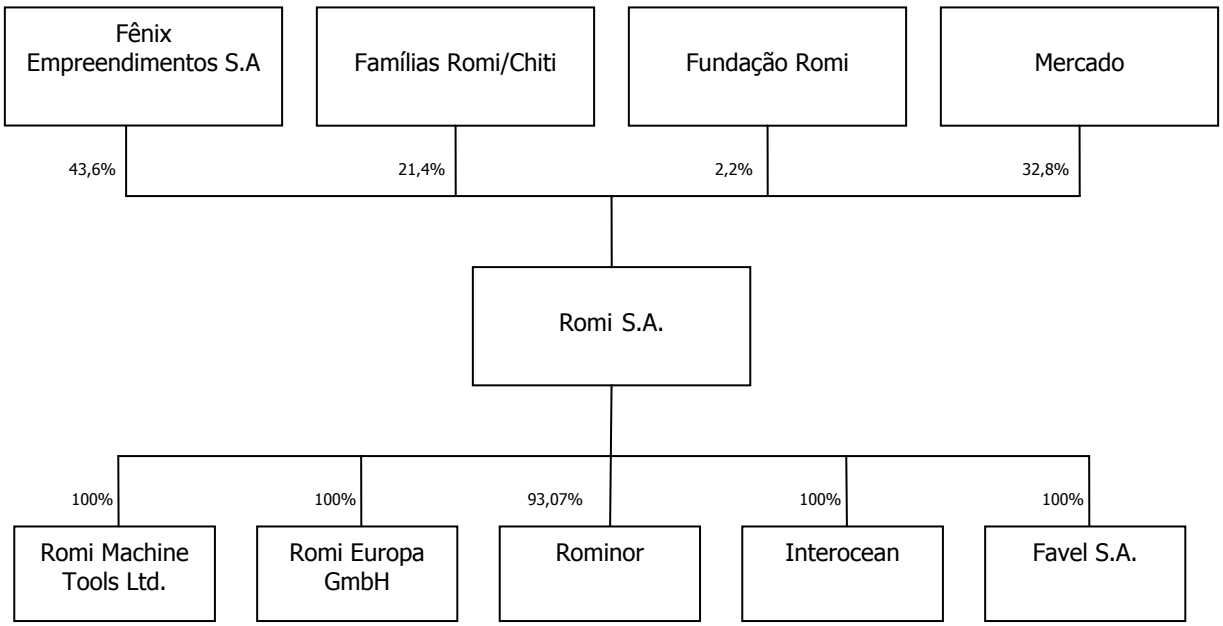
- *Explorar novos segmentos*: Pretendemos agregar novos produtos à carteira que ofertamos aos nossos clientes, em especial no setor de bens de capital mecânicos, que acreditamos possuir importantes sinergias com os nossos negócios atuais. Alguns de nossos clientes atuais necessitam de bens de capital mecânicos, e entendemos que a nossa larga experiência nesse setor e o relacionamento de longo prazo com nossa base de clientes favorecerão a ampliação do nosso atual portfólio de produtos para alcançar novos segmentos. A fim de atingir esse objetivo, além de analisar projetos para implantação de novas unidades fabris, estamos continuamente monitorando o mercado, em busca de oportunidades de aquisição e de parcerias com empresas brasileiras ou do exterior, que se encaixem nesta estratégia e ofereçam oportunidade de geração de valor para nossos acionistas.

Otimizar processos, reduzir custos e aumentar eficiências operacionais. Acreditamos que a expansão dos nossos negócios por meio do aumento da nossa capacidade instalada, de aquisições ou do incremento da variedade de produtos, aumentando o volume de unidades comercializadas, nos proporcionará ganhos de escala. Esperamos, através da maior escala, nos beneficiar de um maior poder de negociação frente aos nossos fornecedores. Planejamos, até 2010, integrar todas as nossas unidades industriais em um só local. Acreditamos que a integração de nossas unidades industriais em um só local deverá acarretar no melhor aproveitamento de nossa infra-estrutura, aumentando a nossa produtividade e eficiência operacional, além de reduzir custos administrativos e contribuir para aperfeiçoar ainda mais nosso processo de gerenciamento da cadeia de suprimentos.

Analisar e perseguir oportunidades de aquisições. Monitoramos continuamente o mercado buscando oportunidades de aquisição e de parcerias estratégicas nos mercados nos quais atuamos, que se caracterizem por atividades complementares às nossas, que proporcionem sinergias demonstráveis, rentabilidade, ganhos de escala e geração de valor ao acionista e que sejam disciplinadas do ponto de vista financeiro, obedecendo a rigorosos critérios de retorno. Adicionalmente, acreditamos que a nossa posição de destaque e solidez financeira nos mercados em que atuamos nos posiciona favoravelmente para atuarmos como consolidadores destes mercados.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA E ORGANIZACIONAL

O organograma abaixo apresenta a nossa atual estrutura societária e organizacional:



Histórico

Fomos fundados em 1930, em Santa Bárbara d'Oeste-SP, Brasil, pelo Sr. Américo Emílio Romi, a partir de uma oficina de reparo de automóveis. Segue abaixo um breve resumo com os principais acontecimentos de nossos mais de 75 anos de existência:

1930 – Fundação da Romi – Garage Santa Bárbara;
1941 – Fabricação do 1º torno;
1944 – Exportação do 1º torno para a Argentina;
1948 – Fabricação do primeiro trator brasileiro;
1956 – Lançamento da Romi-Isetta, o primeiro carro brasileiro;
1972 – Listagem de nossas Ações Ordinárias e Preferenciais para negociação na Bovespa;

1972 – Início da fabricação de máquinas injetoras de plástico;
1994 – Certificação ISO 9002 para a Unidade Industrial de Fundição;
1995 – Lançamento do moderno sistema de usinagem de furos de precisão denominado *Romicron®*;
1996 – Certificação ISO 9001 para máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico;
1998 – Início de funcionamento de novas e modernas instalações da *Romi Machine Tools, Ltd.*, em Erlanger - Kentucky, EUA;
2001 – Criação da *Romi Europa GmbH*, com sede na Alemanha, subsidiária integral de Indústrias Romi S.A., para suporte à rede de distribuição dos produtos ROMI no mercado Europeu;
2003 – Recertificação em conformidade com a ISO 9001, na versão 2000, para todos os nossos produtos;
2005 – Certificação em conformidade com a ISO 14001, na versão 2004, para todas as nossas unidades em Santa Bárbara d'Oeste - SP., Brasil;
2007 – Unificação das classes de nossas em uma única classe e ingresso no Novo Mercado.

Em 2006, 2005 e 2004 investimos um total de R$98,3 milhões em ativos fixos, nosso principal projeto já encerrado refere-se a investimentos na expansão da unidade de fundidos e usinados em aproximadamente 65% totalizando R$27,6 milhões. O início da utilização dessa nova capacidade ocorreu em 2006. Outro importante projeto em andamento foi a ampliação e modernização da unidade fabril 16 de montagem de máquinas ferramenta que resultou em um aumento de aproximadamente 30% da capacidade de montagem dessa unidade, até 31 de dezembro de 2006 investimos R$22,4 milhões, e estimamos investir R$4,7 milhões para a conclusão desse projeto em março de 2007. A parcela remanescente dos investimentos em ativos fixos realizados entre 2006 e 2004 refere-se, principalmente, à manutenção do nosso parque fabril e a investimentos em melhoras de produtividade.

No último exercício social, bem como no presente exercício social, não realizamos nenhuma oferta pública de aquisição de ações de nossa emissão que fosse efetuada por terceiros ou que fosse realizada por nós mesmos, com vistas à aquisição de ações de emissão de outras companhias.

Nos últimos 5 anos, não sofremos nenhum processo de transformação ou reestruturação societária. Nos últimos 2 exercícios sociais e até o presente momento não realizamos quaisquer ofertas públicas de distribuição efetuadas por nós ou por terceiros envolvendo valores mobiliários de nossa emissão, tampouco no mesmo período realizamos ofertas públicas relativas a ações de emissão de outra companhia.

PRODUTOS DA COMPANHIA

Possuímos três unidades de negócio:

Máquinas-Ferramenta

A linha de máquinas-ferramenta que fabricamos e comercializamos atende ao mercado de máquinas-ferramenta por remoção de cavaco, seriadas, além de tornos extrapesados por encomenda, e se divide em:

- Tornos e Centros de Torneamento: são máquinas que fabricam ou usinam peças através de remoção de cavacos, com a peça girando e a ferramenta parada.

- Tornos universais "Tormax": são tornos mecânicos de ampla aplicação na indústria, utilizado na fabricação de peças em lotes pequenos, na manutenção em geral e no ensino técnico (SENAI, por exemplo). São máquinas de operação manual.

- Tornos a *CNC*— "Centur" e "Multiplic": são tornos de concepção similar aos tornos universais, porém equipados com componentes que tornam a operação automática, ou semi-automática. Estes componentes são controlados pelo "CNC" - controle numérico computadorizado da máquina, dotado de um computador que permite realizar as operações da máquina de forma programada e repetitiva. São aplicados na indústria, na fabricação de peças em lotes médios.

- Tornos extrapesados a *CNC* "UT – (Ultra Turn)": são tornos de grande porte, empregados na fabricação de peças pesadas para indústria de base, como cilindros para moendas para usinas de açúcar e álcool, cilindros de laminação para usinas siderúrgicas e turbinas a vapor ou gás para geração de energia elétrica.

- Centros de torneamento horizontal "Galaxy, Romi-G e Romi-E": são tornos a *CNC* desenhados para usinagem de peças com alta produtividade e precisão, aplicados pela indústria de autopeças e mecânica em geral, sendo que os lotes de fabricação são maiores e repetitivos. Têm capacidade de realizar diversas operações de usinagem, agrupando várias fases de produção e concluir a peça num único ciclo. Permitem configurações com automação de carga e descarga, possibilitando alto grau de autonomia e eficiência na produção.

- Centros de torneamento vertical "Romi-Emag VSC": são centros de torneamento que realizam a usinagem no sentido vertical, específicos para a produção de peças em alto volume, empregados pela indústria de autopeças.

- Centros de Usinagem: são máquinas onde a fabricação da peça (ou usinagem) se dá por remoção de cavacos, com a peça parada e a ferramenta girando.

- Centros de usinagem vertical "Discovery" e "VTC": são centros de usinagem de eixo vertical, de uso universal, aplicados pela indústria nos mais diversos segmentos, como a fabricação de autopeças, ferramentaria de moldes para plástico, indústria aeronáutica e equipamentos industriais.

- Centros de usinagem horizontal "RomiPH": de aplicação similar aos centros verticais, os centros de usinagem de eixo horizontal também são de uso universal, e se aplicam a processos onde a peça a ser usinada possui mais de uma face de usinagem, sendo, portanto, equipamentos de mais recursos quando comparados aos centros verticais.

Máquinas Injetoras de Plástico

A linha de máquinas injetoras de plástico que fabricamos e comercializamos atende ao mercado de injetoras de plástico horizontais para termoplásticos de 40 a 4.000 toneladas de força de fechamento, sendo que até 1.100 toneladas são produzidas em série e acima de 1.100 toneladas por encomenda e se dividem-se em:

- Injetoras de Plástico de acionamento hidráulico "Prática": são injetoras de plástico de uso geral, voltado ao mercado de produção de produtos de consumo popular, como utensílios domésticos, brinquedos e bijuteria. São de uso simples e voltadas a pequenas e médias empresas.

- Injetoras de Plástico de acionamento hidráulico "Primax R": são injetoras de plástico de alto desempenho, que atendem ao mercado de produção de peças com requisitos técnicos e materiais de engenharia. São configuráveis, a fim de atender a uma demanda variada, desde a fabricação de autopeças, produtos farmacêuticos e eletroeletrônicos, até a produção em alta escala de embalagens de alimentos e cosméticos. Os clientes típicos para esse produto são médias e grandes empresas, para produção própria ou para transformação para terceiros.

- Injetoras de Plástico de acionamento hidráulico "Primax DP": são injetoras de plástico pesadas, para injeção de peças de grande porte, como móveis, autopeças e embalagens.

- Injetoras de Plástico de acionamento elétrico "Eletramax": são injetoras de plástico nas quais o acionamento de movimentos é realizado por motores elétricos, em substituição aos tradicionais cilindros hidráulicos. São muito precisas, silenciosas e operam com baixo consumo de energia. São voltadas ao mercado de componentes eletrônicos, suprimentos hospitalares e fabricação de CDs, onde a ausência de óleo na máquina é imperativa, para evitar contaminação do produto.

Fundidos e Usinados

Nossa fundição produz peças em ferro fundido de três tipos: cinzento, nodular e vermicular. Para cada tipo, são produzidas diversas ligas, a fim de atender a ampla gama de clientes. Do mesmo modo, a gama de tamanhos e pesos vai de 10 kg a 30 toneladas, com peças medindo até 10 metros de comprimento. Os principais mercados são: autopeças pesadas (para caminhões e tratores), energia eólica, máquinas agrícolas, máquinas industriais (incluindo máquinas-ferramenta e injetoras de plástico) e infra-estrutura. As peças fundidas são fornecidas ao mercado na forma bruta (para ser usinada pelo cliente) ou na forma acabada (usinada internamente).

UNIDADES INDUSTRIAIS

Possuímos, atualmente, nove unidades fabris, todas situadas em Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, situadas a cerca de 130 km de distância da Capital do Estado. Esta localização nos favorece na medida em que o Estado de São Paulo e sua capital são tidos como o maior centro industrial e econômico do País. Essas unidades totalizam mais de 140.000 m2 de área construída e 2.100.000 m2 de área total, e são integradas através de sistemas de projeto CAD/CAM de última geração, permitindo-lhes flexibilidade e alto desempenho no processo de manufatura. Nossas unidades fabris estão localizadas em três pontos distintos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, sendo eles chamados de Matriz (localizada perto do centro comercial da cidade), Distrito (localizada na Rodovia SP-304) e Fundição (também localizada na Rodovia SP-304). As tabelas abaixo mostram as seguintes características e disposições das unidades fabris:

Matriz:

Unidade Fabril	Área (em m^2)	Operações
UF-01	25.613	Usinagem de peças de aço, ferro fundido e outros materiais metálicos para a fabricação de componentes para máquinas-ferramenta e injetoras de plástico. Usinagem de peças em ferro fundido para clientes da unidade de negócio fundição e também na fabricação de peças para unidades de montagem de máquinas da Companhia.
UF-02	12.586	Montagem de máquinas-ferramenta, especificamente tornos universais e tornos a *CNC*.
UF-03	7.757	Caldeiraria pesada para fabricação de bases para máquinas injetoras de plástico e caldeiraria leve, para fabricação da chaparia (carenagens) e gabinetes de painéis elétricos e para máquinas-ferramenta e injetoras de plástico.
UF-05	1.614	Fabricação das ferramentas e acessórios para usinagem de furos de precisão, que compõem o produto Romicron®.

Fundição:

Unidade Fabril	Área (em m^2)	Operações
UF-10	11.400	Produção de peças em ferro fundido para fabricação de componentes para máquinas-ferramenta e injetoras de plástico, e produção de peças em ferro fundido para clientes da unidade de negócio fundição.

Distrito:

Unidade Fabril	Área (em m^2)	Operações
UF-11	11.400	Usinagem de peças pesadas de aço, ferro fundido e outros materiais metálicos, para fabricação de componentes para máquinas-ferramenta e injetoras de plástico, além da montagem de máquinas-ferramenta e injetoras de plástico pesadas, de grande porte.
UF-14	5.020	Fabricação do conjunto de cabos e painéis elétricos para máquinas-ferramenta e injetoras de plástico. Esta unidade fabril conta com equipe própria de desenvolvimento do projeto de cabos e de processos de montagem, testes e inspeção dos painéis elétricos, que são utilizados no controle de máquinas-ferramenta e injetoras de plástico.
UF-15	8.300	Montagem de máquinas injetoras de plástico.
UF-16	24.484,59	Montagem de máquinas-ferramenta, especificamente centros de torneamento e centros de usinagem.

Atualmente, nossa capacidade instalada é de (i) 40.000 toneladas/ano para a unidade de fundidos e usinados; (ii) 3.200 máquinas/ano ou 15.750 toneladas/ano para a unidade de máquinas-ferramenta; e (iii) 440 máquinas/ano ou 5.861 toneladas/ano para a unidade de injetoras de plástico.

Com parte de nossa estratégia em ampliar nossa capacidade produtiva e otimizar os principais processos produtivos, foi criado um projeto de reestruturação fabril que iniciamos em 2005. Tal projeto prevê a transferência de unidades fabris localizadas na Matriz para o Distrito em um período total de aproximadamente 5 anos. Esse projeto pretende mudar as seguintes unidades: (i) UF-01 - transferência da área de usinagem de fundidos para terceiros para a área da Fundição (ampliação da UF10) e transferência dos usinados da Companhia para o distrito (ampliação da UF11); (ii) UF-02 – transferência para o distrito (ampliação da UF-16) com a possibilidade de eventualmente transformá-la em unidade para a comercialização de máquinas usadas; (iii) UF-03 – transferência para o Distrito (construção de nova unidade); e (iv) UF-05 – transferência para o Distrito (ampliação da UF-16). O projeto ainda prevê a construção de um novo centro de tratamento de efluentes. A parte inicial desse projeto foi recentemente concluída e refere-se a parte da ampliação da UF-16. Com isso, aumentamos nossa capacidade no setor de máquinas-ferramenta em aproximadamente 30%. Parte dos recursos obtidos por meio da presente Oferta será destinada à continuidade deste projeto de reestruturação fabril.

A tabela abaixo apresenta a quebra de nosso volume de vendas e de nossa receita operacional líquida de cada uma de nossas unidades de negócio (incluindo vendas dentro de nosso grupo), por mercado, para os anos indicados:

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de								
	2004			**2005**			**2006**		
	Quantidades Vendidas	**Receita Operacional Líquida**		**Quantidades Vendidas**	**Receita Operacional Líquida**		**Quantidades Vendidas**	**Receita Operacional Líquida**	
		(em R$ milhões)	(%)		(em R$ milhões)	(%)		(em R$ milhões)	(%)
Vendas – Mercado Doméstico - Controladora									
Máquinas-Ferramenta	1.394	264,8	59	1.381	285,2	56	1.668	323,1	59
Injetoras de Plástico	155	55,3	12	210	78,1	15	309	88,4	16
Fundidos e Usinados	12.113	59,5	13	11.202	69,7	14	10.835	67,7	12
Total Líquido de Vendas – Mercado Doméstico – Controladora	**–**	**379,6**	**85**	**–**	**433,0**	**85**	**–**	**479,1**	**87**
Vendas – Mercado Externo – Controladora									
Máquinas-Ferramenta	319	49,5	11	382	58,8	12	273	36,7	7
Injetoras de Plástico	5	2,4	1	1	0,2	0	–	–	0
Fundidos e Usinados	2.974	12,9	3	3.693	15,7	3	5.291	23,5	4
Total Líquido de Vendas – Mercado Externo – Controladora	–	64,9	15	–	74,7	15	–	60,2	11
Controladas	–	1,3	0	–	3,0	1	–	9,7	2
Total Líquido de Vendas – Consolidado	**–**	**445,7**	**100**	**–**	**510,6**	**100**	**–**	**548,9**	**100**

As nossas exportações são uma parte importante de nossos negócios e operações. A receita líquida consolidada decorrente de nossas exportações totalizou R$65,4 milhões, ou 11,9% de nossa receita líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 (comparado com R$75,3 milhões, ou 14,7% de nossa receita operacional líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e com R$65,1 milhões, ou 14,6% de nossa receita operacional líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004). A redução de nossa receita operacional líquida decorrente de exportações em 2006 deveu-se, principalmente, da valorização do real frente ao dólar norte-americano. Em que pese a exportação de nossos produtos ser um componente importante de nossos negócios, não dependemos de exportação.

PROCESSO PRODUTIVO

A característica comum dos processos produtivos dos nossos três segmentos de negócio é a verticalização. Nos segmentos de máquinas-ferramenta e injetoras de plástico, o desenvolvimento do produto é realizado por nossas equipes, a partir de tecnologia desenvolvida por nós e da interação com escritórios de projeto e institutos de desenvolvimento no exterior. Alguns produtos contam com tecnologia licenciada por fabricantes de máquinas no exterior. O desenvolvimento dos processos de fabricação de componentes e montagem é realizado por nossas equipes e os componentes "mecânicos" são fabricados internamente, a partir da usinagem de ferro fundido (produção própria) ou de aço (adquirido no mercado).

Os componentes "não mecânicos" são comprados no mercado interno e externo e consistem basicamente em materiais elétricos, motores, sistemas de controle *CNC*, componentes hidráulicos e pneumáticos. Além disso, realizamos (i) a fabricação interna das coberturas metálicas (chaparia) das máquinas, a partir do aço adquirido no mercado; (ii) a montagem interna dos sistemas de controle das máquinas, composto do painel elétrico, dos cabos e dos motores; (iii) a montagem interna de sub-sistemas mecânicos de precisão, tais como cabeçotes, torres, trocadores de ferramenta, fusos de esfera e unidades de injeção; e (iv) a montagem final dos produtos, em linhas ou células específicas para cada família de produto, incluindo testes e inspeções de qualidade. Realizamos ainda a entrega do produto no local indicado pelo cliente, instalado e em funcionamento.

Já no segmento de fundidos e usinados, o produto é desenvolvido pelo cliente. Nós recebemos o desenho e especificações, suficientes para desenvolver o processo de fabricação do fundido e da usinagem do mesmo, transformando-o em peça acabada. Os processos de fabricação do fundido e da usinagem da peça são desenvolvidos internamente, nas UF-10 e UF-01, respectivamente. Os projetos dos ferramentais necessários para a fundição e usinagem das peças são projetados internamente. O ferramental para fundição (modelos) é comprado no mercado local, de fornecedores localizados na região, e o ferramental para usinagem é fabricado em parte pela Companhia. Toda a produção de peças fundidas, a partir de ferro fundido, é realizada internamente pela UF-10 e parte das operações de acabamento do fundido bruto (processo conhecido como "rebarbação") é realizada por fornecedores da região. Toda a usinagem de peças fundidas é realizada internamente, na UF-01. A fundição (realizada na UF-10) conta com duas linhas de moldagem automatizadas, para peças de até 130 kg e alta produção, e linhas semi-automática e manual, para lotes menores e peças de até 25 toneladas de peso.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CONTROLE DE QUALIDADE

Somos comprometidos com a qualidade de nossos produtos e serviços, com o objetivo de assegurar a satisfação dos nossos clientes, manter nossa competitividade e o nosso crescimento. Nossa filosofia é a melhoria contínua de nossos processos.

O processo de desenvolvimento tecnológico é de responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos e das suas respectivas unidades de negócios - máquinas-ferramenta e injetoras de plástico, o que permitiu melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico, baseada nos Departamentos de Engenharia de Produtos e de Métodos.

Nosso desenvolvimento tecnológico próprio, voltado a produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de mais de 60 patentes em diversos países da América, Europa e Ásia. Além do desenvolvimento próprio, temos complementado nosso acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global.

VENDAS E DISTRIBUIÇÃO

Os clientes são atendidos por uma equipe de vendas especializada, que, no Brasil, é composta por vendedores próprios, através de filiais, ou através de representantes comerciais. A nossa rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil conta com mais de 30 localidades, através de filiais de vendas e vendedores, distribuídos pelos principais pontos do território nacional, com administração de vendas centralizada em São Paulo.

A Romi, na década de 1960, sentindo a necessidade de estar próxima aos seus clientes, passou do sistema de venda através de revendedores para o sistema de "vendas diretas", sistema este que recebe uma série de melhorias contínuas, e permanece até hoje como o melhor sistema de comercialização de máquinas no Brasil. O objetivo principal da venda direta é oferecer o produto certo para a necessidade especifica de cada cliente. Mais do que a simples venda de um produto, vendemos uma solução completa para nossos clientes. O sucesso desse sistema decorre da seguinte forma de atuação:

a) Filiais de vendas cobrindo desde os estados do Amazonas até o Rio Grande do Sul, sendo cada filial com estrutura de vendas, serviço pós-venda e venda de peças de reposição, ou seja, proximidade do cliente para o atendimento completo. Nas regiões mais distantes das filiais de vendas, mantemos os vendedores técnicos residentes, bem como técnicos de serviço residentes, todos empregados da Companhia.

b) Departamento de engenharia de vendas e marketing para analisar as necessidades técnicas dos clientes, com indicação de máquinas, estudos de processos, treinamento de operação/programação. E em muitos casos, a venda da solução segue o sistema *turn key*, ou seja, com o fornecimento completo, desde a escolha das máquinas, processo, *lay out* da planta fabril até o programa de produção e treinamento de mão de obra aplicada.

c) Departamento de serviço pós-venda com técnicos de serviço altamente treinados, não só para atendimento no campo, mas também através da RAI – Romi Assistência Integral para dar assessoria ao cliente, via telefone e/ou através de acesso remoto a máquina do cliente. Mantemos também uma equipe, não só para o treinamento dos nossos técnicos de serviço, mas também dos técnicos de nossos clientes.

d) Departamento financeiro com uma equipe para dar apoio total aos clientes, principalmente pelo sistema Finame Fabricante.

Em termos promocionais dos produtos, participamos anualmente das principais feiras do Brasil, incluindo: a Feira Internacional da Mecânica (participação conjunta de maquinas para plástico e máquinas-ferramenta), a Brasilplast (feira especializada em máquinas para plásticos) e a Feimafe (feira especializada em máquinas-ferramenta). Todos estes eventos ocorrem no parque do Anhembi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Brasilplast e a Feimafe, conhecidas mundialmente, ocorrem no mês de maio, nos anos ímpares.

A nossa força de vendas, composta por 273 colaboradores, atende a todos os clientes do Brasil, de forma direta, sem intermediários e revendedores.

DISTRIBUIÇÃO

Pontos de Venda no Brasil:

Adicionalmente, exportamos os nossos produtos, notadamente, máquinas-ferramenta, a vários países da América Latina, América do Norte, Europa, Ásia, África e Oceania, através de exportação direta ou através de nossas subsidiárias de vendas, revendedores e *trading companies*.

Estes representantes em forma não exclusiva são escolhidos entre empresas que podem atender aos usuários finais de maneira completa, ou seja, podem auxiliar o cliente na definição da máquina mais adequada ao trabalho, assessorar em financiamentos e suportá-lo no pós-venda.

Na América do Sul possuímos representantes em todos os países a exceção do Equador e das Guianas. Estes representantes vendem e prestam assistência técnica aos usuários finais sempre suportados tecnicamente pela nossa Assistência Técnica pós Venda.

Possuímos uma subsidiária nos Estados Unidos, a Romi Machine Tools, Ltd., que é responsável pela distribuição de nossos produtos no mercado americano e no Canadá através de uma rede de *dealers*, e uma subsidiária na Alemanha, a Romi Europa GmbH, que é responsável pelo apoio técnico e de marketing de nossos produtos no mercado europeu, oriente médio e norte da África.

PRESENÇA GEOGRÁFICA

CLIENTES

Possuímos aproximadamente 4.200 clientes ativos nas unidades de negócio de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico, 13.000 clientes ativos consumidores de peças de reposição e 30 clientes ativos na unidade de negócio de fundidos e usinados. Consideramos clientes ativos aqueles que compraram nossos produtos nos últimos 5 anos. O quadro abaixo demonstra a participação da nossa carteira de clientes em nossa receita operacional líquida:

Carteira de Clientes	% sobre a receita operacional líquida da Companhia em 2006
10 maiores	18,6%
20 maiores	23,5%
50 maiores	32,2%
100 maiores	41,1%
200 maiores	52,1%
500 maiores	70,6%

Grande parte da base de nossos clientes é composta por pequenas empresas familiares.

CONCORRÊNCIA

O setor de máquinas-ferramenta e de máquinas injetoras de plástico é aberto à concorrência e com a retomada da atividade econômica, tem se mostrado um ambiente bastante competitivo. Atualmente, a maior concorrência para essas unidades de negócio de máquinas industriais são os fabricantes estrangeiros.

Dispomos de todas as condições para concorrer em preços e características técnicas, tanto com os produtos nacionais como os importados, o que nos permite operar com margens atrativas. Para os fundidos e usinados também estamos inseridos em um ambiente muito competitivo, entretanto a busca contínua pela fabricação de produtos mais complexos e com maior valor agregado, poderá nos permitir a obtenção de margens mais atrativas.

Nossos maiores competidores no setor de máquinas-ferramenta e de máquinas injetoras de plástico são os produtos importados. No setor de fundidos e usinados, nossos maiores concorrentes são empresas nacionais tais como Tupy, Thyssen Krupp (Brasil) e Schultz.

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas-ferramenta, podemos citar a DebMaq do Brasil Ltda. (Indústrias Nardini S.A.), a Ergomat Indústria e Comércio Ltda., a Index Tornos Automáticos Indústria e Comércio Ltda. e a Heller Máquinas Operatrizes Ltda. Dentre nossos principais concorrentes estrangeiros no setor de máquinas-ferramenta, podemos citar as japonesas Mazak, Mori Seiki Okuma e Takamaz. Além destas, podemos citar a Doosan (Coréia), a Index (Alemanha) e a Haas (EUA).

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas injetoras de plástico, podemos citar a Himaco Hidráulicos e Máquinas Ind. Com. Ltda., a Jasot Indústria e Comércio de Máquinas, a Krauss Maffei do Brasil e a Sandretto. Dentre nossos principais concorrentes estrangeiros, no setor de máquinas injetoras de plástico, podemos citar as japonesas Nissei, Mitsubishi e Toshiba, as chinesas FCS, CLF e Haitian, as italianas Sandretto e Negribossi, além da alemã Demag, da austríaca Engel, da canadense Husky, e a Chen Hsong, de Hong Kong.

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de fundidos e usinados, podemos citar a Tupy S.A., Teksid do Brasil Ltda. Thyssen Krupp Fundições Ltda., Fundição LUK Ltda. e a Schulz S.A.

INSUMOS E FORNECEDORES

O fornecimento de matérias-primas e insumos é de grande importância para as nossas atividades e é responsável por aproximadamente 70% do custo de produção. Atualmente o fornecimento regular de nossos insumos é realizado por aproximadamente 800 fornecedores. Cerca de 53% das matérias-primas e insumos comprados são importados dos Estados Unidos da América ou da Alemanha. Não dependemos de nenhum fornecedor específico para o fornecimento de matéria-prima ou de insumos. Continuamente analisamos nossos custos e monitoramos os preços de insumos que utilizamos na fabricação de nossos produtos, tais como itens eletrônicos, elétricos, mecânicos, hidráulicos, ferramentas, resinas, ferro gusa entre outros.

Segue abaixo tabela com os nossos principais fornecedores:

Fornecedor	Localização	Produto Fornecido
Ge Fanuc Automation Americas Inc.	Estados Unidos	CNC, motores.
Siemens AG	Alemanha	CNC, motores.
Bosch Rexroth Ltda.	Pomerode – SC	Hidráulica, pneumática.
Foseco Indústria e Comércio Ltda.	São Paulo – SP	Resinas, luvas e filtros de fundição.
Cosipa – Cia. Siderúrgica Paulista	Cubatão – SP	Chapas de aço.
Siderpa Siderúrgica Paulino Ltda.	Sete Lagoas – MG	Gusa para fundição.
Schneider Electric Brasil Ltda.	São Paulo – SP	Relês, sensores, disjuntores, componentes elétricos em geral.
Cromoduro Santa Luzia Ltda.	Santa Bárbara d´Oeste – SP	Itens usinados conforme desenho Romi e serviços de cromagem.
Isoalloys Indústria e Comércio de Metais S.A.	Serra – ES	Ferro Molibdênio para fundição.
Murrelektronic Brasil Indústria e Comércio Ltda.	São Paulo – SP	Terminais, cabos, contatores, Componentes elétricos em geral.

POLÍTICA DE CRÉDITO, INADIMPLÊNCIA E COBRANÇA

Adotamos um conjunto de ações e políticas que visam prevenir a inadimplência de nossos clientes. A aprovação de crédito é feita após avaliação técnica com atribuição de limites associados a *rating*. As situações de inadimplência são analisadas caso a caso. Para os casos em que é constatada situação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do devedor, provisionamos no valor integral do débito, incluindo as parcelas vincendas, exceto os casos em que existam garantias reais. Para os demais casos, os créditos são provisionados decorridos 180 dias do vencimento, para os casos menores de R$5.000,00, para os casos entre R$5.001,00 e R$29.999,99, sem cobrança judicial e vencidos acima de 365 dias e 365 dias do vencimento para os casos acima de R$30.000,00, com cobrança judicial, todos sem garantias reais. Para os casos com garantia real vencidos há mais de 730 dias também é efetuada a provisão. Para todos esses casos sem solução é realizado procedimento de cobrança bancária, seguida de protesto e cobrança judicial, conforme mencionado anteriormente. Simultaneamente à cobrança judicial, uma firma especializada contratada por nós busca o recebimento do crédito extrajudicialmente.

Acreditamos ser baixo o nível de inadimplência de nossos clientes. O nível de inadimplência de nossos clientes, calculado dividindo o saldo a receber vencido a mais de 30 dias pela nossa receita operacional bruta foi de 1,6%, 1,1% e 1,3% nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos aproximadamente R$18,6 milhões em contas a receber vencidas.

SUBSIDIÁRIAS

Possuímos cinco subsidiárias. A Romi Machine Tools Ltd. é a nossa subsidiária constituída nos Estados Unidos da América sendo a responsável pela importação, vendas e suporte para todos os tipos de máquinas-ferramenta produzidas pela Romi naquele País. A Romi Europa GmbH, por sua vez, constituída na Alemanha, é o veículo que utilizamos para importação, vendas e suporte para todos os tipos de máquinas-ferramenta produzidas por nós na Europa. A Favel S.A. é uma subsidiária constituída no Uruguai para representação comercial na América Latina, e em especial para custear a nossa participação em exposições e feiras. A Rominor, Comércio Empreendimentos e Participações S.A. e a Interocean Comércio, Importadora e Exportadora são as nossas duas subsidiárias no Brasil. Enquanto atualmente a primeira possui e administra alguns imóveis e outros recursos próprios, a segunda é uma sociedade *trading* que se encontra inativa.

PATENTES, MARCAS E LICENÇAS

Possuímos 6 patentes em vigor no Brasil e 57 em vigor no exterior. Atualmente, duas patentes foram requeridas no Brasil e 19 no exterior. Além disso, possuímos o registro de 17 marcas no Brasil e de 59 no exterior, sendo que mais 6 foram requeridas no Brasil e 3 no exterior. Nosso nome comercial é ainda protegido em 20 diferentes Estados no País.

Somos atualmente titulares das seguintes marcas no Brasil (individualmente ou por meio de nossas Controladas):

Principais Marcas da Companhia	Classe
Romicron	7.10.60
Romi Discovery	7.10.60
Imor	7.10.15.60
Romi Mach	7.10.60
Romi	7.10.60
Romi	37
Multiplic	7.10.60
"R"	7.10
"R"	37
Romi Primax	7.10.60
Controlmaster	7.10.60
Romi Centur	7.10.60
Polaris	7.10.60
Rominor	7.10
Cosmos	7.10.60
Tormax	7.10.15.60
Romicron	7.60

PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS

Nossa matriz está localizada em Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, na Avenida Pérola Byington, 56. Em 31 de janeiro de 2007 utilizávamos 13 filiais nas principais capitais do País, sendo 3 delas em imóveis próprios e 10 em imóveis alugados.

Somos proprietários dos imóveis onde se localizam nossas unidades industriais em Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. A relação a seguir demonstra tais unidades e indica eventuais gravames constituídos sobre os imóveis indicados, quando aplicável, assim como todas as outras propriedades as quais a Companhia é proprietária, todas localizadas na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo:

- Instalações industriais situadas na Avenida Pérola Byington, 56, com terreno de 137.211,35 m².
- Instalações industriais situadas na Rodovia SP-304, Km. 141, com terreno de 233.011,92 m².
- Instalações industriais situadas na Rodovia SP-304, Km. 141,5, com terreno de 362.513,73 m².
- Terreno formado pelos lotes 1 a 5 da Quadra 4 do Loteamento Santa Bárbara, com frente para Rua Riachuelo, com área de 1.400 m².
- Terreno com frente para a Avenida Bandeirantes, com área de 3.044 m².
- Terreno contíguo ao Ribeirão dos Toledos, com área de 4.428 m².
- Terreno com frente para a Avenida Tiradentes, Rua XV de Novembro e Rua Dona Margarida, com área de 3.782 m².
- Terreno com área de 270.531,90 m², denominado Vila Romi, com construções residenciais.
- Terreno com área de 56.714,74 m², denominado Chácara Recreio.
- Terreno na Avenida Bandeirantes, 323 com área de 703,50 m², Jardim Cavalheiro Santa Bárbara d'0este.
- Sítio Planalto com 200.002,77 m², fundos da UF 11/14/15/16.
- Terreno na Rua Amador Bueno de Campos, com 5.085 m², transcrição 7.943 de 20.03.74 (com compromisso de compra e venda).

- Terreno na Rua Graça Martins, 334, com área de 48,26 m².
- Terreno na Rua Riachuelo, com área de 327,00 m².
- Terrenos na Rua Paulo de Moraes, com área de 1.753,00 m².
- Terreno com área de 130.959,56 m², situado no Bairro Alambari, conforme Instrumento de Compromisso Particular de Compra e Venda, de 26.11.2005.
- Terreno com área de 54.614,19 m², situado próximo a SP 304, conforme Instrumento de Compromisso Particular de Compra e Venda, de 20.03.2006.
- Terreno com área de 629.200,00 m², situado próximo a SP 304, conforme Instrumento de Compromisso Particular de Compra e Venda, de 14.08.2006.

Adicionalmente, a Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A., controlada da Companhia, possui outras propriedades, sendo elas: (i) 3 terrenos na região de Araquari, Estado de Santa Catarina, que perfazem o total de 331.038,25 m²; (ii) 5 terrenos na região de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, que totalizam uma área de 485.635,15 m²; e (iii) 10 imóveis com áreas construídas em diversas localidades pelo País, sendo 3 deles na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Área total desses imóveis é de 7.987,60 m² e de área construída eles possuem 8.524,36 m².

MEIO AMBIENTE

Nossas atividades estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os nossos Administradores, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R$50 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como conseqüência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a nossa responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. No caso das medidas compensatórias, a legislação ambiental impõe ao empreendedor a obrigação de destinar recursos à implantação e manutenção de unidades de conservação, no montante de, pelo menos, 0,5% do custo total previsto para a implantação do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R$10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos nossos empreendimentos.

Em nossas instalações, nós possuímos um antigo aterro que era utilizado para a deposição de areia de fundição proveniente de nossas atividades industriais. Recentemente, encaminhamos à CETESB um projeto técnico com o objetivo de encerrar o passivo ambiental ali existente. Este projeto está aguardando a aprovação da CETESB e nós estimamos que o custo total para esse projeto será de R$1,2 milhão. Adicionalmente informamos que não recebemos qualquer autuação por parte dos órgãos competentes.

Nós procuramos executar todas as nossas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

Nossos gastos totais com meio ambiente no ano de 2005 foram de R$3 milhões. Em 2006, nossos gastos com o meio ambiente foram de aproximadamente R$1 milhão.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Buscamos o melhor relacionamento junto às comunidades onde estamos presentes, com o propósito de promover o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida, zelando pelo meio ambiente, com respeito aos direitos sociais, humanos e dos consumidores. Conscientes da importância de gerar inclusão social e combater a desigualdade, o empresário Américo Emílio Romi e sua esposa Olímpia Gelli Romi criaram, em 1957 a Fundação Romi.

A responsabilidade social é considerada por nós como uma estratégia de crescimento e perpetuação, comprometida com a ética e a qualidade de vida dos colaboradores, de suas famílias, da comunidade e da sociedade como um todo. Dessa forma, a Fundação Romi, tem como objetivo contribuir para a melhoria contínua da qualidade educacional e cultural oferecida aos jovens escolares, além de dar assistência à infância.

Outras ações pontuais de apoio material e financeiro aos projetos sociais estruturados são desenvolvidas pela Companhia e seus colaboradores, em atenção às necessidades da comunidade, principalmente na cidade de Santa Bárbara d´Oeste, onde a empresa mantém a sua sede social e suas unidades fabris.

Alguns dos apoios a projetos sociais que vêm sendo realizados pela Companhia referem-se: (i) ao apoio financeiro a 6 entidades assistenciais; (ii) ao apoio financeiro e material a 11 entidades sociais, associações e institutos; (iii) à participação em campanhas na comunidade, a exemplo da campanha do agasalho; (iv) à doação ao Fundo da Criança e do Adolescente pela empresa (desde 1997) e pelos funcionários (desde 2003), através de projeto de voluntariado interno Nossas Crianças.

Seguros

A Companhia pratica uma consistente política de seguros, por meio da qual mantém contratadas apólices de "seguros de transportes nacionais e internacionais", "seguro de crédito à exportação", "seguro de veículos" da Companhia, "seguro garantia", "seguro compreensivo" e "seguro de responsabilidade civil". Não possuímos, contudo, quaisquer apólices de seguros e/ou coberturas para lucros cessantes.

Ademais, toda a nossa cobertura de seguro foi contratada com as principais seguradoras brasileiras, dentre elas a Bradesco Seguros S.A., Unibanco AIG Seguros e Previdência S.A. e Gerling Sul América S.A. Seguros Industriais. Acreditamos que não teremos maiores dificuldades em renovar as apólices de seguro que atualmente possuímos em termos financeiramente razoáveis.

EMPREGADOS E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2006, o nosso quadro de empregados era composto por 2.401 funcionários e 219 prestadores de serviço. O valor total da nossa folha de pagamento é de R$156,7 milhões, referente ao ano de 2006.

A tabela que se segue indica o nosso número de empregados nos anos de 2004, 2005 e 2006 e sua divisão por unidades de negócio e funções administrativas:

	Em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**2006**
Injetoras de Plástico	199	135	155
Máquinas-Ferramenta	1.333	1.466	1.509
Fundidos e Usinados	465	480	496
Administrativo	237	249	241
Número total de funcionários	2.234	2.330	2.401

Participação nos Resultados

Possuímos um programa de participação nos resultados estendido a todos os nossos funcionários. Criado desde 1995, esse programa possibilita a distribuição aos empregados de valor equivalente a até 15% do nosso lucro líquido após os impostos, limitado a 3 salários nominais a cada empregado. A distribuição é calculada com base nos resultados globais da Companhia (75%) e de cada Unidade de Negócio (25%). Metas de produtividade (determinadas pela Diretoria a cada Unidade de Negócio), quando atingidas, geram acréscimos nos valores a serem distribuídos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia aprovou a distribuição da referida participação nos lucros, no montante de R$12,4 milhões (sendo R$12,0 milhões em 2005 e R$10,6 milhões em 2004), os quais foram pagos em fevereiro de 2007.

Plano de Previdência Privada

Oferecemos aos nossos empregados e Administradores planos de previdência privada. Os planos são contratados junto à entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada desde 1º de outubro de 2000. Oferecemos Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Fundo Gerador de Benefícios (FGB), ambos da modalidade de contribuição definida.

Os benefícios concedidos dos planos da Companhia são de dois tipos. O primeiro deles é a renda mensal vitalícia reversível ao cônjuge em 60%. Este benefício é constituído através de contribuições da Companhia (até 20% do salário do empregado) e do empregado (até 12% do salário). O empregado tem direito a tal benefício ao completar 60 anos de idade, desligando-se espontaneamente da Companhia. O benefício-alvo é 60% do salário do empregado, quando somado ao valor recebido da aposentadoria oficial (INSS), desde que o funcionário tenha 30 anos de serviço/contribuição ao plano. O valor mínimo do benefício é de um salário mínimo mensal. Podem participar desse benefício os funcionários com salário igual ou superior a R$4.170,00.

O outro benefício, denominado "múltiplo de salários", é formado unicamente por uma contribuição feita pela Companhia. O empregado tem direito a este benefício ao completar 55 anos de idade, desligando-se espontaneamente da Companhia. O benefício-alvo é um pagamento único equivalente a 6 salários do empregado, desde que o funcionário tenha 30 anos de serviço na Companhia. Enquadram-se nesse tipo de benefício aqueles que ainda não se enquadraram nas regras do benefício de Renda Mensal Vitalícia, ou seja, os que recebem salário inferior a R$4.170,00.

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia. O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 foi de R$3,1 milhões (R$4,1 milhões em 2005 e R$4,6 milhões em 2004).

Relacionamento com o Sindicato

A maioria de nossos empregados é representada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Bárbara d'Oeste. Possuímos um total de 936 empregados sindicalizados, sendo 16 líderes sindicais. Os acordos coletivos de trabalhos são renovados anualmente com os sindicatos dos trabalhadores das regiões em que operamos. Nos últimos 10 anos não sofremos paralisações das nossas atividades em razão de greves.

Terceirização de Mão-de-Obra

Além das atividades exercidas pelos nossos empregados, terceirizamos certos serviços que não estão relacionados com nossa atividade-fim (tais como: segurança patrimonial, limpeza, jardinagem e alimentação). Em 31 de dezembro de 2006 possuíamos aproximadamente 14 contratos celebrados para prestação dos serviços indicados e cerca de 219 prestadores de serviços.

Adotamos um rígido controle das empresas prestadoras de serviços, mantendo constante fiscalização em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte de tais empresas, razão pela qual foi possível, nos últimos anos, reduzir o risco de reconhecimento judicial de vínculo empregatício direto com a Companhia.

CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Fornecimento de Energia

Visando garantir o abastecimento de energia elétrica necessário para nossas atividades, em 13 de março de 2007 celebramos com a Endesa Cachoeira, companhia geradora de energia elétrica do grupo Engesa Geração Brasil, Carta-Proposta de Fornecimento de Energia Elétrica no Mercado Livre de Energia, por meio do qual qualquer de nossas unidades industriais poderão ser abastecidas de energia elétrica, até o limite de energia contratado. O prazo de contratação é compreendido entre 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2012 e o montante de energia contratado é crescente, e vai de 7,1 Megawatts médios para o ano de 2008 a 9,7 Megawatts médios para o ano de 2012. O pagamento é calculado em Megawatts/hora (MW/h), e pagaremos R$ 120,00 MW/h no ano de 2008 e R$ 121,00 MW/h nos anos subseqüentes acrescidos de IGP-M anualmente.

Com exceção do compromisso acima, não possuímos qualquer contrato de longo prazo com nossos fornecedores ou com nossos clientes. Não existem, portanto, na data deste prospecto, efeitos materiais decorrentes de eventuais renegociações contratuais.

Contratos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2006, os nossos saldos de Finame Fabricante totalizavam R$381,4 milhões.

Além destes, os contratos financeiros mais relevantes celebrados pela Companhia são os seguintes:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 06.2.0680.1. Celebramos com o BNDES, em 18 de outubro de 2006, um Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, no valor de R$18,0 milhões, que se destina à expansão e modernização das nossas linhas de máquinas-ferramenta e de injetoras de plástico, bem como à ampliação da capacidade de produção de nossos fundidos usinados. O financiamento é remunerado à taxa de juros de 2,0% ao ano, acima da TJLP. O principal da dívida deverá ser pago em 66 prestações mensais e sucessivas, com início em 15 de junho de 2008 e a última em 15 de novembro de 2013. Para garantir o pagamento das obrigações contraídas, transferimos ao BNDES a propriedade fiduciária de máquinas e equipamentos de sua propriedade, instalados na sua unidade industrial localizada na Avenida Pérola Byington, n.º 56, em Santa Bárbara d'Oeste, avaliadas em R$24,35 milhões. O contrato apresenta cláusulas usuais de vencimento antecipado, inclusive em caso de modificações do nosso controle, bem como em casos de utilização dos recursos para outras finalidades que não as previstas acima.

Banco do Brasil S.A - Nota de Crédito Industrial. Celebramos com o Banco do Brasil S.A., em 21 de agosto de 2006 um empréstimo por meio de Nota de Crédito Industrial, no valor de R$5 milhões, visando o reforço de nosso capital de giro. O empréstimo é remunerado à taxa de juros de 2,5% ao ano, acima da TJLP. O empréstimo deverá ser integralmente pago até 21 de agosto de 2008, acrescido dos encargos financeiros. O contrato apresenta cláusulas usuais de vencimento antecipado, incluindo casos de inadimplemento e da desconstituição dos bens dados em garantia. A dívida está garantida por consignação de créditos da Companhia perante terceiros destinatários de nossos serviços de vendas, em valor igual a R$5 milhões.

Banco do Brasil S.A. - Contrato de Abertura de Crédito Fixo com Garantia Real. Visando à compra de máquinas e equipamentos, celebramos com o Banco do Brasil S.A., em 28 de julho de 2003, um Contrato de Abertura de Crédito Fixo com Garantia Real, no valor de R$2,4 milhões, com o crédito dividido em três parcelas, sendo a primeira no valor de R$0,8 milhão, a segunda no valor de 0,3 milhão e a terceira no valor de R$1,3 milhão. O empréstimo é remunerado à taxa de juros de 4,0% ao ano, acima da TJLP. O valor do empréstimo vem sendo pago em 48 prestações mensais e sucessivas, tendo a primeira vencido em 15 de novembro de 2003 e vencendo a última prestação em 15 de agosto 2008. O contrato apresenta cláusulas usuais de vencimento antecipado, como casos de inadimplemento convencionais ou utilização dos recursos diversa da informada no contrato. A dívida está garantida por alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, que possuem o valor de R$3 milhões, e aval da Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.

Banco do Brasil S.A.– Contrato de Abertura de Crédito Fixo n.º 21/01144-3. Visando à compra de equipamentos, celebramos com o Banco do Brasil S.A., em 05 julho de 2005, um Contrato de Abertura de Crédito Fixo, no valor de até R$2,9 milhões, em uma única parcela. O empréstimo é remunerado à taxa de juros efetiva de 11% ao ano. O valor do empréstimo deverá ser pago em 54 prestações mensais, tendo a primeira vencido em 15 de fevereiro de 2006. O contrato apresenta cláusulas usuais de vencimento antecipado, como casos de inadimplemento convencionais ou utilização dos recursos de forma diversa daquela informada no contrato. A dívida está garantida por alienação fiduciária dos equipamentos financiados, que possuem o valor de R$3,232 milhões, e aval da Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.

Banco do Brasil S.A. (Frankfurt Main Branch) – Pre-Export Financing Agreement. Visando o financiamento à exportação de nossos produtos, celebramos junto ao Banco do Brasil S.A. (filial de Frankfurt), em 02 de fevereiro de 2007, um contrato de pré-financiamento à exportação, no valor de até US$ 10,0 milhões, posto à nossa disposição em uma única parcela na mesma data de assinatura do contrato. O empréstimo é remunerado à taxa *LIBOR* acrescida de 0,8% ao ano. O valor do empréstimo deverá ser pago em Dólares e em 4 prestações, semestrais consecutivas, sendo que a última vencerá em fevereiro de 2010. O contrato apresenta cláusulas usuais de vencimento antecipado, como casos de inadimplemento convencionais, e também hipóteses de vencimento antecipado no caso de mudança em nosso controle acionário ou em casos de fusões ou aquisições com terceiros não pertencentes ao nosso grupo econômico. A dívida está garantida por notas promissórias que emitimos no valor da dívida e que foram avalizadas pela Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. – Cédula de Crédito Bancário n.º 31/333.046-1 – Financiamento Mediante Abertura de Crédito – FINAME. Visando à compra de uma máquina, celebramos com o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., em 24 de março de 2005, uma Cédula de Crédito Bancário, no valor de até R$3,8 milhões, colocados à nossa disposição em uma única parcela. O empréstimo será remunerado à taxa de juros de 12% ao ano, incluindo *spread* de 1% ao ano. O valor do empréstimo deverá ser pago em 54 prestações mensais, tendo vencido a primeira em 15 novembro de 2005. Adicionalmente, pagaremos ao banco encargo de reserva de crédito de 0,1% em determinadas situações. O contrato apresenta cláusulas de vencimento antecipado, incluindo mudança no controle da Companhia, direto ou indireto, sem a prévia anuência do banco e do BNDES. A dívida está garantida por alienação fiduciária da máquina financiada, que possuem o valor aproximado de R$3,8 milhões.

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista, oriundos do curso normal dos nossos negócios. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideramos para o cálculo do valor de provisionamento o prognóstico dos processos em andamento classificados como perda provável, conforme estimativa dos assessores jurídicos da Companhia. Essa classificação é feita após terem sido analisados os fatos alegados na peça processual inicial e os argumentos de defesa, do pleito deduzido em face da situação fática e de direito, da posição jurisprudencial dominante em casos análogos, além da opinião dos advogados internos responsáveis pela condução de cada processo. Os processos classificados como perdas possíveis e remotas não são provisionados pela Companhia.

Ações Previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2006, estávamos envolvidos em 3 processos judiciais previdenciários.

A seguir, descrevemos os processos previdenciários que consideramos mais relevantes:

Seguro Acidente do Trabalho (SAT) - Ação Ordinária cumulada com Repetição de Indébito ajuizada pela Companhia para afastar o recolhimento da contribuição destinada ao SAT sob alíquota única para todos os seus estabelecimentos. Efetuamos regularmente o recolhimento da contribuição destinada ao SAT, sendo aplicada alíquota única do SAT para todos os nossos estabelecimentos. O valor envolvido e atualizado dessa ação promovida pela empresa, está estimado em aproximadamente R$1,1 milhão A Companhia entende como possível a probabilidade de perda nesse processo judicial.

Autônomos/Administradores/Diretores - Ação Ordinária de Repetição de Indébito ajuizada pela Companhia, que visa a restituição dos valores pagos a título de contribuição previdenciária a cargo da empresa de 20% sobre a remuneração paga aos segurados empresários, trabalhadores avulsos e autônomos, no período de outubro de 1989 a junho de 1994. O valor envolvido e atualizado dessa ação está estimado em aproximadamente R$2,3 milhões A Companhia entende como remota a probabilidade de perda nesse processo judicial ativo.

Nosso único processo passivo envolve um Mandado de Segurança impetrado pela Companhia para afastar o recolhimento da contribuição previdenciária de 15% incidente sobre os pagamentos efetuados às cooperativas de trabalho. Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos depósito judicial no valor de R$506 mil. Entendemos como provável a probabilidade de perda nesse processo judicial, e em 31 de dezembro de 2006 possuíamos provisão no montante de R$506 mil.

Ações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia era parte em (i) 106 ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R$4,1 milhões, conforme estimativa interna; e (ii) 13 autos de infração lavrados pelas Delegacias Regionais do Trabalho e 1 procedimento instaurado pelo Ministério Público do Trabalho, envolvendo valor total em discussão de cerca de R$20 mil.

Do valor total envolvido nos processos judiciais de natureza trabalhista, aproximadamente R$0,6 milhão representa risco de perda provável; R$0,3 milhão representa risco de perda possível; e aproximadamente R$3,2 milhões representam risco de perda remoto. Em 31 de dezembro de 2006, registrávamos provisões no montante de R$0,6 milhão relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que a Companhia é parte. O valor provisionado corresponde apenas aos processos com avaliação de perda provável. Possuímos ainda, em 31 de dezembro de 2006, valor depositado em juízo de R$150 mil.

Tais ações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição e descanso; (ii) multa de 40% do FGTS sobre os valores dos expurgos dos planos Verão e Collor I e II; e (iii) indenizações por acidentes de trabalho e/ou doença profissional.

Poderemos não obter resultados favoráveis nos processos nos quais somos parte, em razão dos mais variados motivos. Nesse caso, o valor total das provisões pode não ser suficiente para fazer frente às contingências que se tornarem efetivamente exigíveis, obrigando-nos a incorrer em custos maiores do que os previstos.

Ações Cíveis

Em 31 de dezembro de 2006, figurávamos como parte em 92 processos judiciais de natureza cível, sendo que em 22 éramos réus e em 70 éramos autores. Os processos nos quais figurávamos como autores referiam-se em geral a questões de reintegração de posse e busca e apreensão de maquinários objetos de contratos de compra e venda com reserva de domínio; sustações de protesto e pedidos de concordata, falência e recuperação judicial contra outras empresas, totalizando o valor envolvido no total de aproximadamente R$2,1 milhões. Os processos nos quais figurávamos como réus referiam-se basicamente a ações indenizatórias por acidente de trabalho, revisionais de contratos; sustação de protesto; e indenizatórias referentes a contratos de compra e venda de maquinários, totalizando o valor envolvido de aproximadamente R$2,1 milhões. Dos 22 processos nos quais figurávamos como réus: (i) 13 possuíam probabilidade de perda remota, totalizando o valor envolvido de aproximadamente R$1,6 milhão; (ii) 5 possuíam probabilidade de perda possível, totalizando o valor envolvido de aproximadamente R$0,2 milhão; e (iii) 4 possuíam probabilidade de perda provável, totalizando o valor envolvido de aproximadamente R$0,3 milhão. Não acreditamos que uma decisão desfavorável em qualquer desses processos em que figuramos como réus possa ter um efeito relevante adverso em nossas atividades ou situação financeira. O valor provisionado para tais ações era de aproximadamente R$300 mil em 31 de dezembro de 2006.

Ações Tributárias

Em 31 de dezembro de 2006, figurávamos como parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Os processos de contingências ativas são referentes à discussão de matéria fiscal em âmbito federal e estadual não havendo estimativa de valores para eventuais ganhos. Com relação aos processos que representavam contingências passivas, o valor provisionado era de R$4,6 milhões em 31 de dezembro de 2006. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2006 possuíamos R$502 mil depositados em juízo.

Dentre os processos tributários que representam contingência passiva, vale destacar, em razão de seu valor:

(i) o questionamento da constitucionalidade do alargamento da base de cálculo COFINS pela Lei n.º 9178/98, que vem sendo feito nos autos do Mandado de Segurança n.º 1999.61.09.002638-7. O montante da provisão para essa contingência é de R$3,1 milhões em 31 de dezembro de 2006. Em março de 2007, essa ação foi transitada em julgado favoravelmente a Companhia. No primeiro trimestre de 2007 iremos reverter a totalidade da provisão, gerando receita nas demonstrações de resultado do período.

(ii) o processo administrativo n.º 13886.000918/2003-33, nos autos do qual a empresa vem discutindo a legalidade de Auto de Infração lavrado para cobrar a COFINS referente aos meses de fevereiro a dezembro de 1998. A empresa procura demonstrar que os valores foram quitados por meio de compensação de débitos da COFINS com créditos de FINSOCIAL (reconhecidos no processo n.º 91.0033304-2) e de IOF (reconhecidos no processo n.º 95.1103247-0). O valor da contingência é de R$6,6 milhões (atualizado até fevereiro de 2006) e não se encontra provisionado, pois os assessores legais da Companhia entendem que a probabilidade de perda é remota.

ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Estatuto Social, somos administrados por nosso Conselho de Administração e por nossa Diretoria. O Estatuto Social prevê, ainda, a existência de um Conselho Consultivo, bem como de um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pela formulação, implantação e monitoramento das políticas gerais de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo. É responsável também, dentre outras atribuições, pela designação e supervisão da gestão dos nossos Diretores.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração é também responsável pela contratação dos auditores independentes.

Todas as decisões do Conselho de Administração são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes a qualquer reunião.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 13 (treze) membros, devendo cada qual ser necessariamente nosso acionista, detendo, pelo menos, 1 (uma) ação, e residente no País. Os conselheiros são eleitos em Assembléia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento por nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes. Os conselheiros deverão ainda subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

No mais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração estão proibidos de votar em qualquer assembléia de acionistas, ou ainda de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais estes estejam em situação de conflito de interesses conosco. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Conselho de Administração".

Os membros do nosso Conselho de Administração foram eleitos na Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 21 de março de 2007, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária que se realizará no exercício social de 2008.

Seguem na tabela abaixo os nomes, idades, posições e data da eleição dos membros do nosso Conselho de Administração:

Nome	Idade	Posição	Data da Eleição
Américo Emílio Romi Neto	51	Presidente	21.3.2007
Carlos Guimarães Chiti	44	Vice-Presidente	21.3.2007
Patricia Romi Cervone	39	Membro	21.3.2007
Adriana Romi	38	Membro	21.3.2007
Pedro Luiz Cerize	37	Membro Minoritários	21.3.2007
Luiz Fernando Figueiredo	43	Membro Independente	21.3.2007
Paolo Guglielmo Bellotti	69	Membro Independente	21.3.2007

Para uma descrição dos contratos ou outras obrigações relevantes existentes entre os nossos Administradores e nós, veja a Seção "Operações com Partes Relacionadas".

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos membros do nosso Conselho de Administração:

Américo Emílio Romi Neto, 51. Presidente do Conselho de Administração. O Sr. Américo Emílio Romi Neto é formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. Atua desde 1997 como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração.

Adriana Romi, 38, Membro do Conselho de Administração. A Sra. Adriana Romi é formada em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com pós-graduação em Gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-São Paulo e MBA Pleno, título de Mestre em Administração pela FGV-Ohio University – EUA. Tem Especialização em Educação Continuada em Sociedades Anônimas, pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV. Atua na Companhia desde 1997, como advogada. Atualmente, é responsável pelos assuntos fiscais e societários. Em 2000, foi eleita pela primeira vez Membro do Conselho de Administração.

Carlos Guimarães Chiti, 44. Membro do Conselho de Administração. O Sr. Carlos Guimarães Chiti é formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP – São Paulo. Atua na Companhia desde 1993, tendo sido responsável pela área de importação, e hoje responde pela área geral de suprimentos. Em 1987, foi eleito membro pela primeira vez membro do Conselho de Administração.

Luiz Fernando Figueiredo, 43. Membro do Conselho de Administração. O Sr. Luiz Fernando Figueiredo é formado em Administração de Empresas, com especialização em Finanças, pela FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado (São Paulo). Entre 1999 e 2003, foi Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil. É um dos sócios fundadores da Gávea Investimentos, atualmente é sócio-diretor da Mauá Investimentos, e também Conselheiro da BM&F, assim como e Diretor da ANBID. Em 2006, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração.

Paolo Guglielmo Bellotti, 69. Membro do Conselho de Administração. O Sr. Paolo Guglielmo Bellotti é formado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Em 1968 ingressou na Rhodia-Brasil, onde ocupou diversos cargos até chegar à presidência executiva. Foi presidente da Rhodia Argentina e membro dos comitês mundiais da Rhonê-Paulenc, matriz da Rhodia, para assuntos de estratégia e investimentos do grupo. Foi diretor-presidente da Fundação Zerbini, mantenedora do INCOR – Instituto do Coração, entre 1996 e 2000. É sócio de empresa S&V – Consultores Associados SC Ltda. Em 2006, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração.

Patricia Romi Cervone, 39. Membro do Conselho de Administração. A Sra. Patricia Romi Cervone é formada em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Possui Especialização em Educação Continuada em Sociedades Anônimas, pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV. Atua na Companhia desde 1995, como advogada. Atualmente, é responsável pelos assuntos jurídicos que envolvem questões trabalhistas, ambientais e de contencioso cível. Em 2000, foi eleita pela primeira vez membro do Conselho de Administração.

Pedro Luiz Cerize, 37. Membro do Conselho de Administração da Romi e da Fosfertil S.A. O Sr. Pedro Luiz Cerize é formado em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo, com MBA em Finanças pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Trabalhou na Corretora Socopa, Fator e Banco BBA Creditanstalt. É sócio-fundador e co-gestor do Skopos Administradora de Recursos. Em 2003, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração.

DIRETORIA

Nossos Diretores são nossos representantes legais, responsáveis, principalmente, pela nossa administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da Diretoria deve ser residente no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, até, no máximo, um terço dos membros do Conselho de Administração poderão ocupar cargo na Diretoria.

Os Diretores são eleitos pelo nosso Conselho de Administração com mandato unificado de 1 ano, permitida a reeleição e podendo, a qualquer tempo, ser por ele destituídos.

O nosso Estatuto Social dispõe que a Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) membros, e no máximo, 10 (dez) membros, com as seguintes designações: Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor de Relações com Investidores e até 7 (sete) Diretores sem designação específica. De acordo com as regras do Novo Mercado, os diretores deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado. Atualmente, nossa Diretoria é formada por 7 (sete) membros, eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2006, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembléia Geral Ordinária do exercício social de 2007.

A Diretoria de Relações com Investidores está localizada em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, na Av. Pérola Byington 56, CEP:13453-900. O responsável por esta Diretoria é o Sr. Sérgio Roberto Novo, eleito na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de março de 2006. O telefone do departamento de acionistas da Companhia é (19) 3455 9476, o fac-símile é (19) 3455 9990 e o endereço de correio eletrônico acionistas@romi.com.br.

Abaixo, seguem os nomes, idades, posições e ano de eleição dos nossos atuais membros da Diretoria:

Nome	Idade	Posição	Data da Eleição
Américo Emílio Romi Neto	51	Diretor Presidente	29/3/2006
Amaury Torres de Miranda.....	69	Diretor Vice-Presidente	29/3/2006
Giordano Romi Junior	49	Diretor	29/3/2006
José Carlos Romi.....	47	Diretor	29/3/2006
Hiçao Misawa	69	Diretor	29/3/2006
Paulo Romi	43	Diretor	29/3/2006
Sergio Roberto Novo.....	54	Diretor	29/3/2006

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos nossos Diretores (com exceção dos Diretores que são membros do Conselho de Administração):

Amaury Torres de Miranda, 69, Diretor Vice-Presidente. O Sr. Amaury Torres de Miranda é formado em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e em Economia, pela Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP. Atua desde 1962 na Companhia, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 1990. Em abril de 2006, foi eleito Diretor Vice-Presidente. É responsável pela área comercial externa de máquinas-ferramenta, bem como pelo produto Romicron®.

José Carlos Romi, 47, Diretor. O Sr. José Carlos Romi é formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP - UNICAMP. Atua na Companhia desde 1982, onde ocupou diversos cargos. Em 1990, foi eleito pela primeira vez diretor da Companhia. É atualmente responsável pela área industrial, pela área de tecnologia do produto máquinas-ferramenta e pela área de suprimentos.

Giordano Romi Júnior, 49, Diretor. O Sr. Giordano Romi Júnior é formado em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com pós-graduação em Administração de Marketing para Executivos, pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV. Ingressou na Companhia em 1971, e desde 1981 ocupou diversos cargos. Em 1995, foi eleito Diretor pela primeira vez. É atualmente responsável pela unidade de negócios de injetoras de plástico.

Hiçao Misawa, 69, Diretor. O Sr. Hiçao é formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Faculdade de Engenharia Industrial – FEI, com pós-graduação em Administração e Marketing, pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV. Atua na Companhia desde 1962, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito Diretor pela primeira vez em 1997. É atualmente responsável pela área comercial e assistência técnica de máquinas-ferramenta, no mercado interno.

Paulo Romi, 43, Diretor. O Sr. Paulo Romi é formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Atua na Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000. É atualmente responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados.

Sergio Roberto Novo, 54, Diretor. O Sr. Sérgio Roberto Novo é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV, com pós-graduação em Finanças e Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV. Trabalhou no Unibanco, onde ocupou o cargo de Superintendente. Foi diretor da Hudtelfa Textile Technology Ltda. Atua na Companhia desde 2005, quando foi eleito Diretor pela primeira vez. É atualmente responsável pelas áreas administrativa e financeira. Além disso, o Sr. Sérgio Roberto Novo é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é um órgão de deliberação colegiada que assiste à Companhia, através de opiniões de caráter não vinculativo, sobre assuntos financeiros, econômicos, técnicos e outros, relevantes para a Companhia, por iniciativa própria ou quando solicitadas pelo Conselho de Administração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho Consultivo é composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Os membros do nosso Conselho Consultivo foram eleitos na Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 21 de março de 2007, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar no exercício social de 2008.

Segue na tabela abaixo os nomes, idades, posições e data da eleição dos membros do nosso Conselho Consultivo:

Nome	Idade	Posição	Data da Eleição
Carlos Chiti	92	Presidente	21.03.2007
Romeu Romi.....	79	Vice-Presidente	21.03.2007
Einar Alberto Kok	89	Membro	21.03.2007
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho.....	68	Membro	21.03.2007

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos nossos membros do Conselho Consultivo:

Carlos Chiti, 92, membro do Conselho Consultivo. O Sr. Carlos Chiti é formado no colegial do Seminário Santa Maria – na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Atua na Companhia desde a sua fundação, em 1930. O Sr. Carlos Chiti foi responsável pelas áreas de comercialização e vendas. Entre 1978 e 1988, exerceu o cargo de Diretor-Presidente da Companhia. Em 1978, foi eleito Vice-Presidente do Conselho de Administração e em 1990 passou a ocupar o cargo de presidente do Conselho de Administração, cargo que exerceu até 1997. Em 1997, passou a integrar o Conselho Consultivo da Companhia.

Romeu Romi, 79, membro do Conselho Consultivo. O Sr. Romeu Romi é formado em Engenharia Industrial pela Universidade Mackenzie e Administração de Empresas, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCAMP. Atua na Companhia desde 1954, onde ocupou diversos cargos: de 1954 a 1978, foi Diretor Técnico; de 1985 a 1989 atuou como Vice-Presidente da Diretora; a partir de 1978 e até 1997 foi Membro do Conselho de Administração da Companhia; e, de 1990 a 1997 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração. Em 1997, passou a integrar Conselho Consultivo da Companhia.

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho, 68, membro do Conselho Consultivo. O Sr. Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho é formado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie - SP, com Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É Professor de Direito Civil, na área de Direito das Obrigações, das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU - SP. Autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1991 é sócio principal e coordenador geral da equipe do escritório Azevedo Sodré Advogados. Em 2006, passou a integrar Conselho Consultivo da Companhia.

Einar Alberto Kok, 89, membro do Conselho Consultivo. O Sr. Einar Alberto Kok é formado em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (USP), localizada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, com pós-graduação no Texas Agricultural College (CA-EUA). Atuou na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, entre 1938 e 1944. De 1944 a 1975 ocupou diversos cargos de diretoria nas Máquinas Piratininga S.A. na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Entre 1976 e 1983 foi diretor na Alvenius Equipamentos Tubulares S.A. Na Companhia, de 1987 a 1994, foi diretor. De 1997 a 2006 foi Membro do Conselho de Administração. Por fim, em 2006 passou a integrar Conselho Consultivo da Companhia.

CONSELHO FISCAL

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da Companhia. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas, como descrito abaixo. Atualmente, possuímos um Conselho Fiscal instalado.

Sempre que instalado, será constituído por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número. Somente poderão ser eleitas para o Conselho Fiscal pessoas residentes no Brasil, diplomadas em curso universitário, ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de 3 três anos, cargo de administrador de empresa ou de conselho fiscal. Os membros do Conselho Fiscal deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não é permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% das Ações Ordinárias, com mandato até a primeira Assembléia Geral Ordinária seguinte à sua instalação. Este percentual pode ser reduzido para até 2% do Capital Social votante dependendo do nosso Capital Social, nos termos da Instrução nº. 324, de 19 de janeiro de 2000 da CVM. Adicionalmente, os acionistas minoritários que representem, no mínimo, 10% das Ações Ordinárias têm direito de eleger separadamente um membro do Conselho Fiscal e seu suplente, e os demais acionistas poderão eleger um membro a mais que o número total de membros eleitos pelos minoritários.

O Conselho Fiscal não pode ter membros que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de colaboradores de uma controlada ou de uma empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente até o terceiro grau de nosso administrador. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam, a título de remuneração, no mínimo, 10% da média da remuneração paga aos Diretores, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

Os membros do nosso Conselho Fiscal foram eleitos na Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 21 de março de 2007, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar no exercício social de 2008.

Abaixo, seguem os nomes, idades, posições e ano de eleição dos nossos atuais membros de nosso Conselho Fiscal:

Nome	Idade	Posição	Data da Eleição
Roberto de Carvalho Bandiera	69	Membro	21.3.2007
Antonio Nelson Naime	57	Membro	21.3.2007
Rafael Sales Guimarães	27	Membro	21.3.2007

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos nossos membros do Conselho Fiscal:

Antonio Nelson Naime, 57, Membro do Conselho Fiscal. O Sr. Antonio Nelson Naime é formado Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis, pela Fundação Santo André. De 1973 a 1986 foi auditor na Roberto Dreyfuss Auditores – atual K.P.M.G. Auditores. Desde 1986 trabalha nas empresas do Grupo Indusval (atual Indusval Multistock), onde é atualmente responsável pelas áreas administrativa e financeira. Em 2006, foi eleito membro do Conselho Fiscal.

Rafael Sales Guimarães, 27, Membro do Conselho Fiscal. O Sr. Rafael Sales Guimarães é formado em Direito pela Universidade Mackenzie - São Paulo – SP. De 1999 a 2004 atuou no escritório Mattos Filho Advogados, como advogado associado, no departamento de Mercado de Capitais. Atua desde 2005 na Fama Investimentos Ltda., onde é responsável pelo departamento de governança corporativa. Em 2006, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho Fiscal.

Roberto de Carvalho Bandiera, 69, Membro do Conselho Fiscal. O Sr. Roberto de Carvalho Bandiera é formado em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP. De 1963 a 1998, atuou como Diretor Jurídico da Robert Bosch Ltda. e, desde 1998, é sócio do escritório Bandiera Advogados. Em 2006, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho Fiscal.

TITULARIDADE DE AÇÕES

A tabela abaixo indica o número de ações detidas diretamente e indiretamente pelos membros nossa da Administração na data deste Prospecto.

Diretamente Nome	Número de Ações	% do Capital Social
Américo Emílio Romi Neto	741.972	1,19
Carlos Guimarães Chiti	798.444	1,28
Patricia Romi Cervone	483.090	0,77
Adriana Romi	483.090	0,77
Pedro Luiz Cerize	12.800	0,02
Paolo Guglielmo Bellotti	900	0,00
Luiz Fernando Figueiredo	630	0,00
Giordano Romi Junior	577.410	0,93
José Carlos Romi	741.972	1,19
Paulo Romi	483.090	0,77
Total	**4.323.398**	**6,92**

Indiretamente Fênix Empreendimentos S.A. Nome	Número de Ações(*)	% do Capital Social
Américo Emílio Romi Neto	1.761.459	2,82
Carlos Guimarães Chiti	2.341.453	3,75
Patricia Romi Cervone	1.390.453	2,23
Adriana Romi	1.390.453	2,23
Giordano Romi Junior	1.746.315	2,80
José Carlos Romi	1.761.459	2,82
Paulo Romi	1.390.453	2,23

* Cálculado com base na participação acionária de cada conselheiro ou diretor na Fenix Empreendimentos S.A.

REMUNERAÇÃO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos nossos acionistas, em Assembléia Geral Ordinária, fixar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros da nossa Administração. Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da Diretoria.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, a remuneração global dos membros da nossa Administração totalizou aproximadamente R$5,3 milhões.

RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE OS ADMINISTRADORES, ASSIM COMO ENTRE OS ADMINISTRADORES E O ACIONISTAS CONTROLADOR DA COMPANHIA

Os Srs. Américo Emílio Romi Neto, Carlos Guimarães Chiti, Adriana Romi, Patricia Romi Cervone, José Carlos Romi, Giordano Romi Júnior e Paulo Romi, membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria da Companhia, pertencem à mesma família. Os Srs. Américo Emílio Romi Neto, Carlos Guimarães Chiti, Paulo Romi, José Carlos Romi, Giordano Romi Jr., Romeu Romi, Carlos Chiti, Adriana Romi e Patricia Romi Cervone são acionistas da Fênix Empreendimentos S.A., acionista controladora da Companhia.

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Na data deste prospecto, não possuímos um plano de opção de compra de ações nem para nossos executivos nem para nossos empregados, e não planejamos implementar qualquer plano de opção de compra de ações quando a Oferta for concretizada.

CONTRATOS OU OUTRAS OBRIGAÇÕES RELEVANTES EXISTENTES ENTRE OS ADMINISTRADORES E A COMPANHIA

Na data deste Prospecto, não existia qualquer contrato ou obrigação relevante entre nós e nossos administradores.

PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTAS VENDEDORES

Principais Acionistas

A tabela abaixo contém informações sobre a titularidade das Ações Ordinárias de nossa emissão na data deste Prospecto, por cada um dos nossos acionistas titulares de mais de 5% do nosso Capital Social e por todos os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, indicando suas respectivas participações antes e depois da Oferta, sem levar em conta o exercício da Opção de Ações Suplementares.

	Ações Ordinárias antes da Oferta		Ações Ordinárias após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**Capital Total (Em %)**	**Ações Ordinárias**	**Capital Total (Em %)**
Acionistas acima de 5%				
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190	43,56	27.166.190	36,53
Fundos adminidstrados por Hedding - Griffo Corretora de Valores S/A	9.055.832	14,52	14.400	0,02
Conselho de Administração				
Américo Emílio Romi Neto	741.972	1,19	275.124	0,37
Carlos Guimarães Chiti.....	798.444	1,28	177.876	0,24
Patrícia Romi Cervone	483.090	0,77	114.576	0,15
Adriana Romi	483.090	0,77	114.576	0,15
Pedro Luiz Cerize.....	12.800	0,02	12.800	0,02
Paolo Guglielmo Bellotti.....	900	0,00	900	0,00
Luiz Fernando Figueiredo	630	0,00	630	0,00
Diretoria				
Giordano Romi Junior.....	577.410	0,93	114.576	0,15
José Carlos Romi.....	741.972	1,19	275.124	0,37
Paulo Romi	483.090	0,77	114.576	0,15
**Outros.....	**21.816.408**	**34,98**	**45.980.480**	**61,83**
**Total.....	**62.361.828**	**100,00**	**74.361.480**	**100,00**

Não houve alterações relevantes na participação no capital social da Companhia pelos membros do grupo de controle, nos últimos 3 anos. Na data deste Prospecto, não possuímos ações em tesouraria. As nossas ações são os únicos valores mobiliários emitidos por nós, até a presente data. Não possuímos, na presente data, reserva de capital.

Acionistas Vendedores

Nossos Acionistas Vendedores são: Sra. Flora Sans Romi, Sr. Américo Emílio Romi Neto, Sr. José Carlos Romi, Sr. André Luís Romi, Sra. Maria Pia Romi Campos, Sr. Carlos Chiti, Sra. Suzana Guimarães Chiti, Sra. Juliana Guimarães Chiti, Sr. Carlos Guimarães Chiti, Sr. Eugênio Guimarães Chiti, Sr. Romeu Romi, Sra. Anna Maria de Toledo Romi, Sra. Sandra Maria Romi Cheida, Sra. Patrícia Romi Cervone, Sra. Adriana Romi, Sr. Frederico Romi, Sr. Paulo Romi, Sr. Giordano Romi Júnior, Sra. Anna Regina Romi Zanatta e Sra. Cláudia Miriam Romi Frezza. Além destes, os seguintes fundos de investimento administrados e investidores não residentes representados legalmente pela Hedging Griffo Corretora de Valores S.A.: HG Camino FIA, HG Global Macro Máster Fund LP, Green HG FUND LLC, HG Beta 14 FIA, HG Hiper FIM, HG Verde Master FIM, Skopos HG BRK Fund LLC, HG Pilar FIM, HG Private FIM, HG Raphael FIA, HG Agar FIM, HG Star FIM, HG Top FIM, HG Top 30 FIM, HG Turbus FIA, Hedging-Griffo Verde FIM, HG Carteira Administrada Real FIM, Skopos Master FIA, Skopos HG Fund LLC, Hedging-Griffo Verde 14 FIM, HG Cerejeira FIA, HG Clique FIA e HG Master FIA, os quais detêm 21.688.839 Ações, estão ofertando 15.971.459 Ações que representam 25,6% das Ações Ordinárias de nossa emissão.

Informamos que, no dia 13 de abril de 2007, as ações do acionista vendedor HG Hiper FIM serão utilizadas na integralização de cotas do fundo de investimento HG Verde Master FIM (outro acionista vendedor), razão pela qual este último passará a possuir todas as nossas Ações que eram detidas pelo fundo de investimento HG Hiper FIM, conforme aprovado pelo Colegiado da CVM por meio do Processo Administrativo CVM RJ 2006/2036 em 28 de novembro de 2006 e por assembléia geral de cotistas dos referidos acionistas vendedores, realizadas em 09 de abril de 2007. O acionista vendedor HG Verde Master FIM sucederá o acionista vendedor HG Hiper FIM em todas as suas obrigações e deveres oriundos da presente Oferta. Esclarecemos ainda que a reestruturação em questão, contudo, não afetará o número, a espécie e a classe de nossas Ações que serão objeto da presente Oferta.

Acordo de Acionistas

Os nossos acionistas Carlos Chiti, Suzana Guimarães Chiti, Juliana Guimarães Chiti, Carlos Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Giordano Romi (falecido), Giordano Romi Júnior, Roberto Seabra Mayer Romi, Álvares Romi (falecido), Flora Sans Romi, Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos, André Luís Romi, Romeu Romi, Anna Maria de Toledo Romi, Sandra Maria Romi Cheida, Frederico Romi, Paulo Romi, Patrícia Romi Cervone, Adriana Romi e Fênix Empreendimentos S.A. celebraram, em 29 de agosto de 1996, um Acordo de Acionistas da Companhia, com a finalidade de regular a compra e venda de suas ações e a preferência para a sua aquisição, nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

Esses acionistas estão, ainda, vinculados ao Acordo de Acionistas da nossa acionista controladora Fênix Empreendimentos S.A. que disciplina, entre outras matérias, o voto em nossas Assembléias Gerais e a nossa Administração. O Acordo de Acionistas da Fênix Empreendimentos S.A. prevê que a representação dessa sociedade nas nossas Assembléias Gerais competirá exclusivamente aos Srs. Carlos Chiti e Romeu Romi, ambos também nossos acionistas, observado que o voto em relação às seguintes matérias da Companhia dependerá de aprovação de 51% (cinqüenta e um por cento) dos acionistas da Fênix Empreendimentos S.A. presentes na Assembléia Geral da Fênix Empreendimentos S.A.: (i) alteração estatutária; (ii) modificação do objeto social ou da denominação social; (iii) aumento do Capital Social; (iv) aprovação das demonstrações financeiras; (v) emissão de debêntures conversíveis em ações; (vi) transformação, cisão, fusão e incorporação. Em relação à nossa Administração, o Acordo de Acionistas da Fênix Empreendimentos S.A. prevê que os seus acionistas indicarão os nomes dos membros do Conselho de Administração em chapa completa formada pela deliberação da maioria simples dos acionistas reunidos em Assembléia Geral daquela Companhia, convocada para tal fim, os quais participarão, também, da escolha dos nossos Diretores.

Ambos os Acordos de Acionistas têm prazo de validade até 31 de dezembro de 2011. Não houve alteração relevante na participação dos membros do grupo de controle nos últimos 3 exercícios sociais.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2004, 2005, e 2006, possuíamos os seguintes saldos e transações com partes relacionadas e com suas controladoras e com empresas ligadas ao mesmo grupo, em milhares de reais:

	Controladora (Companhia) – 2004			
	Saldos (em R$ mil)		Transações	
	Contas a receber	Contas a pagar	Vendas	Despesas com vendas
Romi Europa	55	305	187	1.727
Rominor	–	81	–	972
Romi Machine Tools	7.253	906	24.561	4.408
Favel S.A.	–	113	–	666
Total	**7.308**	**1.405**	**24.748**	**7.773**

	Controladora (Companhia) – 2005					
	Saldos			Transações		
	Contas a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Vendas	Despesas com vendas	Receitas financeiras
Romi Europa	28	1.246	–	486	3.204	–
Rominor	–	–	–	–	1.038	–
Romi Machine Tools	12.962	–	2.124	24.598	2.851	14
Favel S.A.	–	40	–	–	243	–
Total	**12.990**	**1.286**	**2.124**	**25.084**	**7.336**	**14**

	Controladora (Companhia) – 2006							
	Saldos				Transações			
	Contas a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Mútuo a pagar	Vendas	Despesas com vendas	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Romi Europa	–	–	–	–	189	2.134	–	–
Rominor	920	89	–	–	–	1.069	–	–
Romi Machine Tools	10.072	1.407	3.055	–	13.297	–	181	–
Favel S.A.	–	75	–	801	–	476	–	13
Total	**10.992**	**1.571**	**3.055**	**801**	**13.486**	**3.679**	**181**	**13**

As transações com controladas são realizadas em condições normais do mercado onde elas estão localizadas.

Os contratos de mútuo (ativos e passivos) possuem prazos de vencimento pré-determinados, são vencíveis no curto prazo e são remunerados por juros de 1,5% ao ano mais *Libor* semestral e variação cambial. Os contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e a Romi Machine Tools se destinam, basicamente, a aumento capital de giro para apoio financeiro a essa subsidiária. No total, em 31 de dezembro de 2006 a Companhia era credora da Romi Machine Tools em cerca de R$3,1 milhões. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2006 no total de R$801 mil refere-se a contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e a Favel se destinam, basicamente, ao pagamento de despesas relacionadas a feiras e eventos internacionais que foram inicialmente desembolsadas por essa subsidiária, no total de R$0,8 milhão.

A controlada Rominor é garantidora de parte das operações de Finame Fabricante efetuadas pela controladora, através da emissão de notas promissórias e avais.

Não planejamos entrar em transações com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas acima.

As decisões referentes a transações entre nós e nossas controladas são tomadas pela nossa Diretoria.

É vedado a participação de qualquer dos nossos administradores no processo de tomada de decisão em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os outros administradores.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Buscamos o melhor relacionamento junto às comunidades onde estamos presentes, com o propósito de promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida, zelando pelo meio ambiente, com respeito aos direitos sociais, humanos e dos consumidores. Conscientes da importância de gerar inclusão social e combater a desigualdade, a o empresário Américo Emílio Romi e sua esposa Olímpia Gelli Romi criaram, em 1957, a Fundação Romi. Nos últimos anos, houve gastos de R$1,1 milhão em projetos para a Fundação Romi.

Acreditamos que gerar valor nas dimensões econômica, ambiental e social é atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. A responsabilidade social é considerada por nós como uma estratégia de crescimento e perpetuação, comprometida com a ética e a qualidade de vida dos colaboradores, de suas famílias, da comunidade e da sociedade como um todo.

Dessa forma, a Fundação Romi, tem como objetivo contribuir para a melhoria contínua da qualidade educacional e cultural oferecida aos jovens escolares, além de dar assistência à infância, objetivando a construção de um mundo mais harmônico.

Outras ações pontuais de apoio material e financeiro aos projetos sociais estruturados são desenvolvidas pela Companhia e seus colaboradores, em atenção às necessidades da comunidade, principalmente na cidade de Santa Bárbara d´Oeste, onde a empresa mantém a sua sede social e suas unidades fabris.

Alguns dos apoios a projetos sociais que vêm sendo realizados pela Companhia referem-se: (i) ao apoio financeiro a 6 entidades assistenciais; (ii) ao apoio financeiro e material a 11 entidades sociais, associações e institutos; (iii) à participação em campanhas na comunidade, a exemplo da campanha do agasalho; (iv) à doação ao Fundo da Criança e do Adolescente pela empresa (desde 1997) e pelos funcionários (desde 2003), através de projeto de voluntariado interno Nossas Crianças.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Dedicamos especial atenção à questão ambiental, responsabilidade de um grupo de trabalho permanente ligado também a assuntos de segurança e saúde. A política de meio ambiente, saúde e segurança, que tem como visão o desenvolvimento sustentável das nossas atividades, produtos e serviços, estabelecendo a preservação ambiental como uma das nossas prioridades. Por meio dela, assumimos o compromisso de trabalhar continuamente para reduzir os impactos ao meio ambiental e atender à legislação relativa à nossa área de atuação. Essa conduta envolve aplicar todas as medidas necessárias para prevenir danos ao meio ambiente, incluindo uma avaliação prévia dos efeitos potenciais nesse âmbito ainda no estágio inicial de planejamento de produtos e processos. Consideramos uma tarefa contínua de gerenciamento cultivar e promover um senso de responsabilidade pela preservação ambiental, tanto entre funcionários quanto entre os parceiros contratados.

Possuímos todas as autorizações e licenças ambientais necessárias para nosso funcionamento. Não aderimos expressamente à quaisquer padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

Reiterando o nosso compromisso em desenvolver e fornecer produtos e serviços de maneira ecologicamente sustentável, submetemos nosso Sistema de Gestão Ambiental à auditoria da *ABS Quality Evaluation*, para a certificação pela ISO 14001 versão 2004, tendo sido certificadas em 12 de agosto de 2005 as unidades em Santa Bárbara d'Oeste - SP, Brasil.

A certificação obtida pela Companhia vem comprovar o seu compromisso com o Meio Ambiente, inserindo princípios ambientais aplicáveis a todos os seus processos, fortalecendo a consciência ambiental dos seus colaboradores, buscando conscientemente o atendimento à legislação, prevenindo a poluição e melhorando continuamente o seu desempenho ambiental.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

GERAL

Segue abaixo sumário descritivo de algumas disposições do nosso Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações, e das regras da CVM e do Regulamento do Novo Mercado referentes ao Capital Social da Companhia, Administração, informações periódicas e eventuais, bem como de outros aspectos societários que se aplicam a nós.

Este sumário não é exaustivo com relação a qualquer dos assuntos aqui tratados, descrevendo em linhas gerais algumas disposições do Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações, das regras da CVM e do Novo Mercado.

Celebramos com a Bovespa o Contrato de Participação no Novo Mercado, pelo qual deveremos cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado.

Atualmente, somos uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil, cuja sede está localizada na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, na Avenida Pérola Byington 56, 13453-900, Centro. Os atos societários de nossa constituição estão devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.036.751.

Após a conclusão da Oferta, o nosso Conselho de Administração irá convocar uma Assembléia Geral Extraordinária para deliberar sobre a alteração de nosso Estatuto Social, com o objetivo de: (i) refletir a emissão das novas Ações objeto da Oferta, assim como o nosso novo capital social; (ii) aprimorar a redação quanto ao modo de substituição dos membros da nossa diretoria; e (iii) explicitar as atribuições de cada um de nossos Diretores.

CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto Definitivo, o nosso Capital Social era de R$260 milhões, representado por 62.361.828 Ações Ordinárias, todas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o nosso Capital Social poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, pela emissão de até 84.361.828 Ações Ordinárias, incluídas as Ações Ordinárias já emitidas. Os nossos acionistas deverão aprovar em Assembléia Geral qualquer aumento de capital que exceda o limite autorizado. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, não poderemos emitir Ações Preferenciais nem partes beneficiárias.

Em 15 de fevereiro de 2007, os nossos Acionistas aprovaram o desdobramento das ações integrantes do nosso Capital Social à razão de 1:10, bem como a conversão da totalidade de nossas Ações Preferenciais de nossa emissão então existentes em Ações Ordinárias, na proporção de dez Ações Preferenciais para nove Ações Ordinárias. Esse desdobramento e a conversão tiveram efeito a partir de 23 de março de 2007. Como resultado do desdobramento e da conversão, cada titular de uma ação ordinária de nossa emissão passou, com o desdobramento, a ser titular de dez ações, bem como cada titular de 1 ação preferencial de nossa emissão passou a ser titular de 10 ações preferenciais de nossa emissão, as quais foram convertidas à razão de 9 ações ordinárias para cada 10 ações preferenciais, e nosso Capital Social é, atualmente, composto somente por Ações Ordinárias. Realizamos a referida conversão no âmbito de nossa adesão voluntária às práticas de governança corporativa e divulgação de informações exigidas pelo Novo Mercado, bem como para dar maior liquidez às nossas ações e equalizar os direitos a elas conferidos.

Não houve alterações relevantes na participação no capital social da Companhia pelos membros do grupo de controle, nos últimos 3 anos. Na data deste Prospecto, não possuímos ações em tesouraria. As nossas ações são os únicos valores mobiliários emitidos por nós, até a presente data. Não possuímos, na presente data, reserva de capital.

OBJETO SOCIAL

Temos por objeto a indústria e o comércio de máquinas-ferramenta, de máquinas para trabalhar metais e plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral, de equipamentos para informática e seus periféricos; análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; a exportação e a importação, a representação por conta própria ou de terceiros e a prestação de serviços relacionados com suas atividades.

NEGOCIAÇÃO EM BOLSAS DE VALORES

As Ações Ordinárias de nossa emissão são negociadas no segmento Novo Mercado da Bovespa, uma entidade sem fins lucrativos, de propriedade das corretoras que dela são membros. As negociações na Bovespa são realizadas pelas suas corretoras.

A CVM e a Bovespa possuem autoridade para, discricionariamente, suspender as negociações das ações de emissão de uma companhia aberta específica em determinadas circunstâncias.

Negociações com valores mobiliários de companhias listadas na Bovespa, incluindo o Novo Mercado e os Níveis 1 e 2 de Prática Diferenciada de Governança Corporativa, podem, em algumas circunstâncias, ser afetadas pelas operações realizadas no mercado de balcão não organizado.

A liquidação das operações realizadas na Bovespa ocorre três dias úteis após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por intermédio de câmara de compensação independente. A câmara de compensação da Bovespa é gerenciada pela CBLC. A CBLC é a contraparte central garantidora das operações realizadas na Bovespa, realizando a compensação multilateral, tanto para as obrigações financeiras, quanto para as movimentações de títulos. Segundo o regulamento da CBLC, a liquidação financeira é realizada através do Sistema de Transferência de Reservas do BACEN. A movimentação de títulos é realizada no sistema de custódia da CBLC. Tanto as entregas quanto os pagamentos têm caráter final e irrevogável.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

ALOCAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Valores Disponíveis para Distribuição

Em cada Assembléia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por nossos acionistas. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os montantes relativos ao imposto de renda e à contribuição social, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e Administradores no lucro da Companhia.

O nosso Estatuto Social prevê que uma quantia equivalente a, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual ajustado, conforme reduzido pelas destinações à reserva legal e à reserva para contingências (se houver), e conforme acrescido mediante a reversão de valores da reserva de contingências formada em exercícios anteriores (se houver) e dos lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo ou pagamento de juros sobre o capital próprio, em qualquer ano. Esta quantia representa o dividendo obrigatório. Os cálculos do lucro líquido e alocações para reservas relativas a qualquer exercício social, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base nas nossas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com a legislação societária.

Os cálculos do lucro líquido e alocações para reservas relativas a qualquer exercício social, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base nas nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções da CVM e pelas normas e pronunciamentos do IBRACON. Ver "Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio".

Reservas

As reservas de lucros compreendem a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva para contingências, a reserva estatutária e a reserva de retenção de lucros.

Reserva legal

Estamos obrigados a manter reserva legal, à qual deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva seja igual a 20% do capital integralizado. Não obstante, não estamos obrigados a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que a reserva legal, quando acrescida às outras reservas de capital constituídas, exceder 30% do nosso Capital Social. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. Os valores da reserva legal devem ser aprovados em Assembléia Geral Ordinária de acionistas e podem ser utilizados para aumentar o Capital Social, não estando, porém, disponíveis para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos reserva legal constituída de R$25,7 milhões, equivalente a 9,9% do Capital Social integralizado.

Reserva de lucros a realizar

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o valor do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores: (i) o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e (ii) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo da reserva e lucros a realizar era zero.

Reserva para contingências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. Qualquer valor assim destinado em exercício anterior deverá ser revertido no exercício social em que a perda que tenha sido antecipada não venha, de fato, a ocorrer, ou deverá ser baixado na hipótese de a perda antecipada efetivamente ocorrer. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo da reserva de contingências era zero.

Reserva estatutária

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o estatuto social poderá criar reserva estatutária de lucros desde que indique, de modo preciso e completo: (i) a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e (iii) estabeleça o limite máximo da reserva. A alocação dos recursos para reservas estatutárias não poderá ocorrer em prejuízo da distribuição do dividendo mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo da reserva estatutária de lucros era zero.

Reserva de lucros

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembléia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital. A destinação de parte do lucro líquido para a reserva de retenção de lucros não pode ocorrer em detrimento do pagamento do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos reserva de retenção de lucros constituída de R$23,1 milhões, equivalente a 8,9% do Capital Social integralizado.

O saldo das reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar o valor do nosso capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, os nossos acionistas poderão deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do nosso Capital Social, ou na distribuição de dividendos.

Reserva de capital

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital consiste em ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação, alienação de partes beneficiárias, alienação de bônus de subscrição, prêmio na emissão de debêntures, incentivos fiscais e doações e subvenções para investimentos. Com a adesão da Companhia ao Novo Mercado, a mesma não poderá emitir partes beneficiárias. O saldo existente na reserva de capital somente poderá ser utilizado para, no caso de companhias listadas no Novo Mercado, incorporação ao Capital Social, absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; ou resgate, reembolso ou compra de ações. A nossa reserva de capital consiste de reserva de ágio, incentivos fiscais e subvenções para investimentos. As quantias destinadas à nossa reserva de capital não são consideradas para efeito da determinação do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos reserva de capital constituída de R$2,1 milhões, equivalente a 0,8% do Capital Social integralizado.

PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Estatuto Social de uma Companhia brasileira deve especificar um percentual mínimo do lucro disponível para distribuição que deve ser pago aos acionistas a título de dividendo obrigatório, ainda que ele possa ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio. Em linha com a Lei das Sociedades por Ações, o dividendo obrigatório fixado no Estatuto Social da Companhia equivale a um percentual não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O pagamento do dividendo obrigatório, todavia, poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como lucros a realizar (ver "Reserva de Lucros a Realizar"). O cálculo do lucro líquido da Companhia, bem como sua destinação para as reservas de lucro e de capital, é feito com base nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A participação dos administradores no lucro líquido da Companhia não pode exceder a remuneração anual dos administradores ou um décimo dos lucros, o que for menor.

A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso a Assembléia Geral aprove a recomendação dos órgãos da administração no sentido de que a distribuição seria desaconselhável em vista da nossa condição financeira. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer à recomendação dos órgãos da administração. Nessa hipótese, a nossa Administração deverá apresentar justificativa à CVM para a suspensão. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subseqüentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia assim o permita.

Dividendos

Estamos obrigados pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social a realizar Assembléia Geral Ordinária até o quarto mês subseqüente ao encerramento de cada exercício social na qual, entre outras matérias, os acionistas terão que deliberar sobre a distribuição de dividendo anual. O pagamento de dividendos anuais toma por base as demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Os titulares de ações na data em que o dividendo for declarado farão jus ao recebimento dos dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento que, em qualquer hipótese, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que o dividendo tenha sido declarado.

Para reclamar dividendos (ou pagamentos de juros sobre capital próprio) referentes às suas ações, os acionistas têm prazo de três anos, contados da data em que os dividendos ou juros sobre capital próprio tenham sido postos à sua disposição, após o qual o valor dos dividendos ou juros sobre capital próprio não reclamados reverterá em nosso favor.

O nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros apurados em balanço semestral. Adicionalmente, o Conselho de Administração pode determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores a seis meses e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio com base nos lucros apurados em tais balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital previstas no parágrafo 1º do art. 182 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho de Administração poderá, ainda, pagar dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os pagamentos de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio constituem antecipação do valor de dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos, ressalvada a hipótese de não haver dividendos obrigatório.

Juros sobre o capital próprio

Desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar juros sobre o capital próprio limitados a titulares de participações acionárias e considerar tais pagamentos dedutíveis para efeito do imposto de renda de pessoa jurídica e, desde 1998, também para efeito da contribuição social sobre o lucro líquido. A dedução fica limitada ao que for maior entre (i) 50% do lucro líquido (após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado, e (ii) 50% de lucros acumulados. O pagamento de juros sobre o capital próprio é realizado como forma alternativa de pagamento de dividendos. Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP. O valor pago a título de juros sobre o capital próprio, líquido de imposto de renda, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, somos obrigados a pagar aos acionistas valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre o capital próprio, descontado o pagamento do imposto retido na fonte, acrescida do valor dos dividendos declarados, seja equivalente ao menos ao montante do dividendo obrigatório.

Valores Distribuídos a Título de Dividendos ou Juros Sobre o Capital Próprio

A remuneração dos acionistas efetuadas por nós em 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 estão indicadas no quadro abaixo:

(em reais mil)	2002	2003	2004	2005	2006
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos					
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	8.694	14.046	19.656	23.962	22.902
Dividendos	–	–	–	–	80.108
Subtotal	8.694	14.046	19.656	23.962	103.010
I.R.R.F. dos juros sobre o capital próprio	1.276	2.031	2.778	3.320	3.208
Total	**9.970**	**16.077**	**22.434**	**27.282**	**106.218**

PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa recomendadas no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e adotadas por nós, e deve ser analisada conjuntamente com as seções "Descrição do Capital Social", "Administração" e "Informação sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos". Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal.

IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a Administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da Companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por eqüidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, empregados, clientes, fornecedores ou credores. O accountability, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade; sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a eqüidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, adotamos:

- emissão exclusiva de Ações Ordinárias;
- política "uma ação igual a um voto";
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;
- estatuto social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da Administração;
- convocações de assembléia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica "outros assuntos" e sempre visando a realização de assembléias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembléias ou reuniões, quando solicitado;
- abstenção de voto de acionistas em caso de conflito de interesses;
- vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;

- previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia;
- dispersão de ações (*free float*), visando à liquidez dos títulos;
- composição do Conselho de Administração deve ter ao menos 20% de membros independentes (ausente de vínculos com a Companhia e com o acionista controlador);
- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração; e
- vedação ao acesso de informações e de direito de voto de conselheiros em situações de conflito de interesse.

NOVO MERCADO

O Novo Mercado é um segmento de listagem da Bovespa destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Em 2000, a Bovespa introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação para a negociação de ações em bolsas de valores. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras do Novo Mercado exigem, além das obrigações impostas pela legislação brasileira em vigor, o atendimento aos seguintes requisitos, entre outros:

- emitir somente Ações Ordinárias;
- conceder a todos os acionistas o direito de venda conjunta (*tag-along*), em caso de alienação do nosso Controle acionário, devendo o adquirente do Controle efetivar oferta pública de aquisição das ações aos demais acionistas, oferecendo as mesmas condições asseguradas ao alienante do Controle, incluindo o mesmo preço pago por ação do bloco Controlador;
- assegurar que as nossas ações, representativas de, no mínimo, 25% do capital total, estejam em circulação;
- adotar procedimentos de oferta que favoreçam a dispersão acionária;
- cumprir padrões mínimos de divulgação trimestral de informações;
- divulgar as negociações realizadas mensalmente pelos nossos acionistas Controladores, envolvendo valores mobiliários de nossa emissão;
- disponibilizar aos acionistas um calendário de eventos societários;
- limitar o mandato de todos os membros do nosso Conselho de Administração a, no máximo, 2 anos, podendo ser reeleitos; excepcionalmente e para fins de transição, quando o poder de controle da Companhia vier a ser exercido de forma difusa, os membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos uma única vez com mandato de até 3 anos;
- limitar a composição do Conselho de Administração a, no mínimo, 5 membros, sendo que, no mínimo, 20% deles deverão ser independentes;

- elaborar, a partir do segundo exercício social encerrado após a admissão no Novo Mercado, demonstrações financeiras anuais, inclusive demonstrações de fluxo de caixa, em idioma inglês, de acordo com normas contábeis internacionais, tais como o U.S. GAAP ou o IFRS;
- adotar exclusivamente as normas do regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, pelas quais a Bovespa, a Companhia, os acionistas, os administradores e os membros do Conselho Fiscal da Companhia, se instalado, comprometem-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ou oriunda do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, das cláusulas compromissórias, em especial, quanto à sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem, nos termos do seu Regulamento de Arbitragem;
- realizar, pelo menos uma vez ao ano, reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas; e
- em caso de saída do Novo Mercado, para que as ações sejam negociadas fora do Novo Mercado, o acionista Controlador deve fazer oferta pública de aquisição das ações em circulação, no mínimo pelo valor econômico apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Saída do Novo Mercado".

Em 2007, alteramos espontaneamente o nosso Estatuto Social para adequá-lo às regras do Novo Mercado e celebramos o Contrato de Participação do Novo Mercado com a Bovespa, por meio do qual aderimos, em 22 de março de 2007 às regras do Novo Mercado e a conversão passou a ter efeito em 23 de março de 2007.

ASSEMBLÉIAS GERAIS

Nas Assembléias Gerais regularmente convocadas e instaladas, os nossos acionistas estão autorizados a deliberar sobre as matérias de sua competência, conforme previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, na Assembléia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Os membros do nosso Conselho de Administração são em regra eleitos em Assembléias Gerais Ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária. Membros do Conselho Fiscal, na hipótese em que a sua instalação tenha sido solicitada por acionistas titulares de quantidade suficiente de ações representativas do Capital Social, podem ser eleitos em qualquer Assembléia Geral.

Uma Assembléia Geral Extraordinária pode ser realizada ao mesmo tempo em que a Assembléia Geral Ordinária. Compete aos nossos acionistas decidir, exclusivamente em Assembléias Gerais, as seguintes matérias dentre outras:

- reformar o Estatuto Social;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;
- autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59 da Lei das Sociedades por Ações;

- suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto;
- deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- deliberar sobre a transformação, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação e aprovar o relatório dos atos e operações, e as contas finais, preparados pelo liquidante;
- aprovar a saída da Companhia do Novo Mercado;
- aprovação de amortização e/ou resgate de ações pela Companhia; e
- autorizar pedido de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extra-judicial.

Quórum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a Assembléia Geral é instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25% do Capital Social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do Estatuto Social, o quórum de instalação em primeira convocação será de pelo menos dois terços das ações com direito a voto e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas.

De modo geral, a aprovação de acionistas representando, no mínimo, a maioria das ações com direito a voto dos acionistas que compareceram pessoalmente ou por meio de procurador a uma Assembléia Geral, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que os votos em branco e as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo. A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto é necessária, todavia, para a adoção das seguintes matérias, entre outras:

- redução do dividendo obrigatório;
- mudança do objeto social;
- fusão da Companhia ou incorporação da Companhia em outra sociedade;
- cisão;
- participação em um grupo de sociedades;
- cessação do estado de liquidação; e
- dissolução.

A CVM pode autorizar a redução do percentual de votos necessários à aprovação das matérias acima mencionadas, no caso de a companhia aberta com ações dispersas no mercado e cujas três últimas Assembléias tenham sido realizadas com a presença de acionistas representando menos de metade das ações com direito a voto.

Convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as Assembléias Gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial da União ou do Estado em que esteja situada a nossa sede, e em outro jornal de grande circulação. As nossas publicações são atualmente realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como no jornal Valor Econômico, sendo a primeira publicação, no mínimo, quinze dias antes da assembléia, em primeira convocação, e com oito dias de antecedência, em segunda convocação. A Assembléia Geral que tiver por objeto deliberar sobre a nossa saída do Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 dias de antecedência. A CVM poderá, em determinadas circunstâncias, e a pedido de qualquer acionista, requerer que a primeira convocação para as Assembléias Gerais de acionistas seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva Assembléia Geral. A CVM poderá ainda, a pedido de qualquer acionista, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação da Assembléia Geral Extraordinária, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à Assembléia. O edital de convocação de Assembléia Geral deverá conter, além do local, data e hora da Assembléia, a ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto Social, a indicação da matéria.

Local da Realização de Assembléia Geral

As nossas Assembléias Gerais são realizadas em sua sede, na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, no Estado de São Paulo. A Lei das Sociedades por Ações permite que as Assembléias Gerais sejam realizadas fora da sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na cidade de Santa Bárbara d'Oeste e a respectiva convocação contenha uma indicação expressa e inequívoca do local em que a Assembléia Geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembléias Gerais

Compete, normalmente, a qualquer dos membros do nosso Conselho de Administração convocar as Assembléias Gerais, ainda que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

- qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 dias, a convocação contida em previsão legal ou estatutária;
- acionistas que representem 5%, no mínimo, do Capital Social, caso os administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembléia solicitada através de pedido de convocação que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;
- acionistas que representem 5%, no mínimo, do Capital Social, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembléia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e
- o Conselho Fiscal, caso os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.

Legitimação e Representação

As pessoas presentes à assembléia geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto, devendo apresentar, com no mínimo 48 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 dias antes da data da realização da Assembléia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Os nossos acionistas podem ser representados na Assembléia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, administrador ou por advogado, ou ainda, em companhias abertas, por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados pelo seu administrador.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o nosso Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração será composto de, no mínimo 7 (sete) e, no máximo, 13 (treze), sendo que destes, no mínimo 20% devem ser conselheiros independentes. O número dos membros do nosso Conselho de Administração será definido nas Assembléias Gerais de acionistas pelo voto majoritário dos titulares de Ações Ordinárias de emissão da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10% do nosso capital votante, sendo assegurado aos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, pelo menos 15% de nossas Ações Ordinárias de emissão, o direito de indicar, em votação em separado, um conselheiro. Em não sendo solicitada a adoção do voto múltiplo, os conselheiros são eleitos pelo voto majoritário de acionistas titulares de Ações Ordinárias, presentes ou representados por procurador. Os membros do nosso Conselho de Administração são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral ordinária para um mandato unificado de 2 exercícios anuais, permitida a reeleição.

Segundo a Instrução da CVM nº. 282, de 26 de junho de 1998, o percentual mínimo do capital votante exigido para que se solicite a adoção do processo de voto múltiplo em companhias abertas pode ser reduzido em função do valor do capital social, variando entre 5% e 10%. Considerando o atual valor do nosso Capital Social, acionistas representando 9% do nosso capital votante poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros ao Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão. Os membros do Conselho de Administração não estão sujeitos à aposentadoria obrigatória por idade. Ver "Administração – Conselho de Administração" para informações adicionais sobre o Conselho de Administração.

Operações de Interesse para os Conselheiros

A Lei das Sociedades por Ações proíbe um conselheiro de:

- praticar qualquer ato de liberalidade às custas da Companhia, salvo por atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a Companhia, tendo em vista suas responsabilidades sociais, os quais poderão ser autorizados pelo conselho;
- receber de terceiros, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de Assembléia Geral;
- sem prévia autorização da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia, ou usar, em proveito próprio, de terceiros ou de sociedade em que tenha interesse, os seus bens, serviços ou crédito;
- intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da Companhia;
- usar em benefício próprio ou de terceiros, com ou sem prejuízo para a Companhia, oportunidades comerciais de que tenha conhecimento devido ao exercício do seu cargo;
- omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia; e
- adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir.

A remuneração dos conselheiros é fixada pelos acionistas.

CONSELHO FISCAL

Do mesmo modo que o Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, por meio do termo de anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado, responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento.

O nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente. Sempre que instalado, o Conselho Fiscal será constituído por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número. Atualmente, possuímos um Conselho Fiscal instalado. O nosso Conselho Fiscal pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por acionistas representando mais de 10% de nosso Capital Social. Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal que não tenham sido membros da sua composição após no período subseqüente à última Assembléia Geral Ordinária, tal acionista deverá nos notificar por escrito com 5 dias de antecedência em relação à data Assembléia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos. Veja a seção "Administração – Conselho Fiscal".

RESTRIÇÕES À REALIZAÇÃO DE DETERMINADAS OPERAÇÕES POR ACIONISTA CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM nº. 358, de 3 de janeiro de 2002, nós, os nossos acionistas controladores, os membros do nosso Conselho de Administração, os nossos Diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, os membros do nosso comitê e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, bem como qualquer outra pessoa que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, somos proibidos de negociar com valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de nossa emissão, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos nossos negócios.

Esta restrição também é aplicável:

- aos membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos;
- em caso de existência de intenção de promover operações de fusão, incorporação, cisão total ou parcial, ou reorganização societária envolvendo a Companhia;
- à Companhia, caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim;
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM; e
- ao Acionista Controlador, membros do nosso Conselho de Administração e diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia ou por qualquer controlada, coligada ou outra Companhia sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

DIREITO DE RECESSO E RESGATE

Direito de Recesso

Qualquer um dos nossos acionistas dissidente de certas deliberações tomadas em Assembléia Geral poderá retirar-se da mesma, mediante o reembolso do valor de suas ações com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de recesso poderá ser exercido, nos seguintes eventos:

- cisão da Companhia;
- redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos acionistas;
- mudança de objeto social;
- fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas abaixo);
- participação em um grupo de sociedades, conforme tal expressão é utilizada na Lei das Sociedades por Ações;
- incorporação de ações na qual a Companhia esteja envolvida, nos termos do Artigo 252 Lei das Sociedades por Ações;
- transformação societária; e
- aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos na Lei das Sociedades por Ações.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece, que a cisão somente ensejará direito de recesso nos casos em que ela ocasionar:

- a mudança do objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da Companhia;
- a redução do dividendo obrigatório da Companhia; ou
- a participação da Companhia em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações.

Nos casos de: (i) fusão ou incorporação da Companhia; (ii) na participação em grupo de sociedades; (iii) participação em incorporação de ações nos termos do Artigo 252 Lei das Sociedades por Ações; ou (iv) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia não terão direito de recesso caso suas ações (i) tenham liquidez, ou seja, integrem o índice geral da Bovespa ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM e (ii) tenham dispersão, de forma que o acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos da metade das ações da espécie ou classe objeto do direito de retirada.

O direito de recesso deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contado da publicação da ata da Assembléia Geral que deliberar a matéria que der ensejo a tal direito. Adicionalmente, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de recesso nos 10 dias subseqüentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a sua estabilidade financeira.

No caso do exercício do direito de recesso, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado pela Assembléia Geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar levantamento de balanço especial levantado em data não anterior a 60 dias antes da deliberação, para avaliação do valor de suas ações. Neste caso, devemos pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas, e o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembléia Geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações podem ser resgatadas mediante determinação dos nossos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária, devendo ser aprovado por acionistas que representem, no mínimo, a metade das ações atingidas.

REGISTRO DAS AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA

As Ações Ordinárias de nossa emissão são mantidas sob a forma escritural junto ao Banco Bradesco S.A. A transferência de ações é realizada por meio de um lançamento pelo escriturador em seus sistemas de registro a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

DIREITOS DAS AÇÕES ORDINÁRIAS

Cada Ação Ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, não poderemos emitir ações sem direito a voto ou com direito de voto restrito. Além disso, de acordo com o nosso Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de Ações Ordinárias direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às Ações Ordinárias, na proporção de suas participações no Capital Social. No caso de liquidação da Companhia, os acionistas têm o direito de receber os montantes relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no Capital Social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Titulares de Ações Ordinárias têm o direito de participar de futuros aumentos de capital na Companhia, na proporção de suas participações no Capital Social, mas não estão obrigados a subscrever ações nestes aumentos de capital.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social e tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas da Companhia em Assembléias Gerais, podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

- direito a participar na distribuição dos lucros;
- direito a participar, na proporção da sua participação no Capital Social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas na seção "Direito de Preferência";
- direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; e
- direito de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito na seção "Direito de Recesso e Resgate".

DIREITO DE PREFERÊNCIA

Exceto conforme descrito abaixo, os acionistas possuem direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária à época do referido aumento de capital. Os acionistas da Companhia também possuem direito de preferência na subscrição de debêntures conversíveis e em qualquer oferta de ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia. Contudo a conversão de debêntures em ações, a aquisição de ações mediante o exercício do bônus de subscrição e a oferta de opção de compra de ações e seu exercício não estão sujeitos a direito de preferência. Concede-se prazo não inferior a 30 dias contado da publicação de aviso aos acionistas referente ao aumento de capital mediante emissão de ações, a emissão de debêntures conversíveis em ações ou a emissão de bônus de subscrição, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista. Nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência dos acionistas ou reduzir o prazo para seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle.

ARBITRAGEM E CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso o controlador ou a própria Companhia realize uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, sendo observados os seguintes requisitos:

- que o preço ofertado seja justo, na forma estabelecida em lei; e
- que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública, sendo que, para esse fim específico, considera-se ações em circulação apenas aquelas ações cujos titulares tiverem concordado expressamente com o cancelamento do registro ou tiverem se habilitado para o leilão de oferta pública.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada para o cancelamento do registro de companhia aberta deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão destes, com experiência comprovada, que será escolhida pela Assembléia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o registro de companhia aberta para negociação de ações no mercado de bolsa somente poderá ser cancelado se a Companhia ou seus acionistas controladores formularem oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado, por preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações de emissão da Companhia no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM. É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de no mínimo 10% das ações em circulação no mercado requererem aos administradores da Companhia que convoquem assembléia especial dos acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação do valor de avaliação da Companhia. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias da divulgação do valor da oferta pública, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão ressarcir a Companhia pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta. No entanto, caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública deverá obrigatoriamente adotar esse maior valor, a menos que o ofertante desista da oferta pública em função de tal valor superior.

SAÍDA DO NOVO MERCADO

Podemos, a qualquer momento, requerer o cancelamento de nossa listagem no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembléia Geral por acionistas que representem a maioria das nossas ações, e desde que a Bovespa seja informada por escrito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência. Tal deliberação deverá especificar se a saída ocorre porque os valores mobiliários por nós emitidos passarão a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou se em razão do cancelamento do nosso registro de companhia aberta. Nossa saída do Novo Mercado não implicará a perda da nossa condição de companhia aberta registrada na Bovespa.

Quando a saída do Novo Mercado ocorrer (i) para que as ações passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) em razão da reorganização societária da qual as ações da Companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado o acionista controlador ou grupo de acionistas controladores deverá efetivar OPA, observados os termos e condições prescritos na regulamentação. O preço da OPA corresponderá, no mínimo, ao valor econômico apurado, mediante elaboração de laudo de avaliação por sociedade especializada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia seus administradores e/ou acionistas controladores, com experiência comprovada, que será escolhida pela Assembléia Geral, que deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, conforme abaixo definido, a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação dos acionistas presentes. Os custos de elaboração de referido laudo deverão ser integralmente suportados pelo ofertante.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, caso o nosso controle seja alienado nos 12 meses subseqüentes à nossa saída do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o comprador deverão oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo acionista controlador alienante, devidamente atualizado. Ademais, se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída realizada, o acionista controlador alienante e o adquirente ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública.

Após uma eventual saída do Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia no Novo Mercado pelo período de dois anos subseqüentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma alienação do nosso controle após nossa saída do Novo Mercado.

ALIENAÇÃO DO CONTROLE

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que a alienação do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a efetivar uma oferta pública de aquisição de ações aos outros acionistas da Companhia, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista Controlador alienante.

Esta oferta ainda será exigida quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, em que venha resultar na alienação do Controle da Companhia, e em caso de alienação de Controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista Controlador alienante ficará obrigado a declarar à Bovespa o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentos que comprovem esse valor.

Segundo o Novo Mercado, aquele que já detiver ações da Companhia e que venha a adquirir o poder de controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá efetivar oferta pública do modelo acima referido, e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos seis meses anteriores à data da alienação de Controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista Controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

O Estatuto Social da Companhia prevê ainda que o acionista Controlador alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações representativas do Controle, enquanto o acionista adquirente, ou aquele que vier a deter o poder de controle, não subscrever o termo de anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

O comprador deve ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% do total de ações do Capital Social, dentro dos seis meses subseqüentes à aquisição do Controle. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Alienação de Controle" deste Prospecto.

EXERCÍCIO DO PODER DE CONTROLE DE FORMA DIFUSA

Nosso novo Estatuto Social contém provisão acerca do Exercício do poder de controle de Forma Difusa, dispondo que na hipótese de haver o Exercício do poder de controle de Forma Difusa: (i) sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública; e (ii) sempre que for aprovada, em Assembléia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado seja por reorganização societária na qual as ações da Companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado, porém não haja o cancelamento do registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembléia Geral.

Além disso, na hipótese de haver o Exercício do poder de controle de Forma Difusa e a Bovespa determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado, em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembléia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração. Caso a referida Assembléia Geral Extraordinária não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia. O novo Conselho de Administração eleito na Assembléia Geral Extraordinária deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela Bovespa para esse fim, o que for menor.

Na hipótese de haver o Exercício do poder de controle de Forma Difusa e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado decorrente de: (i) deliberação em Assembléia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) ato ou fato da administração, a Companhia deverá realizar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Caso seja deliberada, em Assembléia Geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Caso haja Exercício do poder de controle de Forma Difusa, nosso Estatuto Social adicionalmente estabelece um processo diferenciado de eleição de membros do Conselho Fiscal que assegura dois assentos para cada acionista ou grupo de acionistas que detenha, respectivamente, no mínimo, 10% de nosso Capital Social.

REALIZAÇÃO, PELA COMPANHIA, DE OPERAÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES DE EMISSÃO PRÓPRIA

O Estatuto Social autoriza o Conselho de Administração a aprovar a compra, pela Companhia, de ações de sua própria emissão. A decisão de comprar ações de emissão própria para manutenção em tesouraria ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas:

- resultar na redução do Capital Social;
- fazer com que seja necessária a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal, reserva de lucros a realizar, reserva de reavaliação e reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído, constantes do último balanço;
- criar, direta ou indiretamente, qualquer demanda, oferta ou condição do preço por ação artificial, ou utilizar-se de qualquer prática injusta, como conseqüência de uma ação ou omissão da Companhia;
- ser utilizada para a compra de ações detidas pelo acionista controlador da Companhia; ou
- ocorrer enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia.

Compete ao Conselho de Administração da Companhia decidir sobre comprar ações de emissão da Companhia, especificando (i) o objetivo da operação, (ii) a quantidade de ações a serem adquiridas, (iii) o prazo máximo para a realização das operações autorizadas, que não poderá exceder a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, (iv) a quantidade de ações em circulação no mercado, e (v) nome e endereço das instituições financeiras que atuarão como intermediárias.

A Companhia não pode manter em tesouraria mais do que 10% de suas ações em circulação no mercado, incluindo as ações detidas por suas controladas e coligadas.

Qualquer compra de ações de emissão própria pela Companhia deve ser realizada em bolsa, exceto se as ações somente estiverem admitidas à negociação em mercado de balcão, e não pode ser feita por meio de operações privadas exceto se previamente aprovada pela CVM. A Companhia pode também comprar ações de emissão própria, na hipótese em que a Companhia deixe de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, a Companhia pode comprar ou emitir opções de compra ou de venda relacionadas às ações de emissão da Companhia.

DISPERSÃO ACIONÁRIA EM DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

Nosso Estatuto Social contém disposição que tem o efeito de evitar a concentração de nossas ações nas mãos de um grupo pequeno de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa. A disposição neste sentido exige que qualquer acionista, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 15% do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 15% do total de ações de emissão da Companhia, efetivar o registro de uma oferta pública de aquisição ("OPA") da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da Bovespa e os termos do nosso Estatuto Social. Incluem-se na obrigação de realizar esta OPA o acionista que adquira ou se torne titular de 15% ou mais ações da Companhia em decorrência de usufruto ou fideicomisso. Estão excluídos destas obrigações os acionistas que já eram titulares de 15% ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores até a data de aprovação de nosso Estatuto Social vigente, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia ou aos atuais acionistas da Companhia que se tornarem titulares de 15% ou mais do total de ações de emissão da Companhia, após a realização da Assembléia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2007 que aprovou a previsão estatutária do referido mecanismo de proteção à dispersão acionária. O único acionista titular de mais de 15% de nossas ações em 15 de fevereiro de 2007 era a Fênix Empreendimentos S.A.

O percentual de 15% aqui explicitado não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembléia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Para fins do cálculo do percentual de 15% do total de ações de emissão da Companhia, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na Bovespa, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o procedimento a seguir descrito. A OPA, segundo a forma de pagamento proposta pelo ofertante, poderá ser: (i) de compra, mediante o pagamento à vista em moeda corrente nacional; (ii) de permuta, mediante o pagamento em valores mobiliários, de emissão de companhia aberta, admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários, emitidos ou a emitir; ou (iii) mista, mediante parte do pagamento em dinheiro e parte em valores mobiliários. O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA na Bovespa, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo acionista adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA.

Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

A realização da OPA não exclui a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA ou a exclusão deste mecanismo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembléia Geral a realizar a OPA aqui prevista.

RETIRADA DE DISPOSITIVO SOBRE PROTEÇÕES CONTRA TENTATIVAS DE AQUISIÇÃO HOSTIL E MECANISMO DE PROTEÇÃO À DISPERÇÃO ACIONÁRIA

Ainda, o parágrafo 8º do artigo 51 de nosso Estatuto Social estabelece que a alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA para fins mencionados na subseção acima ou a exclusão do referido 51 de nosso Estatuto Social obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembléia Geral a realizar a OPA prevista em tal artigo.

PERCENTUAL MÍNIMO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO APÓS AUMENTO DE CAPITAL

O Regulamento do Novo Mercado prevê que, na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital pelo acionista Controlador obrigá-lo-á tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, de 25% das ações do Capital Social da Companhia nos 6 meses subseqüentes à homologação da subscrição.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES EVENTUAIS E PERIÓDICAS

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários estabelece que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à Bovespa determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Esta legislação prevê também a obrigação de arquivar junto à CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembléias Gerais, bem como as cópias das atas destas assembléias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, a Companhia deve observar também os seguintes requisitos de divulgação:

- no máximo seis meses após a obtenção de autorização para listagem de ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, deve apresentar demonstrações financeiras da Companhia e demonstrações consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa, a qual deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos;

- a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício social após a obtenção de autorização para listar as ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, deve, no máximo quatro meses após o encerramento do exercício social: (i) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, em Reais ou Dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do Relatório da Administração, das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil bem como a proposta da destinação do resultado e parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e segundo os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes; e

- a partir da data de divulgação das primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com as disposições previstas acima, no máximo quinze dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, deve: (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, de acordo com as disposições acima, acompanhadas de parecer ou de relatório de revisão especial dos auditores independentes.

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

No prazo máximo de 6 meses após a obtenção da autorização para listagem de ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, a Companhia deverá incluir em suas informações trimestrais, além das informações exigidas pela legislação aplicável, as seguintes informações:

- balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a Companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social;

- informe da posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5% do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física;

- informe da quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente;

- informe da evolução da participação dos acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores;

- a demonstração de fluxo de caixa, que deverá ser incluída nas notas explicativas;

- informe da quantidade de ações em circulação e seu percentual em relação ao total de ações emitidas; e

- informe sobre a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória.

As informações relativas à participação superior a 5% do nosso Capital Social, à quantidade e características das ações da Companhia direta ou indiretamente detidas pelos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, a evolução do volume de ações detidas por estas pessoas dentro dos 12 meses imediatamente anteriores, e a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória devem também estar incluídas nas Informações Anuais ("IAN") da Companhia, no quadro "Outras Informações Consideradas Importantes para o Melhor Entendimento da Companhia".

DIVULGAÇÃO DE NEGOCIAÇÕES COM AÇÕES REALIZADAS POR ACIONISTA CONTROLADOR, CONSELHEIRO, DIRETOR OU MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as regras da CVM e do Novo Mercado, os diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposições estatutárias, ficam obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à Bovespa, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou de emissão de suas controladas ou controladores que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem com as alterações em suas posições. Quando se tratar de pessoa física, as informações deverão incluir os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge, companheiro ou dependente incluído em sua declaração de imposto de renda e de sociedade controlada direta ou indiretamente por quaisquer dessas pessoas. A comunicação deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- nome e qualificação do comunicante;
- quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da Companhia emissora; e
- forma, preço e data das transações.

Essas informações devem ser enviadas imediatamente após a investidura no cargo ou quando da apresentação do pedido de registro da companhia como aberta, e no prazo de dez dias a contar do final do mês em que se verificar alteração das posições detidas.

Sempre que os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegem membros do nosso Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como de qualquer pessoa, física ou jurídica, ou grupo de pessoas atuando em conjunto ou representando um mesmo interesse, atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% ou mais das nossas ações, tais acionistas ou grupo de acionistas deverão comunicar à Bovespa e à CVM as seguintes informações:

- nome e qualificação do adquirente das ações;
- objetivo da participação e quantidade visada;
- número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e
- indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Tal comunicação também é obrigatória para a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior a 5% das nossas ações, sempre que tal participação se eleve ou reduza em 5%.

DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

De acordo com a Lei do Mercado de Valores Mobiliários, a Companhia deve informar à CVM e à Bovespa a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos seus negócios. Deve também publicar um aviso sobre tal ato ou fato. Um ato ou fato é considerado relevante se tiver o efeito de influenciar o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia, a decisão de investidores de negociar os valores mobiliários de emissão da Companhia ou a decisão de investidores de exercer quaisquer direitos na qualidade de titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Em circunstâncias especiais, a Companhia pode submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

A Companhia possui ainda, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

- informação relevante consiste em qualquer decisão de acionista Controlador, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários;
- é de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (através de anúncio publicado em jornal, etc.);
- a Companhia prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia;
- todas as pessoas vinculadas (os acionistas Controladores da Companhia, seus diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, se instalado, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente) deverão assinar termo de adesão à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar a Companhia e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

INFORMAÇÕES PERIÓDICAS

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre e de cada exercício social, devem incluir, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas" deste Prospecto.

Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais

Dispõe o Regulamento do Novo Mercado que, após o encerramento do segundo exercício social após a adesão ao Novo Mercado, a Companhia deverá elaborar (i) demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, as quais deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês. Devem ainda ser acompanhadas do relatório de administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício social segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções da CVM, as normas e pronunciamentos do IBRACON, a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas que demonstra a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções da CVM e pelas normas e pronunciamentos do IBRACON e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis, e do parecer dos auditores independentes (registrados na CVM e com experiência comprovada no exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS). Veja a seção "Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas" deste Prospecto.

Informações Trimestrais em Inglês ou elaborada de Acordo com os Padrões Internacionais

Conforme esta regra, a Companhia deverá apresentar a íntegra das informações trimestrais traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais" deste Prospecto.

Esta apresentação de Informações deverá ser acompanhada de Parecer ou de Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes.

Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR

O Regulamento do Novo Mercado estipula algumas informações complementares que deverão ser apresentadas no ITR. São elas: (i) apresentar, no máximo, 6 (seis) meses após a obtenção pela Companhia da autorização para negociar no Novo Mercado, o balanço patrimonial consolidado, a Demonstração do Resultado Consolidado e o Comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detém mais de 5% do Capital Social da Companhia, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os Grupos de Acionista Controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item iii, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses anteriores; (v) incluir em notas explicativas, a demonstração dos fluxos de caixa anteriormente mencionados; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória.

Requisitos adicionais para as Informações Anuais - IAN

São também requisitos do Novo Mercado a inclusão dos itens (iii), (iv), e (vii) do tópico "Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais" nas Informações Anuais da Companhia no quadro "Outras Informações Consideradas Importantes para um Melhor Entendimento da Companhia". Veja a seção "Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais" deste Prospecto.

REUNIÃO PÚBLICA COM ANALISTAS

O Regulamento do Novo Mercado estipula que pelo menos uma vez ao ano, a Companhia deve realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

CALENDÁRIO ANUAL

O Novo Mercado determina que as companhias e os Administradores devem enviar à Bovespa e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre a Companhia, o evento, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento tratado no evento à Bovespa. Eventuais alterações subseqüentes em relação aos eventos programados deverão ser enviadas à Bovespa e divulgadas imediatamente.

ACORDO DE ACIONISTAS

A Companhia enviará à Bovespa e à CVM, até a data da publicação do Anúncio de Início, cópia de todos os acordos de acionistas arquivados em sua sede, e noticiará as mesmas sobre as averbações de acordos existentes em seus livros. Veja a seção "Nossas Atividades – Acordo de Acionistas" e "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores – Acordo de Acionistas" deste Prospecto.

CONTRATOS COM O MESMO GRUPO

A Companhia deve enviar à Bovespa e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista Controlador, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do acionista Controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$0,2 milhão, ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia. Veja a seção "Operações com Partes Relacionadas" deste Prospecto.

3. ANEXOS

- Declarações de Veracidade das Informações do Prospecto
- Estatuto Social
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de março de 2007, aprovando a Oferta
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de abril de 2007, aprovando o Preço por Ação
- Informações Anuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 (somente as informações não constantes do Prospecto)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

Indústrias Romi S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Pérola Byington, n.º 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 56.720.428/0001-63, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a "Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária (a "Distribuição Primária") e secundária (a "Distribuição Secundária") de ações ordinárias de sua emissão ("Ações"), as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. (o "Coordenador Líder") e pelo do Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e ainda, com esforços de venda no exterior, com base nas isenções de registro previstas pela *Regulation S* e pela *Rule 144A*, ambas do *Securities Act de 1933* dos Estados Unidos da América (a "Oferta"), sendo que as Ações objeto da Distribuição Primária serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, e as Ações objeto da Distribuição Secundária são de titularidade de Sra. Flora Sans Romi, Sr. Américo Emílio Romi Neto, Sr. José Carlos Romi, Sr.André Luís Romi, Sra.Maria Pia Romi Campos, Sr.Carlos Chiti, Sra.Suzana Guimarães Chiti, Sra. Juliana Guimarães Chiti, Sr. Carlos Guimarães Chiti, Sr. Eugênio Guimarães Chiti, Sr. Romeu Romi, Sra. Anna Maria de Toledo Romi, Sra. Sandra Maria Romi Cheida, Sra. Patrícia Romi Cervone, Sra. Adriana Romi, Sr. Frederico Romi, Sr. Paulo Romi, Sr. Giordano Romi Júnior, Sra. Anna Regina Romi Zanatta, Sra. Cláudia Miriam Romi Frezza, HG Camino FIA, HG Global Macro Master Fund, LP, Green HG Fund LLC, HG Beta 14 FIA, HG Hiper FIM, HG Verde Master FIM, Skopos HG Brk Fund LLC, HG Pilar FIM, HG Private FIM, HG Raphael FIA, HG Agar FIM, HG Star FIM, HG Top FIM, HG Top 30 FIM, HG Turbus FIA, Hedging-Griffo Verde FIM, Hedging-Griffo Carteira Administrada Real FIM, Skopos HG FIA, Hedging-Griffo Skopos Fund LLC, Hedging Griffo Verde 14 FIM, HG Cerejeira FIA, HG Clique FIA, HG Master FIA, vem, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, em seu artigo 56, declarar:

- ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- que o prospecto preliminar da Oferta Pública das Ações ("Prospecto Preliminar") contém, nesta data, e que o e o prospecto definitivo da Oferta Pública das Ações ("Prospecto Definitivo") conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- que o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Santa Bárbara d'Oeste, 19 de março de 2007.

Indústrias Romi S.A.

Américo Emílio Romi Neto – Presidente

Sergio Roberto Novo – Diretor Administrativo

DECLARAÇÃO

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição líder ("Coordenador Líder") da distribuição pública primária e secundária ("Oferta Pública") de ações ordinárias de emissão das Indústrias Romi S.A ("Ações" e "Companhia", respectivamente), no montante total de 27.971.459 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, sendo (i) 12.000.000 Ações a serem emitidas pela Companhia, objeto da distribuição primária; e (ii) 15.971.459 Ações de titularidade da Sra. Flora Sans Romi, Sr. Américo Emílio Romi Neto, Sr. José Carlos Romi, Sr. André Luís Romi, Sra. Maria Pia Romi Campos, Sr. Carlos Chiti, Sra. Suzana Guimarães Chiti, Sra. Juliana Guimarães Chiti, Sr. Carlos Guimarães Chiti, Sr. Eugênio Guimarães Chiti, Sr. Romeu Romi, Sra. Anna Maria de Toledo Romi, Sra. Sandra Maria Romi Cheida, Sra. Patrícia Romi Cervone, Sra. Adriana Romi, Sr. Frederico Romi, Sr. Paulo Romi, Sr. Giordano Romi Júnior, Sra. Anna Regina Romi Zanatta e Sra. Cláudia Miriam Romi Frezza. Além destes, os seguintes fundos de investimento e investidores não residentes representados legalmente por Hedging Griffo Corretora de Valores S.A.: HG Camino FIA, HG Global Macro Máster Fund LP, Green HG FUND LLC, HG Beta 14 FIA, HG Hiper FIM, Hedging-Griffo Verde Master FIM, Skopos HG BRK Fund LLC, HG Pilar FIM, HG Private FIM, HG Raphael FIA, HG Agar FIM, HG Star FIM, HG Top FIM, HG Top 30 FIM, HG Turbus FIM, Hedging-Griffo Verde FIM, HG Carteira Administrada Real FIM, Skopos HG FIA, Skopos HG Fund LLC, Hedging-Griffo Verde 14 FIM, HG Cerejeira FIA, HG Clique FIA e HG Verde Master FIM. ("Acionistas Vendedores"), objeto da distribuição secundária, vem, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), em seu artigo 56, parágrafos 1º e 5º, declarar que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que:

I. o prospecto preliminar da Oferta Pública das Ações ("Prospecto Preliminar") e o prospecto definitivo da Oferta Pública das Ações ("Prospecto Definitivo") contivessem as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta Pública, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

II. o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo fossem preparados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

III. as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, por ocasião do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Pública de Ações.

São Paulo, 22 de março de 2007.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:
Cargo:

Fábio Ferraz
Investment Banking

Nome:
Cargo:

Jean - Marc Etlin
CPF: 051 036 138 - 24

JUR_SP 3983731v8 3400.243577

HEDGING·GRIFFO

Av. Presidente Juscelino Kubitschek 1830
Torres III e IV 7º andar São Paulo SP 04543-900
Fone 55 11 3704 8600
www.griffo.com.br

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

HG Camino FIA, HG Global Macro Master Fund, LP, Green HG Fund LLC, HG Beta 14 FIA, HG Hiper FIM, HG Verde Master FIM, Skopos HG Brk Fund LLC, HG Pilar FIM, HG Private FIM, HG Raphael FIA, HG Agar FIM, HG Star FIM, HG Top FIM, HG Top 30 FIM, HG Turbus FIA, Hedging-Griffo Verde FIM, Hedging-Griffo Carteira Administrada Real FIM, Skopos HG FIA, Hedging-Griffo Skopos Fund LLC, Hedging Griffo Verde 14 FIM, HG Cerejeira FIA, HG Clique FIA, HG Master FIA, (em conjunto os "Acionistas Vendedores Não Controladores"), neste ato representados por HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A., no âmbito da oferta pública de distribuição primária (a "Distribuição Primária") e secundária (a "Distribuição Secundária") de ações ordinárias de emissão da Indústrias Romi S.A. ("Ações"), as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. (o "Coordenador Líder") e pelo do Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e ainda, com esforços de venda no exterior, com base nas isenções de registro previstas pela *Regulation S* e pela *Rule 144A*, ambas do *Securities Act de 1933* dos Estados Unidos da América (a "Oferta"), sendo que as Ações objeto da Distribuição Primária serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, e as Ações objeto da Distribuição Secundária são de titularidade dos Acionistas Vendedores Não Controladores e da Sra. Flora Sans Romi, do Sr. Américo Emílio Romi Neto, do Sr. José Carlos Romi, do Sr.André Luís Romi, da Sra.Maria Pia Romi Campos, do Sr.Carlos Chiti, da Sra.Suzana Guimarães Chiti, da Sra. Juliana Guimarães Chiti, do Sr. Carlos Guimarães Chiti, do Sr. Eugênio Guimarães Chiti, do Sr. Romeu Romi, da Sra. Anna Maria de Toledo Romi, da Sra. Sandra Maria Romi Cheida, da Sra. Patrícia Romi Cervone, da Sra. Adriana Romi, do Sr. Frederico Romi, do Sr. Paulo Romi, do Sr. Giordano Romi Júnior, da Sra. Ana Regina Romi Zanatta e da Sra. Cláudia Miriam Romi Frezza, vêm, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, em seu artigo 56, declarar que tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, para assegurar que:

- o prospecto preliminar da Oferta Pública das Ações ("Prospecto Preliminar") e o prospecto definitivo da Oferta Pública das Ações ("Prospecto Definitivo") contivessem as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta Pública, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

- o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo fossem preparados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

- as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, por ocasião do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Pública de Ações.

São Paulo, 19 de março de 2007

Tabellio Falleiros — Tabellio Falleiros

HG Camino FPA

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HEDGING·GRIFFO

Av. Presidente Juscelino Kubitschek 1830
Torres III e IV 7° andar São Paulo SP 04543-900
Fone 55 11 3704 8600
www.griffo.com.br

19 MAR. 2007

Tabelião Falleiros

HG Global Macro Master Fund,LP

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

Green HG Fund LLC

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Beta 14 FIA

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Hiper FIM

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Verde Master FIM

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

Skopos Hg Brk Fund LLC

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Pilar FIM

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Private FIM

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Raphael FIA

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Agar FIM

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HEDGING·GRIFFO

Av. Presidente Juscelino Kubitschek 1830
Torres III e IV 7° andar São Paulo SP 04543-900
Fone 55 11 3704 8600
www.griffo.com.br

19 MAR. 2007

Tabelião Fallarinos

HG Star FIM

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Top FIM

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Top 30 FIM

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Turbus FIA

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Master FIA

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Carteira Administrada Real FIM

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

Skopos HG FIA

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

Hedging-Griffo Skopos Fund LLC

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

Hedging Griffo Verde 14 FIM

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

HG Cerejeira FIA

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

Av. Presidente Juscelino Kubitschek 1830
Torres III e IV 7º andar São Paulo SP 04543-900
Fone 55 11 3704 8600
www.griffo.com.br

19 MAR. 2007

HG Clique FIA

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

Hedging Griffo Verde FIM

EDUARDO BRENNER
Diretor

RICARDO SILVA JARDIM
Procurador

19º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
AV. REBOUÇAS, 3749 - SÃO PAULO - SP - CEP 05401-450 - FONE: (11) 3815-9855
BEL. OLAVO FALLEIROS - TABELIÃO

RECONHECO POR SEMELHANCA 0004 FIRMA DE:
002 RICARDO SILVA JARDIM E 002 EDUARDO BRENNER
SAO PAULO, 20 de MARCO de 2007. EM TEST) DA VERDADE.

CLENILSON SILVA DE CARVALHO-ESCREVENTE AUTORIZADO
Emolumentos+Custas R$ 10,60 - Carimbo:865033 DOC.SEM VALOR ECO

FIRMA 2 1024AA043892

FIRMA 2 1029AA043895

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

Sra. Flora Sans Romi, Sr. Américo Emílio Romi Neto, Sr. José Carlos Romi, Sr.André Luís Romi, Sra.Maria Pia Romi Campos, Sr.Carlos Chiti, Sra.Suzana Guimarães Chiti, Sra. Juliana Guimarães Chiti, Sr. Carlos Guimarães Chiti, Sr. Eugênio Guimarães Chiti, Sr. Romeu Romi, Sra. Anna Maria de Toledo Romi, Sra. Sandra Maria Romi Cheida, Sra. Patrícia Romi Cervone, Sra. Adriana Romi, Sr. Frederico Romi, Sr. Paulo Romi, Sr. Giordano Romi Júnior e Sra. Anna Regina Romi Zanatta, Sra. Cláudia Miriam Romi Frezza, (em conjunto os "Acionistas Vendedores Controladores"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária (a "Distribuição Primária") e secundária (a "Distribuição Secundária") de ações ordinárias de emissão da Indústrias Romi S.A. ("Ações"), as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. (o "Coordenador Líder") e pelo do Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e ainda, com esforços de venda no exterior, com base nas isenções de registro previstas pela *Regulation S* e pela *Rule 144A*, ambas do *Securities Act de 1933* dos Estados Unidos da América (a "Oferta"), sendo que as Ações objeto da Distribuição Primária serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, e as Ações objeto da Distribuição Secundária são de titularidade dos Acionistas Vendedores Controladores e do HG Camino FIA, HG Global Macro Master Fund, LP, Green HG Fund LLC, HG Beta 14 FIA, HG Hiper FIM, HG Verde Master FIM, Skopos HG Brk Fund LLC, HG Pilar FIM, HG Private FIM, HG Raphael FIA, HG Agar FIM, HG Star FIM, HG Top FIM, HG Top 30 FIM, HG Turbus FIA, Hedging-Griffo Verde FIM, Hedging-Griffo Carteira Administrada Real FIM, Skopos HG FIA, Hedging-Griffo Skopos Fund LLC, Hedging Griffo Verde 14 FIM, HG Cerejeira FIA, HG Clique FIA, HG Master FIA, vêm, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, em seu artigo 56, declarar:

- serem responsáveis pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- que o prospecto preliminar da Oferta Pública das Ações ("Prospecto Preliminar") contém, nesta data, e que o e o prospecto definitivo da Oferta Pública das Ações ("Prospecto Definitivo") conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- que o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

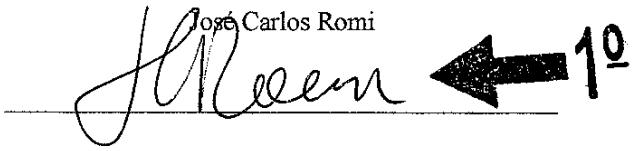
Santa Bárbara d'Oeste, 19 de março de 2007

Flora Sans Romi

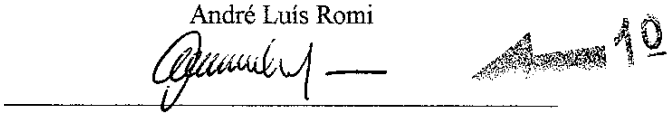
Flora Sans Romi

Américo Emílio Romi Neto

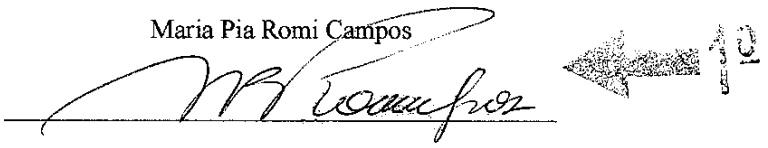
José Carlos Romi



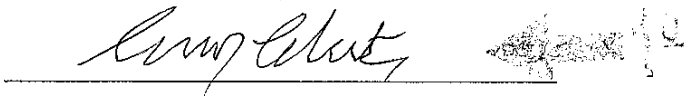
André Luís Romi



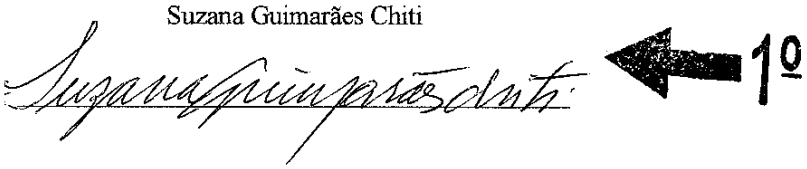
Maria Pia Romi Campos



Carlos Chiti

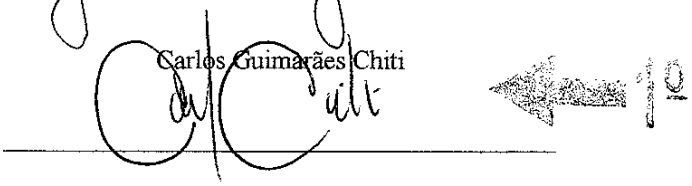


Suzana Guimarães Chiti

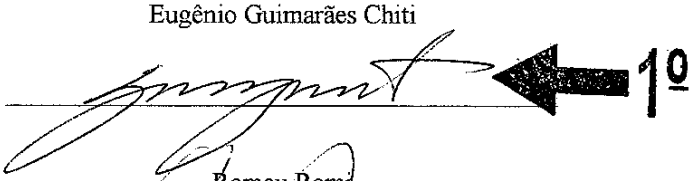


Juliana Guimarães Chiti

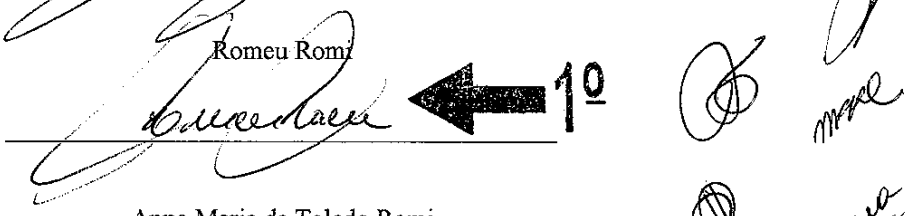
Carlos Guimarães Chiti



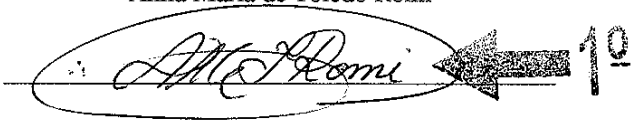
Eugênio Guimarães Chiti



Romeu Romi



Anna Maria de Toledo Romi



Sandra Maria Romi Cheida

1º

Patrícia Romi Cervone

1º

Adriana Romi

1º

Frederico Romi

1º

Paulo Romi

1º

Giordano Romi Júnior

1º

Anna Regina Romi Zanatta

1º

Cláudia Miriam Romi Frezza

1º

3

Anexo I à Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Indústrias Romi S.A. realizada em 15 de fevereiro de 2007

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ - 56.720.428/0001-63
NIRE - 35.300.036.751

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1º – INDÚSTRIAS ROMI S.A., fundada em 1938, sob a denominação de Máquinas Agrícolas Romi Ltda, é uma companhia aberta e reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Art. 2º – A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, podendo instalar filiais e agências em qualquer local do país ou no exterior.

Art. 3º – A Companhia tem por objeto a indústria e o comércio de máquinas-ferramenta, de máquinas para trabalhar metais e plásticos, de bens de capital em geral, de peças fundidas e usinadas, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral, de equipamentos para informática e seus periféricos; análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico; a exportação e a importação, a representação por conta própria ou de terceiros e a prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

Art. 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º – O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais), dividido em 62.361.828 (sessenta e dois milhões trezentas e sessenta e uma mil oitocentas e vinte e oito) ações ordinárias, sem valor nominal.

Art. 6º – A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 84.361.828 (oitenta e quatro milhões trezentas e sessenta e uma mil, oitocentas e vinte e oito) ações, incluídas as ações ordinárias já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Primeiro – Dentro do limite do Capital Autorizado, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de manifestação de Assembléia Geral, emitir ações ordinárias, bem como quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cuja deliberação não seja de exclusiva competência de Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo – O Capital Social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais, ressalvado disposto no Artigo 141 e parágrafos da Lei 6.404/76.

Parágrafo Terceiro – Por ocasião de cada emissão, o Conselho de Administração deliberará sobre o valor e quantidade das ações a serem emitidas, inclusive mediante capitalização de lucros e reservas, independentemente de reforma estatutária, fixando as condições e prazo de subscrição e integralização.

Art. 7º – Dentro do limite do Capital Autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderão ser outorgadas opções de compra de ações a seus administradores, empregados e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia.

Art. 8º – As ações da Companhia obedecerão a forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seu titular, na instituição financeira designada pela Companhia, sem emissão de Certificados.

Parágrafo Primeiro – A Companhia poderá, mediante prévia comunicação às Bolsas de Valores nas quais suas ações sejam negociadas, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência de suas ações.

Parágrafo Segundo – A Companhia poderá autorizar a instituição depositária cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 9º – A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o §4° do art. 171 da Lei n° 6.404/76, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10 – As Assembléias Gerais, por convocação do Conselho de Administração, realizar-se-ão sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

Art. 11 – Dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, realizar-se-á uma Assembléia Geral Ordinária para:

a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

c) Eleger, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração;

d) Fixar a remuneração global dos Administradores e dos membros do Conselho Consultivo; e

e) Eleger os membros do Conselho Consultivo.

Art. 12 – A Assembléia Geral Ordinária e a Assembléia Geral Extraordinária poderão ser convocadas simultaneamente, realizadas na mesma hora, e instrumentadas em ata única, desde que observado o "quorum" específico a cada tipo de deliberação.

Parágrafo Único – A Assembléia Geral que deliberar sobre emissão de valores mobiliários conversíveis em ações, estabelecerá ou não, o exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, para subscrição dos valores mobiliários emitidos, observado o disposto no Art. 172 da Lei 6.404/76.

Art. 13 – A mesa das Assembléias Gerais será presidida pelo Presidente em exercício do Conselho de Administração, o qual nomeará o respectivo secretário "ad hoc".

Art. 14 – As pessoas presentes à Assembléia, deverão provar sua qualidade de acionista, depositando na Companhia comprovante previamente expedido pela instituição financeira depositária, bem como exibindo documento de identidade.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 15 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Único – Os órgãos da Administração terão os poderes e atribuições conferidos pela lei e por este Estatuto.

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 16 – O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) a 13 (treze) membros, obrigatoriamente acionistas e residentes ou não no país, eleitos por Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Único – No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, sendo que a condição de Conselheiro Independente deverá constar obrigatoriamente na ata da Assembléia Geral de Acionistas que eleger referido(s) membro(s). Quando, em decorrência da observância do percentual referido neste parágrafo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5, ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

Art. 17 – No caso de vacância de cargo de Conselheiro, o substituto será eleito pelos Conselheiros remanescentes, vigorando seu mandato até a primeira Assembléia Geral.

Parágrafo Único – Ocorrendo vacância na maioria dos cargos do Conselho, será convocada Assembléia Geral para proceder à nova eleição.

Art. 18 – O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro – O Vice-Presidente substituirá o Presidente nos casos de impedimentos eventuais, passando a ocupar a presidência na hipótese de vacância do cargo.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo a vacância prevista no parágrafo anterior, os demais membros do Conselho de Administração elegerão, dentre os Conselheiros remanescentes, um novo Vice-Presidente, cujo mandato vigorará até a próxima Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo Terceiro – Ocorrendo vacância nos dois cargos, o Conselho de Administração elegerá, dentre os Conselheiros remanescentes, novos Presidente e Vice-Presidente, cujos mandatos vigorarão até a próxima Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo Quarto – Compete ao Presidente em exercício do Conselho de Administração:

a) Convocar, por deliberação do Conselho de Administração, as Assembléias Gerais e presidi-las;

b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

Art. 19 – O Conselho de Administração reunir-se-á por convocação do Presidente em exercício.

Parágrafo Único – As convocações para as reuniões deverão discriminar a ordem do dia das respectivas reuniões e serão feitas por escrito, mediante entrega pessoal, correio eletrônico ou por fax aos conselheiros nos locais por eles informados à Companhia.

Art. 20 – Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Único – As atas das reuniões que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas no registro de Comércio e publicadas.

Art. 21 – O Conselho de Administração, que é órgão de deliberação colegiada, instalar-se-á, quando convocado, com a presença mínima de 4 (quatro) Conselheiros, deliberando por maioria de votos, sendo admitida a participação de conselheiros à reunião via ligação telefônica, vídeo conferência, ou outra forma de comunicação que permita ao conselheiro expressar sua opinião aos demais conselheiros.

Parágrafo Único – O Presidente em exercício, em caso de empate nas votações, terá voto de qualidade.

Art. 22 – Os Conselheiros serão investidos em seus cargos, mediante assinatura no termo de posse lavrado no Livro de Atas do Conselho de Administração, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da Assembléia que os elegeu.

Art. 23 – Compete, exclusivamente, ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências previstas neste Estatuto Social e na forma da lei:

1. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, dispondo sobre:

a) Planos de atividades da Companhia;

b) Programas de expansão dos setores existentes ou início de novas atividades;

c) Política salarial e de marketing da Companhia;

d) Adoção de novas linhas de produtos e alteração das já existentes;

e) Abertura e encerramento de filiais, agências ou novos estabelecimentos da Companhia ou alteração nas já existentes;

f) Participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista;

g) Aplicação, em empresas coligadas ou não, de investimentos derivados de incentivos fiscais;

h) Negociação de ações da própria Companhia.

2. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando, por ocasião da eleição, as respectivas atribuições;

3. Fiscalizar a gestão dos Diretores;

4. Deliberar sobre a convocação de Assembléias Gerais;

5. Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e das contas da Diretoria, propondo à Assembléia Geral a destinação dos lucros e a distribuição de dividendos;

6. Deliberar sobre: a) levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, e, com base neles, declarar dividendos; b) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, já submetido à Assembléia Geral Ordinária;

7. Autorizar:

a) a aquisição, a alienação e a constituição de ônus reais de bens imóveis da Companhia;

b) a alienação ou a constituição de ônus reais de bens móveis que façam parte do ativo permanente da Companhia

c) prestação de garantias a obrigações de terceiros;

d) emissão de Notas Promissórias para distribuição pública.

8. Propor à Assembléia Geral aumento ou diminuição do capital social e a forma de subscrição, integralização e emissão de ações;

9. Escolher e destituir auditores independentes;

10. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembléia Geral, a participação de cada Membro do Conselho de Administração, de cada membro do Conselho Consultivo e de cada Diretor, na participação de que trata o Artigo 39 deste Estatuto;

11. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembléia Geral, a remuneração individual dos Administradores e do Conselho Consultivo;

12. Deliberar sobre a emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cuja deliberação não seja de exclusiva competência de Assembléia Geral, dentro do limite do Capital Autorizado, bem como, a seu critério, estabelecer ou não, o exercício do direito de preferência para os acionistas da Companhia, decorrente do aumento de capital.

13. Propor o pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração do capital próprio, na forma da legislação em vigor, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação de imputá-los ou não à conta de dividendos.

14. Definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA

Art. 24 – A Diretoria da Companhia será composta pelo Presidente, por um Vice-Presidente, por um Diretor de Relações com os Investidores, e por até 7 (sete) Diretores, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Único – Os Diretores tomarão posse de seus cargos dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da eleição, mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria.

Art. 25 – Os Diretores poderão, isoladamente, praticar todos os atos de administração necessários ao funcionamento regular da Companhia, ressalvados aqueles de exclusiva competência do Conselho de Administração.

Art. 26 – Os atos que envolverem criação, modificação ou extinção de direitos ou obrigações para a Companhia, compreendendo exemplificada, mas não limitativamente, as assinaturas de contratos em geral, o aceite, a emissão, o aval ou o endosso de notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas, cheques e demais títulos de crédito, as assinaturas de termos de responsabilidade, cauções e fianças, deverão ser obrigatoriamente praticados mediante: a) assinatura do Presidente da Diretoria em conjunto com o Vice-Presidente da Diretoria, ou em conjunto com um dos demais Diretores, e b) assinatura do Vice-Presidente da Diretoria em conjunto com um dos demais Diretores.

Art. 27 – Para a prática dos atos a que se refere o artigo anterior, poderão ser outorgadas procurações pela Companhia, com poderes expressos, mediante: a) assinatura do Presidente da Diretoria em conjunto com o Vice-Presidente da Diretoria, ou em conjunto com um dos demais Diretores; b) a assinatura do Vice-Presidente da Diretoria em conjunto com um dos demais Diretores.

Art. 28 – As procurações outorgadas pela Companhia terão prazo de validade fixado nos respectivos instrumentos, não podendo esse prazo ser superior a dois anos, com exceção das procurações "ad judicia", que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Art. 29 – Ressalvado o disposto nos artigos 25, 26 e 27, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, caberá a qualquer Diretor, isoladamente.

NORMAS GERAIS AOS ADMINISTRADORES

Art. 30 – Cada administrador da Companhia, no ato da lavratura do respectivo termo de posse, deverá apresentar declaração contendo o número de ações, de opções de compra de ações e de debêntures conversíveis em ações, de emissão da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, de que seja titular.

Parágrafo Único – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Os administradores deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 31 – O Conselho Consultivo, que é um órgão colegiado, compor-se-á de 3 (três) a 7 (sete) membros, acionistas ou não, com mandato de 1 (um) ano, eleitos pela Assembléia Geral, que fixará os respectivos honorários, permitida a reeleição.

Art. 32 – Compete ao Conselho Consultivo assistir à Administração da Companhia, através de opiniões de caráter não vinculativo, sobre assuntos financeiros, econômicos, técnicos e outros, relevantes para a Companhia, por iniciativa própria ou quando solicitadas pelo Conselho de Administração.

Art. 33 – Os membros do Conselho Consultivo, quando convidados, poderão participar das reuniões do Conselho de Administração como ouvintes, sem direito a voto.

Art. 34 – O Conselho Consultivo terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre seus membros e por eles eleitos.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 35 – O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes e funcionará, nos termos do parágrafo 2º do artigo 161 da Lei 6.404/76, a partir da Assembléia que eleger os seus membros, no exercício social em que for instalado, terminando o seu mandato na primeira Assembléia Geral Ordinária efetuada após a instalação.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

Parágrafo Segundo – Os membros efetivos do Conselho Fiscal, quando este for instalado, terão a remuneração que for fixada pela Assembléia Geral que os eleger, atendido o disposto no parágrafo 3º do artigo 162 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Terceiro – A posse dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Art. 36 – O exercício social tem início a 01 de janeiro e término a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas pela Diretoria, com observância das disposições legais, as seguintes demonstrações financeiras:

a) Balanço Patrimonial;

b) Demonstração do resultado do exercício;

c) Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

d) Demonstração das origens e aplicações dos recursos.

Art. 37 – Quando consultar os interesses sociais e a critério do Conselho de Administração, poderão ser elaboradas as demonstrações financeiras de que trata o artigo anterior, abrangendo períodos inferiores a um exercício.

Art. 38 – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Art. 39 – Dos lucros que remanescerem depois de deduzidas as parcelas constantes do artigo anterior, será determinada uma participação de até 10% (dez por cento) aos Administradores e aos membros do Conselho Consultivo, observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 152 da Lei 6.404/76.

Art. 40 – Ao lucro líquido apurado após as deduções previstas nos artigos 38 e 39, será dado por proposta do Conselho de Administração, a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal até que esse fundo atinja 20% (vinte por cento) do capital social;

b) dividendos às ações componentes do capital social não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido verificado no exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único – No exercício em que, atendido o disposto nos artigos anteriores, ainda houver saldo de lucro, este terá a destinação que for aprovada pela Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras de que trata o artigo 36.

CAPÍTULO VII

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CONTROLE DIFUSO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Art. 41 – Caso ocorra a alienação do controle acionário da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Art. 42 – A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou

b) em caso de alienação do controle do acionista controlador da Companhia, sendo que, nesse caso, o controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Art. 43 – Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle acionário da mesma, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 41 deste Estatuto Social; e

b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA").

Art. 44 – Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 49 deste Estatuto Social.

Art. 45 – Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem: (i) a saída da Companhia do Novo Mercado, de modo que suas ações deixem de ter registro no Novo Mercado, ou (ii) a reorganização societária da qual a Companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista, ou grupo de acionistas, que detiver o poder de controle da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 49 deste Estatuto Social, respeitados os requisitos constantes da Seção X do Regulamento de Listagem do Novo Mercado e os constantes do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e observada a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo 8º da Lei 6.404/76.

Art. 46 – Na hipótese de haver Controle Difuso:

a) sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a Companhia deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 44, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública;

b) sempre que for aprovada, em Assembléia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no Artigo 45 (ii) deste Estatuto Social, a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 45 deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembléia Geral.

Parágrafo Único – Para fins deste Estatuto Social, os termos (i) "Controle Difuso" significa o exercício do poder de controle por acionista detentor de menos de 50% (cinqüenta por cento) do capital social da Companhia. Significa, ainda, o poder de controle quando exercido por grupo de acionistas detentor, em conjunto, de percentual superior a 50% (cinqüenta por cento) do capital social, em que cada acionista detenha individualmente menos de 50% (cinqüenta por cento) do capital social, e desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos e não estejam sob controle comum e nem atuem representando interesse comum, e (ii) "Controle" (bem como seus termos correlatos, "Poder de Controle", "Controlador", "sob Controle comum" ou "Controlada") significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum ("grupo de controle") que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembléias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Art. 47 – Na hipótese de haver Controle Difuso e a BOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa do Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembléia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – Caso a Assembléia Geral Extraordinária referida no *caput* deste Artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

Parágrafo Segundo – O novo Conselho de Administração eleito na Assembléia Geral Extraordinária referida no *caput* e no Parágrafo Primeiro deste Artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BOVESPA para esse fim, o que for menor.

Art. 48 – Na hipótese de haver Controle Difuso e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BOVESPA, então: (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembléia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração, a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Caso seja deliberada, em assembléia geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Art. 49 – O laudo de avaliação de que tratam os artigos 44 e 45 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei.

Parágrafo Primeiro – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Parágrafo Segundo – Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Art. 50 – A Companhia não registrará transferências de ações para o(s) adquirente(s) do poder de controle ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado. A Companhia tampouco registrará acordo de acionista que disponha sobre o exercício do poder de controle enquanto seus signatários não subscreverem o referido Termo de Anuência dos Controladores.

Art. 51 – Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia; ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste Artigo 51 ("OPA"), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BOVESPA e os termos deste Artigo. O Acionista Adquirente deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo Primeiro – A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo Segundo deste Artigo. A OPA, segundo a forma de pagamento proposta pelo ofertante, poderá ser: (i) de compra, mediante o pagamento à vista em moeda corrente nacional; (ii) de permuta, mediante o pagamento em valores mobiliários; ou (iii) mista, mediante parte do pagamento em dinheiro e parte em valores mobiliários.

Parágrafo Segundo – O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 51, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 51. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Terceiro – A realização da OPA mencionada no *caput* deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto – O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Quinto – Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo Sexto – O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, da aquisição de ações das pessoas referidas no Art. 60 abaixo e, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembléia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo Sétimo – Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no *caput* deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Oitavo – A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão deste Artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembléia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo.

Parágrafo Nono – O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo Segundo acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

Parágrafo Dez – Para fins deste Artigo 51, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Adquirente" significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa:

(i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente;

(ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente;

(iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente;

(iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social;

(v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social; ou

(vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

Parágrafo Onze – Não obstante o disposto nos Artigos 51, 52 e 53 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas de aquisição de ações mencionadas nos demais Artigos do Capítulo VII deste Estatuto Social.

Art. 52 – É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Art. 53 – A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo VII, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Art. 54 – Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VIII

DA ARBITRAGEM

Artigo 55 – A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO IX

DA LIQUIDAÇÃO

Art. 56 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos na Lei, ou por deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada, a qual determinará o modo de liquidação, cabendo, todavia, ao Conselho de Administração a nomeação do liquidante.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.57 – As entradas e as prestações da realização das ações resultantes de aumentos de capital poderão, a critério do Conselho de Administração, ser recebidas pela Companhia independentemente de depósito bancário.

Art. 58 – O pagamento dos dividendos, aprovado em Assembléia Geral, bem como a distribuição de ações provenientes de aumento do capital, serão efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação da respectiva ata.

> **Parágrafo Único –** Reverterão em nome da Companhia os dividendos não reclamados, decorrido o prazo de 3 (três) anos após terem sido colocados à disposição do acionista.

Art. 59 – A Companhia poderá negociar com suas próprias ações, observadas as disposições legais e as normas que vierem a ser expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 60 – O disposto no Artigo 51 deste Estatuto Social não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 15% (quinze por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2007, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia ou aos atuais acionistas da Companhia que se tornarem titulares de 15% (quinze por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia após tal Assembléia Geral.

Art. 61 – As disposições contidas no Capítulo VII e no artigo 60 deste Estatuto Social passarão a vigorar a partir da data de eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado.

Art. 62 – Os casos omissos nestes Estatutos e não previstos na legislação aplicável, serão decididos pelo Conselho de Administração, "ad referendum", se for o caso, da Assembléia Geral.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

CNPJ/MF nº 56.720.428/0001-63
NIRE 35.300.036.751

Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2007

DATA, HORA E LOCAL: 21 de março de 2007, às 17:30 horas, na sede social da *Companhia, na Cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, na Avenida Pérola* Byington, n.º 56.

PRESENÇAS: A maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Presente, também, o Sr. Sergio Roberto Novo, Diretor de Relações com Investidores, a convite do Presidente do Conselho de Administração, a fim de prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

MESA: Sr. Américo Emílio Romi Neto - Presidente e Sra. Adriana Romi - Secretária.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização do aumento do capital social da Companhia, dentro do seu limite de capital autorizado, nos termos do seu Estatuto Social, mediante a emissão de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações Ordinárias"), a serem objeto de distribuição pública a ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (ii) a ratificação de todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da distribuição pública mencionada no item (i) acima; (iii) a autorização para o aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, nos termos do seu Estatuto Social, mediante oferta pública de Ações Ordinárias; (iv) a destinação dos recursos a serem auferidos pela Companhia em decorrência do aumento de capital; (v) a forma de colocação das Ações Ordinárias no âmbito da distribuição pública prevista no item (i) acima; (vi) a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição das Ações Ordinárias; (vii) os direitos que as Ações Ordinárias a serem emitidas conferirão a seus titulares; (viii) ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia para listagem das ações ordinárias no Novo Mercado, segmento especial de listagem da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa ("Bovespa") ("Novo

Mercado"), inclusive a assinatura do Contrato de Participação do Novo Mercado e dos demais documentos relacionados; e (ix) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar quaisquer outros atos necessários à consecução das deliberações previstas nos itens (i) a (viii) acima.

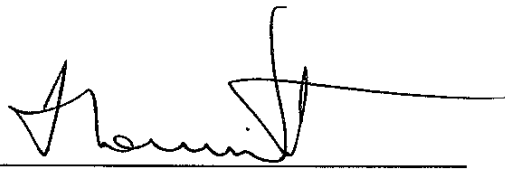
DELIBERAÇÕES: após detida análise das matérias da ordem do dia, foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: (i) autorizou-se a Diretoria, desde já, a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização do aumento do seu capital social, dentro do limite de seu capital autorizado, nos termos do Estatuto Social, mediante a emissão de Ações Ordinárias a serem ofertadas ao público por meio de distribuição pública de Ações Ordinárias, a ser registrada na CVM, incluindo esforços de colocação de Ações Ordinárias no exterior, a serem adquiridas em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, com base nas isenções de registro previstas no *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, conforme alterado ("*Securities Act*"). A referida distribuição pública primária será realizada simultaneamente a uma distribuição pública secundária de Ações Ordinárias, sendo ambas as distribuições registradas na CVM. Para tanto, a Diretoria está investida de plenos poderes para tomar todas as providências necessárias à realização da distribuição pública e, em especial, dos poderes de representação da Companhia na CVM, Banco Central do Brasil, Bovespa, Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, podendo praticar, ou fazer com que sejam praticados, quando necessários, quaisquer atos e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da distribuição pública, incluindo os Prospectos de Distribuição a serem arquivados na CVM, o Contrato de Coordenação e Garantia Firme de Subscrição, Aquisição e Colocação de Ações Ordinárias de Emissão de Indústrias Romi S.A., o Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Estabilização de Preços de Ações Ordinárias de Emissão de Indústrias Romi S.A. e o *Placement Facilitation Agreement*; (ii) foram ratificados todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à distribuição pública mencionada no item (i) acima, inclusive a contratação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta") para coordenar a referida distribuição, dos assessores legais Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados e White & Case LLP e dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; (iii) autorizou-se o aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do seu Estatuto Social, mediante a emissão para subscrição pública de Ações Ordinárias. Em decorrência, deliberaram, ainda, que o preço de emissão das Ações Ordinárias, bem como as outras condições da oferta pública, inclusive a quantidade de Ações Ordinárias objeto da distribuição pública primária, serão

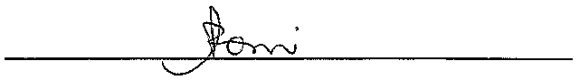
fixadas posteriormente pelo Conselho de Administração, em reunião a ser convocada para este fim, em momento anterior à concessão do registro da distribuição pública pela CVM; (iv) aprovou-se que os recursos a serem obtidos mediante o aumento de capital serão utilizados pela Companhia na (a) expansão da capacidade produtiva da unidade de fundidos e usinados da Companhia; e (b) ampliação do leque atual de produtos de máquinas e equipamentos industriais da Companhia; (v) aprovou-se a distribuição pública das Ações Ordinárias a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e realizada pelos Coordenadores, em regime de garantia firme de liquidação, com a participação de determinadas instituições financeiras e das corretoras consorciadas por eles contratadas, pelo procedimento descrito em Aviso ao Mercado a ser publicado pela Companhia, bem como no prospecto preliminar e nos demais documentos da oferta, de acordo com o disposto nos Artigos 33, §3º e 24 da Instrução CVM 400, incluindo esforços de colocação de Ações Ordinárias no exterior, a serem adquiridas por investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América ("*Securities Act*"), e por investidores nos demais países (exceto Estados Unidos da América e Brasil), com base no Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 e alterações posteriores, do Conselho Monetário Nacional, e da Instrução da CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000 e alterações posteriores, esforços esses que serão realizados pelo Itau Securities, Inc. e Morgan Stanley & Co. Incorporated. Não será realizado qualquer registro na *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América, nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM; (vi) aprovou-se a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações, em conformidade com o disposto no Artigo 172, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos termos do Estatuto Social da Companhia; (vii) aprovou-se a outorga aos titulares das Ações Ordinárias objeto do presente aumento de capital, a partir da data de sua emissão, dos mesmos direitos conferidos às atuais ações ordinárias pelo Estatuto Social da Companhia e pela legislação aplicável, inclusive atribuição de dividendos e outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta; (viii) foram ratificados todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia para listagem das ações ordinárias no Novo Mercado, inclusive a assinatura do Contrato de Participação do Novo Mercado, dos termos de adesão ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado e de todos os demais documentos relacionados; e (ix) autorizou-se a Diretoria da Companhia a praticar todos os demais atos necessários à consecução da Oferta e à listagem e negociação das ações ordinárias no Novo Mercado, bem como à assinatura de todos e quaisquer contratos e documentos necessários à sua realização.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Presenças: Mesa: Américo Emílio Romi Neto – Presidente; Adriana Romi – Secretária. Conselheiros: Carlos Guimarães Chiti, Patrícia Romi Cervone e Paolo Guglielmo Bellotti.

Santa Bárbara d'Oeste/SP, 21de março de 2007.

Mesa:





Presidente: Américo Emílio Romi Neto

Secretária: Adriana Romi

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
CNPJ/MF nº 56.720.428/0001-63
NIRE 35.300.036.751
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
nº 5/07

DATA, HORA E LOCAL: 11 de abril de 2007, às 18:00 horas, na sede social da Companhia, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, na Avenida Pérola Byington, n.º 56.

PRESENÇAS: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

MESA: Américo Emílio Romi Neto - Presidente e Adriana Romi - Secretária.

ORDEM DO DIA: deliberar sobre: (i) a fixação do preço de emissão das ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, objeto do aumento de capital autorizado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2007 ("Ações Ordinárias"); (ii) a aprovação da quantidade das Ações Ordinárias no âmbito da distribuição pública primária, a ser realizada em conjunto com uma distribuição secundária de Ações Ordinárias de titularidade de **Flora Sans Romi**, brasileira, viúva, do lar, portadora de cédula de identidade RG nº. 5.342.918, inscrita no CPF/MF sob o nº. 160.758.058-69, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo; **Américo Emílio Romi Neto**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 7.437.747-4, inscrito no CPF/MF sob o nº. 016.334.888-02, domiciliado na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **José Carlos Romi**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 9.036.088-6, inscrito no CPF/MF sob o nº. 056.637.218-51, domiciliado na Av. Pérola Byington nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **André Luís Romi**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 9.036.089, inscrito no CPF/MF sob o nº. 089.555.168-35, domiciliado na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Maria Pia Romi Campos**, brasileira, casada, arquiteta, portadora de carteira de identidade RG nº. 7.769.715-7, inscrita no CPF/MF sob o nº. 057.324.458-89, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Carlos Chiti**, italiano, casado, industrial, portador de cédula de identidade de estrangeiro nº. W182.492-2, inscrito no CPF/MF sob o nº. 014.761.818-53, domiciliado na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa

Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Suzana Guimarães Chiti**, brasileira, casada, do lar, portadora de carteira de identidade RG nº. 5.906.248-4, inscrita no CPF/MF sob o nº. 265.639.118-03, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Juliana Guimarães Chiti**, brasileira, divorciada, industrial, portadora de carteira de Identidade RG nº. 9.784.445-7, inscrita no CPF/MF sob o nº. 016.341.138-70, domiciliada na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Carlos Guimarães Chiti**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 12.396.588, inscrito no CPF/MF sob o nº. 048.669.548-41, domiciliado na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Eugênio Guimarães Chiti**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 12.396.587, inscrito no CPF/MF sob o nº. 057.324.018-30, domiciliado na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Romeu Romi**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 1.142.197, inscrito no CPF/MF sob o nº. 014.770.568-15, domiciliado na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Anna Maria de Toledo Romi**, brasileira, casada, do lar, portadora de carteira de identidade RG nº. 2.408.218-1, inscrita no CPF/MF sob o nº. 262.179.248-03, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Sandra Maria Romi Cheida**, brasileira, casada, economista, portadora de carteira de identidade RG nº. 9.036.179-9, inscrita no CPF/MF nº. 045.954.068-86, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Patrícia Romi Cervone**, brasileira, casada, advogada, portadora de carteira de identidade RG nº. 9.036.176-3, inscrita no CPF/MF sob o nº. 067.630.358-70, domiciliada na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Adriana Romi**, brasileira, divorciada, advogada, portadora de carteira de identidade RG nº. 9.036.178-7, inscrita no CPF/MF sob o nº. 067.631.108-39, domiciliada na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Frederico Romi**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 9.036.174-X, inscrito no CPF/MF sob o nº. 052.111.018-12, domiciliado na Avenida Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Paulo Romi**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 9.036.175-1, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.401.568-19, domiciliado na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Giordano Romi Júnior**, brasileiro, casado, industrial, portador de carteira de identidade RG nº. 8.365.008-8, inscrito no CPF/MF sob o nº. 030.367.578-05, domiciliado na Av. Pérola Byington, nº. 56, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Ana Regina Romi Zanatta**, brasileira, casada, advogada, portadora de carteira de identidade RG nº. 5.512.359-4, inscrita no CPF/MF sob o nº. 030.178.208-31, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, **Cláudia Miriam Romi Frezza**, brasileira, separada judicialmente, assistente social, portadora de carteira de identidade RG nº. 5.512.360, inscrita no CPF/MF sob o nº. 693.710.916-49, domiciliada na Rua Riachuelo, nº. 5 – Vila Romi, cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, bem como de

titularidade de fundos de investimento administrados pela Hedging Griffo Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.809.182/0001-30: **HG Camino FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830,Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.328.542/0001-49, **HG Global Macro Máster Fund LP**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av.Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.105.256/0001-40, **Green HG FUND LLC**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.520.773/0001-12, **HG Beta 14 FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.806.420/0001-10, **HG Hiper FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.586.675/0001-88, **HG Verde Master FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.455.507/0001-89, **Skopos HG BRK Fund LLC**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.112.936/0001-16, **HG Pilar FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.491.211/0001-98, **HG Private FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.586.704/0001-01, **HG Raphael FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.497.240/0001-67, **HG Agar FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.491.230/0001-14, **HG Star FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.536.908/0001-02, **HG Top FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830,Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.826.903/0001-26, **HG Top 30 FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.871.308/0001-99, **HG Turbus FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº.

04.260.637/0001-78, **Hedging-Griffo Verde FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.221.890/0001-24, **HG Carteira Administrada Real FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.074.954/0001-37, **Skopos Master FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.532.592/0001-02, **Skopos HG Fund LLC**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.599.610/0001-77, **Hedging-Griffo Verde 14 FIM**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.147.027/0001-62, **HG Cerejeira FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.455.823/0001-50, **HG Clique FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.566.470/0001-78 e **HG Master FIA**, fundo de investimento em ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.455.507/0001-89 ("Acionistas Vendedores"), as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, no Brasil, incluindo esforços de colocação de Ações Ordinárias no exterior ("Oferta"); (iii) a aprovação do aumento do capital social da Companhia; (iv) a forma de subscrição e integralização das Ações Ordinárias; (v) o procedimento a ser adotado na oferta pública a ser realizada, bem como o tratamento que será dado aos interessados em subscrever ou adquirir as Ações Ordinárias objeto da Oferta; (vi) a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações Ordinárias; (vii) a aprovação do Prospecto Definitivo relativo à Oferta Brasileira e do *Offering Circular* relativo à Oferta Internacional; e (viii) a autorização para a Diretoria praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução da Oferta.

DELIBERAÇÕES: após detida análise das matérias da pauta, foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: (i) fixou-se o preço de emissão das Ações Ordinárias em R$ 15,00 (quinze reais) por Ação Ordinária. O preço de emissão das Ações Ordinárias foi fixado após (a) a efetivação dos pedidos de reserva pelos investidores não institucionais no Período de Reserva (conforme definido abaixo); e (b) a conclusão do procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) realizado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), no âmbito da Oferta, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo como parâmetro (A) a cotação das Ações Ordinárias da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"); e (B) as

indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto a Investidores Institucionais. Foi considerada, para a definição do preço de emissão das Ações Ordinárias, a indicação do interesse de investidores institucionais para a subscrição e aquisição das Ações Ordinárias de emissão da Companhia. Nos termos do artigo 170, parágrafo 7º da Lei das Sociedades por Ações, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos, que a escolha do critério de preço de mercado das Ações Ordinárias de emissão da Companhia para a determinação do preço das Ações Ordinárias a serem emitidas é devidamente justificada, tendo em vista que as Ações Ordinárias serão colocadas por meio de uma oferta pública primária, em conjunto com uma oferta pública secundária de Ações Ordinárias, de titularidade dos Acionistas Vendedores, em que o valor de mercado das Ações Ordinárias a serem emitidas/vendidas é aferido com a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento (*Bookbuilding*), o qual reflete o valor pelo qual os investidores apresentam suas intenções de compra das Ações Ordinárias no contexto da Oferta, sendo, portanto, o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações Ordinárias a serem emitidas pela Companhia; (ii) aprovou-se a emissão e distribuição pública primária de 12.000.000 (doze milhões) de Ações Ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("Distribuição Primária"), a ser realizada em conjunto com a distribuição secundária de 15.971.459 (quinze milhões, novecentas e setenta e uma mil e quatrocentas e cinqüenta e nove) Ações Ordinárias de titularidade dos Acionistas Vendedores, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Distribuição Secundária" e em conjunto com a Distribuição Primária, a "Oferta"); (iii) aprovou-se o aumento do capital social da Companhia, que passará de R$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de reais) para R$ 440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais) , um aumento, portanto, no montante de R$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), mediante a emissão para subscrição pública de 12.000.000 (doze milhões) de Ações Ordinárias, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do Estatuto Social da Companhia; (iv) aprovou-se a forma de integralização das Ações Ordinárias que deverá ser feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente do País; (v) aprovou-se que a Oferta será realizada mediante a distribuição pública de Ações Ordinárias no Brasil, a ser coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400"), em mercado de balcão não organizado, sob o procedimento descrito no Aviso ao Mercado publicado em 26 de março de 2007, nos termos do disposto no artigo 33, § 3º, da Instrução CVM 400", incluindo esforços de colocação de Ações Ordinárias no exterior, a serem adquiridas por investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act,* e por investidores nos demais países (exceto Estados Unidos da América e Brasil), com base no Regulamento S do *Securities Act*, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 e alterações

posteriores, do Conselho Monetário Nacional, e da Instrução da CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000 e alterações posteriores, esforços esses que serão realizados pelo Itau Securities, Inc. e Morgan Stanley & Co. Incorporated. Não será realizado qualquer registro na *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América, nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM. No âmbito da Oferta, foi concedido aos investidores não institucionais, conforme definido na Instrução CVM 400, o prazo de 07 dias úteis, entre o dia 02 de abril de 2007 e o dia 10 de abril de 2007 ("Período de Reserva"), nos termos do Aviso ao Mercado acima referido, para a realização dos pedidos de reserva de subscrição/aquisição das Ações Ordinárias, nas condições descritas no referido Aviso ao Mercado, sendo que as Ações Ordinárias de emissão da Companhia que não tiverem sido objeto de pedidos de reserva de subscrição/aquisição durante o Período de Reserva serão destinadas à colocação pública a investidores institucionais, pelas instituições financeiras coordenadoras da Oferta; (vi) aprovou-se a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações Ordinárias, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do Estatuto Social da Companhia; (vii) aprovou-se o Prospecto Definitivo a ser utilizado no Brasil e o *Offering Circular* a ser utilizado no exterior; (viii) autorizou-se a Diretoria da Companhia a praticar todos os demais atos necessários à consecução da Oferta, bem como a assinatura de todos e quaisquer contratos e documentos necessários à sua realização, incluindo, mas não se limitando, ao Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Indústrias Romi S.A., o Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Estabilização de Preços de Ações Ordinárias de Emissão da Indústrias Romi S.A., o Contrato de Prestação de Serviços da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, e o *Placement Facilitation and Purchase Agreement*.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Presenças: Mesa: Américo Emílio Romi Neto, **Presidente**, Adriana Romi - **Secretária.** Conselheiros: Carlos Guimarães Chiti, Patrícia Romi Cervone, Pedro Luiz Cerize, Paolo Guglielmo Bellotti e Luiz Fernando Figueiredo.

Santa Bárbara d'Oeste/SP, 11 de abril de 2007

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Adriana Romi
Secretária

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
007510	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56720428000163

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL
ROMI

5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR
MÁQUINAS AGRÍCOLAS ROMI S.A.

6 - NIRE
35.300.036.751

7 - SITE
www.romi.com.br

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
Avenida Pérola Byington, número 56	Centro

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
13453-900	S.Bárbara dOest	SP

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
19	3455-9414	-	-	

11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
19	3455-2499	-	-	

15 - E-MAIL
cpadoveze@romi.com.br

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME
Sérgio Roberto Novo

2 - CARGO
Diretor de Relações com Investidores

3 - ENDEREÇO COMPLETO	4 - BAIRRO OU DISTRITO
Avenida Pérola Byington, nº 56	Centro

5 - CEP	6 - MUNICÍPIO	7 - UF
13453-900	S.Bárbara dOest	SP

8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
19	3455-9913	-	-	

13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX	
019	3455-9990	-	-	

17 - E-MAIL
dri@romi.com.br

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME
Banco Bradesco S.A.

19 - CONTATO
Luiz Cláudio de Freitas

20 - ENDEREÇO COMPLETO	21 - BAIRRO OU DISTRITO
Cidade de Deus	Vila Yara

22 - CEP	23 - MUNICÍPIO	24 - UF
06029-900	Osasco	SP

25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
011	3684-4522	-	-	

30 - DDD	31 - FAX	32 - FAX	33 - FAX	
011	3684-2811	-	-	

34 - E-MAIL
4010.acoes@bradesco.com.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37- UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Sérgio Roberto Novo					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Avenida Pérola Byington, número 56				Centro	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
13453-900	S.Bárbara dOest				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
19	3455-9913	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
19	3455-9990	-	-		
16 - E-MAIL					
dri@romi.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO	18 - CPF	18 - PASSAPORTE			
SIM	678.463.948-00				

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/2005	31/12/2005

3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/2006	31/12/2006

5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	8 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Walbert Antonio dos Santos	867.321.888-87

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO

[ ] BVBAAL	[ ] BVMESB	[ ] BVPR	[X] BVRJ	[ ] BVST
[ ] BVES	[ ] BVPP	[ ] BVRG	[X] BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO
Bolsa
3 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE
1070 - Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças

5 - ATIVIDADE PRINCIPAL	6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES
Indústria e Comércio de Máquinas-Ferramenta	NÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional

2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA

X	Ações		Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
	Debêntures Conversíveis em Ações		Notas Promissórias (NP)
	Ações Resgatáveis		BDR
	Partes Beneficiárias		Outros
	Debêntures Simples		
	Bônus de Subscrição		
	Certificado de Investimento Coletivo (CIC)		

DESCRIÇÃO

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
	06/03/2007
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
08/02/2007	08/02/2007

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Diário Oficial do Estado	SP
02	Valor Econômico	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
24/03/2007	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	Américo Emilio Romi Neto	016.334.888-02	29/03/2006	30/04/2007	3	SIM	30	Presidente do C.A. e Diretor Presidente
02	Carlos Guimarães Chiti	048.669.548-41	29/03/2006	30/04/2007	2	SIM	21	Vice Presidente Cons. de Administração
03	Patricia Romi Cervone	067.630.358-70	29/03/2006	30/04/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	Adriana Romi	067.631.108-39	29/03/2006	30/04/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	Pedro Luiz Cerize	774.487.316-53	29/03/2006	30/04/2007	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
06	Paolo Guglielmo Bellotti	416.654.578-72	29/03/2006	30/04/2007	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
07	Luiz Fernando Figueiredo	013.124.158-35	29/03/2006	30/04/2007	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
08	Carlos Chiti	014.761.818-53	29/03/2006	30/04/2007	2	SIM	29	Conselho Consultivo
09	Romeu Romi	014.770.568-15	29/03/2006	30/04/2007	2	SIM	29	Conselho Consultivo
10	Einar Alberto Kok	003.400.148-49	29/03/2006	30/04/2007	2	SIM	29	Conselho Consultivo
11	Antonio Cândido de Azevedo Sodré	011.095.968-04	29/03/2006	30/04/2007	2	SIM	29	Conselho Consultivo
12	Amaury Torres de Miranda	014.761.658-15	29/03/2006	30/04/2007	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
13	José Carlos Romi	056.637.218-51	29/03/2006	30/04/2007	1		19	Diretor Industrial e Tecnol. M.Ferrament.
14	Giordano Romi Júnior	030.367.578-05	29/03/2006	30/04/2007	1		19	Diretor Negócios Injetoras de Plástico
15	Paulo Romi	082.401.568-19	29/03/2006	30/04/2007	1		19	Diretor Negócios Fundição
16	Hiçao Misawa	004.932.878-68	29/03/2006	30/04/2007	1		19	Diretor Comercialização MF - M.Interno
17	Sérgio Roberto Novo	678.463.948-00	29/03/2006	30/04/2007	1		12	Diretor de Relações com Investidores

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

02.01.02 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL

1 - CONSELHO FISCAL INSTALADO	2 - PERMANENTE
SIM	NÃO

3 - ITEM	4 - NOME DO CONSELHEIRO	5 - CPF	6 - DATA DA ELEIÇÃO	7 - PRAZO DO MANDATO	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	Rafael Sales Guimarães	639.559.702-72	29/03/2006	30/04/2007	44	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS
02	Fábio Alperowitch	153.582.338-06	29/03/2006	30/04/2007	47	C.F.(SUPLENT)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS
03	Roberto de Carvalho Bandiera	014.567.848-20	29/03/2006	30/04/2007	45	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
04	Roberto Barone	199.795.688-87	29/03/2006	30/04/2007	48	C.F.(SUPLENT)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
05	Antonio Nelson Naime	107.545.808-06	29/03/2006	30/04/2007	45	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
06	Valdemar Ceneviva Martinelli	269.471.968-68	29/03/2006	30/04/2007	48	C.F.(SUPLENT)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos membros do nosso Conselho de Administração:

Américo Emílio Romi Neto, 51. Presidente do Conselho de Administração. O Sr. Américo Emílio Romi Neto é formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP - UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. Atua desde 1997 como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração.

Adriana Romi, 38, Membro do Conselho de Administração. A Sra. Adriana Romi é formada em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com pós-graduação em Gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-São Paulo e MBA Pleno, título de Mestre em Administração pela FGV-Ohio University – EUA. Tem Especialização em Educação Continuada em Sociedades Anônimas, pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV. Atua na Companhia desde 1997, como advogada. Atualmente, é responsável pelos assuntos fiscais e societários. Em 2000, foi eleita pela primeira vez Membro do Conselho de Administração.

Carlos Guimarães Chiti, 44. Membro do Conselho de Administração. O Sr. Carlos Guimarães Chiti é formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP – São Paulo. Atua na Companhia desde 1993, tendo sido responsável pela área de importação, e hoje responde pela área geral de suprimentos. Em 1987, foi eleito membro pela primeira vez membro do Conselho de Administração.

Luiz Fernando Figueiredo, 43. Membro do Conselho de Administração. O Sr. Luiz Fernando Figueiredo é formado em Administração de Empresas, com especialização em Finanças, pela FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado (São Paulo). Entre 1999 e 2003, foi Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil. É um dos sócios fundadores da Gávea Investimentos, atualmente é sócio-diretor da Mauá Investimentos, e também Conselheiro da BM&F, assim como e Diretor da ANBID. Em 2006, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração.

Paolo Guglielmo Bellotti, 69. Membro do Conselho de Administração. O Sr. Paolo Guglielmo Bellotti é formado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Em 1968 ingressou na Rhodia-Brasil, onde ocupou diversos cargos até chegar à presidência executiva. Foi presidente da Rhodia Argentina e membro dos comitês mundiais da Rhonê-Paulenc, matriz da Rhodia, para assuntos de estratégia e investimentos do grupo. Foi diretor-presidente da Fundação Zerbini, mantenedora do INCOR – Instituto do Coração, entre 1996 e 2000. É sócio de empresa S&V – Consultores Associados SC Ltda. Em 2006, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração.

Patricia Romi Cervone, 39. Membro do Conselho de Administração. A Sra. Patricia Romi Cervone é formada em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Possui Especialização em Educação Continuada em Sociedades Anônimas, pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV. Atua na Companhia desde 1995, como advogada. Atualmente, é responsável pelos assuntos jurídicos que envolvem questões trabalhistas, ambientais e de contencioso cível. Em 2000, foi eleita pela primeira vez membro do Conselho de Administração.

Pedro Luiz Cerize, 37. Membro do Conselho de Administração da Romi e da Fosfertil S.A . O Sr. Pedro Luiz Cerize é formado em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo, com MBA em Finanças pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Trabalhou na Corretora

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Socopa, Fator e Banco BBA Creditanstalt. É sócio-fundador e co-gestor do Skopos Administradora de Recursos. Em 2003, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração.

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos nossos Diretores (com exceção dos Diretores que são membros do Conselho de Administração):

Amaury Torres de Miranda, 69, Diretor Vice-Presidente. O Sr. Amaury Torres de Miranda é formado em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e em Economia, pela Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP. Atua desde 1962 na Companhia, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 1990. Em abril de 2006, foi eleito Diretor Vice-Presidente. É responsável pela área comercial externa de máquinas-ferramenta, bem como pelo produto Romicron®.

José Carlos Romi, 47, Diretor. O Sr. José Carlos Romi é formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP - UNICAMP. Atua na Companhia desde 1982, onde ocupou diversos cargos. Em 1990, foi eleito pela primeira vez diretor da Companhia. É atualmente responsável pela área industrial, pela área de tecnologia do produto máquinas-ferramenta e pela área de suprimentos.

Giordano Romi Júnior, 49, Diretor. O Sr. Giordano Romi Júnior é formado em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com pós-graduação em Administração de Marketing para Executivos, pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV. Ingressou na Companhia em 1971, e desde 1981 ocupou diversos cargos. Em 1995, foi eleito Diretor pela primeira vez. É atualmente responsável pela unidade de negócios de injetoras de plástico.

Hiçao Misawa, 69, Diretor. O Sr. Hiçao é formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Faculdade de Engenharia Industrial – FEI, com pós-graduação em Administração e Marketing, pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV. Atua na Companhia desde 1962, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito Diretor pela primeira vez em 1997. É atualmente responsável pela área comercial e assistência técnica de máquinas-ferramenta, no mercado interno.

Paulo Romi, 43, Diretor. O Sr. Paulo Romi é formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Atua na Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000. É atualmente responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados.

Sergio Roberto Novo, 54, Diretor. O Sr. Sérgio Roberto Novo é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV, com pós-graduação em Finanças e Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – FGV. Trabalhou no Unibanco, onde ocupou o cargo de Superintendente. Foi diretor da Hudtelfa Textile Technology Ltda. Atua na Companhia desde 2005, quando foi eleito Diretor pela primeira vez. É atualmente responsável pelas áreas administrativa e financeira. Além disso, o Sr. Sérgio Roberto Novo é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos nossos membros do Conselho Fiscal:

Antonio Nelson Naime, 57, Membro do Conselho Fiscal. O Sr. Antonio Nelson Naime é formado Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis, pela Fundação Santo André. De 1973 a 1986 foi auditor na Roberto Dreyfuss Auditores – atual K.P.M.G. Auditores. Desde 1986 trabalha nas empresas do Grupo Indusval (atual

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Indusval Multistock), onde é atualmente responsável pelas áreas administrativa e financeira. Em 2006, foi eleito membro do Conselho Fiscal.

Rafael Sales Guimarães, 27, Membro do Conselho Fiscal. O Sr. Rafael Sales Guimarães é formado em Direito pela Universidade Mackenzie - São Paulo – SP. De 1999 a 2004 atuou no escritório Mattos Filho Advogados, como advogado associado, no departamento de Mercado de Capitais. Atua desde 2005 na Fama Investimentos Ltda., onde é responsável pelo departamento de governança corporativa. Em 2006, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho Fiscal.

Roberto de Carvalho Bandiera, 69, Membro do Conselho Fiscal. O Sr. Roberto de Carvalho Bandiera é formado em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP. De 1963 a 1998, atuou como Diretor Jurídico da Robert Bosch Ltda. e, desde 1998, é sócio do escritório Bandiera Advogados. Em 2006, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho Fiscal.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGE	15/02/2007	530	31	SIM	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS
	21/01/2007

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
SIM	20.456	32,80	0	0,00	20.456	32,80

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL						3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR	
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS							
001	FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.						51.319.358-0001/12		SP
27.166	43,56	0	0,00	27.166	43,56	22/01/2007	SIM	SIM	
003	OUTROS								
35.196	56,44	0	0,00	35.196	56,44		NÃO	NÃO	
997	AÇÕES EM TESOURARIA								
0	0,00	0	0,00	0	0,00				
998	OUTROS								
0	0,00	0	0,00	0	0,00				
999	TOTAL								
62.362	100,00	0	0,00	62.362	100,00				

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001	FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.	22/01/2007

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001	CARLOS GUIMARÃES CHITI	048.669.548-41	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
3.237.858	8,62	0	0,00	3.237.858	8,62	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001002	EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI	057.324.018-30	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
3.237.858	8,62	0	0,00	3.237.858	8,62	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001003	JULIANA GUIMARÃES CHITI	016.341.138-70	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
3.237.858	8,62	0	0,00	3.237.858	8,62	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001004	GIORDANO ROMI JÚNIOR	030.367.578-05	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
2.414.876	6,43	0	0,00	2.414.876	6,43	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001005	CLÁUDIA MIRIAM ROMI FREZZA	473.139.438-49	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
2.414.876	6,43	0	0,00	2.414.876	6,43	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001006	ANA REGINA ROMI ZANATA	030.178.208-31	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
2.414.876	6,43	0	0,00	2.414.876	6,43	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001008	AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO	016.334.888-02	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
2.435.818	6,48	0	0,00	2.435.818	6,48	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001009	JOSÉ CARLOS ROMI	056.637.218-51	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
2.435.818	6,48	0	0,00	2.435.818	6,48	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001010	MARIA PIA ROMI CAMPOS	057.324.458-89	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
2.435.818	6,48	0	0,00	2.435.818	6,48	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP CAP. SOCIAL
001	FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.	22/01/2007

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001011	ANDRÉ LUIS ROMI	089.555.168-35	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC
2.435.818	6,48	0	0,00	2.435.818	6,48	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001012	SANDRA MARIA ROMI CHEIDA	045.954.068-86	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC
1.922.775	5,12	0	0,00	1.922.775	5,12	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001013	FREDERICO ROMI	052.111.018-12	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC
1.922.775	5,12	0	0,00	1.922.775	5,12	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001014	PAULO ROMI	082.401.568-19	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC
1.922.775	5,12	0	0,00	1.922.775	5,12	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001015	PATRÍCIA ROMI CERVONE	067.631.108-39	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC
1.922.775	5,12	0	0,00	1.922.775	5,12	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001016	ADRIANA ROMI	067.631.108-39	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC
1.922.774	5,12	0	0,00	1.922.774	5,12	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001017	OUTROS			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC
1.251.252	3,33	0	0,00	1.251.252	3,33	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC
37.566.600	100,00	0	0,00	37.566.600	100,00	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 15/02/2007

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		62.362	260.000	260.000
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			62.362	260.000	260.000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	29/03/2005	220.000	130.238	Reserva de Lucro	0	0,0000000000
02	29/03/2006	260.000	40.000	Reserva de Lucro	0	0,0000000000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Mil)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Mil)
01	29/03/2005			3.272.736	6.545
02	15/02/2007			6.545	62.362

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
84.362	0	15/02/2007

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
01	ORDINÁRIAS		22.000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	19/11/2002	31/12/2002	26.167	0,0016000000	PREFERENCIAL		2.474	11/12/2002
02	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	19/11/2002	31/12/2002	26.167	0,0014545000	ORDINÁRIA		2.511	11/12/2002
03	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	19/11/2002	31/12/2002	26.167	0,0016000000	PREFERENCIAL		2.474	11/12/2002
04	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	19/11/2002	31/12/2002	26.167	0,0014545000	ORDINÁRIA		2.511	11/12/2002
05	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	07/05/2003	31/12/2003	45.372	0,0019200000	PREFERENCIAL		2.969	17/12/2003
06	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	07/05/2003	31/12/2003	45.372	0,0017454000	ORDINÁRIA		3.013	17/12/2003
07	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	07/05/2003	31/12/2003	45.372	0,0019200000	PREFERENCIAL		2.969	17/12/2003
08	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	07/05/2003	31/12/2003	45.372	0,0017454000	PREFERENCIAL		3.013	17/12/2003
09	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	04/11/2003	31/12/2003	45.372	0,0013200000	PREFERENCIAL		2.041	17/12/2003
10	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	04/11/2003	31/12/2003	45.372	0,0012000000	ORDINÁRIA		2.072	17/12/2003
11	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	20/07/2004	31/12/2004	69.567	0,0038000000	PREFERENCIAL		5.876	17/08/2004
12	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	20/07/2004	31/12/2004	69.567	0,0034545000	ORDINÁRIA		5.964	17/08/2004
13	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	26/10/2004	31/12/2004	69.567	0,0034000000	PREFERENCIAL		5.258	17/12/2004
14	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	26/10/2004	31/12/2004	69.567	0,0030909000	ORDINÁRIA		5.336	17/12/2004
15	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	17/05/2005	31/12/2005	76.346	1,7600000000	PREFERENCIAL		5.444	30/06/2005
16	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	17/05/2005	31/12/2005	76.346	1,6000000000	ORDINÁRIA		5.524	30/06/2005
17	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	25/10/2005	31/12/2005	76.346	2,6180000000	PREFERENCIAL		8.097	07/12/2005
18	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	25/10/2005	31/12/2005	76.346	2,3800000000	ORDINÁRIA		8.217	07/12/2005
19	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	10/05/2006	31/12/2006	82.921	2,1300000000	PREFERENCIAL		6.588	19/07/2006
20	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	10/05/2006	31/12/2006	82.921	1,9364000000	ORDINÁRIA		6.685	19/07/2006
21	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	01/01/2006	31/12/2006	82.921	2,0600000000	PREFERENCIAL		6.371	19/12/2006
22	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	01/11/2006	31/12/2006	82.921	1,8727000000	ORDINÁRIA		6.466	19/12/2006
23	DIVIDENDO	RCA	13/12/2006	31/12/2006	82.921	7,8551000000	PREFERENCIAL		24.295	13/02/2007
24	DIVIDENDO	RCA	13/12/2006	31/12/2006	82.921	7,1410000000	ORDINÁRIA		24.655	13/02/2007
25	DIVIDENDO	RCA	07/02/2007	31/12/2006	82.921	5,0000000000	PREFERENCIAL		15.465	05/04/2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
26	DIVIDENDO	RCA	07/02/2007	31/12/2006	82.921	4,5454000000	ORDINÁRIA		15.693	05/04/2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		100,00	SIM	ON	PLENO	0,00		
		0,00	0,00000						

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
15/02/2007	25,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	2.800.000	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	3.100	2.792	2.392
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	82.921	76.346	69.567
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Indústrias Romi S.A., empresa constituída em abril de 1938, sucessora de Máquinas Agrícolas Romi Ltda., que nasceu com a fundação de uma pequena oficina mecânica em 1930, localiza-se a 130 Km da capital paulista, no município de Santa Bárbara d'0este.

A fabricação de máquinas-ferramenta iniciou-se em 1941 com o lançamento de tornos universais, comercializados inicialmente com a marca "IMOR" e posteriormente, também com a marca "ROMI".

Em 1944 começou a exportá-los, e hoje as máquinas-ferramenta ROMI e IMOR são conhecidas em 54 países, distribuídas por todos os continentes, alcançando o expressivo número de cerca de 112.000 unidades instaladas no país e de 26.965 unidades em trabalho no exterior e representando também a exportação de mão-de-obra, qualidade e tecnologia brasileira.

Foi significativa também a participação da Romi na implantação da indústria automobilística no país, tendo fabricado o primeiro automóvel nacional, o ROMI-ISETTA, em 1956.

Em 1957 o fundador da Empresa, Sr. Américo Emílio Romi e sua esposa Dona Olímpia Gelli Romi instituíram a Fundação Romi, instituição sem fins lucrativos, destinada a prestar assistência médica hospitalar, educação e lazer aos funcionários e seus dependentes.

Em 1972, a Empresa tornou-se uma sociedade anônima de capital aberto, tendo atualmente cerca de 500 acionistas.

A Empresa de capital totalmente nacional, possuía em dezembro de 2005, um patrimônio líquido superior a 365 milhões de reais, e um quadro de 2.330 funcionários.

A excelente reputação e a invejável posição que os produtos Romi ocupam na maioria dos países industrializados, devem-se à concepção avançada e especializada, resultado de constantes pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos, aliados a um parque fabril dos mais modernos.

Com uma capacidade de produção anual ao redor de 3.000 máquinas, a linha de produção da Romi constitui-se de tornos paralelos universais, tornos a CNC, centros de usinagem, fresadoras a CNC, injetoras de plástico, sistema de mandrilamento de alta precisão, partes, peças, acessórios e equipamentos para atender sua linha de máquinas.

Além da fabricação de máquinas-ferramenta, injetoras de plástico e demais produtos cuja manufatura representa a principal ocupação da sua capacidade instalada, a Empresa possui ainda fundição de peças em ferro cinzento e nodular, para atender o consumo interno, bem como, o mercado nacional e externo. A Romi também efetua serviços de usinagem.

A Empresa possui também uma Unidade Fabril específica para fabricação de "CNC" - comando numérico computadorizado, que são agregados às máquinas-ferramenta e injetoras de plástico. Tendo em vista a evolução tecnológica da eletrônica, os comandos CNC, são permanentemente atualizados, recebendo inovações e aperfeiçoamentos.

Dando sequência ao processo de aprimoramento e desenvolvimento industrial a Empresa construiu e equipou uma Unidade Fabril adequada às novas tecnologias em vigor e que se destina à fabricação de máquinas CNC e Centros de Usinagem. Esta unidade com área total de 8.800 m² incorpora todos os requisitos necessários para a fabricação de máquinas de alta precisão, equiparando a empresa em termos de tecnologia aos fabricantes mundiais de máquinas-ferramenta de primeira linha.

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Procurando, ainda, manter-se na vanguarda tecnológica, a empresa desenvolveu um sistema rotativo para broqueamento de furos de alta precisão, denominado Romicron. Esse produto é um advento sem precedentes no campo da usinagem por broqueamento de alta precisão, pois seu padrões de tolerância estão dentro da faixa do micron, isto é, 0,001 mm, sem a interveniência de qualquer meio de operação complementar de "acabamentos" de furos, permitindo ganhos consideráveis com custos de produção.

Em dezembro de 1994, a Unidade Fabril 10 – Fundição, conquistou a certificação conforme a norma ISO 9002. Em abril de 1996 as Unidades Fabris 01, 02, 11,14, 15, 16 e Comercialização conquistaram a certificação conforme a norma ISO 9001. E em dezembro de 1997, os certificados foram unificados, conforme a norma ISO 9001, sob número 31.120.
Em novembro de 2000, o Sistema da Qualidade Romi, foi recertificado por mais de 3 anos, pelo ABS Quality Evaluations, Inc. e o seu escopo inclui agora a manufatura e venda de peças usinadas e serviços de usinagem. E, em setembro de 2003 a empresa foi certificada na versão ISO 9001:2000, que inclui todas as unidades fabris da empresa. Através destas certificações a Romi passou a ter o seu Sistema de Qualidade reconhecido e aceito internacionalmente.

A empresa atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965, quando inaugurou a sua Unidade Central de Comercialização em São Paulo e procedeu também a abertura de outras 4 filiais em Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ). Atualmente, a empresa possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil, 13 filiais de vendas, cobrindo todo o território nacional.

Em 1998, objetivando a ampliação das vendas para o mercado norte americano, a empresa decidiu ampliar e revitalizar a atuação de sua subsidiária de vendas dos EUA, a Romi Machine Tools, Ltd., inaugurada no final de 1985.

Em 1999, a empresa deu início às entregas no mercado interno de máquinas-ferramenta da linha ROMI-EMAG. Esses produtos são fabricados sob licença da empresa alemã EMAG - Machinen Vertriebs und Service GmbH.

Objetivando dar continuidade ao programa de diversificação das exportações, tendo como foco o Continente Europeu, em junho de 2001 a empresa abriu uma subsidiária integral na Alemanha, localizada em Gross-Gerau, na região de Frankfurt, denominada Romi Europa GmbH. Essa subsidiária tem como objetivo a venda e distribuição de nossos produtos, incluindo partes e peças e serviços de assistência pré e pós venda.

Em setembro de 2003 a empresa foi certificada na versão 2000 da ISO 9001 (Gestão da Qualidade), que inclui todas as unidades fabris.

Uma especial programação com vários eventos realizados nos dias 28, 29 e 30/6/2005, nas instalações da empresa, marcaram as comemorações dos 75 anos da sua fundação, reunindo autoridades, clientes, fornecedores, funcionários e amigos. A companhia recebeu homenagens de empresas parceiras, como por exemplo Instituto Ayrton Senna, Senai Nacional, Siemens, Marchesan e outras.

Em agosto de 2005, o Sistema de Gestão Ambiental da empresa foi certificado pela norma internacional ISO 14001, já em sua versão mais atualizada, de 2004.

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Evolução Cronológica :

1930 - Início - Garage Santa Bárbara
1932 - Início de fabricação máquinas agrícolas
1938 - transformação de "Garage Santa Bárbara" para "Máquinas Agrícolas Romi Ltda."
1941 - fabricação do primeiro torno
1944 - inicia exportação de tornos
1948 - fabricação do trator TORO - primeiro brasileiro
1954 - alteração razão social: Máquinas Agrícolas Romi S/A
1956 - fabricação do primeiro automóvel brasileiro ROMI-ISETTA
1962 - alteração razão social: Indústrias Romi S/A
1965 - instalação da Unidade Central de Comercialização em São Paulo
- inicia venda direta, através de filiais próprias
1971 - fabricação do primeiro torno CNC
1972 - - torna-se uma Sociedade Anônima de capital aberto
1973 - lançamento da linha de Injetoras de Plásticos
1974 - início da atividade nova fundição
1977 - inaugura fábrica específica para produção de máquinas especiais e pesadas (UF.11)
1985 - início da atividade da subsidiária de vendas nos EUA, denominada Romi Machine Tools, Ltd.,
- inaugura fábrica específica para produção de máquinas Injetoras de Plásticos (UF.15)
1986 - inauguração da unidade de eletrônica (UF.14)
- contrato de transferência de tecnologia firmado com a empresa Yamazaki Mazak Corporation – Japão , para uma família de tornos a CNC
1988 - Início da atividade da fábrica 16 - unidade destinada à fabricação de máquinas-ferramenta CNC e Centros de Usinagem de última geração
1992 - lançamento da linha de Centros de Usinagem POLARIS, de tecnologia própria
1993 - lançamento da nova linha de Injetoras de Plástico PRIMAX
1994 - Certificação ISO 9002 - Manufatura de Ferro Fundido Cinzento e Nodular - UF.10, pelo ABS Quality Evaluations, Inc.
1995 - Lançamento de um sistema rotativo para broqueamento de furos de alta precisão, denominado Romicron.

1996 - Certificação ISO 9001 - Projeto, Desenvolvimento, Produção, Vendas e Serviços Associados de Máquinas-Ferramenta e Injetora de Plástico - UFs. 01,02,11,14, 15,16 e Comercialização - pelo ABS Quality Evaluations, Inc.
Início da atividade da subsidiária de vendas na Argentina, denominada Favel Argentina S.A.
1997 - Unificação dos Certificados conforme norma ISO 9001, para todas as unidades, sob o número 31.120.
2000 - Recertificação do Sistema de Qualidade conforme norma ISO 9001, incluindo peças usinadas e serviços de Usinagem
2001 - - Início da atividade da subsidiária de vendas na Alemanha, denominada Romi Europa GmbH
2002 - A empresa sediou o lançamento do Projeto Instituto Fábrica do Milênio, em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Instituto Inova Brasil.
2003 - Recertificação do Sistema da Qualidade ISO 9001:2000.
2004 - Aprovação do segundo consecutivo Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – PDTI, com prazo de 36 meses. O primeiro programa aprovado em 1997, foi concluído em 2002.
2005 - Certificação ISO 14000 – Sistema de Ambiental
- A Companhia comemora 75 anos de fundação

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A empresa atua em toda indústria metal-mecânica e transformadora de plásticos por injeção, notadamente nos setores automobilístico e autopeças, bens de consumo, bens de capital em geral e agroindustrial.
As operações, produtos e serviços da empresa são organizados em três unidades de negócio. A unidade de negócios de Máquinas-Ferramenta, que congrega as linhas de Tornos Convencionais, Tornos a CNC, Centros de Usinagem e ferramentas de precisão Romicron®, é a maior unidade de negócios da Companhia.
Não há dependência de encomendas governamentais, embora, nas suas diversas áreas, o governo seja um cliente habitual, de pequena relevância.
Não há restrições à exportação dos produtos da empresa e as importações de insumos que se fazem necessárias, tem obedecido um tratamento normal por parte do governo.

Concorrência:
O setor de máquinas-ferramenta e de máquinas para processamento de plástico, é aberto à concorrência e com a retomada no nível de atividade econômica, tem se mostrado bastante competitivo.
A Romi dispõe de todas as condições ideais para concorrer em preços e características técnicas, tanto com os produtos nacionais como os importados, o que permite operar com margens atrativas num cenário de economia em crescimento.
Como um dos elementos de sua política de abertura da economia, o governo estabeleceu uma gradativa redução das alíquotas do Imposto de Importação, tendo alcançado uma alíquota de 14%, a partir do ano de 2001.
É importante salientar que a Empresa comercializa diretamente a sua produção contando com uma rede de 33 unidades entre filiais e escritórios, para venda e assistência técnica, cobrindo todo o território nacional, aspecto este, fundamental para o sucesso de qualquer empresa do segmento de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico e que a coloca em vantagem com relação a concorrentes estrangeiros que não dispõe dos mesmos recursos.
Com relação ao Mercosul, para o setor de Bens de Capital, foi estabelecido um cronograma de desgravação das alíquotas do Imposto de Importação para terceiros países, com alterações posteriores, sendo que a partir de 01.01.2000 = 18% e a partir de 01.01.2001 = 14%. A alíquota do Imposto de Importação para os países membros do Mercosul permanece em 0%.

Demanda:
Com relação à demanda, há uma tendência muito acentuada à renovação dos equipamentos pela indústria nacional, com destaque para as máquinas de maior conteúdo tecnológico e preço competitivo, que têm uma maior participação nas vendas da Empresa. Para isso, a Romi investiu nos últimos anos e continuará investindo em novas tecnologias de manufatura, com objetivo de melhoria de produtividade e redução de custo; além do desenvolvimento de novos produtos através de pesquisa e desenvolvimento próprio e de acordos de desenvolvimento tecnológico com empresas líderes no exterior.

Tecnologia:
Os investimentos em permanente e tecnologia em 2005, foram de 48,1 milhões reais. Desse total, 29,4 milhões de reais foram imobilizados, correspondendo a uma variação de 76%, em relação aos valores de imobilizações de 2004. Do total investido em ativos fixos, 20,8 milhões de reais foram destinados à unidade de negócios de Fundidos e Usinados, em sua maior parte para conclusão de uma nova linha de moldagem, que permitirá um aumento da capacidade produtiva, da unidade, de 75%, para 4.000 toneladas/mês, capacidade esta que espera ser preenchida nos próximos dezoito meses. O restante dos investimentos foi destinado ao atendimento das necessidades da corporação e das demais unidades de negócios, fundamentalmente para manutenção e modernização.

Após passar por auditoria externa, no período de 20 a 24 de junho, realizada pela empresa certificadora ABS Quality Evaluations, o Sistema de Gestão Ambiental da empresa foi certificado pela norma internacional ISO

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

14001, já em sua versão mais atualizada, de 2004, cujo certificado foi emitido em 12 de agosto de 2005. Além de todos os investimentos em sistemas e treinamentos internos, a empresa investiu neste projeto, até o final de 2005, o montante de 8,5 milhões de reais.

Destacamos ainda que, no dia 8 de agosto de 2005, em cerimônia realizada no auditório do Centro Fecomércio, em São Paulo, a empresa recebeu o prêmio FGV de Excelência Empresarial, concedido pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o IBRE – Instituto Brasileiro de Economia, como a melhor empresa do setor de máquinas e equipamentos do país, no ano de 2004. No total, 12 empresas foram premiadas em excelência empresarial, cada uma no seu respectivo setor de atuação. A empresa conquistou, pela segunda vez consecutiva, o Prêmio Plásticos em Revista 2005, na categoria de Excelência na Fabricação de Máquinas Injetoras de Plástico. A homenagem ocorreu no mês de novembro, em São Paulo. O prêmio, instituído pelo INP – Instituto Nacional do Plástico, tem como objetivo reconhecer o mérito e estimular a divulgação dos resultados das indústrias ligadas ao setor plástico. No dia 7 de dezembro de 2005, a empresa recebeu o Prêmio Abimaq Exportador do Ano de 2005, na categoria Diversidade de Mercados. O V Prêmio Abimaq Exportador do Ano contemplou os associados da Abimaq – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos. A empresa, que iniciou suas exportações em 1944, exportou os seus produtos, em 2005, para 32 países diferentes.

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

Observamos a seguinte sazonalidade nos negócios da companhia nos últimos dois anos:

CONSOLIDADO	1T05	2T05	3T05	4T05	12M05
Receita operacional líquida (R$ mil)	93.340	136.596	133.166	147.463	510.565
variação % sobre período anterior		46%	-3%	11%	15%

CONSOLIDADO	1T06	2T06	3T06	4T06	12M06
Receita operacional líquida (R$ mil)	103.176	136.925	153.159	155.688	548.948
variação % sobre período anterior		33%	12%	2%	8%

A indústria de bens de capital depende, fundamentalmente, do crescimento da economia nacional e internacional, pois suas vendas dependem dos investimentos, que só ocorrem em condições de estabilidade política com crescimento econômico.

O primeiro trimestre historicamente reflete um desempenho menor, decorrente de férias coletivas e feriados, bem como, de expectativas de realizações das feiras mecânicas o início de abril. Portanto a retomada dos negócios no segundo trimestre é natural.
No terceiro trimestre de 2005, houve uma queda da receita de vendas, decorrente de uma desaceleração da atividade econômica naquele período.
No quarto trimestre de 2005 houve uma recuperação moderada do crescimento em relação ao trimestre anterior. Ainda assim, a Receita Operacional Líquida obtida em 2005, representa um crescimento de 15%, em relação à Receita Operacional Líquida de 2004, que, em razão das restrições da conjuntura econômica observadas no ano, pode ser considerado um crescimento satisfatório.
A receita operacional líquida consolidada foi de R$103,2 milhões no **1T06**, superior em 11% à alcançada no 1T05. É importante observar que o primeiro trimestre é sazonalmente mais fraco, sendo esse o período em que a empresa tradicionalmente adota as férias anuais coletivas para os funcionários da área industrial.
Esse crescimento de receita decorreu exclusivamente do aumento de volume comercializado, uma vez que, em função da concorrência dos produtos importados, motivada pela valorização cambial, não houve possibilidade de reajustes nos preços de venda.

A receita operacional líquida consolidada foi de R$136,9 milhões no **2T06**, permanecendo praticamente estável em relação à receita do mesmo período de 2005, quando alcançou R$ 136,6 milhões. No acumulado do 1S06 a receita operacional líquida foi de R$ 240,1 milhões, com crescimento de 4,4%, em relação ao 1S05, quando atingiu R$ 229,9 milhões.

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

A principal razão deste desempenho trimestral foi a desaceleração do ritmo de atividade do setor industrial brasileiro, em linha com o desempenho da economia como um todo.
Embora os volumes de vendas tenham apresentado crescimento no período, houve maior pressão por parte dos produtos importados, fazendo com que, em alguns casos, houvesse redução de preços de venda para o mercado interno. A questão cambial, também, não tem estimulado a empresa a aumentar suas exportações. No 2T06 a empresa exportou US$6,4 milhões, 17,8% a menos que no 2T05, transferindo para o mercado interno, a melhores preços, a capacidade não exportada.

A receita operacional líquida consolidada foi de R$153,2 milhões no **3T06**, com crescimento de 15,0%, em relação ao mesmo período de 2005, quando alcançou R$ 133,2 milhões. No acumulado de 9M06, a receita operacional líquida foi de R$ 393,3 milhões, com crescimento de 8,3%, em relação a igual período de 2005, quando atingiu R$ 363,1 milhões.

O crescimento deve-se ao aumento do volume físico de vendas em todas as unidades de negócios, refletindo o comportamento de alguns setores atendidos pela empresa. Na Unidade de Negócios de Máquinas-Ferramenta houve uma maior participação do segmento de serviços. Na Unidade de Injetoras de Plástico houve estabilidade nos diversos mercados compradores, com um pequeno aquecimento em construção civil. Na Unidade de Fundidos e Usinados observamos uma maior participação dos segmentos de veículos de movimentação de terra, caminhões e setor de energia.

A receita operacional líquida consolidada foi de R$155,7 milhões no **4T06**, com crescimento de 5,6% em relação ao exercício anterior. No acumulado do ano, a receita evoluiu 7,6%, alcançando R$ 548,9 milhões. O desempenho das vendas no exercício, também, um recorde histórico, foi fruto da estratégia comercial adotada pela Romi, ampliando a sua gama de produtos, em especial nas Injetoras de Plástico, com o lançamento da nova linha Prática, de menor valor unitário. Ao mesmo tempo, na área de fundidos e usinados a estratégia foi atuar em produtos de maior valor agregado, cujo mercado se apresentou mais demandante

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Tornos Paralelos Universais, com CNC e Centros de Usinagem	67,80
02	Máquinas Injetoras de Plástico	15,40
03	Fundidos e Usinados	16,80

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR				9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
01	Painéis e Contr.Eletrônic	SIM	21.153	SIM	SIM
GE Fanuc Automation	NÃO LIGADO				20,40
02	Componentes Hidráulicos	NÃO	0	SIM	SIM
Bosch Rexroth Ltda.	NÃO LIGADO				11,60
03	Painéis e Controles Eletr	SIM	6.317	SIM	SIM
Siemens AG	NÃO LIGADO				6,10
04	Resinas para Fundição	NÃO	0	SIM	SIM
Foseco Indl e Coml. Ltda	NÃO LIGADO				5,90
05	Chapas de Aço	NÃO	0	SIM	SIM
Cia Siderúrgica Paulista - COSIPA	NÃO LIGADO				5,70
06	Componentes Mecânicos	SIM	4.969.020	SIM	SIM
Okuma America Corporation	NÃO LIGADO				4,80
07	Ligas Metálicas	NÃO	0	SIM	SIM
Isoalloys Indústria e Comércio Ltda.	NÃO LIGADO				4,60
08	Ferro Gusa	NÃO	0	SIM	SIM
Siderpa Sirerúrgica Paulino Ltda.	NÃO LIGADO				4,10
09	Componentes Eletrônicos	NÃO	0	SIM	SIM
Murrelektronik Br. Ind. Com. Ltda.	NÃO LIGADO				4,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR				9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
10	Tirantes	NÃO	0	SIM	SIM
Cromodura Santa Luzia Ltda.	NÃO LIGADO				3,60
11	Componentes Mecânicos	NÃO	0	SIM	SIM
Kabelschepp Bras. Ind. Com. Ltda.	NÃO LIGADO				3,50
12	Componentes Mecânicos	SIM	2.996	SIM	SIM
Autoblok SPA	NÃO LIGADO				2,90
13	Componentes Mecânicos	SIM	2.972	SIM	SIM
Colombo Filippetti Torino SPA	NÃO LIGADO				2,90
14	Componentes Eletrônicos	NÃO	0	SIM	SIM
Schneider Eletric Brasil Ltda.	NÃO LIGADO				2,70
15	Componentes Eletrônicos	SIM	2.766	SIM	SIM
Yaskawa Eletric Amercia Inc	NÃO LIGADO				2,70
16	Componentes Eletroeletron	NÃO	0	SIM	SIM
Bernecker & Rainer Indust. Eletr.	NÃO LIGADO				2,60
17	Componentes Hidráulicos	NÃO	0	SIM	SIM
Bosch Rexroth	NÃO LIGADO				2,50

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

10.03 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

1- ITEM	2- ITEM	3 - NOME DO PRODUTO/ NOME DO CLIENTE	4 - % DE PARTICIPAÇÃO DO CLIENTE NA RECEITA LÍQUIDA
001		Máquinas-Ferramenta	
001	001	Romi Machine Tools, Ltd.	3,56
001	002	Magneti Marelli Copaf	2,15
001	003	Hommel CNC - Technik GMBH	1,81
001	004	Eaton Ltda	1,41
001	005	Mahle Metal Leve S.A.	0,98
001	006	DHB Comps. Automotivos S.A.	0,96
001	007	Serv. Nac. Aprend. Indl - Senai	0,65
001	008	Clientes Diversos	56,28
002		Injetoras de Plástico	
002	001	Focus Tecnologia Plásticos S.A.	1,01
002	002	Inds. Arteb S.A.	0,73
002	003	Cortiana Plásticos Ltda.	0,71
002	004	Weidmann Tecnologia em Plast. Ltda.	0,58
002	005	Becton Dickinson Inds. Cirúrgica	0,38
002	006	Clientes Diversos	11,99
003		Fundidos e Usinados	
003	001	Arvinmeritor do Brasil Sist. Autom.	7,44
003	002	Eaton Ltda	2,81
003	003	Milwaukee Machine Works Inc.	0,99
003	004	ZF do Brasil Ltda.	0,70
003	005	Valtra do Brasil S.A.	0,52
003	006	Clientes Diversos	4,34

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

10.04 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERC. (Reais Mil)
01	Máquinas-Ferramenta e Injetoras Plástico	143.377	144.984	55.727
99	TOTAL	143.377	144.984	55.727

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

A empresa fabricante de máquinas-ferramenta e injetoras de plástico, até o fim da década de 80, tinha como característica um sistema de produção verticalizada. A partir de 1980, como política de estratégia empresarial e com o processo de abertura do mercado, iniciado em 1990, a empresa vê a horizontalização da produção como um processo de especialização de produtos e atividades. A empresa não quer ser a produtora de tudo, mas, sim, buscar no mercado aquilo que ele de melhor produz.

Aliando às suas necessidades de qualidade, a empresa adquire no mercado os mais variados tipos de aços, resinas, ferro gusa, componentes elétricos-eletrônicos e demais insumos necessários para proceder o processo de manufatura de seus produtos, destinados aos mercados nacional e externo, possuindo fundição própria de ferro cinzento e nodular.

Os processos básicos são: fundição; usinagem e chaparia; montagem eletro-eletrônica e montagem final.

As operações, produtos e serviços da empresa são organizados em três unidades de negócio. A unidade de negócios de Máquinas-Ferramenta, a de Injetoras de Plástico e a de Fundidos e Usinados, distribuídas em 8 (oito) Unidades Fabris.

A característica comum dos processos produtivos dos nossos três segmentos de negócio é a verticalização. Nos segmentos de máquinas-ferramenta e injetoras de plástico, o desenvolvimento do produto é realizado por nossas equipes , a partir de tecnologia desenvolvida por nós e da interação com escritórios de projeto e institutos de desenvolvimento no exterior. Alguns produtos contam com tecnologia licenciada por fabricantes de máquinas no exterior. O desenvolvimento dos processos de fabricação de componentes e montagem é realizado por nossas equipes e os componentes "mecânicos" são fabricados internamente, a partir da usinagem de ferro fundido (produção própria) ou de aço (adquirido no mercado).

Os componentes "não mecânicos" são comprados no mercado interno e externo e consistem basicamente em materiais elétricos, motores, sistemas de controle *CNC*, componentes hidráulicos e pneumáticos. Além disso, realizamos (i) a fabricação interna das coberturas metálicas (chaparia) das máquinas, a partir do aço adquirido no mercado; (ii) a montagem interna dos sistemas de controle das máquinas, composto do painel elétrico, dos cabos e dos motores; (iii) a montagem interna de sub-sistemas mecânicos de precisão, tais como cabeçotes, torres, trocadores de ferramenta, fusos de esfera e unidades de injeção; e (iv) a montagem final dos produtos, em linhas ou células específicas para cada família de produto, incluindo testes e inspeções de qualidade. Realizamos ainda a entrega do produto no local indicado pelo cliente, instalado e em funcionamento.

Já no segmento de fundidos e usinados, o produto é desenvolvido pelo cliente. Nós recebemos o desenho e especificações, suficientes para desenvolver o processo de fabricação do fundido e da usinagem do mesmo, transformando-o em peça acabada. Os processos de fabricação do fundido e da usinagem da peça são desenvolvidos internamente, nas UF-10 e UF-01, respectivamente. Os projetos dos ferramentais necessários para a fundição e usinagem das peças são projetados internamente. O ferramental para fundição (modelos) é comprado no mercado local, de fornecedores localizados na região, e o ferramental para usinagem é fabricado em parte pela Companhia. Toda a produção de peças fundidas, a partir de ferro fundido, é realizada internamente pela UF-10 e parte das operações de acabamento do fundido bruto (processo conhecido como "rebarbação") é realizada por fornecedores da região. Toda a usinagem de peças fundidas é realizada internamente, na UF-01. A fundição (realizada na UF-10) conta com duas linhas de moldagem automatizadas, para peças de até 100 kg e alta produção, e linhas semi-automática e manual, para lotes menores e peças de até 30 toneladas de peso.

O processo de desenvolvimento tecnológico é responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos das suas respectivas unidades de negócios: máquinas-ferramenta e injetoras de plástico.

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Conseguindo, com isso, melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico própria, baseada nos setores de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio na Romi, voltado a seus produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de 86 patentes em inúmeros países na América, Europa e Ásia, e 5 licenças de transferência de suas tecnologia e fabricação a outras empresas. Além do desenvolvimento próprio, a Romi tem complementado seu acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes a nível global, tendo firmado até o presente 12 licenças de transferência de tecnologia.

Os conceitos de qualidade total fazem parte das estratégias de produção da companhia, sendo que o programa de adequação do Sistema de Qualidade Romi à ISO 9000 foi iniciado em 1993. Em novembro de 2000, O Sistema da Qualidade Romi foi recertificado por mais 3 anos pelo ABS Quality Evaluations, Inc. Certificado ISO 9001, sob número 31120. Em setembro de 2003, a Empresa foi certificada com a versão 2000 da ISO 9001, que inclui todas as suas Unidades Fabris.

Após passar por auditoria externa, no período de 20 a 24 de junho de 2005, realizada pela empresa certificadora ABS Quality Evaluations, o Sistema de Gestão Ambiental da companhia foi certificado pela norma internacional ISO 14001, já em sua versão mais atualizada, de 2004, cujo certificado foi emitido em 12 de agosto de 2005. Além de todos os investimentos em sistemas e treinamentos internos, a companhia investiu neste projeto, até o final de 2005, o montante de 8,5 milhões de reais.

O parque fabril da empresa possui uma idade média de aproximadamente 19,5 anos.

A empresa possui seguro de todo seu imobilizado e os riscos do processo de produção que possam gerar paralização são praticamente inexistentes.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Comercialização:
A comercialização dos produtos é feita diretamente por vendedores próprios, através de filiais.

Distribuição:
Atualmente a empresa possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria, contando com uma rede de 13 filiais e 16 escritórios, totalizando 33 unidades distribuídas pelos principais pontos do território nacional, com administração de vendas centralizada em São Paulo.

Mercados:
Mercado Interno:
A empresa realiza suas vendas e presta assistência técnica aos seus produtos, através de suas filiais de vendas localizadas nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, não havendo, portanto, alterações significativas específicas (acréscimos ou reduções) ocorridas nos últimos anos.

Mercado Externo:
A empresa exporta seus produtos a vários países da América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, através de exportação direta, subsidiárias de vendas, revendedores e trading companies.
A empresa possui uma subsidiária nos EUA, a Romi Machine Tools, Ltda. Para o continente europeu, a empresa tem uma subsidiária integral na Alemanha, denominada Romi Europa GmbH, com o objetivo de vendas e distribuição de nossos produtos.

A evolução das taxas das moedas estrangeiras ao longo de 2006 não estimularam as exportações da Companhia neste período. A estabilidade das cotações do câmbio mais ao final do ano permite vislumbrar, com mais clareza, a condução da política cambial por parte do governo. Nesse sentido, a Companhia já conseguiu se reposicionar em termos de custos e competitividade de preços. As perspectivas são de incremento das exportações para os próximos anos. Em 2006, as exportações representaram 11,3% do total da Receita Operacional Líquida da Companhia, inferior à participação de 2005, que foi de 14,6%. O montante exportado foi de US$ 28,1 milhões, contra US$ 30,7 milhões 2005.

A unidade de Máquinas-Ferramenta responde pela maior parte das exportações. De janeiro a dezembro de 2006, a participação desta unidade de negócios foi 61,9%, enquanto que as exportações de Fundidos e Usinados foram de 38,1%.

Distribuição das exportações em 2005:

EUA	49%
América do Sul	16%
Europa	30%
Ásia/África/Oceania	3%
América Central	1%
México	1%

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Distribuição das exportações em 2006:

EUA	50%
América do Sul	18%
Europa	25%
Ásia/África/Oceania	5%
América Central	1%
México	1%

Percentual das exportações no Faturamento:

Exercício	% faturamento
2003	16%
2004	15%
2005	15%
2006	11%

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Não houve alteração significativa na composição do "mix" de produtos da empresa.

As operações, produtos e serviços da empresa são organizados em três unidades de negócio. A unidade de negócios de Máquinas-Ferramenta, que congrega as linhas de Tornos Convencionais, Tornos a CNC, Centros de Usinagem e ferramentas de precisão Romicron®, é a maior unidade de negócios da Companhia, e foi responsável em 2006 por 67% da Receita Operacional Líquida. As vendas da unidade de negócios de máquinas Injetoras de Plástico respondeu, neste mesmo período, por 16%. A unidade de negócios de Fundidos e Usinados, realizou vendas, neste período, que corresponderam a 17% da Receita Operacional Líquida.

O setor de máquinas-ferramenta e de máquinas injetoras de plástico é aberto à concorrência e com a retomada da atividade econômica, tem se mostrado um ambiente bastante competitivo. Atualmente, a maior concorrência para essas unidades de negócio de máquinas industriais são os fabricantes estrangeiros.

Dispomos de todas as condições para concorrer em preços e características técnicas, tanto com os produtos nacionais como os importados, o que nos permite operar com margens atrativas. Para os fundidos e usinados também estamos inseridos em um ambiente muito competitivo, entretanto a busca contínua pela fabricação de produtos mais complexos e com maior valor agregado, poderá nos permitir a obtenção de margens mais atrativas.

Nossos maiores competidores no setor de máquinas-ferramenta e de máquinas injetoras de plástico são os produtos importados que, de acordo com nossas estimativas, detêm uma participação no mercado brasileiro de 40% e 45%, respectivamente. No setor de fundidos e usinados, nossos maiores concorrentes são empresas nacionais tais como Tupy, Thyssen Krupp (Brasil) e Schultz.

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas-ferramenta, podemos citar a DebMaq do Brasil Ltda. (Indústrias Nardini S.A.), a Ergomat Indústria e Comércio Ltda., a Index Tornos Automáticos Indústria e Comércio Ltda. e a Heller Máquinas Operatrizes Ltda. Dentre nossos principais concorrentes estrangeiros no setor de máquinas-ferramenta, podemos citar as japonesas Mazak, Mori Seiki Okuma e Takamaz. Além destas, podemos citar a Doosan (Coréia), a Index (Alemanha) e a Haas (EUA).

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas injetoras de plástico, podemos citar a Himaco Hidráulicos e Máquinas Ind. Com. Ltda., a Jasot Indústria e Comércio de Máquinas, a Krauss Maffei do Brasil e a Sandretto. Dentre nossos principais concorrentes estrangeiros, no setor de máquinas injetoras de plástico, podemos citar as japonesas Nissei, Mitsubishi e Toshiba, as chinesas FCS, CLF e Haitian, as italianas Sandretto e Negribossi, além da alemã Demag, da austríaca Engel, da canadense Husky, e a Chen Hsong, de Hong Kong.

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de fundidos e usinados, podemos citar a Tupy S.A., Teksid do Brasil Ltda. Thyssen Krupp Fundições Ltda., Fundição LUK Ltda. e a Schulz S.A.

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

1. PATENTES EM VIGOR NO BRASIL

1.01. Carta Patente nº PI 9006125, de 28/09/93
"Dispositivo Micrométrico para Regulagem de Ferramenta para Acabamento de Furos de Ultra-Precisão"
Válida até 03/12/2005

1.02. Carta Patente nº 9700507-0, de 05/02/2002
"Dispositivo de Comando para Carros de Máquina-Ferramenta"
Válida até: 04/04/2017

1.03. Carta Patente nº PI 9204014-4, de 30/06/98
"Aperfeiçoamento em Dispositivo Micrométrico para Regulagem de Ferramenta para Acabamento de Furos de Alta Precisão"
Válida até 08/10/2012

1.04. Carta Patente nº PI 9005810-0, de 25/04/95
"Alavanca de Comando"
Válida até 16/11/2005

1.05. Carta Patente nº PI 9204015-2, de 30/06/98
"Dispositivo Micrométrico Aperfeiçoado para Acabamento de Furos"
Válida até 08/10/2012

1.06. Carta Patente nº 9300002-2, de 24/11/98
"Aperfeiçoamento em Bloqueio Hidromecânico de Moldes"
Validade: 04/01/2013

1.07. Carta Patente nº 9401033-1, de 24/08/99
"Dispositivo Compensador de Massas, Particularmente Aplicável em cabeçote de Broquear Rotativo"
Validade: 02/05/2014

2. PATENTES EM VIGOR NO EXTERIOR

2.01. Carta Patente nº 5,275,550, de 04/01/94 - USA
"Hydromechanic Mold Clampling Mechanism"
Validade: 15/09/2011

2.02. Carta Patente nº 2784998, de 29/05/98 - JAPÃO
"Device for Compensating Masses, Specially Applicable to Rotary Boring Head"
Validade: 08/02/2015

2.03. Carta Patente nº 43 32 520, de 11/04/96 - ALEMANHA
"Improved Micrometric Devices For Finishing HIGH Precision Bores"
Validade: 24/09/2013

2.04. Carta Patente nº 5,222,846, de 29/06/93 - USA
"Ultra Precision Sub-Micron Boring Tool and Pre-Setting System"
Validade 29/06/2010

2.05. Carta Patente nº 0.593.223, de 06/03/96 - ITÁLIA
"Micrometric Device Finishing Bores"
Validade: 08/10/2013

2.06. Carta Patente Européia nº 1.020.252, de 17/12/03 - INGLATERRA
"Improvements in or relating to machine tools"
Validade: 04/09/2017

2.07. Carta Patente nº 202023, de 24/05/01 – MÉXICO
"Perfeccionamento en/o Relativo a Máquina-Herramienta"
Validade: 20 anos – 21/11/2017

2.08. Carta Patente Nº 9501621-8, de 06/07/98 - SUÉCIA
"Device For Compensating Masses, Specially Applicable To Rotary Boring Head"

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Validade: 02/05/2015

2.09. Carta Patente nº 91 14 666, de 18/03/94 - FRANÇA
"Ultra Precision Sub-Micron Boring Tool and Pre-Setting System"
Validade: 27.11.2011

2.10. Carta Patente nº 6,203,312, de 20/03/2001 - USA
"Clamping Apparatus for a Tiebarless Injection Moulding Machine"
Validade: 01/12/2018

2.11. Carta Patente nº 3.335.654, de 02/08/02 – JAPÃO
"Ultra Precision Sub-Micron Boring Tool and Pre-Setting System"
Validade: 03/12/2011

2.12. Carta Patente nº 5,316,417, de 31/05/94 - USA
"Improved Micrometric Devices For Finishing HIGH Precision Bores"
Validade: 31.05.2005

2.13. Carta Patente nº 683 895, de 15.06.94 - SUÍÇA
"Improved Micrometric Devices For Finishing Bores"
Validade: 07/10/2013 (20 anos)

2.14. Carta Patente nº 683 894 A5, de 15.06.94 - SUÍÇA
"Improved Micrometric Devices For Finishing HIGH Precision Bores"
Validade: 07/10/2013 (20 anos)

2.15. Carta Patente nº 5,326,198, de 05/07/94 - USA
"Improved Micrometric Devices For Finishing Bores"
Validade: 05/07/2011 (17 anos a contar da data de expedição)

2.16. Carta Patente nº 2.250.459, de 17/08/94 - INGLATERRA
"Ultra Precision Sub-Micron Boring Tool and Pre-Setting System"
Validade: 29/07/2011

2.17. Carta Patente nº 93.119.58, de 16.12.94 - FRANÇA
"Improved Micrometric Devices For Finishing HIGH Precision Bores"
Validade: 07.10.2013

2.18. Carta Patente nº 93 11959, de 16.12.94 - FRANÇA
"Improved Micrometric Devices For Finishing Bores"
Validade: 07.10.2013

2.19. Carta Patente nº 41 39 650, de 30.03.95 - (Principal) - ALEMANHA
"Ultra Prazisions-Submicron Feintbohrwe Tzeug und-Instellsystem"
Validade: 02.12.2011

2.20. Carta Patente nº 6,524,091, de 25/02/03 – USA
"Pressure Control Mechanism For a Molding Apparatus"
Validade: 28/12/2020

2.21. Carta Patente nº 685 378 A5, de 30.06.95 - SUÍÇA
"Device For Compensating Masses, Specially Applicable To Rotary Boring Head"
Validade: 21/09/2014 (20 anos)

2.22. Carta Patente nº 0593222, de 21.06.95 - INGLATERRA
"Improved Micrometric Devices For Finishing HIGH Precision Bores"
Validade: 21/06/2013 (20 anos)

2.23. Carta Patente nº 41 43 449, de 31/08/95 - ALEMANHA
"Ultra Precision sub-micron boring tool and pre-setting system"
Validade: 02/12/2011

2.24. Carta Patente nº 41 43 450, de 17/08/95 - ALEMANHA
"Ultra Precision sub-micron boring tool and pre-setting system"
Validade: 02/12/2011

2.25. Carta Patente nº 505.855, de 13/10/97 - SUÉCIA

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

"Ultra Precision Sub-Micron Boring Tool and Pre-Stting System"
Validade: 28/11/2011

2.26. Carta Patente N° MI 1.252.156, de 05/06/95 - ITÁLIA
"Utensile per fori e sistema di preregola bione ad ultraprecisione"
Validade: 05/06/2015

2.27. Carta Patente N° 685 985 A5, de 30/11/95 - SUÍÇA
"Ultra Precision Sub-Micron Boring Tool and Pre-Setting System"
Validade: 03/12/2011

2.28. Carta Patente n° 5,478,177, de 26/12/95 - USA
"Mass Compensating Device Especially Applicable To Rotary Boring Heads"
Validade: 30/08/2014 (20 anos)

2.29. Patente n° AR004452B1, de 09/11/04 – ARGENTINA
"Máquina Herramienta com Dispositivo de Control para el Movimiento del Carro"
Validade: 19/11/2017

2.30. Carta Patente n° 43.32.506, de 04/04/96 - ALEMANHA
"Improved Micrometric Devices For Finishing Bores"
Validade: 24/09/2013

2.31. Carta Patente n° 0.593.223, de 06/03/96 - INGLATERRA
"Improved Micrometric Devices For Finishing Bores"
Validade: 08/10/2013

2.32. Carta Patente n° 42 30 824, de 13/06/96 - ALEMANHA
"Hydromechanscher GuBfomr-SchlieBmechanismus"
Validade: 15/09/2012 (20 anos)

2.33. Carta Patente n° 0593223, de 06/03/96 - SUÉCIA
"Micrometric Device For Finishing Bores"
Anuidade: 08/10 de cada ano

2.34. Carta Patente n° 0.640.421, de 20/11/96 – INGLATERRA
"Improvement in or Relating to Micrometric Devices for Finishing High Precision Bores"
Anuidade: 08/10 de cada ano

2.35. Carta Patente n° 44 34 166, de 06/02/97 - ALEMANHA
"Device For Compensating Masses, Specially Applicable To Rotary Boring Head"
Validade: 24/09/2007

2.36. PATENTE EUROPÉIA: 0.593.222, de 21/06/95 - ITÁLIA
"Micrometric Device For Finishing High Precision Bores"
Validade: 08/10/2013

2.37. PATENTE EUROPÉIA: 0.640.421, de 20/11/96 - (DIVISIONAL) - ITÁLIA
"Micrometric Device – divisional – (Blacklash Suppression)"
Validade: 08/10/2013

2.38. PATENTE EUROPÉIA: 0.593.222, de 21/06/95 – SUÉCIA
"Micrometric Device For Finishing High Precision Bores"
Fase Nacional iniciada em 20/09/95
Validade: 08/10/2013

2.39 PATENTE EUROPÉIA: 0.640.421, de 20/11/96 - (DIVISIONAL) – SUÉCIA
"Micrometric Device – divisional – (Blacklash Suppression)"
Validade: 08/10/2013

2.40. Carta Patente n° 94 12175, de 28/02/97- FRANÇA
"Device For Compensating Masses, Specially Applicable To Rotary Boring Head"
Validade: 12/10/2014

2.41. Carta Patente n° 44.37.863, de 24/10/97 - ALEMANHA
"Rotary Boring Head With Radially Adjustable Tool Shank Support" ou

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

"Displaceable Cutting Tool Shank Holder"
Validade: 22/10/2014

2.42. Carta Patente nº 1.275.157, de 30/07/97 – ITÁLIA
"Dispositivo Compensatore di Masse, Particolarmente Appicabile ad una Testa Alesatrice Rotante"
Validade: 15/02/2015 (20 anos a partir da data de depósito)

2.43. Carta Patente nº 2.736.400, de 16/01/98 – JAPÃO
"Improved Micrometric Device for Finishing Bores"
Validade: 07/10/2013

2.44. Carta Patente nº 2.736.399, de 16/01/98 – JAPÃO
"Improved Micrometric Device for Finishing High Precision Bores"
Validade: 07/10/2013

2.45. Carta Patente nº 2 824 633, de 11/09/98 - (Divisional) JAPÃO
"Improved Micrometric Device for Finishing High Precision Bores"
Validade: 07/10/2013 (20 anos)

2.46. Carta Patente nº 2288997, de 09/07/98 - INGLATERRA
"Mass Compensation Device"
Validade: 26/01/2015 (20 anos)

2.47. Carta Patente Divisional nº 9503985-5, de 19/10/98 - (Divisional) SUÉCIA
"Ultra Precision Sub-Micron Boring Tool and Pre-Setting System"
Validade: 29/01/2011

2.48. Carta Patente Divisional nº 9503986-3, de 19/10/98 - (Divisional) SUÉCIA
"Ultra Precision Sub-Micron Boring Tool and Pre-Setting System"
Validade: 29/01/2011

2.49. Carta Patente nº 5,971,675, de 26/10/99 - USA
"Boring Device"
Validade: 12/08/2017

2.50. Carta Patente nº 5,960,690, de 05/10/99 - USA
"Machine Tool Incorporating Means for Selectively Engaging a Control Device to a Carriage"
Validade: 29/10/2017

2.51. Carta Patente nº 2.218.973, de 14/11/2000 - CANADÁ
"Improvements in or Relating to Machine Tools"
Validade: 15/10/2017 (20 anos contados a partir de 15/10/97)

2.52. Carta Patente nº 0 868 963, de 13/12/2000 - INGLATERRA
"Control Box Selectively Engageable with Tool Carriage of CNC Machine Tool" or "Control Device For Machine Toll Carrigaes"
Validade: 04/09/2017

2.53. Carta Patente nº 0 896 844, de 09/01/2002 - INGLATERRA
"Boring Head with Backlash Suppression Means"
Validade: 14/07/2018

2.54. Patente nº 3295647, de 05/04/02 - JAPÃO
"Boring Device"
Validade: 30/07/2018

2.55. Patente nº 0 945 243, de 05/06/2002 – INGLATERRA
"Clamping Apparatus for a Tiebarless Injection Moulding Machine"
Anuidade: 20/10 de cada ano

3. PATENTES REQUERIDAS NO BRASIL

3.01. Pedido PI nº 9804098-7, de 23/07/98
"Aperfeiçoamento em Dispositivo Mandrilador para Acabamento de Furos de Alta Precisão e Meios de Supressão de Folga"

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

3.02. Pedido PI nº 0103955-5, de 16/07/2001
"Mecanismo de Controle de Pressão para Aparelho de Moldagem"

3.03. Pedido PI nº 9800139-3, de 23/03/98
"Mecanismo de Bloqueio de Molde para Máquina Injetora"

4. PATENTES REQUERIDAS NO EXTERIOR

4.01. Pedido PI nº 698.03.413.9-08 – (Européia 2.57) - ALEMANHA
"Boring Head with Backlash Suppression Means"

4.02. Pedido PI nº 0896844 – (Européia 2.57) - FRANÇA
"Boring Head with Backlash Suppression Means"

4.03. Pedido de Depósito nº 697.26.892.6 - (Européia 2.06) – ALEMANHA
"Control device for machine tool carriages – DIVNL"

4.04. Pedido PI nº 19031BE2001 – (Européia 2.56) - ITÁLIA
"Control Device for Machine Tool Carriages"

4.05. Pedido PI nº 19306BE2002 – (Européia 2.57) - ITÁLIA
"Boring Head with Backlash Suppression Means"

4.06. Pedido nº P99 01 00986 - ARGENTINA
"Mecanismo de Bloqueio para Máquina Inyectora"

4.07. Pedido PI nº ES2152634T3 – (Européia 2.56) - ESPANHA
"Control Device for Machine Tool Carriages"

4.08. Pedido PI nº 697 03 684.7-08 – (Européia 2.56) - ALEMANHA
"Control Device for Machine Tool Carriages"

4.09. Pedido PI nº 0868.963 – (Européia 2.56) - FRANÇA
"Control Device for Machine Tool Carriages"

4.10. Pedido de Depósito nº 69805747.3-08 (0945243) (Européia 2.59) - ALEMANHA
"Injection Moulding Clamping Apparatus"

4.11. Pedido PI nº 0896844 – (Européia 2.57) - SUÉCIA
"Boring Head with Backlash Suppression Means"

4.12. Pedido de Depósito nº 21077BE2004 (1020252) - (Européia 2.06) – ITÁLIA
"Control device for machine tool carriages-DIVNL"

4.13. Pedido PI nº 2621-97 - CHILE
"Controle Numérico para Máquinas-Herramientas"

4.14. Pedido Pi nº 000999.97 - PERU
"Perfeccionamento en/o Relativo a Máquinas-Herramientas"

4.15. Pedido de Depósito nº 2211381T3 - (Européia 2.06) – ESPANHA
"Control device for Machine tool carriages - DIVNL"

4.16. Pedido PI nº 0896844 – (Européia 2.57) - SUÍÇA
"Boring Head with Backlash Suppression Means"

4.17. Pedido de Depósito nº 98 308559 (0945243) - (Européia 2.59) - FRANÇA
"Injection Moulding Clamping Apparatus"

4.18. Pedido de Depósito nº 28404BE2002 - Européia 2.59) - ITÁLIA
"Injection Moulding Clamping Apparatus"

4.19. Pedido de Depósito nº 00100628.7 (1020252) - (Européia 2.06) – FRANÇA
"Improvements in or Relating to Machine Tolls"

4.20. Pedido de Depósito nº E 218425 – (Européia 2.59) – ÁUSTRIA
"Injection Moulding Clamping Apparatus"

4.21. Pedido nº 01310375-9 - INGLATERRA
"Blocking / Clamping Mechanism for Injection Molding Machines"

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

5. MARCAS EM VIGOR NO BRASIL

Marca	Registro	Classe	Validade
ROMI DISCOVERY (Centro de Usinagem)	817.277.676	7.10.60	02.01.2016
IMOR	002.507.331	7.10.15.60	15.06.2010
ROMI MACH	817.050.230	7.10.60	16.04.2016
ROMI (Máquina Ferramenta) (Mista)	740.147.854	7.10.60	02.03.2012
ROMI (Marca Serviço/Mista)	800.089.600	37	30.11.2012
MULTIPLIC (Nominativa)	818.230.479	07.10.60	11.11.2007
"R" (Figurativa)	006.226.701	7.10.	25.01.2016
"R" (Figurativa)	800.089.596	37	23.11.2012
ROMI PRIMAX	817.188.436	7.10.60	08.04.2015
CONTROLMASTER (Nominativa)	817.597.131	7.10.60	06.02.2016
ROMI CENTUR	817.597.140	07.10.60	13.02.2016
POLARIS	817.860.428	07.10.60	13.08.2006
ROMI - SLANT (Torno)	818.009.632	07.10.60	03.12.2006
ROMICAM (Mista)	818.005.521	09.40.55	03.12.2006
DATA HOLDER	818.005.513	40.15.25.34	26.11.2006
ROMINOR (Nominativa)	780.207.254	7.10	11.05.2012
COSMOS (Nominativa)	811.488.802	7.10.60	20.05.2016
ROMICAM (Mista)	818.005.505	40.15.25.34	26.11.2006
TORMAX (Nominativa)	814.433.162	7.10.15.60	29.05.2010
ROMICRON (Nominativa)	816.396.175	7.60	25.05.2013

6. MARCAS EM VIGOR NO EXTERIOR

Marca	Registro	Classe		Validade
ROMICRON (Mista)	USA	1.978.868	7	04.06.2016
ROMI GALAXY	BOLÍVIA	65835-C	7	08.05.2008
ROMICRON	CORÉIA DO SUL	495869	7	19.06.2011
ROMI	ALEMANHA	796.923	7	31.10.2013
ROMI	CHILE	682.438	7	17.11.2013
ROMICRON	ALEMANHA	2.086.772	7	15.05.2014
ROMI	INGLATERRA	846.641	7	19.03.2008
ROMI	MÉXICO*	22.644/2003	7	06.09.2013
ROMI	PARAGUAI	193.608	7	22.11.2007
ROMI	PERU	21.578	7	06.12.2013
ROMI	VENEZUELA	051.816-F	7	10.08.2006
"R"	PARAGUAI	193.607	7	22.11.2007
FAVEL	ARGENTINA	1.686.023	35	07.09.2008
"R"	MÉXICO*	237.190	7	12.06.2014
ROMI	URUGUAI	311.078	7	11.12.2010
"R"	CHILE	566.229	7	18.04.2010
ROMI	USA	1.142.242	7	09.12.2010
"R"	USA	1.142.240	7	09.12.2010
ROMICRON	FRANÇA	94.528519	7.8	11.07.2014
ROMI PRIMAX	ARGENTINA	1.987.739	7	29.04.2014
ROMI	ARGENTINA	1.617.558	7	02.10.2006
ROMI	BOLÍVIA	50.760-A	7	23.10.2010

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

ROMI (Nominativa)	EQUADOR	5385-95	7	22.11.2015
"R" (Figurativa)	ARGENTINA	1.946.765	7	20.08.2013
ROMI	CANADÁ	TMA569,275	7	22.10.2017
TORMAX	USA	1.782417	7	20.06.2013
ROMI	ARGENTINA	1.920.125	7	28.03.2013
ROMICRON (Mista)	SUÉCIA	304 142	7	25/08/2015
TORMAX	MÉXICO*	469.188	7	12.05.2014
ROMI PRIMAX	CHILE	421.912	7	15.02.2014
ROMICRON (Nominativa)	USA	1,903,372	7	04.07.2015
ROMICRON (Figurativa)	ALEMANHA	2.906.045	7	15.09.2014
ROMICRON (Mista)	INGLATERRA	1581336	7	10.08.2011
ROMICRON (Mista)	ITÁLIA	698.258	7	04.10.2014
ROMICRON (Mista)	SUÍÇA	42 45 64	7.8	15.07.2014
ROMI GALAXY	PERU	28985	7	09.09.2006
POLARIS	CHILE	468.296	7	25.09.2006
ROMI GALAXY	COLÔMBIA	192.815	7	21.01.2007
ROMI DISCOVERY	PERU	33.753	7	25.02.2007
ROMI GALAXY	ARGENTINA	1.631.142	7	28.04.2007
ROMI (FAVEL)	ARGENTINA	1.631.143	37	28.04.2007
ROMI DISCOVERY	CHILE	493.135	7	03.11.2007
ROMI	FRANÇA	97692607	7	24.08.2007
ROMI DISCOVERY	ARGENTINA	1.657.977	7	10.02.2008
ROMI	SUÍÇA	448.955	7	25.08.2007
ROMI (re-depósito)	COLÔMBIA	187.973	7	18.03.2016
ROMI (Mista)	CORÉIA	428.307	38	04.11.2008
ROMI GALAXY	CHILE	528.618	7	29.10.2008
ROMICRON	MÉXICO	594.756	7	21.08.2007
COSMOS	ARGENTINA	1.704.968	7	18.11.2008
ROMI	CHINA	1253405	7	06.03.2009
ROMI	JAPÃO	4258516	7	02.04.2009
ROMI	HONG KONG	09857/1999	7	22.09.2014
COSMOS	CHILE	545.825	7	06.08.2009
ROMI CENTUR (re-depósito)	MÉXICO	608.549	7	22.03.2009
ROMI DISCOVERY	MÉXICO	619.137	7	08.03.2009
ROMI COSMOS	MÉXICO	621.017	7	09.02.2008
ROMI	CINGAPURA	11202/97	7	11.09.2007
"R"	CHILE	562.647	7	29.02.2010
ROMICRON	HONG KONG	01922/2001	7	02.03.2007
ROMICRON	HONG KONG	01536/2001	8	02.03.2007
ROMI	ITÁLIA	811.149	7	08.09.2007
ROMICRON	ARGENTINA	1.790.580	7	25.04.2010
ROMICRON	ESPANHA	2.321.801	8	20.03.2010
TORMAX	ARGENTINA	1.738.926	7	04.06.2009
ROMICRON	CANADÁ	TMA576,341	7	25.02.2018

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

7. MARCAS REQUERIDAS NO BRASIL

Marca	Nº do depósito	Data/Depósito	Classe
ANTARES	820.652.555	12/05/98	07.10.60
ROMI GALAXY	819.098.850	17/04/96	07.10.60
VELOX (Nominativa)	820.391.545	03/12/96	07.10.60
ROMI-BRIDGEPORT	820.652.806	12/05/98	07.10.60
ELECTRA	822.479.630	01/08/00	07.10.60
ROMICRON	822.715.783	18/10/00	07.10.60
ELETRAMAX	825.114.713	20/12/02	07
ELECTRAMAX	825.114.705	20/12/02	07
PRÁTICA	826.640.907	30/08/04	07

8. MARCAS REQUERIDAS NO EXTERIOR

Marca	País	Nº Depósito	Data	Classe
ROMICRON	ESPANHA	2.412.101	01/07/01	7
ROMICRON (Mista)	JAPÃO	75636/94	25/07/94	7
ROMI DISCOVERY	URUGUAI	294.723	15/04/97	7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

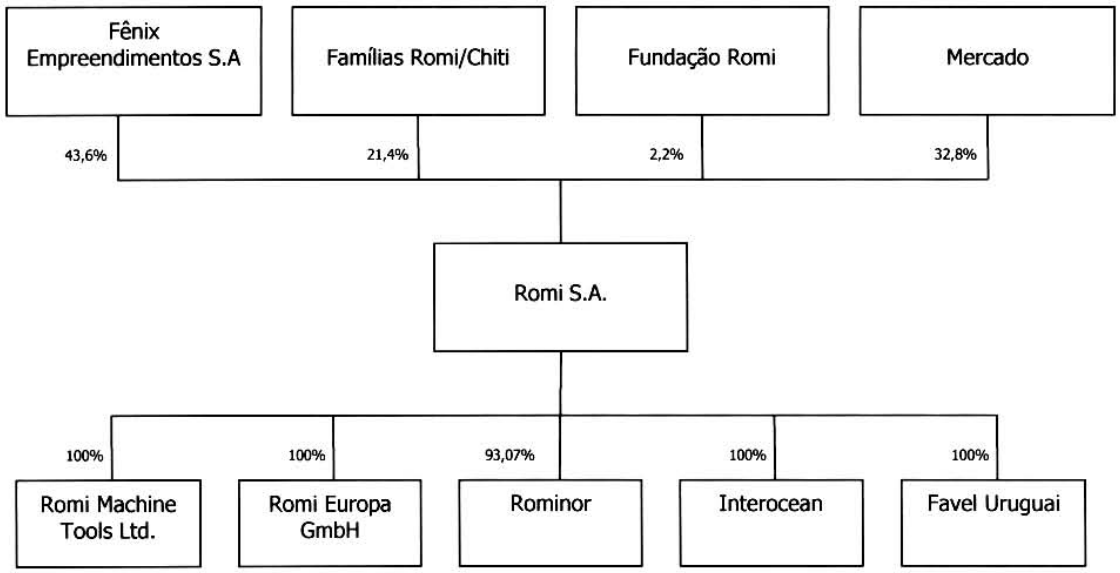
13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO								
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO									
01	Instalações Industriais	Avenida Pérola Byington, número 56							
Santa Bárbara dOeste	SP	137.211,000	59.657,000	46	SIM	NÃO	NÃO		
02	Instalações Industriais	Rodovia SP-304, Km 141							
Santa Bárbara dOeste	SP	233.011,000	26.475,000	31	SIM	NÃO	NÃO		
03	Instalações Industriais	Rodovia SP-304, Km 141,5							
Santa Bárbara dOeste	SP	362.513,000	33.500,000	22	SIM	NÃO	NÃO		
04	Terreno denominado Vila Romi	Rua Riachuelo, número 5							
Santa Bárbara dOeste	SP	270.532,000	9.146,000	0	SIM	NÃO	NÃO		
05	Filial São Paulo	Rua Coriolano, 710 - Lapa							
São Paulo	SP	3.530,000	5.619,000	39	SIM	NÃO	SIM	01/01/2006	31/12/2006

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

ESTRUTURA SOCIETÁRIA E ORGANIZACIONAL

O organograma abaixo apresenta a nossa atual estrutura societária e organizacional:



PRODUTOS DA COMPANHIA

Possuímos três unidades de negócio:

Máquinas-Ferramenta

A linha de máquinas-ferramenta que fabricamos e comercializamos atende ao mercado de máquinas-ferramenta por remoção de cavaco, seriadas, além de tornos extrapesados por encomenda, e se divide em:

- Tornos e Centros de Torneamento: são máquinas que fabricam ou usinam peças através de remoção de cavacos, com a peça girando e a ferramenta parada.

- Tornos universais "Tormax": são tornos mecânicos de ampla aplicação na indústria, utilizado na fabricação de peças em lotes pequenos, na manutenção em geral e no ensino técnico (SENAI, por exemplo). São máquinas de operação manual.

- Tornos a *CNC*— "Centur" e "Multiplic": são tornos de concepção similar aos tornos universais, porém equipados com componentes que tornam a operação automática, ou semi-automática. Estes componentes são controlados pelo "CNC" - controle numérico computadorizado da máquina, dotado de um computador que permite realizar as operações da máquina de forma programada e repetitiva. São aplicados na indústria, na fabricação de peças em lotes médios.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- Tornos extrapesados a *CNC* "UT – (Ultra Turn)": são tornos de grande porte, empregados na fabricação de peças pesadas para indústria de base, como cilindros para moendas para usinas de açúcar e álcool, cilindros de laminação para usinas siderúrgicas e turbinas a vapor ou gás para geração de energia elétrica.

- Centros de torneamento horizontal "Galaxy, Romi-G e Romi-E": são tornos a *CNC* desenhados para usinagem de peças com alta produtividade e precisão, aplicados pela indústria de autopeças e mecânica em geral, sendo que os lotes de fabricação são maiores e repetitivos. Têm capacidade de realizar diversas operações de usinagem, agrupando várias fases de produção e concluir a peça num único ciclo. Permitem configurações com automação de carga e descarga, possibilitando alto grau de autonomia e eficiência na produção.

- Centros de torneamento vertical "Romi-Emag VSC": são centros de torneamento que realizam a usinagem no sentido vertical, específicos para a produção de peças em alto volume, empregados pela indústria de autopeças.

- Centros de Usinagem: são máquinas onde a fabricação da peça (ou usinagem) se dá por remoção de cavacos, com a peça parada e a ferramenta girando.

- Centros de usinagem vertical "Discovery" e "VTC": são centros de usinagem de eixo vertical, de uso universal, aplicados pela indústria nos mais diversos segmentos, como a fabricação de autopeças, ferramentaria de moldes para plástico, indústria aeronáutica e equipamentos industriais.

- Centros de usinagem horizontal "RomiPH": de aplicação similar aos centros verticais, os centros de usinagem de eixo horizontal também são de uso universal, e se aplicam a processos onde a peça a ser usinada possui mais de uma face de usinagem, sendo, portanto, equipamentos de mais recursos quando comparados aos centros verticais.

Máquinas Injetoras de Plástico

A linha de máquinas injetoras de plástico que fabricamos e comercializamos atende ao mercado de injetoras de plástico horizontais para termoplásticos de 40 a 4.000 toneladas de força de fechamento, sendo que até 1.100 toneladas são produzidas em série e acima de 1.100 toneladas por encomenda e se dividem-se em:

- Injetoras de Plástico de acionamento hidráulico "Prática": são injetoras de plástico de uso geral, voltado ao mercado de produção de produtos de consumo popular, como utensílios domésticos, brinquedos e bijuteria. São de uso simples e voltadas a pequenas e médias empresas.

- Injetoras de Plástico de acionamento hidráulico "Primax R": são injetoras de plástico de alto desempenho, que atendem ao mercado de produção de peças com requisitos técnicos e materiais de engenharia. São configuráveis, a fim de atender a uma demanda variada, desde a fabricação de autopeças, produtos farmacêuticos e eletroeletrônicos, até a produção em alta escala de embalagens de alimentos e cosméticos. Os clientes típicos para esse produto são médias e grandes empresas, para produção própria ou para transformação para terceiros.

- Injetoras de Plástico de acionamento hidráulico "Primax DP": são injetoras de plástico pesadas, para injeção de peças de grande porte, como móveis, autopeças e embalagens.

- Injetoras de Plástico de acionamento elétrico "Eletramax": são injetoras de plástico nas quais o acionamento de movimentos é realizado por motores elétricos, em substituição aos tradicionais cilindros hidráulicos. São muito precisas, silenciosas e operam com baixo consumo de energia. São voltadas ao mercado de componentes eletrônicos, suprimentos hospitalares e fabricação de CDs, onde a ausência de óleo na máquina é imperativa, para evitar contaminação do produto.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Fundidos e Usinados

Nossa fundição produz peças em ferro fundido de três tipos: cinzento, nodular e vermicular. Para cada tipo, são produzidas diversas ligas, a fim de atender a ampla gama de clientes. Do mesmo modo, a gama de tamanhos e pesos vai de 10 kg a 30 toneladas, com peças medindo até 10 metros de comprimento. Os principais mercados são: autopeças pesadas (para caminhões e tratores), energia eólica, máquinas agrícolas, máquinas industriais (incluindo máquinas-ferramenta e injetoras de plástico) e infra-estrutura. As peças fundidas são fornecidas ao mercado na forma bruta (para ser usinada pelo cliente) ou na forma acabada (usinada internamente).

UNIDADES INDUSTRIAIS

Possuímos, atualmente, nove unidades fabris, todas situadas em Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, situadas a cerca de 130 km de distância da Capital do Estado. Esta localização nos favorece na medida em que o Estado de São Paulo e sua capital são tidos como o maior centro industrial e econômico do País. Essas unidades totalizam mais de 140.000 m2 de área construída e 1.600.000 m2 de área total, e são integradas através de sistemas de projeto CAD/CAM de última geração, permitindo-lhes flexibilidade e alto desempenho no processo de manufatura. Nossas unidades fabris estão localizadas em três pontos distintos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, sendo eles chamados de Matriz (localizada perto do centro comercial da cidade), Distrito (localizada na Rodovia SP-304) e Fundição (também localizada na Rodovia SP-304).

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

A empresa atua em um setor muito pouco poluente, a companhia não tem, ou teve quaisquer problemas decorrentes de prejuízos ao meio ambiente

Após passar por auditoria externa, no período de 20 a 24 de junho de 2005, realizada pela empresa certificadora ABS Quality Evaluations, o Sistema de Gestão Ambiental da companhia foi certificado pela norma internacional ISO 14001, já em sua versão mais atualizada, de 2004, cujo certificado foi emitido em 12 de agosto de 2005. Além de todos os investimentos em sistemas e treinamentos internos, a companhia investiu neste projeto, até o final de 2005, o montante de 8,5 milhões de reais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	0,17	0,70	SIM	576	576
Do valor total envolvido nos processos judiciais de natureza trabalhista, aproximadamente R$ 0,6 milhão representa risco de perda provável; R$ 0,3 milhão representa risco de perda possível; e aproximadamente R$ 3,2 milhões representam risco de perda remoto. Naquela mesma data, registrávamos provisões no montante de aproximadamente R$ 0,6 milhão relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que a Companhia é parte. O valor provisionado corresponde apenas aos processos com avaliação de perda provável. Possuímos ainda, em 31 de dezembro de 2006, valor depositado em juízo de aproximadamente R$ 150 mil. Tais ações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição e descanso; (ii) multa de 40% do FGTS sobre os valores dos expurgos dos planos Verão e Collor I e II; e (iii) indenizações por aci						
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	1,30	5,50	SIM	4.612	4.612
Correspondem a provisão para COFINS sobre alargamento da base de cálculo sobre receitas financeiras e outras receitas no montante de R$ 3.065 (R$ 4.054 em 2005 e R$ 3.557 em 2004), PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R$ 855 e R$ 186 respectivamente, e INSS sobre serviços prestados por cooperativas no montante de R$ 506.						
03	OUTRAS	0,00	0,30	SIM	290	290
Processos cíveis Referem-se a questionamentos judiciais de clientes requerendo revisões contratuais						

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2004, 2005, e 2006, a Companhia possuía os seguintes saldos e transações com partes relacionadas e com suas controladoras e com empresas ligadas ao mesmo grupo, em milhares de reais:

	Controladora (Companhia) – 2004			
	Saldos (em R$ mil)		Transações	
	Contas a receber	Contas a pagar	Vendas	Despesas com vendas
Romi Europa	55	305	187	1.727
Rominor	-	81	-	972
Romi Machine Tools	7.253	906	24.561	4.408
Favel S.A.	-	113	-	666
Total	7.308	1.405	24.748	7.773

	Controladora (Companhia) – 2005					
	Saldos			Transações		
	Contas a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Vendas	Despesas com vendas	Receitas financeiras
Romi Europa	28	1.246	-	486	3.204	-
Rominor	-	-	-	-	1.038	-
Romi Machine Tools	12.962	-	2.124	24.598	2.851	14
Favel S.A.	-	40	-	-	243	-
Total	12.990	1.286	2.124	25.084	7.336	14

	Controladora (Companhia) – 2006							
	Saldos				Transações			
	Contas a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Mútuo a pagar	Vendas	Despesas com vendas	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Romi Europa	-	-	-	-	189	2.134	-	-
Rominor	920	89	-	-	-	1.069	-	-
Romi Machine Tools	10.072	1.407	3.055	-	13.297	-	181	-
Favel S.A.	-	75	-	801	-	476	-	13
Total	10.992	1.571	3.055	801	13.486	3.679	181	13

As transações com controladas são realizadas em condições normais do mercado onde elas estão localizadas.

Os contratos de mútuo (ativos e passivos) possuem prazos de vencimento pré-determinados, são vencíveis no curto prazo e são remunerados por juros de 1,5% ao ano mais *Libor* semestral e variação cambial. Os contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e a Romi Machine Tools se destinam, basicamente, a aumento capital de giro para apoio financeiro a essa subsidiária. No total, em 31.12.2006 a Companhia era credora da Romi Machine Tools em cerca de R$ 3,1 milhões. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2006 no total de R$ 801 mil refere-se a 51 contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e a Favel se destinam, basicamente, ao pagamento de despesas relacionadas a feiras e eventos internacionais que foram inicialmente desembolsadas por essa subsidiária, no total de R$ 0,8 milhão.

A controlada Rominor é garantidora de parte das operações de Finame Fabricante efetuadas pela controladora, através da emissão de notas promissórias e avais.

As decisões referentes a transações entre nós e nossas controladas são tomadas pela nossa Diretoria.

Anexo I à Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Indústrias Romi S.A. realizada em 15 de fevereiro de 2007

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ - 56.720.428/0001-63
NIRE - 35.300.036.751

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1º - **INDÚSTRIAS ROMI S.A.**, fundada em 1938, sob a denominação de Máquinas Agrícolas Romi Ltda., é uma companhia aberta e reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Art. 2º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, podendo instalar filiais e agências em qualquer local do país ou no exterior.

Art. 3º - A Companhia tem por objeto a indústria e o comércio de máquinas-ferramenta, de máquinas para trabalhar metais e plásticos, de bens de capital em geral, de peças fundidas e usinadas, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral, de equipamentos para informática e seus periféricos; análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico; a exportação e a importação, a representação por conta própria ou de terceiros e a prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais), dividido em 62.361.828 (sessenta e dois milhões trezentas e sessenta e uma mil oitocentas e vinte e oito) ações ordinárias, sem valor nominal.

Art. 6º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 84.361.828 (oitenta e quatro milhões trezentas e sessenta e uma mil, oitocentas e vinte e oito) ações, incluídas as ações ordinárias já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Primeiro - Dentro do limite do Capital Autorizado, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de manifestação de Assembléia Geral, emitir ações ordinárias, bem como quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cuja deliberação não seja de exclusiva competência de Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo - O Capital Social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais, ressalvado disposto no Artigo 141 e parágrafos da Lei 6.404/76.

Parágrafo Terceiro - Por ocasião de cada emissão, o Conselho de Administração deliberará sobre o valor e quantidade das ações a serem emitidas, inclusive mediante capitalização de lucros e reservas, independentemente de reforma estatutária, fixando as condições e prazo de subscrição e integralização.

Art. 7º - Dentro do limite do Capital Autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderão ser outorgadas opções de compra de ações a seus administradores, empregados e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia.

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 8º - As ações da Companhia obedecerão a forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seu titular, na instituição financeira designada pela Companhia, sem emissão de Certificados.

Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá, mediante prévia comunicação às Bolsas de Valores nas quais suas ações sejam negociadas, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência de suas ações.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá autorizar a instituição depositária cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 9º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o §4º do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10 - As Assembléias Gerais, por convocação do Conselho de Administração, realizar-se-ão sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

Art. 11 - Dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, realizar-se-á uma Assembléia Geral Ordinária para:

a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

c) Eleger, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração;

d) Fixar a remuneração global dos Administradores e dos membros do Conselho Consultivo; e

e) Eleger os membros do Conselho Consultivo.

Art. 12 - A Assembléia Geral Ordinária e a Assembléia Geral Extraordinária poderão ser convocadas simultaneamente, realizadas na mesma hora, e instrumentadas em ata única, desde que observado o "quorum" específico a cada tipo de deliberação.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral que deliberar sobre emissão de valores mobiliários conversíveis em ações, estabelecerá ou não, o exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, para subscrição dos valores mobiliários emitidos, observado o disposto no Art. 172 da Lei 6.404/76.

Art. 13 - A mesa das Assembléias Gerais será presidida pelo Presidente em exercício do Conselho de Administração, o qual nomeará o respectivo secretário "ad hoc".

Art. 14 - As pessoas presentes à Assembléia, deverão provar sua qualidade de acionista, depositando na Companhia comprovante previamente expedido pela instituição financeira depositária, bem como exibindo documento de identidade.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 15 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Único - Os órgãos da Administração terão os poderes e atribuições conferidos pela lei e por este Estatuto.

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 16 - O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) a 13 (treze) membros, obrigatoriamente acionistas e residentes ou não no país, eleitos por Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, sendo que a condição de Conselheiro Independente deverá constar obrigatoriamente na ata da Assembléia Geral de Acionistas que eleger referido(s) membro(s). Quando, em decorrência da observância do percentual referido neste parágrafo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5, ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

Art. 17 - No caso de vacância de cargo de Conselheiro, o substituto será eleito pelos Conselheiros remanescentes, vigorando seu mandato até a primeira Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Ocorrendo vacância na maioria dos cargos do Conselho, será convocada Assembléia Geral para proceder à nova eleição.

Art. 18 - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro - O Vice-Presidente substituirá o Presidente nos casos de impedimentos eventuais, passando a ocupar a presidência na hipótese de vacância do cargo.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo a vacância prevista no parágrafo anterior, os demais membros do Conselho de Administração elegerão, dentre os Conselheiros remanescentes, um novo Vice-Presidente, cujo mandato vigorará até a próxima Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo vacância nos dois cargos, o Conselho de Administração elegerá, dentre os Conselheiros remanescentes, novos Presidente e Vice-Presidente, cujos mandatos vigorarão até a próxima Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo Quarto - Compete ao Presidente em exercício do Conselho de Administração:

a) Convocar, por deliberação do Conselho de Administração, as Assembléias Gerais e presidi-las;

b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

Art. 19 - O Conselho de Administração reunir-se-á por convocação do Presidente em exercício.

Parágrafo Único - As convocações para as reuniões deverão discriminar a ordem do dia das respectivas reuniões e serão feitas por escrito, mediante entrega pessoal, correio eletrônico ou por fax aos conselheiros nos locais por eles informados à Companhia.

Art. 20 - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - As atas das reuniões que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas no registro de Comércio e publicadas.

Art. 21 - O Conselho de Administração, que é órgão de deliberação colegiada, instalar-se-á, quando convocado, com a presença mínima de 4 (quatro) Conselheiros, deliberando por maioria de votos, sendo admitida a participação de conselheiros à reunião via ligação telefônica, vídeo conferência, ou outra forma de comunicação que permita ao conselheiro expressar sua opinião aos demais conselheiros.

Parágrafo Único - O Presidente em exercício, em caso de empate nas votações, terá voto de qualidade.

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 22 - Os Conselheiros serão investidos em seus cargos, mediante assinatura no termo de posse lavrado no Livro de Atas do Conselho de Administração, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da Assembléia que os elegeu.

Art. 23 - Compete, exclusivamente, ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências previstas neste Estatuto Social e na forma da lei:

1. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, dispondo sobre:

a) Planos de atividades da Companhia;

b) Programas de expansão dos setores existentes ou início de novas atividades;

c) Política salarial e de marketing da Companhia;

d) Adoção de novas linhas de produtos e alteração das já existentes;

e) Abertura e encerramento de filiais, agências ou novos estabelecimentos da Companhia ou alteração nas já existentes;

f) Participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista;

g) Aplicação, em empresas coligadas ou não, de investimentos derivados de incentivos fiscais;

h) Negociação de ações da própria Companhia.

2. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando, por ocasião da eleição, as respectivas atribuições;

3. Fiscalizar a gestão dos Diretores;

4. Deliberar sobre a convocação de Assembléias Gerais;

5. Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e das contas da Diretoria, propondo à Assembléia Geral a destinação dos lucros e a distribuição de dividendos;

6. Deliberar sobre: a) levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, e, com base neles, declarar dividendos; b) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, já submetido à Assembléia Geral Ordinária;

7. Autorizar:

a) a aquisição, a alienação e a constituição de ônus reais de bens imóveis da Companhia;

b) a alienação ou a constituição de ônus reais de bens móveis que façam parte do ativo permanente da Companhia

c) prestação de garantias a obrigações de terceiros;

d) emissão de Notas Promissórias para distribuição pública.

8. Propor à Assembléia Geral aumento ou diminuição do capital social e a forma de subscrição, integralização e emissão de ações;

9. Escolher e destituir auditores independentes;

10. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembléia Geral, a participação de cada Membro do Conselho de Administração, de cada membro do Conselho Consultivo e de cada Diretor, na participação de que trata o Artigo 39 deste Estatuto;

11. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembléia Geral, a remuneração individual dos Administradores e do Conselho Consultivo;

12. Deliberar sobre a emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cuja deliberação não seja de exclusiva competência de Assembléia Geral, dentro do limite do Capital Autorizado, bem como, a seu critério, estabelecer ou não, o exercício do direito de preferência para os acionistas da Companhia, decorrente do aumento de capital.

13. Propor o pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração do capital próprio, na forma da legislação em vigor, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação de imputá-los ou não à conta de dividendos.

14. Definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado

SEÇÃO II - DA DIRETORIA

Art. 24 - A Diretoria da Companhia será composta pelo Presidente, por um Vice-Presidente, por um Diretor de Relações com os Investidores, e por até 7 (sete) Diretores, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Os Diretores tomarão posse de seus cargos dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da eleição, mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria.

Art. 25 - Os Diretores poderão, isoladamente, praticar todos os atos de administração necessários ao funcionamento regular da Companhia, ressalvados aqueles de exclusiva competência do Conselho de Administração.

Art. 26 - Os atos que envolverem criação, modificação ou extinção de direitos ou obrigações para a Companhia, compreendendo exemplificada, mas não limitativamente, as assinaturas de contratos em geral, o aceite, a emissão, o aval ou o endosso de notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas, cheques e demais títulos de crédito, as assinaturas de termos de responsabilidade, cauções e fianças, deverão ser obrigatoriamente praticados mediante: a) assinatura do Presidente da Diretoria em conjunto com o Vice-Presidente da Diretoria, ou em

conjunto com um dos demais Diretores, e b) assinatura do Vice-Presidente da Diretoria em conjunto com um dos demais Diretores.

Art. 27 - Para a prática dos atos a que se refere o artigo anterior, poderão ser outorgadas procurações pela Companhia, com poderes expressos, mediante: a) assinatura do Presidente da Diretoria em conjunto com o Vice-Presidente da Diretoria, ou em conjunto com um dos demais Diretores; b) a assinatura do Vice-Presidente da Diretoria em conjunto com um dos demais Diretores.

Art. 28 - As procurações outorgadas pela Companhia terão prazo de validade fixado nos respectivos instrumentos, não podendo esse prazo ser superior a dois anos, com exceção das procurações "ad judicia", que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Art. 29 - Ressalvado o disposto nos artigos 25, 26 e 27, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, caberá a qualquer Diretor, isoladamente.

NORMAS GERAIS AOS ADMINISTRADORES

Art. 30 - Cada administrador da Companhia, no ato da lavratura do respectivo termo de posse, deverá apresentar declaração contendo o número de ações, de opções de compra de ações e de debêntures conversíveis em ações, de emissão da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, de que seja titular.

Parágrafo Único - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Os administradores deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 31 - O Conselho Consultivo, que é um órgão colegiado, compor-se-á de 3 (três) a 7 (sete) membros, acionistas ou não, com mandato de 1 (um) ano, eleitos pela Assembléia Geral, que fixará os respectivos honorários, permitida a reeleição.

Art. 32 - Compete ao Conselho Consultivo assistir à Administração da Companhia, através de opiniões de caráter não vinculativo, sobre assuntos financeiros, econômicos, técnicos e outros, relevantes para a Companhia, por iniciativa própria ou quando solicitadas pelo Conselho de Administração.

Art. 33 - Os membros do Conselho Consultivo, quando convidados, poderão participar das reuniões do Conselho de Administração como ouvintes, sem direito a voto.

Art. 34 - O Conselho Consultivo terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre seus membros e por eles eleitos.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 35 - O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes e funcionará, nos termos do parágrafo 2º do artigo 161 da Lei 6.404/76, a partir da Assembléia que eleger os seus membros, no exercício social em que for instalado, terminando o seu mandato na primeira Assembléia Geral Ordinária efetuada após a instalação.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

Parágrafo Segundo - Os membros efetivos do Conselho Fiscal, quando este for instalado, terão a remuneração que for fixada pela Assembléia Geral que os eleger, atendido o disposto no parágrafo 3º do artigo 162 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Terceiro - A posse dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Art. 36 - O exercício social tem início a 01 de janeiro e término a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas pela Diretoria, com observância das disposições legais, as seguintes demonstrações financeiras:

a) Balanço Patrimonial;

b) Demonstração do resultado do exercício;

c) Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

d) Demonstração das origens e aplicações dos recursos.

Art. 37 - Quando consultar os interesses sociais e a critério do Conselho de Administração, poderão ser elaboradas as demonstrações financeiras de que trata o artigo anterior, abrangendo períodos inferiores a um exercício.

Art. 38 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Art. 39 - Dos lucros que remanescerem depois de deduzidas as parcelas constantes do artigo anterior, será determinada uma participação de até 10% (dez por cento) aos Administradores e aos membros do Conselho Consultivo, observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 152 da Lei 6.404/76.

Art. 40 - Ao lucro líquido apurado após as deduções previstas nos artigos 38 e 39, será dado por proposta do Conselho de Administração, a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal até que esse fundo atinja 20% (vinte por cento) do capital social;

b) dividendos às ações componentes do capital social não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido verificado no exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único - No exercício em que, atendido o disposto nos artigos anteriores, ainda houver saldo de lucro, este terá a destinação que for aprovada pela Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras de que trata o artigo 36.

CAPÍTULO VII

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CONTROLE DIFUSO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Art. 41 - Caso ocorra a alienação do controle acionário da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Art. 42 - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou

b) em caso de alienação do controle do acionista controlador da Companhia, sendo que, nesse caso, o controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Art. 43 - Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle acionário da mesma, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 41 deste Estatuto Social; e

b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA").

Art. 44 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 49 deste Estatuto Social.

Art. 45 - Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem: (i) a saída da Companhia do Novo Mercado, de modo que suas ações deixem de ter registro no Novo Mercado, ou (ii) a reorganização societária da qual a Companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista, ou grupo de acionistas, que detiver o poder de controle da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 49 deste Estatuto Social, respeitados os requisitos constantes da Seção X do Regulamento de Listagem do Novo Mercado e os constantes do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e observada a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo 8º da Lei 6.404/76.

Art. 46 - Na hipótese de haver Controle Difuso:

a) sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a Companhia deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 44, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública;

b) sempre que for aprovada, em Assembléia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no Artigo 45 (ii) deste Estatuto Social, a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 45 deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Para fins deste Estatuto Social, os termos (i) "Controle Difuso" significa o exercício do poder de controle por acionista detentor de menos de 50% (cinqüenta por cento) do capital social da Companhia. Significa, ainda, o poder de controle quando exercido por grupo de acionistas detentor, em conjunto, de percentual superior a 50% (cinqüenta por cento) do capital social, em que cada acionista detenha individualmente menos de 50% (cinqüenta por cento) do capital social, e desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos e não estejam sob controle comum e nem atuem representando interesse comum, e (ii) "Controle" (bem como seus termos correlatos, "Poder de Controle", "Controlador", "sob Controle comum" ou "Controlada") significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum ("grupo de controle") que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembléias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Art. 47 - Na hipótese de haver Controle Difuso e a BOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa do Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem no

Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembléia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Caso a Assembléia Geral Extraordinária referida no *caput* deste Artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

Parágrafo Segundo - O novo Conselho de Administração eleito na Assembléia Geral Extraordinária referida no *caput* e no Parágrafo Primeiro deste Artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BOVESPA para esse fim, o que for menor.

Art. 48 - Na hipótese de haver Controle Difuso e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BOVESPA, então: (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembléia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração, a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Caso seja deliberada, em assembléia geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Art. 49 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos 44 e 45 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei.

Parágrafo Primeiro - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a

respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Parágrafo Segundo - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Art. 50 - A Companhia não registrará transferências de ações para o(s) adquirente(s) do poder de controle ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado. A Companhia tampouco registrará acordo de acionista que disponha sobre o exercício do poder de controle enquanto seus signatários não subscreverem o referido Termo de Anuência dos Controladores.

Art. 51 - Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia; ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste Artigo 51 ("OPA"), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BOVESPA e os termos deste Artigo. O Acionista Adquirente deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo Primeiro - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo Segundo deste Artigo. A OPA, segundo a forma de pagamento proposta pelo ofertante, poderá ser: (i) de compra, mediante o pagamento à vista em moeda corrente nacional; (ii) de permuta, mediante o pagamento em valores mobiliários; ou (iii) mista, mediante parte do pagamento em dinheiro e parte em valores mobiliários.

Parágrafo Segundo - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 51, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 51. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Terceiro - A realização da OPA mencionada no *caput* deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Quinto - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu

com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo Sexto - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, da aquisição de ações das pessoas referidas no Art. 60 abaixo e, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembléia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo Sétimo - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no *caput* deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Oitavo - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão deste Artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembléia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo.

Parágrafo Nono - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo Segundo acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

Parágrafo Dez – Para fins deste Artigo 51, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Adquirente" significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa:

(i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente;

(ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente;

(iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente;

(iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social;

(v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social; ou

(vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

Parágrafo Onze – Não obstante o disposto nos Artigos 51, 52 e 53 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas de aquisição de ações mencionadas nos demais Artigos do Capítulo VII deste Estatuto Social.

Art. 52 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Art. 53 – A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo VII, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Art. 54 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VIII

DA ARBITRAGEM

Artigo 55 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO IX

DA LIQUIDAÇÃO

Art. 56 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos na Lei, ou por deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada, a qual determinará o modo de liquidação, cabendo, todavia, ao Conselho de Administração a nomeação do liquidante.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.57 - As entradas e as prestações da realização das ações resultantes de aumentos de capital poderão, a critério do Conselho de Administração, ser recebidas pela Companhia independentemente de depósito bancário.

Art. 58 - O pagamento dos dividendos, aprovado em Assembléia Geral, bem como a distribuição de ações provenientes de aumento do capital, serão efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação da respectiva ata.

Parágrafo Único - Reverterão em nome da Companhia os dividendos não reclamados, decorrido o prazo de 3 (três) anos após terem sido colocados à disposição do acionista.

Art. 59 - A Companhia poderá negociar com suas próprias ações, observadas as disposições legais e as normas que vierem a ser expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 60 - O disposto no Artigo 51 deste Estatuto Social não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 15% (quinze por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2007, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia ou aos atuais acionistas da Companhia que se tornarem titulares de 15% (quinze por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia após tal Assembléia Geral.

Art. 61 - As disposições contidas no Capítulo VII e no artigo 60 deste Estatuto Social passarão a vigorar a partir da data de eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado.

Art. 62 - Os casos omissos nestes Estatutos e não previstos na legislação aplicável, serão decididos pelo Conselho de Administração, "ad referendum", se for o caso, da Assembléia Geral.

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Mesa:

Presidente: Américo Emílio Romi Neto

Secretária: Adriana Romi

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Princípais práticas de governança corporativa:

- Conselho de Administração com sete membros, sendo um representante de acionistas minoritários e dois conselheiros independentes;
- Mandatos do Conselho de Administração e Diretoria unificados em um ano;
- Conselho Fiscal atuante;
- Código de Ética e Conduta Empresarial definido formalmente e divulgado publicamente;
- *Disclosure*: Divulgação de informações trimestrais consolidadas, inclusive fluxo de caixa, receita e margens por Unidades de Negócio;

A Romi desenvolve os seus negócios observando os seguintes elementos orientadores, que devem servir de inspiração a todos os seus administradores e colaboradores.

Visão:

Sermos reconhecidos como referência empresarial no setor de soluções para a indústria de manufatura, pela qualidade e excelência dos nossos produtos, serviços, corpo de colaboradores e administração.

Missão:

Gerar valor, de maneira sustentável, para os nossos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros de negócio, tendo por base a prática de um conjunto de princípios e valores que norteiam todas as nossas ações.

Princípios e Valores:

- • Respeito às pessoas;
- • Respeito ao Meio Ambiente;
- • Responsabilidade Social;
- • Respeito às leis e normas em vigor;
- • Respeito aos contratos de que sejamos parte;
- • Integridade;
- • Honestidade;

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

- • Transparência;
- • Satisfação do Cliente;
- • Qualidade em tudo que fazemos;
- • Melhoria contínua;
- • Inovação constante;
- • Dedicação ao trabalho;
- • Crescimento profissional;
- • Disciplina;
- • Planejamento, organização e implementação responsável.

20.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMACÕES ALTERADAS

quadro 01.08 Publicação de documentos

quadro 01.09 Jornais

quadro 02.02 Experiência Profissional e Formação Acadêmica dos Administradores

quadro 03.01 Eventos relativos à distribuição do capital

quadro 03.02 Posição acionária dos acionistas com mais de 5% de ações com direito a voto

quadro 04.01 Composição do Capital Social

quadro 04.03 Bonificação / Desdobramento

quadro 04.04 Capital Autorizado

quadro 04.05 Capital Acionário Autorizado

quadro 06.03 Disposições Estatutárias

quadro 06.04 Modificação Estatutária

quadro 07.01 Remuneração e Participação dos Administradores no Lucro

quadro 07.02 Participações e Contribuições

quadro 09.03 Período de Sazonalidade dos negócios

quadro 11.01 Processo de Produção

quadro 11.02 Processos de Comercialização, distribuição, mercados e Exportação

quadro 11.03 Posicionamento no processo competitivo

quadro 14.03 Outras informações consideradas importantes para um melhor entendimento da companhia

quadro 16.01 Ações judiciais

quadro 17.01 Operações com empresas relacionadas

quadro 18.01 Estatuto Social

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02.01	02	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL	5
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E	6
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	9
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS	10
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES	11
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	13
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	14
04	03	BONIFICAÇÃO/DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	15
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	16
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	16
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	17
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	19
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	19
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	20
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	20
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	21
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	24
09	03	PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS	26
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	28
10	02	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	29
10	03	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	31
10	04	PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	32
11	01	PROCESSO DE PRODUÇÃO	33
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	35
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	37
12	01	PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS	38
13	01	PROPRIEDADES	46
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA	47
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	50
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	51

Reapresentação por Exigência CVM Nº 23/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00751-0	INDÚSTRIAS ROMI S.A.	56.720.428/0001-63

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	52
18	01	ESTATUTO SOCIAL	53
20	00	INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA	76
20	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	78

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Indústrias Romi S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2006, de 2005 e
de 2004 e Parecer dos Auditores
Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. José Bonifácio Coutinho
Nogueira, 150 - 5º - Sala 502
13091-611 - Campinas - SP
Brasil

Tel: +55 (19) 3707-3000
Fax: +55 (19) 3707-3001
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Indústrias Romi S.A.
Santa Bárbara d'Oeste - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Indústrias Romi S.A. ("Companhia") e de suas controladas, controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústrias Romi S.A., controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa (Anexo I) que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa, individuais e consolidadas, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, tomadas em conjunto.

Campinas, 7 de fevereiro de 2007

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

Walbert Antonio dos Santos
Contador
CRC nº. 1 SP 185597/O-4

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
Valores expressos em milhares de Reais

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 2006	Controladora 2005	Controladora 2004	Consolidado 2006	Consolidado 2005	Consolidado 2004
CIRCULANTE							
Disponibilidades		7.069	5.829	9.138	7.461	6.550	10.751
Aplicações financeiras	Nota 4	65.336	61.534	33.671	79.461	71.648	41.263
Duplicatas a receber	Nota 5	39.719	59.248	52.301	46.265	68.726	62.073
Valores a receber - repasse Finame fabricante	Nota 6	170.908	119.228	97.732	170.908	119.228	97.732
Duplicatas a receber - partes relacionadas	Nota 10	10.992	12.990	7.308			
Estoques	Nota 7	160.546	153.561	186.594	169.790	164.659	197.699
Impostos a recuperar	Nota 8	6.622	5.378	5.720	7.032	5.678	6.181
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Nota 19	1.033			1.033		
Mútuo a receber	Nota 10	3.055	2.124				
Outros créditos		2.914	3.350	3.867	2.047	4.195	4.979
Total do ativo circulante		468.194	423.242	396.331	483.997	440.684	420.678
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo:							
Duplicatas a receber	Nota 5		39	8.679		39	8.679
Valores a receber - repasse Finame fabricante	Nota 6	259.578	108.123	97.999	259.578	108.123	97.999
Impostos e contribuições a recuperar	Nota 8	7.105	4.428	1.674	7.105	4.428	1.674
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Nota 19	5.069	5.474	3.620	5.069	5.474	3.620
Outros créditos		3.223	2.215	3.651	3.223	2.284	3.715
Investimentos em controladas, deságio e ágio	Nota 9	20.063	17.728	14.919	9		
Imobilizado, líquido	Nota 11	146.454	107.632	86.923	156.015	117.250	97.210
Total do ativo não circulante		441.492	245.639	217.465	430.999	237.598	212.897
TOTAL DO ATIVO		909.686	668.881	613.796	914.996	678.282	633.575

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 2006	Controladora 2005	Controladora 2004	Consolidado 2006	Consolidado 2005	Consolidado 2004
CIRCULANTE							
Financiamentos	Nota 12	5.777	15.741	41.313	5.788	18.750	52.015
Financiamentos - Finame fabricante	Nota 13	149.240	103.586	84.678	149.240	103.586	84.678
Fornecedores		17.701	20.723	27.309	18.151	21.120	27.637
Salários e encargos sociais	Nota 14	25.869	21.339	19.922	25.880	21.339	19.922
Impostos e contribuições a recolher	Nota 15	8.587	9.852	5.243	8.884	9.852	5.243
Adiantamentos de clientes		4.472	11.946	13.580	4.628	11.946	13.580
Dividendos, juros sobre capital próprio e participações a pagar	Nota 17	84.340	3.612	3.111	85.329	3.612	3.111
Outras contas a pagar		2.239	1.026	1.197	2.337	2.801	2.564
Mútuo a pagar	Nota 9	801					
Outras contas a pagar - partes relacionadas	Nota 9	1.571	1.286	1.405			
Total do passivo circulante		300.597	189.111	197.758	300.237	193.006	208.750
NÃO CIRCULANTE							
Exigível a longo prazo:							
Financiamentos	Nota 12	23.816	11.343	3.153	23.825	11.362	6.526
Financiamentos - Finame fabricante	Nota 13	232.154	90.322	82.447	232.154	90.322	82.447
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	Nota 11	7.389	9.013	9.818	7.389	9.013	9.818
Provisão para passivos eventuais	Nota 16	4.429	4.494	5.086	4.429	4.494	5.086
Total do passivo não circulante		267.788	115.172	100.504	267.797	115.191	103.877
Deságio em controladas	Nota 9				4.199	4.199	4.199
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA					1.462	1.288	1.215
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	Nota 17	260.000	220.000	89.762	260.000	220.000	89.762
Reserva de capital	Nota 17	2.052	2.052	2.052	2.052	2.052	2.052
Reserva de reavaliação	Nota 17	30.405	31.999	33.561	30.405	31.999	33.561
Reserva de lucros	Nota 17	48.844	110.547	190.159	48.844	110.547	190.159
		341.301	364.598	315.534	341.301	364.598	315.534
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		909.686	668.881	613.796	914.996	678.282	633.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação de 2006 e de 2005, expresso em Reais

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		2006	2005	2004	2006	2005	2004
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Mercado interno		594.561	542.686	477.276	599.100	545.034	478.285
Mercado externo		60.187	74.653	64.864	65.434	75.255	65.118
		654.748	617.339	542.140	664.534	620.289	543.403
Impostos incidentes sobre vendas		(115.420)	(109.724)	(97.664)	(115.586)	(109.724)	(97.664)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		539.328	507.615	444.476	548.948	510.565	445.739
Custo dos produtos e serviços vendidos		(309.541)	(302.577)	(255.415)	(312.401)	(301.868)	(255.627)
LUCRO BRUTO		229.787	205.038	189.061	236.547	208.697	190.112
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Vendas		(60.955)	(57.218)	(51.953)	(58.076)	(50.896)	(45.262)
Gerais e administrativas		(41.193)	(36.393)	(33.506)	(47.114)	(43.498)	(41.209)
Pesquisa e desenvolvimento		(21.105)	(18.818)	(16.324)	(21.105)	(18.818)	(16.324)
Honorários da administração		(4.845)	(3.594)	(3.157)	(5.339)	(4.716)	(4.335)
Tributárias		(4.972)	(5.338)	(3.698)	(4.997)	(5.378)	(3.717)
Resultado de equivalência patrimonial	Nota 9	3.642	2.896	(179)			
Total das despesas operacionais		#######	#######	#######	#######	#######	#######
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		100.359	86.573	80.244	99.916	85.391	79.265
RESULTADO FINANCEIRO							
Receita financeira		11.739	12.903	10.445	13.282	14.438	12.356
Despesa financeira		(2.265)	(2.844)	(1.779)	(2.572)	(3.217)	(2.329)
Receita de variação cambial		891	5.094	637	891	5.094	637
Despesa de variação cambial		(1.460)	(4.405)	(1.440)	(1.460)	(4.405)	(1.440)
Variação cambial sobre investimentos em controladas no exterior	Nota 9	(267)	(87)	(248)	-	-	-
Total do resultado financeiro		8.638	10.661	7.615	10.141	11.910	9.224
LUCRO OPERACIONAL		108.997	97.234	87.859	110.057	97.301	88.489
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS, LÍQUIDAS		(81)	552	994	163	1.179	685
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		108.916	97.786	88.853	110.220	98.480	89.174
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
Corrente	Nota 19	(23.523)	(20.502)	(20.514)	(24.552)	(21.123)	(20.825)
Diferido	Nota 19	628	1.854	3.620	628	1.854	3.620
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		86.021	79.138	71.959	86.296	79.211	71.969
Participação dos administradores		(3.100)	(2.792)	(2.392)	(3.100)	(2.792)	(2.392)
Participação minoritária					(275)	(73)	(10)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		82.921	76.346	69.567	82.921	76.346	69.567
Lucro líquido por ação componente do capital social no final do exercício de 2006 e de 2005- em R$ (por lote de mil de ações em 2004)		12,67	11,66	21,26			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
					Reserva de lucros	Reserva legal		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003		89.762	2.052	35.224	127.067	14.296		268.401
Realização da reserva de reavaliação	Nota 11			(1.663)			1.663	
Lucro líquido do exercício							69.567	69.567
Destinações:								
Reserva legal	Nota 17					3.478	(3.478)	
Juros sobre o capital próprio - lei 9.249/95	Nota 17						(22.434)	(22.434)
Reserva de lucros	Nota 17				45.318		(45.318)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004		89.762	2.052	33.561	172.385	17.774	-	315.534
Realização da reserva de reavaliação	Nota 11			(1.562)			1.562	
Aumento do capital social	Nota 17	130.238			(130.238)			
Lucro líquido do exercício							76.346	76.346
Destinações:								
Reserva legal	Nota 17					3.817	(3.817)	
Juros sobre o capital próprio - lei 9.249/95	Nota 17						(27.282)	(27.282)
Reserva de lucros	Nota 17				46.809		(46.809)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		220.000	2.052	31.999	88.956	21.591	-	364.598
Realização da reserva de reavaliação	Nota 11			(1.594)			1.594	
Aumento do capital social	Nota 17	40.000			(40.000)			
Lucro líquido do exercício							82.921	82.921
Dividendos propostos					(48.950)		(31.158)	(80.108)
Destinações:								
Reserva legal	Nota 17					4.146	(4.146)	
Juros sobre o capital próprio - lei 9.249/95	Nota 17						(26.110)	(26.110)
Retenção de lucros	Nota 17				23.101		(23.101)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		260.000	2.052	30.405	23.107	25.737	-	341.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		2006	2005	2004	2006	2005	2004
ORIGENS DE RECURSOS							
Lucro líquido do exercício		82.921	76.346	69.567	82.921	76.346	69.567
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:							
Depreciações	Nota 11	11.109	8.536	7.276	11.488	8.978	7.775
Baixas do ativo imobilizado	Nota 11	936	125	197	1.301	437	373
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Nota 19	(628)	(1.854)	(3.620)	(628)	(1.854)	(3.620)
Aumento (diminuição) da provisão para passivos eventuais	Nota 16	(65)	(592)	4.157	(65)	(592)	4.157
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos no exterior, líquidos dos dividendos recebidos de controladas	Nota 9	(2.305)	(2.809)	427			
Participação minoritária					174	73	10
Recursos provenientes das operações		91.968	79.752	78.004	95.191	83.388	78.262
Diminuição do realizável a longo prazo, líquido			7.061			7.061	
Aumento do exigível a longo prazo, líquido			379			379	
Transferência de impostos diferidos do ativo não circulante para o circulante		1.033					
Novos financiamentos de longo prazo, líquidos		12.473	8.190	1.833	12.463	4.836	5.151
Total das origens		105.474	95.382	79.837	107.654	95.664	83.413
APLICAÇÕES DE RECURSOS							
Aquisições de imobilizado	Nota 11	50.867	29.370	16.717	51.554	29.455	17.319
Investimentos em controladas	Nota 9	21					
Ágio na aquisição de investimentos	Nota 9	9			9		
Dividendos propostos - controladora	Nota 17	80.108			80.108		
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/1995	Nota 17	26.110	27.282	22.434	26.110	27.282	22.434
Aumento de impostos e contribuições e outros créditos - não circulante		4.313	3.172	5.519	3.211	3.177	5.525
Aumento do realizável a longo prazo, líquido		8.956		13.023	8.956		11.315
Redução do exigível a longo prazo, líquido		1.624		857	1.624		857
Total das aplicações		172.008	59.824	58.550	171.572	59.914	57.450
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		(66.534)	35.558	21.287	(63.918)	35.750	25.963
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO							
Ativo circulante final		468.194	423.242	396.331	483.997	440.684	420.678
Passivo circulante final		300.597	189.111	197.758	300.237	193.006	208.750
		167.597	234.131	198.573	183.760	247.678	211.928
Ativo circulante inicial		423.242	396.331	232.938	440.684	420.678	250.160
Passivo circulante inicial		189.111	197.758	55.652	193.006	208.750	64.195
		234.131	198.573	177.286	247.678	211.928	185.965
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		(66.534)	35.558	21.287	(63.918)	35.750	25.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Indústrias Romi S.A. ("Companhia" ou "controladora") tem por objeto a indústria e o comércio de máquinas-ferramenta, de máquinas para trabalhar metais e plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral, de equipamentos para informática e seus periféricos; análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas injetoras de plástico; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; a exportação e a importação, a representação por conta própria ou de terceiros e a prestação de serviços relacionados com suas atividades. O parque industrial da Companhia é formado por nove fábricas em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no estado de São Paulo. A Companhia possui, ainda, participação em controladas no Brasil e no exterior, conforme descrito na Nota 3.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: (i) Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) – Apresentação e Divulgações, emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº. 488, naquela mesma data; e (ii) – Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitido pelo IBRACON, em 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº. 489, naquela mesma data.

Em decorrência das normas e deliberações acima mencionadas, visando a melhor comparabilidade das demonstrações financeiras ora apresentadas, a Companhia procedeu a determinadas reclassificações nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, as quais podem ser resumidas como segue:

- Apresentação do grupo "Não circulante" no ativo e no passivo;
- Reclassificação do saldo de depósitos judiciais, anteriormente classificados no ativo, para o passivo, como redutor da conta "provisão para passivos eventuais", nas situações aplicáveis;
- Reclassificação do Finame Fabricante, que refere-se a financiamento vinculado a operações de venda de máquinas e equipamentos, anteriormente classificado como conta redutora de duplicatas a receber, para o passivo circulante e não circulante, no grupo de Financiamentos - Finame fabricante.

Ainda, com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas, como informações suplementares, no Anexo I, as demonstrações do fluxo de caixa da controladora e consolidado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, preparadas de acordo com as normas do IBRACON (NPC 20).

Descrição das principais práticas contábeis:

a) Resultado: É apurado em conformidade com o regime de competência de exercícios. A receita e o custo decorrentes da venda de produtos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita e o custo decorrente de serviços prestados são reconhecidos no resultado em função de sua efetiva prestação. As despesas são reconhecidas à medida que são efetivamente incorridas.

b) Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para realização dos estoques e provisões necessárias para passivos eventuais, entre outras. Quando do desfecho das transações envolvendo estimativas, os valores reais podem diferir dos saldos contabilizados devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

c) Moeda estrangeira: Os ativos e passivos sujeitos à variação cambial estão atualizados pelas taxas das respectivas moedas vigentes no último dia útil de cada exercício. Para as controladas localizadas no exterior, os ativos, passivos, receitas, custos e despesas foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente no encerramento de cada balanço.

d) Ativo circulante e não circulante:

- As aplicações financeiras estão acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços e não superam seu valor de mercado.

- As duplicatas a receber de clientes e os valores a receber – Repasse Finame fabricante, são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal desses créditos e ajustados a valor presente, quando aplicável.

- A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela Administração, como segue: (i) montantes de até R$ 5, vencidos acima de 180 dias; (ii) montantes entre R$ 6 e R$ 30 (sem cobrança judicial) vencidos acima de 360 dias e (iii) montantes acima de R$ 30 (com cobrança judicial) vencidos acima de 360 dias. Para todas essas situações, são provisionados os montantes integrais dos débitos em atraso.

- Os estoques estão demonstrados pelo custo médio histórico de compra ou de produção, que não excede o valor de mercado ou o custo de reposição. As importações em andamento são registradas ao custo acumulado de cada importação.

- O investimento em controladas está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas pela controladora. A variação cambial do investimento em controladas no exterior é reconhecida no resultado do exercício a que se refere, de acordo com a flutuação da taxa de câmbio. No balanço patrimonial consolidado, o deságio é reclassificado para o passivo, após o grupo não circulante.

- O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido de reavaliação espontânea. A depreciação é calculada pelo método linear conforme taxas indicadas na Nota n° 11.

- Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo valor líquido de realização.

e) Passivo circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

f) Provisão para passivos eventuais: É constituída provisão para passivos eventuais e em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que, com base na melhor estimativa da Administração e na opinião dos assessores legais, apresentam probabilidade de perda provável.

g) Participação dos administradores: A participação estatutária dos administradores é determinada conforme artigo n° 190 da Lei n° 6404/76.

h) Imposto de renda e contribuição social:

- A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada e registrada com base no resultado anual relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro anual excedente a R$ 240. Além do imposto de renda, o resultado da Companhia é tributado pela contribuição social à alíquota de 9%.

- A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros, limitado ao montante de realização provável dessas diferenças temporárias, suportada por projeções de resultados futuros.

- A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos, exigíveis sobre a reserva de reavaliação, registrados no passivo circulante e não circulante.

i) Lucro líquido por ação: é determinado considerando-se a quantidade total de ações em circulação nas datas dos balanços.

j) Juros sobre capital próprio:São registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Para fins de preparação das demonstrações financeiras são considerados como dividendos recebidos e pagos e não transitam pelo resultado.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, a saber:

Controlada	País	Objetivo principal
Rominor Comércio, Emprendimentos e Participações S.A. ("Rominor")	Brasil	Empreendimentos e participações em geral.
Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools")	Estados Unidos da América	Distribuição de máquinas-ferramenta e fundidos e usinados para a América do Norte
Interocean Com. Importadora e Exportadora S.A. ("Interocean")	Brasil	*Trading* inativa nos exercícios sociais apresentados
Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha	Assistência técnica e apoio a revendedores da Europa, Ásia, África e Oceania
Favel S.A. ("Favel")	Uruguai	Representação comercial para a América Latina

As demonstrações financeiras das controladas Interocean, Romi Europa e Favel não estão sendo apresentadas devido a irrelevância dos saldos. Os saldos sintéticos em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004 das principais rubricas das demonstrações financeiras das controladas operacionais consolidadas são demonstradas no quadro a seguir:

	Rominor			Romi Machine Tools		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004
Ativo						
Circulante	13.782	9.445	8.079	15.316	18.420	21.281
Não circulante	9.243	9.016	9.377	124	216	308
Total do ativo	23.025	18.461	17.456	15.440	18.636	21.589
Passivo						
Circulante	1.920	323	173	13.426	15.418	16.626
Não circulante	21.105	18.138	17.283	2.014	3.218	4.963
Total do passivo	23.025	18.461	17.456	15.440	18.636	21.589
Receita operacional líquida	5.837	3.826	2.880	19.066	30.421	29.691
Lucro bruto	4.986	1.563	448	3.504	7.318	6.259
Lucro (prejuízo) operacional	4.986	1.563	448	(632)	2.159	953
Resultado antes dos impostos sobre lucro	4.955	1.621	488	(885)	1.814	446
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.956	1.016	176	(914)	1.796	446

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004 das controladas localizadas no exterior, preparadas nas mesmas datas bases dos balanços da controladora, foram adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, quando aplicável, e convertidas para Reais às taxas de câmbio vigentes nas datas de seus encerramentos. Na consolidação, foram eliminados os saldos e transações entre as empresas, através dos seguintes principais procedimentos:

a) Eliminação de saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.

b) Quando significativos, eliminados os lucros contidos nos estoques decorrentes de operações entre as Companhias.

c) Eliminação dos saldos de investimentos da controladora com os saldos de capital, de reservas e lucros acumulados das Companhias controladas, bem como a reclassificação do deságio da controlada Rominor para o passivo.

d) Saldos de receitas, custos e despesas, decorrentes de negócios entre as Companhias.

e) Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	2006	2005	2004
Certificado de depósito bancário ("CDB")	39.185	43.769	25.166
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures	21.269	10.967	5.647
LFT – Letra financeira do tesouro	4.841	6.765	2.835
FIF – Fundo de investimento financeiro	41	33	23
Total controladora	65.336	61.534	33.671
Certificado de depósito bancário ("CDB")	4.073	1.973	1.703
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures	3.555	1.956	1.684
LFT – Letra financeira do tesouro	4.175	3.406	2.954
FIF – Fundo de investimento financeiro	1.540	1.595	1.251
Outros	782	1.184	-
Total controladas	14.125	10.114	7.592
Total consolidado	79.461	71.648	41.263

As aplicações financeiras, inclusive as lastreadas por debêntures, são realizadas com Instituições Financeiras de primeira linha e possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). As aplicações financeiras possuem disponibilidade imediata.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004
Circulante						
Clientes no país	33.615	50.242	45.141	33.615	50.242	45.141
Clientes no exterior	10.398	15.598	14.937	16.944	25.076	24.709
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.397)	(1.082)	(875)	(1.397)	(1.082)	(875)
Duplicatas descontadas e outros	(2.897)	(5.510)	(6.902)	(2.897)	(5.510)	(6.902)
	39.719	59.248	52.301	46.265	68.726	62.073
Não circulante						
Clientes no país	-	39	8.679	-	39	8.679

A Companhia possui R$ 6.127 em 31 de dezembro de 2006 (R$ 10.117 em 2005) em operações de Vendor com seus clientes. Nessas operações a Companhia figura como solidária responsável. Caso haja inadimplência por parte do cliente, a Companhia arca com o pagamento à instituição financeira, mediante sub-rogação da garantia do bem alienado ao agente financiador.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no país em 31 de dezembro de 2006, da controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

Vencidos:	
De 1 a 30 dias	3.498
De 31 a 60 dias	1.107
De 61 a 90 dias	11
De 91 a 180 dias	86
De 181 a 360 dias	398
Mais de 360 dias	325
Total vencido	5.425
A vencer até 31 de dezembro de 2007	28.190
	33.615

O saldo de duplicatas a receber de clientes no exterior em 31 de dezembro de 2006 da controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.187	3.825
De 31 a 60 dias	64	512
De 61 a 90 dias	89	256
De 91 a 180 dias	302	320
Total vencido	1.642	4.913
A vencer até 31 de dezembro de 2007	8.756	12.031
	10.398	16.944

O histórico de perda com clientes não é relevante, visto que os produtos adquiridos pelos mesmos, quando financiados, ficam fiduciariamente alienados à Companhia. Em caso de inadimplência a Companhia reintegra a posse das máquinas anteriormente vendidas.

6. VALORES A RECEBER – REPASSE FINAME FABRICANTE

	Controladora e Consolidado		
	2006	2005	2004
Circulante			
Finame a vencer	158.650	91.645	80.199
Finame aguardando liberação (a)	3.954	5.954	5.508
Finame em atraso (b)	8.304	6.128	3.871
	170.908	103.727	89.578
Não circulante			
Finame a vencer	259.578	123.624	106.153

Os valores a receber – repasse Finame fabricante, são compostos pelos montantes vinculados aos contratos de financiamento – Finame fabricante (vide Nota 13), a receber dos clientes financiados, a serem repassados integralmente ao banco interveniente da operação.

A Companhia, anteriormente, classificava os passivos dos financiamentos de Finame fabricante, como redutores dos valores a receber – repasse Finame fabricante, tendo em vista as características da operação de financiamento e a vinculação direta existente entre as duas transações. Considerando a edição de novas normas pelos órgãos reguladores, especificamente a Deliberação CVM nº. 488 (vide Nota 2), a Administração da Companhia procedeu à reclassificação para o passivo circulante e não circulante dos saldos financiados de vendas a clientes, procedendo também, para permitir a comparação das demonstrações financeiras, à reclassificação dos mesmos saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004.

Finame fabricante refere-se a financiamentos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência e juros entre 4% e 7,5% ao ano acrescidos da TJLP (taxa de juros de longo prazo), sendo que tais condições de financiamento são estabelecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"), com base nas características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES, mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos do financiamento são integralmente refletidas nos valores a receber a serem repassados ao banco interveniente do contrato, com reserva de domínio do equipamento objeto do financiamento.

Os valores a receber – repasse Finame fabricante, são representados por:

a) Finame aguardando liberação: Refere-se a operações de Finame fabricante que já foram caracterizadas e aprovados pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos recursos respectivos em conta-corrente da Companhia pelo banco agente encontrava-se pendente na data das demonstrações financeiras, em função dos prazos normais operacionais do banco agente.

b) Finame em atraso: Refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia não registrou provisão para eventual perda na realização desse saldo, em função da reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real).

O saldo de valores a receber – repasse Finame Fabricante (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2006, da controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

Vencidos:	
De 1 a 30 dias	2.374
De 31 a 60 dias	1.081
De 61 a 90 dias	901
De 91 a 180 dias	1.857
De 181 a 360 dias	1.268
Mais de 360 dias	746
Total vencido	8.227
A vencer em 2007	162.681
A vencer em 2008	117.303
A vencer em 2009	88.881
A vencer após 2009	53.394
	430.486

7. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004
Produtos acabados	50.680	49.660	40.504	59.924	60.758	51.609
Produtos em elaboração	66.487	61.315	67.141	66.487	61.315	67.141
Matéria-prima e componentes	51.504	49.179	78.916	51.504	49.179	78.916
Importações em andamento	3.556	2.825	4.601	3.556	2.825	4.601
Provisão para realização dos estoques	(11.681)	(9.418)	(4.568)	(11.681)	(9.418)	(4.568)
	160.546	153.561	186.594	169.790	164.659	197.699

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2006	2005	2004
Circulante			
IRRF sobre as aplicações financeiras	524	1.088	794
IPI, PIS e COFINS a recuperar	3.335	2.471	2.836
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.660	1.209	1.960
PIS e COFINS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.103	610	130
Controladora	6.622	5.378	5.720
Impostos a recuperar nas empresas controladas	410	300	461
Consolidado	7.032	5.678	6.181
Não circulante			
PIS e COFINS a recuperar sobre ativo imobilizado	3.311	1.831	391
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	3.794	2.597	1.283
Controladora e consolidado	7.105	4.428	1.674

Os impostos e contribuições a recuperar decorrem das operações mercantis e financeiras realizadas pela Companhia e controladas e são considerados realizáveis no curso normal das operações.

9. INVESTIMENTOS

	2006					
	Romi Europa	Rominor	Romi Machine Tools	Interocean	Favel	Total
Número de ações representativas do capital social		6.191.156	3.000	78	13.028	
Participação no capital social	100%	93,0711%	100%	100%	100%	
Patrimônio líquido da controlada	884	21.105	2.007	26	1.693	25.715
Ajustes para equalização de prática contábil de controlada:	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial do investimento	846	17.010	2.540	26	1.503	21.925
Equivalência patrimonial	54	3.680	(151)	-	59	3.642
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(16)	-	(382)	-	131	(267)
Dividendos propostos		(1.070)				(1.070)
Aquisição de ações		23				23
Valor patrimonial equivalente – saldo final	884	19.643	2.007	26	1.693	24.253
Deságio – Rominor						(4.199)
Ágio – Rominor						9
Investimento em controladas						20.063

	2005					
	Romi Europa	Rominor	Romi Machine Tools	Interocean	Favel	Total
Número de ações representativas do capital social		6.161.156	3.000	78	13.028	
Ajustes para equalização de prática contábil de controlada:			656			656
Participação no capital social	100%	92,9576%	100%	100%	100%	-
Patrimônio líquido da controlada	846	18.299	3.198	26	1.503	23.872
Saldo inicial do investimento	1.091	16.065	394	31	1.537	19.118
Equivalência patrimonial	11	945	1.797	(5)	148	2.896
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(256)		351		(182)	(87)
Valor patrimonial equivalente – saldo final	846	17.010	2.542	26	1.503	21.927
Deságio – Rominor						(4.199)
Investimento em controladas						17.728

	2004					
	Romi Europa	Rominor	Romi Machine Tools	Interocean	Favel	Total
Número de ações representativas do capital social		6.191.156	3.000	78	13.028	-
Participação no capital social	100%	92,9576%	100%	100%	100%	-
Patrimônio líquido da controlada	1.091	17.281	1.590	32	1.536	21.530
Ajustes para equalização de prática contábil de controlada:						1.197
Saldo inicial do investimento	428	15.902	1.244	45	1.926	19.545
Equivalência patrimonial	654	164	(751)	(13)	(233)	(179)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	9		(100)		(157)	(248)
Valor patrimonial equivalente – saldo final	1.091	16.066	393	32	1.539	19.118
Deságio – Rominor						(4.199)
Investimento em controladas						14.919

O deságio é resultante da aquisição, em 1992, de outra Sociedade pela controlada Rominor, com valor patrimonial superior ao valor de aquisição. Essa Sociedade adquirida, incorporou a Rominor e assumiu sua razão social, permanecendo o deságio na Sociedade resultante. O referido deságio, por estar consubstanciado em outras razões econômicas que não mais valia de ativos e rentabilidade futura, não está sendo amortizado, conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. No balanço patrimonial consolidado, o deságio é reclassificado para o passivo, após o grupo não circulante.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, os saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

	Controladora – 2006							
	Saldos				Transações			
	Contas a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Mútuo a pagar	Vendas	Despesas com vendas	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Romi Europa	-	-	-	-	189	2.134	-	-
Rominor	920	89	-	-	-	1.069	-	-
Romi Machine Tools	10.072	1.407	3.055	-	13.297	-	181	-
Favel	-	75	-	801	-	476	-	13
	10.992	1.571	3.055	801	13.486	3.679	181	13

	Controladora – 2005					
	Saldos			Transações		
	Contas a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Vendas	Despesas com vendas	Receitas financeiras
Romi Europa	28	1.246	-	486	3.204	-
Rominor	-	-	-	-	1.038	-
Romi Machine Tools	12.962	-	2.124	24.598	2.851	14
Favel	-	40	-	-	243	-
	12.990	1.286	2.124	25.084	7.336	14

	Controladora – 2004			
	Saldos		Transações	
	Contas a receber	Contas a pagar	Vendas	Despesas com vendas
Romi Europa	55	305	187	1.727
Rominor	-	81	-	972
Romi Machine Tools	7.253	906	24.561	4.408
Favel	-	113	-	666
	7.308	1.405	24.748	7.773

As transações com controladas são realizadas em condições normais do mercado onde elas estão localizadas.

Os contratos de mútuo (ativos e passivos) possuem prazos de vencimento pré-determinados, são vencíveis no curto prazo e são remunerados por juros de 1,5% ao ano mais Libor semestral e variação cambial.

A controlada Rominor é garantidora de parte das operações de Finame fabricante efetuadas pela controladora, através da emissão de notas promissórias e avais (vide Nota 13).

11. IMOBILIZADO

	Taxa depreciação-%	Controladora 2006 Custo	Controladora 2006 Depreciação acumulada	Controladora 2006 Líquido	Controladora 2005 Líquido	Controladora 2004 Líquido	Consolidado 2006 Custo	Consolidado 2006 Depreciação acumulada	Consolidado 2006 Líquido	Consolidado 2005 Líquido	Consolidado 2004 Líquido
Edificações	4	88.432	(54.982)	33.450	33.776	34.236	93.342	(58.004)	35.338	35.339	36.139
Máquinas e equipamentos	10	180.821	(131.577)	49.244	42.786	19.754	180.970	(131.692)	49.278	43.094	20.187
Móveis e utensílios	10	6.081	(4.441)	1.640	1.671	1.359	6.513	(4.752)	1.761	1.785	1.525
Tecnologia da informação	20	10.936	(7.985)	2.951	2.232	2.302	11.242	(8.242)	3.000	2.318	2.399
Veículos	20	1.543	(1.190)	353	373	351	1.772	(1.366)	406	468	530
Pátios e caminhos	10	2.488	(2.446)	42	50	57	2.488	(2.446)	42	50	57
		290.301	**(202.621)**	**87.680**	**80.888**	**58.059**	**296.327**	**(206.502)**	**89.825**	**83.054**	**60.837**
Terrenos		30.726	-	30.726	22.711	20.599	38.142	-	38.142	30.163	28.108
Obras em andamento		22.668	-	22.668	3.760	5.022	22.668	-	22.668	3.760	5.022
Adiantamento a fornecedor		5.380	-	5.380	273	3.243	5.380	-	5.380	273	3.243
		349.075	**(202.621)**	**146.454**	**107.632**	**86.923**	**362.517**	**(206.502)**	**156.015**	**117.250**	**97.210**

Em 1988 e 1994 as rubricas de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos foram reavaliadas, tendo como contrapartida do incremento no imobilizado a rubrica de reserva de reavaliação no patrimônio líquido. A reserva de reavaliação é realizada em função das depreciações e baixas dos bens reavaliados e a respectiva realização é adicionada ao resultado líquido ao final de cada exercício, para fins de apuração dos dividendos mínimos obrigatórios.No exercício findo em 31 de dezembro de 2006 a realização por depreciação e baixa dos bens reavaliados, totalizou R$ 1.594 (R$ 1.562 em 2005 e R$ 1.663 em 2004), líquida dos impostos. A Companhia não procedeu a revisão das reavaliações contabilizadas, baseada na alternativa B do artigo 68 da Deliberação CVM nº. 183/95.

Os encargos tributários incidentes sobre as reservas de reavaliação, estão assim contabilizados:

	Controladora e consolidado 2006	2005	2004
Passivo circulante	803	-	-
Passivo não circulante	7.389	9.013	9.818
Total	8.192	9.013	9.818

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possui aproximadamente R$ 13.691 e R$ 35.034 de valor líquido contábil, referentes a terrenos e edificações, respectivamente, cuja continuidade de utilização operacional encontra-se em estudo, em conexão com planos de expansão das atividades operacionais ora em curso. Os referidos montantes foram mantidos classificados no imobilizado, tendo em vista ainda não existir clara orientação quanto ao seu destino futuro.

Em função de contratos de financiamento com o BNDES para investimentos em imobilizado, em 31 de dezembro de 2006, aproximadamente R$ 15.974 mil de bens do ativo imobilizado encontram-se gravados em garantia. Estes itens são representados, em sua totalidade, por máquinas e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2006 o saldo das obras em andamento da controladora refere-se à construção de nova unidade fabril para produção de máquinas ferramenta. As operações dessa nova unidade fabril têm início previsto para o primeiro semestre de 2007. A Companhia e suas controladas não capitalizaram encargos financeiros nos exercícios apresentados, em função da irrelevância dos valores respectivos, tendo em vista que os investimentos foram substancialmente efetuados com recursos próprios da Companhia.

12. FINANCIAMENTOS

	Circulante			Não Circulante			2006			
	2006	2005	2004	2006	2005	2004	Vencimento	Amortização	Encargos Financeiros	Garantias
Capital de giro –moeda estrangeira										
Financiamentos de importação–US$	-	12.087	40.299	-	-	-	21/03/2006	Anual	Juros de 0,25% a 0,80% ao ano + LIBOR + variação cambial	Nota Promissória/Aval
Capital de giro – moeda nacional	1.712	-	-	3.417	-	-	21/08/2008	Mensal a partir de 21/09/2007	Juros de 2,5% ao ano + TJLP, pagos mensalmente juntos da amortização do principal	Aval da Rominor no montante de R$ 3.232 mil
Imobilizado - Moeda nacional	54	-	-	10.006	-	-	15/11/2013	Mensal a partir de 15/06/2008	Juros de 2% ao ano + TJLP, pagos trimestralmente até Maio/2008 e mensal a partir dessa data.	Alienação Fiduciária de Máquinas no montante contábil de R$ 15.974 mil.
FINAME diversos	4.011	3.654	1.014	10.393	11.343	3.153	15/05/2010	Mensal iniciada em 15/11/2005	Juros de 2% a 4% ao ano + TJLP, pagos mensalmente juntos da amortização do principal	Alienação Fiduciária da Máquina financiada.
Controladora	5.777	15.741	41.313	23.816	11.343	3.153				
Romi Machine Tools, Ltd. - capital de giro	11	3.009	10.702	9	19	3.373	11/07/2008	Semestral	Juros de 6,31% a 6,39% ano	Nota Promissória/Aval
Consolidado	5.788	18.750	52.015	23.825	11.362	6.526				

Os contratos de FINAME diversos possuem cláusula de vencimento antecipado caso haja mudança significativa no controle acionário da Companhia. Conforme mencionado na Nota nº. 23, foi efetuada proposta pela Administração, a ser aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, de converter as ações preferenciais em ações ordinárias, em conexão com a adesão da Companhia ao regulamento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), o que acarretará diluição do controle acionário. A Administração da Companhia planeja obter uma carta de consentimento ("waiver") do BNDES com o objetivo de manter os vencimentos originais dos contratos de financiamento. As demonstrações financeiras não contemplam qualquer reclassificação dos saldos dos financiamentos obtidos junto ao BNDES em função deste assunto, tendo em vista que o eventual fato gerador de um evento de não cumprimento (*"default"*) ainda não existe e que a Administração entende que terá sucesso na obtenção do *waiver* junto ao BNDES.

A Companhia ofereceu como garantia na contratação de financiamentos em 31 de dezembro de 2006 máquinas e equipamentos no valor contábil de R$ 15.974 mil (vide Nota 11).

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2006 são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2008	9.642	9.651
2009	5.216	5.216
Após 2009 e até 2011	8.958	8.958
Total	23.816	23.825

13. FINANCIAMENTOS – FINAME FABRICANTE

	Controladora e Consolidado		
	2006	2005	2004
Circulante			
Finame fabricante	149.240	103.586	84.678
Não circulante			
Finame fabricante	232.154	90.322	82.447

Os contratos de financiamento Finame fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor. Os saldos dos Financiamentos - Finame fabricante são diretamente relacionados com os saldos de Valores a receber – repasse Finame fabricante (vide Nota 6), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e aos prazos financiados no programa são integralmente repassados aos clientes financiados, sendo que os recebimentos mensais oriundos da rubrica de Valores a receber – repasse Finame fabricante são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamentos vinculados.

A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora deste financiamento. Conforme comentado na Nota 6, os passivos relacionados aos financiamentos – Finame fabricante, anteriormente, eram classificados como redutores dos saldos de Valores a receber – Repasse Finame fabricante. Tendo em vista a entrada em vigor de novas normas e regras contábeis, especificamente a Deliberação CVM nº. 488, a Companhia reclassificou os saldos de financiamentos – Finame fabricante para o passivo circulante e não circulante. Para permitir a análise comparativa das demonstrações financeiras, a mesma reclassificação foi efetuada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004.

Os financiamentos Finame fabricante obtidos e repassados aos clientes tem prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência e juros entre 4% e 7,5% ao ano, acrescidos da TJLP (taxa de juros de longo prazo), sendo que tais condições de financiamento são estabelecidas pelo BNDES, com base nas características do cliente. Os saldos de Financiamentos - Finame fabricante e consequentemente, os saldos de Valores a receber – repasse Finame fabricante (vide Nota 6) em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até a data de encerramento dos exercícios. A diferença entre o saldo de Valores a receber – repasse Finame fabricante e o saldo de financiamentos - Finame fabricante refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações de Finame ainda não liberadas pelo banco agente.

Os vencimentos do Finame fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2006 são como segue:

	Controladora
2008	114.601
2009	77.029
Após 2009 e até 2011	40.524
Total	232.154

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2006	2005	2004
Salários a pagar	2.385	2.060	2.340
Provisão para férias e encargos	9.561	3.824	3.410
Encargos sociais	4.325	4.041	3.918
Participação nos resultados (Lei n.º 10.101/2000)	9.598	11.414	10.254
Total Controladora	25.869	21.339	19.922
Salários a pagar nas empresas controladas	11	-	-
Total Consolidado	25.880	21.339	19.922

A participação nos resultados de empregados foi registrada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, nas rubricas custo dos produtos e serviços prestados, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, em função do centro de custo de referência de cada empregado (vide Nota 18).

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2006	2005	2004
COFINS	1.870	3.959	1.575
PIS	411	860	372
ICMS	2.912	3.042	41
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	3.323	1.393	2.695
Outros impostos e contribuições	71	598	560
Total Controladora	8.587	9.852	5.243
Impostos a recolher nas empresas controladas	297	-	-
Total Consolidado	8.884	9.852	5.243

16. PROVISÃO PARA PASSIVOS EVENTUAIS

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos classificaram os processos de acordo com seu grau de risco de perda, conforme segue (controladora e consolidado):

	Classificação dos processos valores em 31 de dezembro de 2006			Provisão registrada		
	Remotas	Possíveis	Prováveis	2006	2005	2004
Fiscais	3.484	-	4.612	4.612	4.054	3.557
Cíveis	1.638	205	290	290	-	-
Trabalhistas	3.243	294	576	576	1.141	1.529
Depósitos judiciais	-	-	(1.049)	(1.049)	(701)	-
Total	8.365	499	4.429	4.429	4.494	5.086

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia, a Administração registrou provisão para passivos eventuais, cuja movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2006 é demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado				
	2005	Adições	Utilizações	Atualização monetária	2006
Fiscais	4.054	1.546	(1.343)	355	4.612
Cíveis	-	290	-	-	290
Trabalhistas	1.141	413	(1.027)	49	576
	5.195	2.249	(2.370)	404	5.478
(-) Depósitos judiciais	(701)	(1.046)	698	-	(1.049)
Total	4.494	1.203	(1.672)	404	4.429

As controladas não possuem qualquer processo em andamento e não existem riscos contingenciais a considerar nas mesmas, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

Em 31 de dezembro de 2006, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus consultores legais como de risco provável de perda, e que, portanto, tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Processos fiscais:

Correspondem a provisão para COFINS sobre alargamento da base de cálculo sobre receitas financeiras e outras receitas no montante de R$ 3.065 (R$ 4.054 em 2005 e R$ 3.557 em 2004), PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R$ 855 e R$ 186 respectivamente, e INSS sobre serviços prestados por cooperativas no montante de R$ 506.

b) Processos cíveis

Referem-se a questionamentos judiciais de clientes requerendo revisões contratuais.

c) Processos trabalhistas

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: a) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; b) multa de 40% do FGTS anterior às aposentadorias; c) multa de 40% do FGTS sobre os valores dos expurgos dos planos Verão e Collor; e d) indenizações por acidentes de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

As causas classificadas como de risco possível, de natureza cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos acima descritos. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados nesta provisão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Na Assembléia Geral Extraordinária de 29 de março de 2006, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R$ 40.000 sem emissão de novas ações, oriundo da conta de reservas de lucros (em 2005, aumento do capital social no montante de R$ 130.238 oriundo da conta de reserva de lucros, sem emissão de ações, conforme Assembléia Geral Extraordinária de 29 de março do mesmo ano. Foi aprovado também, o grupamento das 3.272.735.756 ações da Companhia, a ser realizado na proporção de 500 ações para 1 ação.). O capital social em 31 de dezembro de 2006 é de R$ 260.000 (duzentos e sessenta milhões de reais), dividido em 6.545.471 ações, sendo 3.452.589 ações ordinárias e 3.092.882 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e têm direito a dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei n.º 6.404/76, com nova redação dada pela Lei n.º 9.457/97.

Às ações preferenciais são garantidos os seguintes privilégios:

1) Prioridade no reembolso do capital, no caso de extinção, por qualquer forma, da Companhia, com prêmio idêntico ao que for atribuído às ações ordinárias.

2) Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital, em decorrência de capitalização de reservas e lucros.

Juros sobre capital próprio: A Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 26.110 (R$ 27.282 em 2005 e R$ 22.434 em 2004), com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R$ 2.208 (R$ 3.319 em 2005 e R$ 2.778 em 2004). Os juros sobre o capital próprio compõe os dividendos de cada um dos exercícios apresentados.

Dividendos: O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros da Administração à Assembléia Geral Ordinária é conforme segue:

	2006	2005	2004
Lucro líquido do exercício	82.921	76.346	69.567
(-) Constituição de reserva legal	(4.146)	(3.817)	(3.478)
(+) Realização da reserva de reavaliação	1.594	1.562	1.663
Lucro passível de distribuição	80.369	74.091	67.752
Dividendos propostos	(31.158)	-	-
Juros sobre o capital próprio	(26.110)	(27.282)	(22.434)
Constituição de reserva de lucros	23.101	46.809	45.318
Dividendos propostos	31.158	-	-
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	23.902	23.963	19.656
	55.060	23.963	19.656
% Dividendos propostos	69%	32%	29%

Em adição aos juros sobre o capital próprio de R$ 26.110, a Companhia está propondo a distribuição de R$ 31.158 à título de dividendos referente ao lucro líquido auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, conforme aprovação do Conselho de Administração em reunião de 7 de fevereiro de 2007, com previsão de pagamento de 5 de abril de 2007.

A Companhia, conforme Ata do Conselho de Administração de 13 de dezembro de 2006, aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$ 48.950, mediante utilização de Reservas de Lucros já constantes das demonstrações financeiras referentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, aprovado pela Assembléia Geral de 29 de março de 2006, a serem pagos em 13 de fevereiro de 2007.

A reserva de lucros constituída no exercício será utilizada para suprir a necessidade de capital de giro e possibilitar investimentos destinados ao aumento e modernização da capacidade produtiva, introdução de novos produtos e investimentos em controladas, conforme plano de investimentos aprovado pelos órgãos da Administração a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária.

Oferta pública de ações e governança corporativa:

Em 7 de dezembro de 2006, foi divulgado fato relevante relativo à deliberação do acionista controlador Fenix Empreendimentos S.A. que, em Assembléia Geral Extraordinária realizada naquela data, declarou que votará favoravelmente em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, a ser oportunamente convocada, quanto à autorização de eventual aumento de capital da Companhia com a emissão de novas ações, para distribuição no mercado, nos termos da instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, com o objetivo de capitalizar a Companhia para realização de investimentos. Em conexão com esta iniciativa, a Companhia planeja aderir aos conceitos de governança corporativa determinados pelo Novo Mercado regulamentado pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – Bovespa.

18. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia adota, desde 1995, programa que possibilita a distribuição aos empregados de até 15% do lucro da Companhia, limitado a 3 salários nominais de cada empregado. A distribuição é calculada proporcionalmente, com base nos resultados integrais da Companhia (75%), e de cada unidade de negócio (25%). São estabelecidas metas de produtividade, determinadas pela Diretoria a cada unidade de negócio que, quando atingidas, geram acréscimos nos valores a serem distribuídos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia aprovou a distribuição da referida participação nos lucros, no montante de R$ 12.440 (R$ 11.972 em 2005 e R$ 10.639 em 2004). O saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2006 (vide Nota 14), no montante de R$ 9.598 (R$ 11.414 em 2005 e R$ 10.254 em 2004) está demonstrado líquido de adiantamentos efetuados.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora aplicando-se as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004.

	2006	2005	2004
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	108.916	97.786	88.853
Alíquota vigente (impostos e contribuição social)	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	37.031	33.247	30.210
Reconciliação para a taxa efetiva:			
Equivalência patrimonial	(1.148)	(955)	145
Juros sobre capital próprio	(8.877)	(9.276)	(7.628)
Outras adições (exclusões), líquidas	(3.483)	(2.514)	(2.213)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	23.523	20.502	20.514
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(628)	(1.854)	(3.620)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(22.895)	18.648	16.894
Provisão do imposto de renda e da contribuição social na controladora	23.523	20.502	20.514
Alíquota efetiva da despesa de imposto de renda e contribuição social na controladora	22%	21%	23%
Despesa de imposto de renda em controladas	1.029	621	311
Provisão do imposto de renda e da contribuição social no consolidado	24.552	21.123	20.825
Alíquota efetiva da despesa de imposto de renda e contribuição social no consolidado	22%	22%	23%

b) Composição das despesas e receitas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2006		2005		2004	
	Controlada	Consolidado	Controlada	Consolidado	Controlada	Consolidado
Corrente (item "a")	23.523	24.552	20.502	21.123	20.514	20.825
Diferido (item "c")	(628)	(628)	(1.854)	(1.854)	(3.620)	(3.620)
Total	22.895	23.924	18.648	19.269	16.894	17.205

c) Crédito tributário do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu os créditos tributários decorrentes de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos sobre a totalidade das diferenças temporárias, por serem consideradas recuperáveis pela Administração, conforme comentado na Nota n° 2 (f), como segue:

	2006				2005		2004	
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Impostos creditados	Diferenças temporárias	Impostos Creditados
Diferenças temporariamente indedutíveis ativas								
Ajustes a valor de mercado ou outros:								
Estoques – provisão para realização	11.681	2.905	1.052	3.957	9.419	3.202	4.566	1.552
Reintegração de máquinas	633	157	57	214	232	79	473	161
Investimentos	429	107	39	146	246	83	493	167
Ajustes a valor presente: clientes e fornecedores	562	140	50	190	-	-	-	-
Total	13.305	3.309	1.198	4.507	9.897	3.364	5.533	1.880
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas								
Provisão para passivos eventuais	977	243	88	331	1.141	388	1.529	521
Comissões condicionadas	439	109	39	148	1.912	650	1.016	345
Tributos suspensos	3.193	793	44	837	3.151	1.072	2.571	874
Participação dos administradores	3.100	-	279	279	-	-	-	-
	7.709	1.145	450	1.595	6.204	2.110	5.116	1.740
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	21.014	4.454	1.648	6.102	16.101	5.474	10.648	3.620
Corrente		554	479	1.033		-		-
Não corrente		3.900	1.169	5.069		5.474		3.620
(-) Saldo em 31/12/05, 31/12/04 e 31/12/03				(5.474)				(3.620)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício		428	200	628		1.854		3.620

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pelos órgãos da administração.

As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes à performance da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda, alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não só do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2006, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante (vide Nota 8) é demonstrada a seguir:

	IRPJ	CSLL	Total
2008	1.990	478	2.468
2009	871	315	1.186
2010	945	342	1.287
2011	94	34	128
	3.900	1.169	5.069

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1° de Outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, nas modalidades de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Fundo Gerador de Benefícios (FGB), ambos da modalidade de contribuição definida.

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis.

O montante de contribuições despendido pela Companhia neste exercício foi de R$ 3.111 (R$ 4.108 em 2005 e R$ 4.595 em 2004).

21. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques. É política da Companhia e controladas manter cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos, em montantes julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados. Em 31 de dezembro de 2006, a cobertura de seguros está assim demonstrada:

Cobertura	Vigência	Valor da cobertura
Incêndio, vendavel e danos elétricos:		
Edificações	01/01 a 31/12/07	16.613
Máquinas e equipamentos	01/01 a 31/12/07	43.750
Estoques	01/01 a 31/12/07	32.520

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, os valores contábeis relativos aos instrumentos financeiros, substancialmente representados por aplicações financeiras, duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos, se aproximam do seu correspondente valor de mercado.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia são como segue:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da controladora e de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas se protegem desse risco mediante *hedge* natural, que se refere a existência de ativos e passivos em moeda estrangeira com a mesma proporção e liquidez. Em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004 a Companhia não possuía transações com derivativos.

Risco relacionado a aplicações financeiras: As aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações lastreadas por CDB, indexadas ao CDI, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha e com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Risco de crédito - concentração: O risco de crédito é reduzido em virtude da diversificação da carteira de clientes e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco.

Risco relacionado às operações de Finame fabricante: Os passivos relacionados às operações de Finame fabricante possuem como lastro os saldos de valores a receber – repasse finame fabricante. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de aceleração de dívidas: Conforme comentado na Nota 12, a Companhia possui contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (covenants) principalmente relacionadas ao vencimento antecipado por conta de diluição do controle acionário. Conforme mencionado na Nota nº. 23 foi efetuada proposta pela Administração, a ser aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, de converter todas suas ações preferenciais para ordinárias, em decorrência da adesão ao Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa") A Companhia planeja obter uma carta de consentimento do BNDES com o objetivo de manter os vencimentos originais dos contratos de financiamento.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2007 a Administração da Companhia divulgou proposta para a Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em 15 de fevereiro de 2007, cujos principais tópicos são:

- Reforma do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de adequar tal instrumento ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa.

- Desdobramento de ações, que tem por finalidade adequar o valor de cotação das suas ações, de maneira a ampliar o acesso de investidores individuais, diversificar a sua composição acionária e aumentar a liquidez de suas ações.

- Adesão ao Novo Mercado da Bovespa e Conversão de Ações Preferenciais ("PN") em Ordinárias ("ON"), com o objetivo de ampliar o potencial de liquidez e valorização de mercado, bem como estabelecer uma estrutura de capital que deverá facilitar o levantamento de recursos para financiar o crescimento da Companhia.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

As informações dos resultados por segmentos estão apresentadas em relação aos negócios da Companhia e de suas controladas, e foram identificados com base na sua estrutura de atuação e gerenciamento, assim como nas informações gerenciais internas.

As operações realizadas pelos segmentos de negócios apresentados foram baseadas em condições equivalentes ao mercado, de acordo com margem de lucro considerada razoável pela Administração da Companhia.

Os resultados por segmento consideram as receitas, custos e despesas diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Conforme aceito pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações dos resultados por segmento de negócio estão sendo apresentadas de acordo com o SFAS 131, que introduziu o conceito de "visão gerencial" nas informações por segmento, as quais devem ter como base o processo interno utilizado pelos tomadores de decisão para avaliação de performance dos segmentos e para decidir como alocar recursos aos segmentos. O objetivo do SFAS 131 é que a informação por segmento seja apresentada na forma utilizada pelos administradores para a tomada de decisão. Entretanto, nos casos em que ocorram diferenças entre as informações por segmento e os relatórios contábeis, é necessária a apresentação de uma conciliação (vide abaixo, representada pela coluna de eliminações entre os segmentos) que compare os números disponibilizados de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, conforme apresentado a seguir:

	2006						
	Máquinas ferramenta	Máquinas injetoras de plástico	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos e outros	Controladora	Controladas	Consolidado
Receita operacional bruta	433.164	108.214	113.370	-	654.748	9.786	664.534
Impostos incidentes sobre vendas	(73.318)	(19.844)	(22.258)	-	(115.420)	(166)	(115.586)
Receita operacional líquida	359.846	88.370	91.112	-	539.328	9.620	548.948
Custos dos produtos e serviços vendidos	(183.810)	(46.981)	(78.750)	-	(309.541)	(2.860)	(312.401)
Transferências remetidas	12.684	-	27.433	(40.117)			
Transferências recebidas	(20.213)	(11.349)	(8.555)	40.117	-	-	-
Lucro bruto	168.507	30.040	31.240	-	229.787	6.760	236.547
Receitas (despesas) operacionais:							
Vendas	(44.977)	(11.472)	(4.506)	-	(60.955)	2.879	(58.076)
Gerais e administrativas	(28.909)	(5.944)	(6.340)	-	(41.193)	(5.921)	(47.114)
Pesquisa e desenvolvimento	(16.569)	(4.536)	-	-	(21.105)		(21.105)
Honorários da administração	(3.392)	(794)	(659)	-	(4.845)	(494)	(5.339)
Tributárias	(3.481)	(815)	(676)	-	(4.972)	(25)	(4.997)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	3.642	3.642	(3.642)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	71.179	6.479	19.059	3.642	100.359	(443)	99.916
Estoques	124.100	19.603	13.286	3.557	160.546	9.244	169.790
Imobilizado, líquido	67.229	2.489	42.601	34.135	146.454	9.561	156.015

	2005						
	Máquinas ferramenta	Máquinas injetoras de plástico	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos e outros	Controladora	Controladas	Consolidado
Receita operacional bruta	412.729	96.427	108.183	-	617.339	2.950	620.289
Impostos incidentes sobre vendas	(68.784)	(18.084)	(22.856)	-	(109.724)	-	(109.724)
Receita operacional líquida	343.945	78.343	85.327	-	507.615	2.950	510.565
Custos dos produtos e serviços vendidos	(188.004)	(42.636)	(71.937)	-	(302.577)	709	(301.868)
Transferências remetidas	11.725	-	24.944	(36.669)	-	-	-
Transferências recebidas	(18.492)	(6.665)	(11.512)	36.669	-	-	-
Lucro bruto	149.174	29.042	26.822	-	205.038	3.659	208.697
Receitas (despesas) operacionais:							
Vendas	(43.989)	(9.420)	(3.809)	-	(57.218)	6.322	(50.896)
Gerais e administrativas	(25.431)	(5.164)	(5.798)	-	(36.393)	(7.105)	(43.498)
Pesquisa e desenvolvimento	(14.455)	(4.363)	-	-	(18.818)	-	(18.818)
Honorários da administração	(2.498)	(555)	(541)	-	(3.594)	(1.122)	(4.716)
Tributárias	(3.710)	(824)	(804)	-	(5.338)	(40)	(5.378)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	2.896	2.896	(2.896)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	59.091	8.716	15.870	2.896	86.573	(1.182)	85.391
Estoques	120.082	22.943	7.711	2.825	153.561	11.098	164.659
Imobilizado, líquido	40.155	2.874	39.070	25.533	107.632	9.618	117.250

	2004						
	Máquinas ferramenta	Máquinas injetoras de plástico	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos e outros	Controladora	Controladas	Consolidado
Receita operacional bruta	382.380	71.323	88.437		542.140	1.263	543.403
Impostos incidentes sobre vendas	(68.090)	(13.569)	(16.005)		(97.664)		(97.664)
Receita operacional líquida	314.290	57.754	72.432		444.476	1.263	445.739
Custos dos produtos e serviços vendidos	(164.077)	(30.580)	(60.758)		(255.415)	(212)	(255.627)
Transferências remetidas	7.867		28.712	(36.579)			
Transferências recebidas	(23.258)	(5.682)	(7.639)	36.579			
Lucro bruto	134.822	21.492	32.747		189.061	1.051	190.112
Receitas (despesas) operacionais:							
Vendas	(40.078)	(8.386)	(3.489)		(51.953)	6.691	(45.262)
Gerais e administrativas	(24.291)	(4.067)	(5.148)		(33.506)	(7.703)	(41.209)
Pesquisa e desenvolvimento	(12.133)	(4.191)			(16.324)		(16.324)
Honorários da administração	(2.314)	(410)	(433)		(3.157)	(1.178)	(4.335)
Tributárias	(2.710)	(481)	(507)		(3.698)	(19)	(3.717)
Resultado da equivalência patrimonial				(179)	(179)	179	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	53.296	3.957	23.170	(179)	80.244	(979)	79.265
Estoques	149.424	26.189	10.869	112	186.594	11.105	197.699
Imobilizado, líquido	30.580	8.381	19.636	28.326	86.923	10.287	97.210

Como informação adicional, as transações, receitas e custos das controladas referem-se substancialmente aos negócios da unidade fabril de máquinas-ferramentas, numa proporção aproximada de 90%, uma vez que o maior valor das operações é da controladada Romi Machine Tools, que atua neste segmento de negócio.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		2006	2005	2004	2006	2005	2004
Fluxo de caixa de atividades operacionais:							
Lucro líquido do exercício		82.921	76.346	69.567	82.921	76.346	69.567
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das (aplicados nas) atividades operacionais							
Depreciação	Nota 11	11.109	8.536	7.276	11.488	8.978	7.775
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		739	121	110	739	121	110
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos no exterior, líquido dos dividendos recebidos de controladas	Nota 9	(2.305)	(2.809)	427			
Perda (ganho) na alienação de imobilizado	Nota 11	853	(754)	(834)	1.098	(612)	(868)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de transações com partes relacionadas, duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos		1.458	1.103	6.220	(197)	760	5.739
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Nota 19	(628)	(1.854)	(3.620)	(628)	(1.854)	(3.620)
Provisão para passivos eventuais, líquida	Nota 16	(65)	(592)	4.157	(65)	(592)	4.157
Participação minoritária					174	73	10
Efeito do lucro nos estoques – saldo inicial							1.707
Variação nos ativos operacionais:							
Duplicatas a receber	Nota 5	22.490	377	10.521	25.422	671	(2.061)
Duplicatas a receber – partes relacionadas	Nota 10	1.998	(5.682)	(7.308)			
Valores a receber – repasse Finame fabricante	Nota 6	(203.135)	(31.620)	(76.957)	(203.135)	(31.620)	(76.957)
Estoques	Nota 7	(6.985)	33.033	(73.369)	(5.131)	33.040	(75.274)
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos	Nota 8	(3.921)	(2.412)	(3.840)	(4.031)	(2.251)	(3.983)
Outros valores a realizar		(572)	1.953	(1.510)	1.209	2.215	(1.893)
Variação nos passivos operacionais:							
Fornecedores		(2.924)	(6.690)	16.715	(2.871)	(6.621)	16.772
Salários e encargos sociais	Nota 14	4.530	1.417	5.500	4.541	1.417	5.338
Impostos e contribuições a recolher	Nota 15	(2.068)	4.609	(238)	(2.068)	4.609	(315)
Adiantamentos de clientes		(7.474)	(1.634)	8.991	(7.318)	(1.634)	8.991
Outras contas a pagar		1.213	(171)	(787)	(464)	237	759
Outras contas a pagar – partes relacionadas	Nota 10	285	(119)	1.405			
Imposto de renda e contribuição social sobre realização da reserva de reavaliação	Nota 11	(821)	(805)	(857)	(524)	(805)	(857)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais		(103.302)	72.353	(38.431)	(98.840)	82.478	(44.903)
Fluxo de caixa de operações de investimentos:							
Aquisição de imobilizado	Nota 11	(50.867)	(29.370)	(16.717)	(51.554)	(29.455)	(17.319)
Venda de imobilizado	Nota 11	83	879	1.031	203	1.049	1.241
Investimentos em controladas	Nota 9	(21)					
Ágio na aquisição de investimentos	Nota 9	(9)			(9)		
Caixa oriundo das atividades de investimentos		(50.814)	(28.491)	(15.686)	(51.360)	(28.406)	(16.078)
Fluxo de caixa de atividades financeiras:							
Juros sobre o capital próprio distribuídos	Nota 17	(25.490)	(26.781)	(21.341)	(24.501)	(26.781)	(21.341)
Novos empréstimos e financiamentos	Nota 12	17.494	25.616	44.083	17.496	25.614	50.402
Pagamentos de financiamentos	Nota 12	(14.127)	(36.287)	(16.128)	(15.482)	(46.989)	(16.158)
Novos financiamentos – Finame fabricante	Nota 13	299.477	121.183	116.284	299.477	121.183	116.284
Pagamentos de financiamentos – Finame fabricante	Nota 13	(118.066)	(100.915)	(72.981)	(118.066)	(100.915)	(72.981)
Empréstimos – mútuo a receber	Nota 10	(931)	(2.124)				
Empréstimos – mútuo a pagar	Nota 10	801					
Caixa gerado das (aplicado nas) atividades financeiras		159.158	(19.308)	49.917	158.924	(27.888)	56.206
Aumento (diminuição) de disponibilidades e aplicações financeiras		5.042	24.554	(4.200)	8.724	26.184	(4.775)
Disponibilidades e aplicações financeiras - no início do período		67.363	42.809	47.009	78.198	52.014	56.789
Disponibilidades e aplicações financeiras - no fim do período		72.405	67.363	42.809	86.922	78.198	52.014
Informações complementares:							
Imposto de renda e contribuição social pagos	Nota 19	21.141	20.658	17.454	21.806	21.040	17.577
Juros pagos durante o exercício		1.924	1.705	1.029	2.161	2.049	1.539
Valores a pagar a fornecedores referentes à aquisição de imobilizado		772	406	432	1.403	406	432

29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.